



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Jaime António Oliveira Marques Roque

A REPETIÇÃO DOS TRÂNSITOS
UMA PROSOPOGRAFIA DO CHEGA

Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pelo Professor Doutor Rahul Kumar, coorientada pela Professora Doutora Paula Abreu e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

setembro de 2022



Jaime António Oliveira Marques Roque

A REPETIÇÃO DOS TRÂNSITOS
UMA PROSOPOGRAFIA DO CHEGA

Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pelo Professor Doutor Rahul Kumar, coorientada pela Professora Doutora Paula Abreu e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

setembro de 2022

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com os fundos de apoio: FEUC Exemplar 1º Ciclo e FEUC Exemplar 2ºCiclo.

“O Hindemburgo, com os motores rugindo nas alturas, sobrevoou o rio para os lados do castelo, depois desapareceu por trás das casas, aos poucos foi-se apagando o som, o dirigível vai largar o correio à Portela de Sacavém, quem sabe se o Highland Brigade lhe levará depois as cartas, pode muito bem ser, que as andanças do mundo só nos parecem múltiplas porque não reparamos na repetição dos trânsitos.”

José Saramago, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Introdução	1
1 Interpretar a radicalização das direitas contemporâneas	7
1.1 Fascismo e populismo: conceitos e debates sobre a extrema-direita contemporânea	9
1.2 O sistema político português: reconstrução do capitalismo na semiperiferia mundial	20
1.3 A extrema-direita portuguesa: continuidade e porosidade no campo das direitas	29
1.4 O partido Chega: principais linhas de investigação	33
2 Percursos da pesquisa: uma análise processual e relacional	39
2.1 A sociologia dos partidos políticos	39
2.2 Objetivos, hipóteses e opções metodológicas	45
3 “A nova direita anti-sistema”?	49
3.1 André Ventura: “uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”?	54
3.2 “É mais o que nos une do que nos separa”	59
4 “Deus, Pátria, Família e Trabalho”	77
4.1 <i>A longue durée</i> : “derrotar a esquerda totalitária e impor a direita no País”	80
4.2 “Tu vais ser a cara da luta. Da nossa luta, porque eles nos querem deitar abaixo”	85
5 “Contra os socialismos”	110
5.1 “Lei e ordem, produtividade, ortodoxia económica e livre empresa”	113
5.2 “Anseios das direitas populares”?	117
Conclusão	124
Referências bibliográficas	128
Fontes impressas	146
Anexos	147
Anexo 1	147
Anexo 2	152
Anexo 3	154

Agradecimentos

A presente investigação foi iniciada nos primeiros meses de 2020, onde foi desenhado o seu projeto inicial na licenciatura em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Quero aqui agradecer às pessoas que me acompanharam ao longo destes últimos dois anos sem, como é claro, responsabilizar ninguém pelas falhas que esta dissertação certamente terá, as quais são exclusivamente da minha responsabilidade.

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Doutor Rahul Kumar pelo privilégio da sua orientação. O seu apoio foi de um valor incalculável em todos dos momentos desta investigação e reflete-se nas inúmeras leituras, sugestões e críticas que fez em relação ao texto, bem como nas inúmeras conversas que tivemos. Não posso também deixar de agradecer o convite que me fez para apresentar parte dos resultados desta investigação no ciclo de seminários “Neoliberalismo: Teoria e História”. Em segundo lugar, agradeço à Professora Doutora Paula Abreu, que como coorientadora desta dissertação e como coordenadora do mestrado em Sociologia prestou um apoio imprescindível para a prossecução deste trabalho.

Agradeço também a todos os colegas e amigos que me acompanharam e incentivaram. Correndo o risco de cometer algumas omissões, quero agradecer, por ordem alfabética, ao Bernardo, ao Francisco, à Luísa, ao Manel, ao Rafael, ao Renato e ao Rui. Em especial, quero agradecer à Raquel, que esteve sempre presente em todos os momentos. Dirijo um último, mas não menos importante, agradecimento à minha família, que me apoiou e continua a apoiar incondicionalmente. Esta dissertação é, portanto, dedicada aos meus pais, a quem procuro todos os dias mostrar que é possível construir um mundo melhor.

Resumo

Ao longo das últimas décadas, o crescimento da extrema-direita tem vindo a produzir uma intensificação dos debates sobre as mudanças operadas nos sistemas políticos contemporâneos e a possibilidade de estarmos perante processos de desdemocratização. As ciências sociais têm procurado responder a este desafio tentando identificar os sistemas classificatórios mais adequados para estas novas formações políticas, focando-se sobretudo nas características idiossincráticas e populistas em torno das figuras que protagonizam esta família política. Em Portugal, considerado até recentemente um país imune a este fenómeno, o rápido crescimento eleitoral do partido Chega desde as eleições legislativas de 2019 produziu o mesmo tipo de debates.

A presente investigação pretende, justamente, alargar os argumentos teóricos e comparativos em torno deste fenómeno. Para tal, parte da teoria dos campos de Bourdieu para caracterizar a sociogénese do Chega através da análise prosopográfica das trajetórias dos seus principais dirigentes e candidatos. Este tipo de abordagem permite, assim, questionar os principais conceitos e debates sobre a extrema-direita, nomeadamente sobre a sua relação com o neoliberalismo, ao inserir o Chega naquele que é o processo de radicalização e reconfiguração partidária das direitas associado às transformações dos sistemas partidários nas crises do capitalismo contemporâneo.

Os resultados desta investigação evidenciam aquele que é o elevado grau de continuidade e porosidade histórica que caracteriza o campo das direitas. Longe de ser uma “nova direita anti-sistema”, o Chega representa uma reação à viragem à esquerda do sistema político português em 2015 que pode ser interpretada uma resposta política específica a um quadro intensivo de austeridade implementado pelo governo da direita na sequência da crise financeira de 2008 com vista à proteção social. Em linha com uma longa tradição de amplos sectores das direitas portuguesas, o Chega encontra-se alinhado no combate ao legado revolucionário de 1974 e, em particular, na oposição às tentativas de reconstrução do estado social observadas pós-2015.

Palavras-chave: extrema-direita; populismo; neoliberalismo; prosopografia; Chega.

Abstract

Over the last decades, the growth of the far-right produced an intensification of the debates about the changes in contemporary political systems and the possibility that we are facing processes of de-democratization. The social sciences have sought to respond to this challenge by trying to identify the most adequate classificatory systems for these new political formations, focusing mainly on the idiosyncratic and populist characteristics of the figures who play the leading role in this political family. In Portugal, until recently considered immune to this phenomenon, the rapid electoral growth of the Chega party since the 2019 legislative elections has produced these same debates.

The present research aims, precisely, to extend the theoretical and comparative arguments around this phenomenon. To this end, it draws from Bourdieu's field theory to characterize the sociogenesis of Chega through the prosopographical analysis of the trajectories of its main leaders and candidates. This type of approach allows us to question the main concepts and debates about the far right, namely its relation to neoliberalism, by inserting Chega in the radicalization and reconfiguration process of the right associated with the transformations of party systems in the crises of contemporary capitalism.

The results of this research highlight the high degree of continuity and historical porosity that characterizes the right-wing camp. Far from being a "new anti-system right," Chega represents a reaction to the left turn of the Portuguese political system in 2015 that can be interpreted as a specific political response to an intensive austerity framework implemented by the right-wing government in the wake of the 2008 financial crisis aimed at social protection. In line with a long tradition of broad sectors of the Portuguese right, Chega is aligned in fighting the revolutionary legacy of 1974 and, in particular, in opposing the observed post-2015 attempts to rebuild the welfare state.

Keywords: far-right; populism; neoliberalism; prosopography; Chega.

Introdução

No prefácio à terceira edição de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* – obra publicada em 1852 sobre o golpe de estado pelo qual Luís Bonaparte, então presidente da República Francesa, se nomeou imperador -, Friedrich Engels elogiou Karl Marx pela sua profunda compreensão da história francesa na qual se movem as lutas de classes. Desenvolvendo as teses fundamentais do materialismo histórico, Marx foi capaz de explicar um

“evento que surpreendeu o mundo político inteiro como um raio que cai do céu sem nuvens, que foi condenado por alguns com um brado de indignação moral, que foi acolhido por outros como salvamento das mãos da revolução, mas que por todos foi apenas observado com assombro sem ser compreendido por ninguém” (Engels 2011: 21).

Ao invés de engrandecer Luís Bonaparte ou atribuir-lhe uma capacidade de iniciativa pessoal que seria ímpar na história mundial, Marx não precisou de “mostrar pelo herói do golpe de Estado mais do que o merecido desprezo” (*idem*: 21).

Ao longo das últimas décadas, um dos fenómenos que mais tem causado este sentimento de assombro e incompreensão é o do crescimento da extrema-direita. Num artigo publicado no ano 2000 dedicado à participação do Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) de Jörg Haider num governo de coligação na Áustria, Slavoj Žižek escreveu que esta tinha sido “recebida com manifestações de repulsa pela totalidade do bloco político democrático ‘legítimo’ do Mundo Ocidental” (2010: 329). Tal unanimidade de reações seria, segundo os comentadores oficiais, “uma prova de que o consenso antifascista enquanto elemento do sistema democrático europeu posterior à Segunda Guerra Mundial mantinha a sua solidez” (*idem*: 329). Num contexto onde as economias de mercado se estabeleceram como o projeto político hegemónico, Žižek argumentava, pelo contrário, que os “liberais e os populistas” partilhavam um terreno em comum: “paralisar e limitar a capacidade de ação do seu verdadeiro adversário, que é a esquerda radical” (*ibidem*: 329). A participação da extrema-direita no governo seria, então, o preço a pagar pela esquerda por aceitar o capitalismo de mercado como o único jogo possível e secundarizar a relevância dos antagonismos de classe.

De certa forma confirmando a análise de Žižek, sabemos hoje o quão equivocados estavam os comentadores oficiais. Em 2019, a ascensão da extrema-direita era já classificada como um fenómeno global pelo sociólogo Michael Löwy, dado que nesse ano esta governava já em metade dos países do mundo (2019: 25). Em contextos diversos, este fenómeno tem produzido um conjunto variado de lideranças que chegaram à presidência dos seus países como Trump (EUA) e Bolsonaro (Brasil) e de partidos políticos que alcançaram posições de destaque nos sistemas partidários do continente europeu ao formarem governo, estabelecerem acordos parlamentares ou integrarem governos de coligação. Têm também desempenhado, para além disso, um papel de destaque num novo conjunto de tensões na União Europeia (UE), onde o Brexit constitui um exemplo paradigmático. Segundo o historiador Manuel Loff, “a extrema-direita não reunia esta capacidade política de ocupar ou se aproximar do poder em tantos países ao mesmo tempo”¹ desde o fim da II Guerra Mundial, o que evoca necessariamente a memória do fascismo entre-guerras. Estes desenvolvimentos têm vindo, portanto, a produzir um intenso debate jornalístico e científico sobre este crescimento, muitas vezes centrado nas características idiossincráticas e populistas das lideranças mais ou menos carismáticas que conduzem os partidos desta família política.

É possível, no entanto, tomar um caminho analítico diferente. Rejeitando o foco da análise na ideia do apelo ao confronto entre “povo” e “elites”, o crescimento da extrema-direita contemporânea pode ser inserido no quadro mais amplo da economia política da “crise do capitalismo no contexto das democracias ricas do mundo ocidental” (Streek 2013: 15). Seguindo a análise de Peter Evans sobre a chegada de Bolsonaro ao poder no Brasil, é possível desviar a atenção do “desgoverno horrífico e do brilhante teatro político”² (2020b: 675) em torno da extrema-direita e focar a análise na estrutura de poder económico que abriu o espaço político a este tipo de forças políticas. Essa análise deve concentrar-se, assim, em clarificar o conjunto de mecanismos ideológicos e organizacionais que explicam o crescimento da extrema-direita e testar um conjunto mais alargado de argumentos teóricos e comparativos, nomeadamente sobre a reconfiguração dos sistemas partidários e as crises e dinâmicas do neoliberalismo (Evans 2020a: 582).

¹ Loff, Manuel. 2022. "Cem anos depois..." Público. 26 de julho de 2022. <https://www.publico.pt/2022/07/26/opiniao/opiniao/cem-anos-2014983>.

² Tradução do original.

A presente investigação pretende contribuir para estes debates a partir daquela que pode ser considerada a iteração portuguesa do crescimento da extrema-direita contemporânea. Nas eleições legislativas de 2019, a entrada do partido Chega no parlamento através da eleição do seu líder e fundador André Ventura veio romper com a ideia de que Portugal, à semelhança de Espanha, era um país imune a este fenómeno desde o fim do regime do Estado Novo. Na realidade, este partido oriundo das margens do sistema político português, segundo uma certa visão que o próprio procura disseminar, registou um dos mais rápidos processos de consolidação organizacional e crescimento eleitoral na história da extrema-direita europeia desde o pós-guerra. Uma rápida leitura da história dos principais partidos desta família política desde o pós-guerra comprova-o (Ugarte 2021: 24-35). Veja-se que, cerca de ano e meio após a sua fundação, o Chega havia já estabelecido um acordo parlamentar com a chamada direita tradicional nos Açores e, ao longo dos dois anos seguintes, Ventura obteve o terceiro lugar nas presidenciais de 2021, com 11,9%, e o Chega foi o terceiro partido mais votado nas legislativas de 2022, passando de 1 para 12 deputados.

De certa forma fazendo relembrar o assombro e incompreensão sobre o crescimento da extrema-direita internacional, o acordo nos Açores produziu, durante várias semanas, um conjunto alargado de reações díspares entre os comentadores oficiais e a classe política portuguesa, onde a esquerda condenava o acordo e a direita, procurando defender-se, desvalorizava a sua importância³. Não obstante, a maioria destas reações parecia convergir na ideia de que, como escreveu Ana Sá Lopes num editorial do *Público*, “estamos a viver um corte epistemológico na política portuguesa”, pois este acordo “fica na história como o dia em que se abriu uma comporta à direita”⁴. Em contracorrente, o jornalista Pedro Tadeu foi das poucas figuras a apontar, num artigo de opinião publicado no *Diário de Notícias*, que esta união das direitas sempre esteve “tacitamente implícita

³ Marques, Bianca. 2020. "De Marcelo às redes sociais: as principais reações ao polémico acordo entre PSD e Chega". O Jornal Económico. 13 de novembro de 2020. <https://jornaleconomico.pt/noticias/o-acordo-nos-aco-res-que-provocolou-discordia-conheca-a-opinioao-dos-politicos-sobre-o-assunto-663683>.

⁴ Lopes, Ana Sá. 2020. "A direita normalizou Ventura e o Chega". *Público*. 2 de novembro de 2020. <https://www.publico.pt/2020/11/02/politica/noticia/direita-normalizou-ventura-chega-1937693>.

no seu combate político”, pois a “direita é uma irmandade que se une sempre na hora decisiva”⁵, a de formar governo com o objetivo de impedir a esquerda de o fazer.

Tendo isto em conta, propõe-se aqui uma análise processual e relacional que responda à questão sobre quais os mecanismos ideológicos e organizacionais que permitem explicar a rápida consolidação organizacional e o rápido crescimento eleitoral da extrema-direita contemporânea em Portugal. Esta resposta será elaborada através de uma abordagem específica que tem sido pouco explorada: caracterizar a sociogénese do Chega a partir da análise prosopográfica das trajetórias dos seus principais dirigentes e candidatos. Navegando em simultâneo nos campos da sociologia, da ciência política e da historiografia, é possível, assim, entender as novas configurações da extrema-direita, dar desenvolvimento aos estudos relativos à história da iteração portuguesa desta família política e analisar os fatores organizacionais implicados na consolidação de um novo partido político. Este tipo de abordagem permite, deste modo, questionar os principais conceitos e debates sobre a extrema-direita ao inserir o Chega naquele que é o processo de radicalização e reconfiguração partidária das direitas associado às transformações dos sistemas partidários nas crises do capitalismo contemporâneo.

A investigação estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é feita uma análise crítica dos principais conceitos e debates que têm vindo a ser produzidos em torno de quatro temas interrelacionados: o crescimento da extrema-direita contemporânea; a estruturação do sistema político português; a história da extrema-direita portuguesa; as principais linhas de investigação sobre o Chega. Argumenta-se que, num quadro de fragmentação partidária e polarização política associado às dinâmicas e crises do neoliberalismo, o crescimento da extrema-direita deve ser interpretado não necessariamente como um desvio em relação a este projeto político mas antes considerando as suas relações e níveis de porosidade com as restantes direitas. No segundo capítulo, é apresentada a metodologia de pesquisa adotada. A teoria dos campos constitui o recurso teórico-conceitual de eleição para a análise prosopográfica que se pretende conduzir. Isto permite testar a hipótese de que o partido Chega resulta da

⁵ Tadeu, Pedro. 2020. "O PSD e o Chega não são partidos irmãos?" Diário de Notícias. 11 de novembro de 2020. <https://www.dn.pt/opiniaao/opiniaao-dn/pedro-tadeu/o-psd-e-o-chega-nao-sao-partidos-irmaos-13022319.html>.

recomposição da direita partidária em Portugal e de uma renegociação das suas alianças políticas.

No terceiro capítulo, é iniciado o mapeamento deste processo de reconfiguração partidária a partir da análise prosopográfica da trajetória do líder e das trajetórias partidárias dos principais dirigentes e candidatos do Chega. Ao confirmar a hipótese que ocuparam posições nos partidos da direita tradicional e da extrema-direita, esta análise revelou que existe um elevado grau de continuidade e porosidade no campo das direitas e, em particular, que o recrutamento do pessoal político do Chega se fez essencialmente a partir das redes construídas neste campo desde o fim do Estado Novo e junto das elites políticas das direitas.

No quarto capítulo, é aprofundado o mapeamento das continuidades entre o Chega e as restantes direitas portuguesas ao descolar o foco da análise da circulação no campo político para outros campos de poder social. Verifica-se não apenas uma certa reprodução intergeracional das tradições contrarrevolucionárias que remontam pelo menos até à I República, mas também uma significativa penetração organizacional na sociedade civil e no estado num conjunto de grupos que representam os alvos eleitorais prioritários do Chega: empresários urbanos e do mundo rural, professores, forças de segurança e administração pública e privada. Os casos analisados partilham o neoliberalismo, o conservadorismo católico, a ideologia colonial e o anticomunismo que são centrais no programa ideológico do Chega.

No quinto capítulo, o mapeamento das continuidades no campo das direitas portuguesas é finalizado a partir de uma análise comparativa dos documentos programáticos do Chega e da chamada direita tradicional. Tendo em conta os resultados dos capítulos anteriores, continua a verificar-se um elevado grau de continuidade na sua produção ideológica, a qual integra o mesmo projeto político neoliberal. Neste sentido, as ideias e propostas políticas do Chega tratam-se mais de uma radicalização em torno de temas contínuos à direita do que propriamente uma inovação.

Os resultados desta investigação levam a concluir que, longe de ser uma “nova direita anti-sistema”, o Chega representa uma reação à viragem à esquerda do sistema político português em 2015 que pode ser interpretada uma resposta política específica a um quadro intensivo de austeridade implementado pelo governo da direita na sequência

da crise financeira de 2008 com vista à proteção social. Em linha com as restantes direitas portuguesas, o Chega encontra-se, portanto, alinhado no combate ao legado revolucionário de 1974 e, em particular, na oposição às tentativas de reconstrução do estado social observadas pós-2015 promovida pelas direitas portuguesas.

1 | Interpretar a radicalização das direitas contemporâneas

Em 1944, Karl Polanyi (2012) iniciava *A Grande Transformação* afirmando que a civilização do século XIX se tinha desmoronado. Assente nas instituições do sistema de equilíbrio de poder entre as Grandes Potências, o padrão-ouro internacional, o mercado autorregulado e o Estado liberal, esta viu as suas bases serem destruídas perante o deflagrar das duas guerras mundiais e a ascensão dos fascismos. Segundo o autor, as origens económicas e políticas destes acontecimentos situavam-se na formação dos mercados autorregulados e das crises daí resultantes. Neste sentido, a história do capitalismo é concebida como um duplo-movimento pendular assente num processo marcado por dois princípios organizadores distintos, o liberalismo económico e a proteção social, “estabelecendo cada um deles fins institucionais específicos, com o apoio de determinadas forças sociais e através da utilização de métodos distintivos” (*idem*: 300). Os efeitos da imposição da economia de mercado, ao estabelecerem a terra, a moeda e o trabalho como mercadorias a serem compradas e vendidas, eram tão nefastos que imediatamente eram tomadas ações espontâneas e medidas que visavam regular as trocas comerciais e proteger as condições de vida das populações perante a pauperização generalizada e a degradação do meio ambiente.

Numa época marcada por tensões e conflitos transnacionais – onde se destacam a Grande Guerra e a Grande Depressão de 1929 -, acontecimentos tais como o abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha, o New Deal nos EUA, a Revolução Russa de 1917 e a desagregação da Sociedade das Nações, representaram diferentes formas de reação às crises globais dos mercados autorregulados ao quebrarem com o conhecimento económico ortodoxo em direção a um modelo de desenvolvimento autárcico. Tal como estes projetos políticos, o fascismo procurou intervir na economia de mercado ao assumir sobre a mesma uma forma de controlo político que procurava restaurar os regimes de propriedade e autoridade que se encontravam fragilizados pelas mobilizações das classes operárias, dos sindicatos e dos partidos com vista à proteção social. Com o apoio das elites conservadoras e liberais, o fascismo respondeu a estas mobilizações assumindo a forma de regime em contextos tão diversos como Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Espanha, Portugal, entre outros países.

Mais tarde, a derrota do fascismo depois da II Guerra Mundial acabou por ser colocada ao lado de uma outra derrota. Num contexto de dissolução dos estados socialistas do leste europeu, Fukuyama (1989) desenvolveu a sua tese do “fim da história”⁶. Remetendo para a derrota do fascismo e para a dissolução do comunismo, o último inimigo da democracia liberal teria sido derrotado e as economias de mercado seriam os ideais a alcançar. A sucessão de crises económicas e as transformações políticas e ideológicas das últimas décadas do século XX contribuíram, no entanto, para o questionamento destas teses e para um renovado interesse na obra de Polanyi (Dale 2013). Autores como Nancy Fraser e Fred Block, por exemplo, têm procurado assim desenvolver uma perspetiva analítica estrutural que procura explicar estas crises resultantes das contradições do capitalismo moderno ao mesmo tempo que procuram clarificar as lutas sociais que têm vindo a emergir como resposta a estes mesmos desenvolvimentos (Fraser 2017b: 1). Encontrando-se as economias de mercado presentes na grande maioria dos países com regimes democráticos, estes autores procuram compreender como diferentes tipos de agentes possuem a oportunidade, o poder e a capacidade de desafiar e alterar as suas estruturas sociais naquilo que é um contramovimento polanyiano com vista à proteção social (Block 2008: 2).

A sua atenção tem estado focada no novo ciclo global de protestos em torno da crise de legitimidade das elites políticas nacionais e europeias perante a insatisfação relativamente às respostas à crise financeira de 2008 (Estanque, Soeiro, e Costa 2013). Movimentos reivindicativos que vão desde a Primavera Árabe, ao Occupy Wall Street, aos movimentos anti-austeridade na Europa do Sul, à ascensão da esquerda anti-imperialista na América do Sul e à emergência de figuras políticas tais como Bernie Sanders nos EUA e Jeremy Corbyn no Reino Unido, têm vindo a contestar cada um à sua maneira aquilo que constitui o retrocesso de vários direitos sociais ao longo das últimas décadas.

Por outro lado, temos encontrado também nestas análises um conjunto de figuras e partidos políticos que têm vindo a ser associados à extrema-direita, evocando a memória do período entre-guerras. Talvez a eleição de Trump em 2016 – analisada por Fraser (2017a) - e de Bolsonaro em 2018 – analisada por Peter Evans (2020b) - representem dois

⁶ Para uma análise de outros dois elementos centrais na construção da hegemonia neoliberal, o Consenso de Washington e o Relatório Delors sobre a União Económica e Monetária, ver Rodrigues (2018).

dos momentos mais importantes desta viragem à direita e do renascimento e transformação da extrema-direita contemporânea em contextos tão diversos como os EUA ou o Brasil. É possível encontrar também a consolidação eleitoral dos partidos políticos da extrema-direita, os quais apresentam uma história que em boa parte do continente europeu leva já várias décadas. Seja na Europa Ocidental, com o crescimento eleitoral de partidos como o FPÖ, a Frente Nacional (FN), a Alternativa para a Alemanha (AfD), a Lega, o Vox, seja na Europa Central e de Leste, onde países como a Hungria e a Polónia têm vindo a seguir tendências autoritárias com o Fidesz e do Lei e Justiça (PiS). Estes partidos têm em décadas recentes adquirido um apoio eleitoral crescente ao alcançarem resultados entre os 20 e os 25% dos votos em eleições nacionais. Em países como Áustria, Itália e Suíça, estes partidos já foram capazes de obter cargos ministeriais, em países como a Dinamarca apoiaram a formação de governos e na Hungria e na Polónia são os partidos de governo há já uma década. Também nas eleições europeias têm tido um crescimento eleitoral significativo, tendo-se consolidado em 2019 como as forças políticas mais votadas em países como Reino Unido, França, Itália, Hungria e Polónia (Ugarte 2021: 15-35).

1.1 Fascismo e populismo: conceitos e debates sobre a extrema-direita contemporânea

Como então caracterizar estas novas formações da direita contemporânea e as suas novas configurações ideológicas e sociais? Estes desenvolvimentos têm vindo a produzir um intenso debate sobre a definição dos seus programas políticos, a descrição dos seus quadros ideológicos e o perfil dos seus dirigentes, militantes e eleitores. Verificou-se ao longo da última década um crescimento significativo da produção jornalística e científica sobre esta reconfiguração da direita. Uma parte importante do debate público sobre estas formações políticas organiza-se em torno dos sistemas classificatórios mais adequados para as caracterizar. Assim, a analogia e a comparação com o fascismo histórico é mais ou menos impossível de evitar. Autores tão distintos como Enzo Traverso, Mabel Berezin ou Federico Finchelstein recorrem a esta analogia. Traverso (2019) considera que a ideia de fascismo é tão inapropriada como indispensável para caracterizar a extrema-direita contemporânea, que considera como pós-fascista. O autor argumenta que a sua

emergência tem vindo a reabrir nos debates contemporâneos a questão da relação entre a historiografia e os usos públicos do passado. Num contexto onde poucos atores políticos reivindicam explicitamente o fascismo do período entre-guerras - como vinha sendo discutido por Adorno (2020) -, estes continuam ainda assim a apresentar uma continuidade e semelhança histórica com o fascismo entre-guerras através dos seus modelos de liderança autoritária e retórica nacionalista exacerbada. As principais diferenças entre estas duas extremas-direitas prendem-se, segundo Traverso, com o facto de que o pós-fascismo emergiu num contexto diferente caracterizado pela emergência do neoliberalismo, pela integração europeia e pela derrota histórica da esquerda resultante da dissolução do compromisso social-democrata do pós-guerra entre capital e trabalho. Para o autor, isto ajuda a explicar que a extrema-direita contemporânea tenha procurado construir uma imagem democrática de si mesma e tenha trocado, por exemplo, o antisemitismo pela islamofobia na sua retórica nacionalista. Traverso frisa, portanto, que não devem ser ignoradas as suas raízes históricas no fascismo entre-guerras e que estas devem ser tidas em conjunto com as novas características que tem vindo a assumir. Este será um fenómeno em transição cujo resultado final não é possível ainda prever.

O valor heurístico do fascismo histórico tem sido, no entanto, mais frequentemente secundarizado. Ao procurar refletir sobre a utilidade analítica contemporânea de conceitos como fascismo e populismo, Berezin (2019) defende que fascismo deve ser visto mais como um evento específico do período entre-guerras. Para a mesma, a atenção deve encontrar-se focada nos contextos históricos em que qualidades tipicamente associadas ao fascismo e ao populismo emergem e a sua relação com a qualidade das práticas e instituições democráticas dominantes. O historiador Finchelstein (2019) defende também que o populismo moderno e o fascismo do período entre-guerras não devem ser de modo algum confundidos. Para este, o populismo moderno rejeita o recurso à violência ditatorial fascista e deve ser ao invés caracterizado por uma forma de democracia antiliberal, eleitoral e autoritária um líder personifica a vontade do “povo” contra as elites dirigentes sem nunca completamente o Estado de direito e a separação de poderes. Desde modo, o autor concebe o populismo moderno como um “pêndulo ideológico” (*idem*: 55) cujas experiências históricas têm oscilado “entre o extremo esquerdo e direito do espectro político” (*ibidem*: 127).

Numa linha historiográfica análoga, Cas Mudde (2019) – um dos mais destacados analistas do fenómeno populista contemporâneo – procurou num trabalho de síntese descrever a história da ultradireita desde o pós-guerra – que se divide entre a extrema-direita, que como o fascismo rejeita a democracia e utiliza métodos violentos para a derrubar, e a direita radical, que ainda que oposta ao “consenso da democracia liberal” se apresenta como uma alternativa “reformista” (*idem*: 19). Esta história pode ser dividida em quatro vagas distintas (*ibidem*: 23-34). A primeira vaga (1945-1955) diz respeito ao neofascismo, onde vários atores ainda leais aos regimes fascistas procuraram adaptar-se à nova realidade “tornando-se apolíticos ou trabalhando dentro dos partidos e dos sistemas democráticos” (*ibidem*: 23). A maioria destas movimentações terá tido existência curta e relevância reduzida. A segunda vaga (1955-1980) diz respeito ao populismo de direita, onde se assistiu “à ascensão de uma variedade de partidos e políticos populistas de direita, que se definiam mais por oposição às elites do período pós-guerra do que por lealdade a uma ideologia e a um regime derrotados” (*ibidem*: 25).

A terceira vaga (1980-2000) diz respeito à direita radical. “Alimentada pelo desemprego e pela imigração em massa” (*ibidem*: 27), a direita radical populista – classificação popularizada por Hans-Georg Betz (1994) – tornou-se a ideologia dominante da ultradireita europeia. Todos os partidos de ultradireita relevantes combinavam três elementos ideológicos: nativismo, autoritarismo e populismo. O primeiro diz respeito a uma combinação de nacionalismo e xenofobia, o segundo à defesa de uma sociedade com “uma ordem rigorosa” e o terceiro à oposição discursiva entre povo e elite. Estas características ideológicas - que se encontram no centro das análises sobre este fenómeno – representam, segundo Mudde, o objetivo último da direita radical populista: a etnocracia, “uma democracia na qual a cidadania se baseia na etnicidade (2019: 38). Apesar do seu crescimento eleitoral significativo, estes partidos defrontavam-se ainda com grandes dificuldades em se estabelecerem como forças dominantes nos parlamentos nacionais e transnacionais. Seria necessário aguardar pela quarta vaga iniciada no ano 2000 que representa para Mudde “a integração e a normalização da ultradireita, em geral, e da direita radical populista, em particular no século XXI” (*idem*: 13). Beneficiando eleitoral e politicamente de três crises distintas - os eventos de 11 de setembro de 2001, a crise financeira de 2008 e a “crise de refugiados” de 2015 – o que distingue a quarta vaga da terceira vaga é precisamente o crescimento exponencial do seu

apoio eleitoral, a sua emergência em países onde o fenómeno era até então considerado marginal e a sua crescente relevância para a formação de governos.

O crescimento eleitoral destes partidos ao longo das últimas décadas tem sido enquadrado naquele que é considerado o quadro mais abrangente de emergência de “desafiantes populistas”. Um conjunto variado de partidos políticos e movimentos sociais tem vindo a assumir uma forma de protesto e rejeição radical dos sistemas políticos dominantes que frequentemente desempenha um papel central nas transformações institucionais desses mesmos sistemas (Kriesi 2014). Inicialmente utilizado para descrever aqueles que foram os populismos agrários americanos e russos do fim do século XIX, este conceito tem sido mobilizado para a descrição de um variadíssimo conjunto de fenómenos ao longo da história, tal como nos mostra a tipologia elaborada por Margaret Canovan (1981)⁷. Este elevado grau de maleabilidade conceptual que frequentemente tem resultado na produção de múltiplas e contraditórias definições sobre aquilo que deve ser entendido como o fenómeno populista tem consequentemente levado vários autores a reconhecerem e incluírem o seu “caráter camaleónico” (Taggart 2000) nas suas análises.

É perante a dificuldade em trabalhar com o conceito que Mudde tem procurado elaborar a sua abordagem ideacional, a qual constitui a análise do populismo como uma ideologia de baixa densidade que separa a sociedade em dois campos antagónicos, o “povo” e as “elites corruptas” que o governam, e que defende que a política deve ser a expressão da “vontade geral” do primeiro (Mudde e Kaltwasser 2017: 6). Defende-se que esta abordagem fornece um determinado conjunto de novas possibilidades. Não só permite perceber os variados contextos em que esta ideologia se acopla a outras ideologias como o socialismo ou o liberalismo, como permite também registar a diversidade de atores políticos que fazem uso da mesma, as suas relações com os sistemas democráticos e dar conta dos fatores de oferta e procura política que explicam o seu crescimento (*idem*: 19-20). Esta abordagem que se tornou dominante nos “estudos do populismo” (Tuğal 2021) tem-se vindo assim a focar maioritariamente naqueles que são os seus elementos discursivos, ideológicos e performativos. Nas múltiplas formas que pode assumir, o populismo é tendencialmente visto como diretamente oposto ao elitismo e ao pluralismo (Mudde e Kaltwasser 2017: 7). É uma sombra permanente da democracia representativa

⁷ O conceito de populismo tem uma longa e complexa história nas ciências sociais. Uma das primeiras discussões importantes à volta do conceito encontra-se em Ionescu e Gellner (1970).

(Canovan 1999) que constitui uma ameaça antielitista e antipluralista constante aos sistemas democráticos (Müller 2016: 101-103).

Em conjunto com esta abordagem, é possível encontrar um conjunto de debates que procuram analisar o conjunto de fatores de oferta e procura política que permitem explicar o crescimento da direita radical e do populismo ao longo das últimas décadas. Estes debates encontram-se organizados segundo um conjunto de linhas dicotómicas que sintetizam os principais argumentos sobre o crescimento da ultradireita (Mudde 2019: 105-111). Os quatro debates mais relevantes serão: o “Protesto versus apoio”, a “Ansiedade económica versus reação cultural negativa”, o debate “Global versus local” e o debate “Líderes versus organizações”. Não obstante a importância do primeiro debate, onde se procura perceber se o voto neste partidos expressa meramente um protesto contra os partidos estabelecidos ou se pelo contrário uma adesão mais vinculada às suas ideologias, os restantes três debates são aqueles onde é possível encontrar a produção científica mais intensa. O apoio eleitoral à extrema-direita é frequentemente associado aos “perdedores da globalização”, cujo perfil típico será “branco, do sexo masculino, jovem, com alguma formação escolar e o preocupado com os imigrantes e a imigração” (*idem*: 86).

Dani Rodrik (2021) procurou desenvolver um modelo analítico com o objetivo de clarificar os mecanismos pelos quais a “globalização neoliberal” alimenta manifestações de populismo – de esquerda ou de direita. Do lado da procura, os processos de deslocação económica geram diretamente reivindicações redistributivas com conotações anti-elite. Indiretamente, geram a amplificação das divisões culturais e identitárias que resulta destes processos económicos. Do lado da oferta, geram a adoção por parte de candidatos políticos de agendas cada vez mais populistas em resposta a choques económicos ou então a adoção destas agendas com o objetivo de exacerbar tensões culturais e identitárias. No que toca ao populismo de direita, talvez a tese mais disseminada para explicar o seu crescimento seja a “reação cultural negativa” de Norris e Inglehart (2019) que consiste no argumento de que este é o resultado de um processo de longo-prazo de mudanças nas condições de vida das gerações nascidas no pós-guerra e de emergência de valores sociais “pós-materialistas”. Este processo terá produzido uma clivagem cultural em que grupos sociais mais envelhecidos e menos qualificados possuem atitudes negativas em relação à imigração, as quais serão instrumentalizadas por populistas de direita.

Através do recurso a um conjunto alargado de dados económicos, eleitorais e demográficos, Eatwell e Goodwin (2019) procuraram contrariar as teses de que o nacional-populismo – a sua variante de direita – é “quase exclusivamente alimentado pelos desempregados ou pessoas com baixos rendimentos” (*idem*: 29) ou que o mesmo se baseia em “homens brancos de idade avançada que, não tarda, morrerão” (*ibidem*: 33). Neste sentido, o apoio ao nacional-populismo não representa para estes autores um retorno do fascismo, mas levanta sim “legítimas preocupações democráticas que milhões de pessoas querem levar a debate e resolver” (*ibidem*: 11). Os autores apresentam a sua tese dos “quatro D’s” para explicar o crescimento deste apoio eleitoral e trazem um conjunto de dimensões não abordadas por outros autores. Encontramos aqui como tendências de longo prazo a desconfiança dos eleitores perante a elitização dos sistemas políticos, a destruição de comunidades e da identidade histórica do grupo nacional e dos modos de vida estabelecidos, o despojamento relativo em resultado das crescentes desigualdades de rendimentos e riqueza no Ocidente e o desalinhamento dos laços entre os partidos tradicionais e os eleitores que causa a volatilidade dos sistemas eleitorais.

Também Roger Brubaker (2017) procura explicitar o conjunto de tendências estruturais que tem vindo gradualmente a criar um espaço de possibilidades para o populismo. No entanto, o autor desconfia do conceito dado que este junta projetos políticos com bases sociais e modos de ação distintos. Prefere tratar o populismo como um repertório discursivo e estilístico, isto é, um conjunto de elementos mais ou menos estandardizados que podem ser ativados seletivamente pelos atores políticos. Esta abordagem resulta do reconhecimento de que a conjuntura populista das últimas décadas tem produzido não só formas de populismo de direita como também de esquerda (Judis 2017). As definições minimalistas têm vindo a ignorar o modo como ambas concebem o espaço social de modos distintos. Enquanto o populismo de esquerda é diádico, opera segundo uma oposição vertical entre o povo e as elites económicas, o populismo de direita é triádico, adiciona uma oposição horizontal ao defenderem o povo contra uma elite que acusam de favorecer um terceiro grupo, normalmente imigrantes. O reconhecimento desta distinção encontra-se mais em linha com autores como Laclau e Mouffe, que fazem uma avaliação normativa positiva do primeiro através do seu potencial emancipatório em

relação ao capitalismo (Laclau 2005; Mouffe 2019)⁸. Este raramente coloca em causa os direitos democráticos garantidos pelas democracias liberais, ao contrário do que argumentam os autores que consideram todo o populismo como uma ameaça antidemocrática.

Deste modo, não é possível explicar as variações substanciais produzidas nesta conjuntura relativamente à forma que assumiram e ao seu nível de sucesso sem fazer esta distinção. A partir do duplo-movimento polanyiano, Jonathan Hopkin (2020) procura explicar a ascensão destes diferentes projetos políticos como parte de uma tendência global “anti-sistema” em diferentes locais e com o apoio de diferentes perfis de eleitores. A ascensão daquilo a que frequentemente se refere como “populismo” é o resultado da rejeição da ordem política e económica que governou as democracias ricas do ocidente desde a emergência do neoliberalismo nas décadas de 70 e 80 do século passado, o que explica a sua preferência pela categoria “anti-sistema”. Se a esquerda anti-sistema coloca o sistema capitalista como o seu principal alvo, procurando proteger as populações das decisões arbitrárias dos mercados autorregulados, a direita anti-sistema tende a fazer uma crítica mais seletiva das políticas neoliberais, criticando as mesmas mais na medida em que comprometem a “identidade nacional”, o que implica críticas mais direcionadas ao sistema político do que ao sistema económico como um todo (*idem*: 61-67).

O autor centra-se no desenvolvimento de políticas sociais e económicas das democracias ricas do ocidente, bem como em instituições supranacionais como a UE, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). A ascensão e a queda do capitalismo democrático mostra como o sucesso dos partidos anti-sistema é a consequência direta da degradação do laço que unia os eleitores e os seus representantes. No pós-guerra, marcado pela construção do estado-providência, o capitalismo democrático ancorou-se em partidos políticos organizados e sindicatos incrustados na sociedade e no estado, exercendo o seu poder através de eleições competitivas. A hegemonia neoliberal das décadas de 70 e 80 iria inverter esta relação de forças. O declínio da função representativa dos partidos – agora “partidos de cartel” - e dos sindicatos com vista à concretização destas políticas implicava o fim de estruturas com elevados níveis de participação, existindo uma forte correlação estatística entre o declínio

⁸ Para uma crítica ao recurso do populismo como estratégia política de esquerda, ver Honório (2019: 19-27) e Louçã (2019: 220-1).

das mobilizações sindicais e partidárias e o aprofundamento das desigualdades de rendimento (*ibidem*: 24-30). Foi deixado um espaço eleitoral vazio causado pela convergência da esquerda com a direita neoliberal num “centro” cujo objetivo seria a consolidação dos mercados autorregulados e a integração europeia, ficando a esquerda reduzida a um movimento emancipatório agora aliado aos defensores dos mercados. O crescimento dos níveis de abstenção pode então ser lido como o resultado da ausência de alternativas políticas concretas, o que incentiva o voto em partidos e candidatos “anti-sistema”, exemplificado pelo declínio das percentagens de votos dos dois partidos dominantes em cada país à medida que aumentavam as percentagens obtidas por estes (*ibidem*: 67-73), o que, por sua vez, leva à fragmentação e polarização dos sistemas partidários.

Esta reação anti-sistema começou já a verificar-se nos anos 90, no entanto a crise financeira de 2008 terá acelerado estas tendências, sendo explicada através de três variáveis: o sistema eleitoral de cada país; o sistema de bem-estar; a exposição de cada país às condições financeiras internacionais. Estas ajudam a entender a variação da resposta anti-sistema segundo três modelos distintos: o dos países credores do Norte da Europa, com os seus sistemas eleitorais mais abertos e estados sociais mais inclusivos combinados com uma rejeição da mutualização da dívida europeia, o que teve uma penetração intensa no eleitorado de regiões em declínio económico em favor da direita anti-sistema. O modelo dos países da Europa do Sul, que com os seus sistemas eleitorais mais fechados à entrada de novos partidos e provisão de proteção social mais seletiva em detrimento de grupos sociais mais jovens e feminizados terão aumentado o apoio por parte destes à esquerda anti-sistema. Por último, o modelo anglo-americano (Reino Unido e EUA), com as suas fracas provisões de bem-estar e elevada exposição a riscos económicos de um modo mais generalizado, incluiu fortes respostas anti-sistema do lado da direita e do lado da esquerda, ainda que com vitórias da primeira.

Olhando para um conjunto de casos que ficam fora do campo de análise de Hopkin, Orenstein e Bugarič (2020) demonstram como a ascensão da extrema-direita na Hungria e na Polónia constitui uma resposta a um processo de liberalização económica que foi fortemente acelerado a partir de 1989. Até 2008, os partidos encontravam-se alinhados com o programa neoliberal dominante, procurando atrair investimento estrangeiro e alcançar os padrões de crescimento dos restantes países ocidentais que

tinham começado a liberalizar as suas economias mais cedo. A partir daí, o Fidesz e o PiS foram dos primeiros a quebrar com este consenso neoliberal e a desenvolver um modelo nacionalista e conservador baseado na ativação da força de trabalho, na taxação de empresas estrangeiras e no chauvinismo de bem-estar, tudo isto resultando num capitalismo iliberal planeado traduzindo em políticas sociais tais como o aumento dos salários, o apoio à natalidade, bem como programas de habitação acessível e reversão do aumento da idade de reforma, entre outras.

A tese da rejeição do neoliberalismo requer, no entanto, algum cuidado. Olhando, por exemplo, para o caso francês, verifica-se que a capitulação da social-democracia face ao neoliberalismo e o desmoronamento das antigas alianças de classe do mundo operário mantidas pela esquerda tem vindo a unir, ainda que de um modo volátil e instável, largas frações das camadas populares fragilizadas ou precarizadas⁹ - cujo comportamento eleitoral mais frequente é o da abstenção (Pereira 2021) - com as profissões do comércio ou dos reformados abastados do sul de França, ou até mesmo com os militares fascistas e as velhas famílias católicas tradicionalistas (Eribon 2019: 127). Isto significa que a extrema-direita, ainda que tenha vindo a emergir de desigualdades de classe específicas resultantes da liberalização dos mercados, tem várias vezes procurado servir o sistema capitalista que promete contrariar (Dörre 2019). Encontramos uma aliança de grupos-chave que, mais do que significar um apoio das massas trabalhadoras situado à direita, tem vindo a beneficiar da desativação progressiva das esquerdas, reutilizando taticamente parte dos seus discursos e políticas (Veiga *et al.* 2019: 408), pois na realidade os seus eleitores mais leais não se enquadram no perfil das classes mais desfavorecidas (Eatwell e Goodwin 2019: 39-44).

Procura-se aqui argumentar que para além de olhar “para baixo” para o “chauvinismo de bem-estar” se deve também olhar “para cima” para as classes intermédias e superiores que concedem o seu apoio a estes projetos políticos, algo que é pouco salientado pelas investigações que tendem a focar-se mais na sua xenofobia e nacionalismo (Lim 2021). Este é um dos problemas que podem ser identificados

⁹ Através de 500 entrevistas realizadas nas eleições alemãs e francesas de 2017, Hillje (2018) mostrou como as visões de pessoas que vivem em regiões estruturalmente fracas com uma alta proporção de eleitores populistas de direita se encontram relacionadas à precariedade do trabalho e infraestruturas sociais em declínio e menos com questões como islamização, euroceticismo e identidade nacional, ao contrário dos meios de comunicação que ao nível nacional se focam quase exclusivamente nas mesmas.

relativamente à aplicabilidade do conceito de populismo à extrema-direita: pressupõe uma oposição discursiva do povo às elites, quando na realidade recolhe frequentemente apoio junto destas. Veja-se como o Tea Party, ao desempenhar um importante papel na radicalização do Partido Republicano, era composto não só pelos ativistas de base, como também pelos setores mais à direita da comunicação social e grupos bilionários de advocacia que direcionavam fundos e apoios com o objetivo de difundir as suas agendas de desregulação económica (Skocpol e Williamson 2016: 157). É errado assumir que no século XXI a extrema-direita tenha virado efetivamente à esquerda nos seus programas económicos, pois a retórica contra as multinacionais e o discurso marcado pela recuperação da soberania económica tende a esconder a colocação em marcha de políticas claramente neoliberais que coexistem com políticas sociais mais seletivas cujo objetivo será a reconfiguração dos estados nacionais para o controlo dos processos de acumulação capitalista, onde a Hungria se mostra como um caso paradigmático (Forti 2021: 87-95).

Estas observações demonstram a necessidade de uma análise processual e relacional às trajetórias sociais, políticas e ideológicas dos militantes e eleitores da extrema-direita, o que significa procurar compreender as suas estruturas organizacionais e os tipos de relações existentes entre líderes, quadros, estado e sociedade civil e não apenas os seus elementos ideológicos (Mouzelis 1985). Ao contrário dos que têm vindo a apontar a insignificância do fascismo no pós-guerra, autores como Corey Robin (2013), Micocci e Di Mario (2018) e Dave Renton (2019) têm vindo a reconhecer a natureza partilhada por fascismo e neoliberalismo relativamente às suas ideias e práticas. A proximidade entre ambos representa assim uma das mais recentes expressões da direita que desde a Revolução Francesa tem apostado num tema contínuo: a conservação de regimes privados de poder. Nesta longa tradição contrarrevolucionária¹⁰, é possível capturar as semelhanças ideológicas essenciais entre as diferentes direitas (Robin 2013: 34). É também possível reconhecer o elevado grau de porosidade organizacional entre as mesmas num processo lento e gradual de convergência – tanto nacional como transnacional - que desde o pós-guerra sofreu vários avanços e recuos (Renton 2019). Existe aqui uma forte circulação de atores dentro e fora dos meios parlamentares e partidários, pois estas direitas sempre se encontraram bem alicerçadas em várias posições de poder social, ao contrário do que defendem autores como Mudde.

¹⁰ Cujas retóricas já tinham sido identificadas por Albert Hirschman (1991).

De modo a compreender e a explicar adequadamente a extrema-direita contemporânea, é necessária uma abordagem de “longa duração” que tenha em conta as estruturas e processos associados ao desigual desenvolvimento histórico do capitalismo ao longo do tempo e do espaço (Saul et al. 2015: 2). Ainda que os seus detalhes e especificidades se tenham vindo a alterar, vários autores têm vindo a apontar um conjunto de aspetos essenciais a serem tidos em conta para a análise da extrema-direita desde aquele que é considerado o primeiro momento de emergência de uma extrema-direita consolidada: as revoluções europeias de 1848-9. Estas são consideradas um momento de demarcação que produziu um contexto fértil para a sua mobilização pela incapacidade das classes do *ancién regime* de fazerem frente às crescentes mobilizações da esquerda e pela construção de uma forma distinta de estado “bonapartista” que antecipou as ditaduras fascistas. Estes autores têm vindo a apontar, assim, que as dinâmicas de classe e as lógicas variáveis de poder político são elementos essenciais que permitem analisar as expressões que a extrema-direita tem vindo a assumir ao longo dos últimos séculos. Assim, é isto que permite ter em conta a continuidade histórica da extrema-direita em contextos diversos ao longo do tempo e do espaço onde, por exemplo, a sua relação com o estado e a competição partidária assume lógicas distintas, como é caso das diferenças entre o período entre-guerras e a atual conjuntura neoliberal..

Isto leva a reconhecer a importância heurística de processos envolvidos na tomada de poder por parte dos fascismos entre-guerras, os quais foram sempre antecidos e legitimados pela sua proximidade com as direitas conservadoras, como é possível verificar nas investigações de Michael Mann (2012) e Robert Paxton (2004). Ainda que o descontentamento popular tenha aberto uma janela de oportunidades, este nunca terá sido suficiente para as vitórias que alcançou, sendo necessário o apoio das elites num duplo processo de fascistização – de cima para baixo e de baixo para cima – através de uma lógica de fusão-compromisso-conflito entre as várias direitas (Rosas 2018: 58-63). É este o tipo de correlação de forças que se deve procurar tornar explícito na extrema-direita contemporânea. Para além da avaliação do seu peso eleitoral, deve-se olhar para a sua relação com a radicalização da chamada direita clássica que cria “um ponto de articulação das novas coligações das direitas num lugar político e ideológico bem mais à direita [...] exatamente como sucedeu com todas as coligações que no período entre-guerras sustentaram regimes fascistas e fascizados” (Loff 2021: 64).

Dado o modo como o neoliberalismo tem vindo a obscurecer diferenciais de classe e a favorecer processos de controlo político, criminal e militar, a extrema-direita tem vindo a beneficiar de um conjunto de oportunidades que não se encontram necessariamente em oposição ao neoliberalismo, mas que dele derivam (Davidson e Saull 2017: 719). Combinados com a ausência de uma ameaça revolucionária de esquerda, processos tais como as novas formas de autoritarismo estatais e privadas associadas à normalização de estados de exceção hipervigilantes têm significado uma “contínua retração das conquistas democráticas do pós-guerra nas democracias liberais ocidentais” (Tsoukala 2021: 98), a qual se tem mostrado até ao momento compatível com os sistemas parlamentares liberais. Tendo a sua expressão mais recente na pandemia covid-19, esta degradação da democracia legítima e antecipa transições autoritárias protagonizadas pela extrema-direita, mas que não foram iniciadas necessariamente pela mesma, tal como aconteceu no período entre-guerras (Loff *et al.* 2021: 264-5). Mesmo não procurando o derrube dos sistemas parlamentares, a extrema-direita tem visto o avance das suas causas.

1.2 O sistema político português: reconstrução do capitalismo na semiperiferia mundial

Em linha com aquela que é considerada a quarta vaga da ultradireita, a obtenção de representação parlamentar em Espanha por parte do Vox em 2018 e Portugal por parte do Chega em 2019 representa uma nova etapa na tendência de crescimento destes partidos políticos em locais onde estes eram considerados marginais, o que vem, de facto, reforçar a tese de que nenhum país é imune a este tipo de políticas (Mudde 2019: 180-1). Classificados como parte de um “excepcionalismo ibérico” que traduzia esta ausência, estes países caracterizados por trajetórias histórico-políticas semelhantes dados os processos de democratização pelo quais passaram na década de 70 e dados os seus sistemas partidários semelhantes não só não tinham representação parlamentar de partidos classificados como de extrema-direita como viram os seus parlamentos virar à esquerda como reação aos severos programas de austeridade aplicados após 2008.

As análises científicas produzidas sobre este “excepcionalismo português” têm vindo a centrar-se em argumentos tais como os baixos níveis de euroceticismo, baixas taxas de imigração, falta de espaço político para o seu desenvolvimento e baixo

envolvimento dos meios de comunicação social na mediatização do populismo (Silva 2018: 1). Portugal foi considerado um caso de exceção relativamente à representação parlamentar do “populismo de direita” e como um caso representativo do “populismo de esquerda” através de partidos como o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) (Lisi e Borghetto 2018; Lisi, Llamazares, e Tsakatika 2019; Salgado e Zúquete 2017; Silva 2018). Em suma, vários cientistas sociais – segundos os quais as “atitudes populistas” se encontravam já largamente difundidas pelo eleitorado (García e Salgado 2020; Sara Salgado, Pinto, e Duarte 2019; Susana Salgado 2018; Susana Salgado et al. 2021; Santana-Pereira e Cancela 2021) – vinham a apontar até ao momento a inexistência de uma extrema-direita relevante não só ao nível eleitoral como também mediático (Caeiro 2019).

Como se procurou argumentar anteriormente, a análise daquilo que tem sido o crescimento eleitoral da extrema-direita contemporânea não pode ser desligada da sua “historicidade e a sua inscrição em contextos de crise transicional dos sistemas políticos” (Loff 2021: 53). Coloca-se deste modo a necessidade de um olhar sobre o sistema político português tal como este se tem vindo a estruturar desde 1974 para compreender o processo de reconfiguração das direitas contemporâneas e questionar as teses assentes no excecionalismo. A realização deste debate resulta do entendimento de que a interpretação da extrema-direita portuguesa deve ser acompanhada da história política e institucional que ao longo do século XX português conheceu a vigência de quatro regimes políticos distintos - segundo a categorização de Fernando Rosas (2020) -, a I República (1910-1926), a Ditadura Militar/Estado Novo (1926-1974), o regime da Revolução Portuguesa de 1974/1975 e, por fim, o regime da democracia constitucionalizada em 1976 que se encontra ainda em curso. Em suma, procurar-se-á demonstrar como a ciência política e a historiografia têm vindo a interpretar o sistema político português desde 1974 e em que medida estes debates nos permitem interpretar a extrema-direita portuguesa em relação com o cenário mais abrangente do crescimento destas forças políticas.

A análise do processo de reconfiguração das direitas portuguesas não poderá ser então desligada daquelas que têm vindo a ser as transformações do estado desde o fim do regime do Estado Novo. Debilitado por uma tripla crise, uma crise de hegemonia resultante da falta de coesão entre a burguesia agrária e a burguesia industrial-financeira, uma crise de legitimação, resultante da incapacidade do Estado para institucionalizar as

relações entre capital e trabalho perante a industrialização, a emigração em massa e a crescente nova pequena burguesia, e uma crise de matriz organizativa traduzida nas incapacidades administrativas de regulação destas correlações de forças (Santos 1998: 21-23), o colapso deste regime a 25 de abril de 1974 não implicou o colapso generalizado do estado, mas sim um colapso mais seletivo. A rutura deu-se ao nível das suas características mais explicitamente fascistas: o partido único, a polícia política, a repressão da liberdade de expressão e de associação, entre outras. Setores importantes tais como as forças policíacas e militarizadas, a administração da justiça, o sistema penitenciário, as políticas de segurança social, como também a Igreja Católica, não sofreram um processo muito profundo de transformação interna (*idem*: 27). A este respeito, a historiadora Maria Inácia Rezola mostra como os saneamentos na Função Pública foram marcados por um nível significativo de moderação que consistiu numa tentativa de esquecer o passado ditatorial por parte dos setores militares e civis que em reação ao processo revolucionário procuraram reverter os saneamentos e promover mecanismos de reintegração (2019: 36).

O conceito de estado paralelo mostra-se particularmente útil para entender este processo de reconstrução do estado. Num contexto onde a revolução produziu um conjunto alargado de reivindicações populares tais como o reconhecimento da autonomia das organizações sindicais, o direito à greve, estabilidade do emprego, salário mínimo, contratação coletiva, restrições aos despedimentos, entre outros, o capital privado viu os seus lucros diminuir drasticamente. Perante a Constituição de 1976 que estipulava a construção do socialismo, verificou-se a emergência de um estado paralelo que promovia a distância entre o quadro constitucional e as práticas sociais e políticas com vista à restauração da ordem capitalista - uma correlação de forças resultantes dos eventos conducentes ao 25 de novembro de 1975 que tiveram uma participação central por parte das várias direitas – e à renegociação da posição de Portugal enquanto país semiperiférico através da sua integração na Comunidade Económica Europeia (CEE) após o desmantelamento do império colonial.

Este processo possui uma dimensão política, uma económica e uma simbólica (Santos 1992: 58-61). Este tem servido para justificar a deslegitimação das reivindicações sociais alegadamente contrárias à construção do chamado projeto europeu. Legitimado pela gestão dos fundos estruturais da CEE que permitiu a curto prazo a construção de infraestruturas e a criação de emprego, o processo de integração tem-se traduzido no

Estado-como-imaginação-do-centro, o qual tem servido como uma forma de despolitização que invoca a inevitabilidade das reformas neoliberais dominantes através da ligação do período colonial ao período pós-colonial. Este processo possui um papel central naquela que tem sido a construção da memória da guerra colonial baseada numa “crescente reconversão e apropriação para fins políticos e económicos” (Cardina 2020: 388) que oscila entre a “celebração identitária e o silenciamento seletivo [...] no discurso produzido pelas altas figuras do Estado” (*idem*: 391).

A intensificação recente dos debates sobre o passado colonial encontrar-se-á relacionada também com aquele que é o processo de reconstrução socio-política da memória coletiva acerca do regime do Estado Novo (Loff 2014), o qual tem tido uma participação significativa por parte das elites sociais, económicas e culturais associadas ao campo das direitas ativas durante e após o período do Estado Novo com vista à deslegitimação do período revolucionário e à desvalorização das práticas autoritárias que o precederam e se continuaram a reproduzir. Neste sentido, mais do que um quase desaparecimento do passado na agenda política nas décadas que se seguiram à consolidação democrática, algo interpretado por Filipa Raimundo pela natureza deste mesmo processo e dos atores que dominantes mais interessados na integração europeia e pelo desaparecimento de potenciais herdeiros do regime (2015: 4), tem-se vindo a assistir a uma ativa revisão da memória histórica com objetivos concretos. Esta é uma das variadas formas de continuidade em relação ao anterior regime que tem vindo a ser invisibilizada por uma “visão restrita da história focada na tipologia institucional do regime, nos seus projetos e poderes e na ação do seu líder” (Domingos e Pereira 2010: 14). Como acontece em outros países que passaram por processos de transição democrática, também em Portugal se tem verificado esta disputa no campo historiográfico em torno do Estado Novo e da forma mais adequada de o classificar, nomeadamente se o mesmo deve ou não ser classificado como um regime fascista ou simplesmente como um regime autoritário ou conservador (Léonard 2020).

Numa linha historiográfica que tende a secundarizar as continuidades relativamente ao legado autoritário, talvez a referência central para a análise do sistema partidário português seja o trabalho de Carlos Jalali que procurou “analisar o sistema partidário português desde 1974 até às eleições legislativas de 2005, detalhando a sua natureza, dinâmicas e determinantes” (2007: 19) através dos conceitos e modelos

desenvolvidos para a análise comparativa dos sistemas de partidos da Europa Ocidental. Segundo o autor, a principal linha de clivagem da competição partidária pós-1974 será a da separação entre Partido Socialista (PS) e PCP em favor de uma “coligação pela democracia liberal” do PS com os partidos à sua direita, Partido Social-Democrata (PSD) e Centro Democrático Social (CDS)¹¹. É segundo esta linha que o sistema de partidos português se encontraria congelado desde 1975 e que esse estado derivaria dos posicionamentos tomados pelos partidos durante o processo revolucionário e dos resultados desse processo de transição democrática. O autor tende a abordar os partidos portugueses como entidades monolíticas fechadas em si mesmas. Se é verdade que uma dimensão central da disputa partidária tem vindo a expressar-se sobre a forma de um “bloco central” que viu a cooperação entre PS, PSD e também CDS em determinados pontos – como as revisões constitucionais de 1982, 1989 e de 1992 e a adesão à CEE – o autor parece não reconhecer este processo como uma dinâmica de viragem à direita inserida naquela que tem sido a mais abrangente viragem neoliberal das décadas de 70 e 80, mas simplesmente como a consolidação da “democracia liberal” em contraposição à suposta “ortodoxia comunista” dos partidos à esquerda do PS.

Neste sentido, o autor oferece explicações insuficientes sobre os interesses materiais e os quadros ideológicos presentes nas competições tanto interpartidárias como intrapartidárias, marginalizando ainda nessa obra a relação destes com a sociedade civil, algo indispensável para a interpretação da consolidação das suas bases de poder. Veja-se como é ignorada aquela que foi a emergência de um campo intelectual neoliberal entre 1976 e 1989 composto por um conjunto crescente de economistas, empresários, jornalistas e políticos em universidades, bancos, confederações patronais, imprensa e que desempenhou um papel central na radicalização das direitas portuguesas para a superação do legado revolucionário e a construção de um regime de acumulação baseado em financeirização, desindustrialização, desregulação e integração europeia (Noronha 2021). As interpretações produzidas sobre as direitas portuguesas são caracterizadas também por um esquecimento sistemático dos significativos níveis de continuidade e porosidade em relação, por exemplo, ao bombismo da extrema-direita durante o período revolucionário

¹¹ Para uma breve história dos partidos que detinham representação parlamentar na legislatura de 2015-2019 encontram-se disponíveis as seguintes referências: PS (Gomes 2019), PSD (Silva e Silva 2019), CDS (Marchi et. al. 2019), PCP (Reis 2019), BE (Silva e Lameiras 2019), Partido Ecologista os Verdes (PEV) e PAN (Silveira et. al. 2019).

e à absorção destas elites direitistas e seus respetivos eleitorados por parte das direitas que fizeram parte da chamada “coligação pela democracia liberal”¹². Veja-se também como a formação de novos partidos políticos que obtiveram representação parlamentar como o Partido Renovador Democrático (PRD) em 1985, o Partido da Solidariedade Nacional (PSN) em 1991 e o BE em 1999 não é considerada relevante para a alteração das dinâmicas do “bloco central”.

Em oposição à linha historiográfica que tende a defender que a institucionalização formal da “democracia liberal” portuguesa era uma necessidade perante os “excessos” do movimento revolucionário de massas, interessa compreender como a Revolução de 1974/1975 não foi capaz de prolongar as suas conquistas face a um processo contrarrevolucionário que progressiva e constitucionalmente se foi instalando como forma de política dominante para a reconstituição oligárquica do capitalismo (Rosas 2020: 77)¹³. É isto que Boaventura de Sousa Santos entende como a emergência de formas de fascismo social como um dos “impactos mais destrutivos do capitalismo neoliberal” (2012: 140). Mais do que representar um regresso do fascismo na sua forma historicamente conhecida, o fascismo social significa, essencialmente, que “a erosão progressiva dos direitos económicos e sociais” (*idem*) impossibilita o exercício dos direitos garantidos formalmente pelas democracias liberais para a proteção dos cidadãos perante a degradação profunda das suas condições de vida.

Seguindo esta linha historiográfica, é possível encontrar três campos políticos distintos em confronto no período democrático (Rosas 2020: 89-96). O campo da esquerda, cuja base social se encontra concentrada nas zonas populares e operárias sobretudo da Grande Lisboa, margens norte e sul do Tejo e nos assalariados rurais dos campos da reforma agrária sob a hegemonia do PCP e da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) numa estratégia de defesa das “conquistas de Abril”. Entre 1979 e 1985, os seus votos oscilavam entre os 15% e os 21%. O campo do centro é representado pelo PS, cuja base social se encontra regionalmente espalhada de norte a sul assente na pequena burguesia urbana, nas classes médias e também no mundo operário. Até ao fim do século XX, a sua defesa da “normalização democrática” significou uma

¹² O jornalista Miguel Carvalho (2019) fornece um bom ponto de partida para a análise daquilo que foram as mobilizações armadas das direitas durante o PREC.

¹³ O que se encontra em linha com os trabalhos de António Casimiro Ferreira (2019) sobre a luta político-ideológica em torno Constituição Portuguesa desde o momento constituinte.

continuada convergência estratégica com a direita, quer isso assumisse a forma de alianças formais com a direita ou a forma de consensos de colaboração estratégica durante a década das maiorias absolutas do cavaquismo (1985-1995). Por último, perante a força revolucionário de 74/75 o campo das direitas aceitou politicamente o consenso constitucional que resultou desse processo, no entanto o seu objetivo tem sido o de devolver o poder às velhas e novas elites económicas e sociais. Ainda que com uma estrutura social e regional de apoio semelhante à do PS, este campo das direitas representado por PSD e CDS encontrava-se fortemente concentrado nos meios urbanos e rurais a norte do Tejo e nos meios empresariais do norte.

Assim, os argumentos de Jalali (2007) sobre o congelamento do sistema de partidos não reconhecem aqueles que têm sido os impactos económicos e sociais dos processos de desregulação económica levados a cabo pelo centro e pela direita – especificamente como o primeiro se aproximou do segundo e a esquerda assumiu posições cada vez mais defensivas. Esta subversão neoliberal do modelo económico e social acabaria, no entanto, por se esgotar “perante o cansaço e o repúdio da maioria da população” (Rosas 2020: 103) dado o fim do clima económico e financeiro favorável às maiorias absolutas do PSD e que viu as mobilizações de massas saírem às ruas em forma de protesto pela degradação das suas condições de vida. Neste contexto, as transformações pelas quais o CDS passou durante a década de 90 como resultado dos baixos resultados eleitorais obtidos durante as maiorias absolutas do cavaquismo através das lideranças de Manuel Monteiro – fundador do Partido da Nova Democracia (PND) em 2003 – e de Paulo Portas marcaram uma aproximação aos temas eleitorais normalmente associados à “direita radical populista” – como mostram os programas eleitorais de 1999, 2002 e 2005 -, o que terá permitido ganhar força política suficiente para a direita voltar ao poder em 2002 sob a forma de um governo de coligação (Costa 2007). Dada a maioria absoluta do PS em 2005, “seria preciso esperar pela grande crise de 2008/2009, pela *troika* e pelo novo governo de Passos Coelho e Paulo Portas em 2011, para a direita poder fazer com a legislação laboral o equivalente ao que o cavaquismo fizera com as nacionalizações e a reforma agrária” (Rosas 2020: 105).

Nesse ano, após a queda de um governo minoritário do PS de José Sócrates, entrou em vigor um programa de resgate financeiro da Troika assinado ainda por esse governo com o apoio de PSD e CDS e com a oposição ao mesmo a vir da Coligação Democrática

Unitária (CDU) e do BE. É aqui que volta a entrar a discussão sobre a “reação anti-sistema” e a sua relação com o lugar de Portugal no modelo da Europa do Sul definido por Hopkin (2020: 180-184). Tal como noutros países, a resposta eleitoral a estes desenvolvimentos inicialmente tomou a forma de uma mudança de governo dentro do chamado “arco da governação”. O PS sofreu uma das maiores derrotas eleitorais da sua história, tendo maior parte dos seus votos sido absorvidos pelo PSD enquanto a esquerda não beneficiou destas transferências. A afluência às urnas nestas eleições legislativas de 2011 foi a mais baixa desde as primeiras eleições de 1975 até esse momento com apenas 58% do eleitorado a participar. Já o novo governo PSD/CDS não só iria aplicar as medidas impostas pela Troika como também aproveitaria o resgate financeiro para levar a sua agenda neoliberal mais longe.

Nas legislativas de 2015, PSD e CDS procuraram manter a sua posição no poder através da coligação Portugal à Frente (PàF), no entanto estes perderam cerca de 700 mil votos. Não só estes resultados significaram a perda da maioria parlamentar detida pela direita, como também os restantes partidos de esquerda obtiveram ganhos eleitorais significativos. O PS recuperou para 32% e os partidos à sua esquerda somavam 18,5% e 36 deputados, sendo preciso recuar até 1979 para os encontrar com um número mais elevado de assentos. Esta nova correlação de forças abriu a oportunidade para a formação de um acordo parlamentar entre PS, CDU e BE após a rejeição parlamentar do programa do governo PàF¹⁴. Esta marcou uma significativa viragem à esquerda que consistia nas ideias de era preciso travar a austeridade e de que o estado se deveria focar em políticas sociais redistributivas, deveria repor os cortes das pensões ou aumentar o salário mínimo, o que se refletiu na deserção de votos da direita para o PS entre reformados e funcionários públicos, bem como a mobilização de outros grupos sociais marcados pela precariedade laboral¹⁵.

¹⁴ Para uma descrição dos eventos relativos às negociações para a formação de governo, ver De Giorgi e Santana-Pereira (2016: 13-4), Fernandes (2016: 896-8) e Fernandes *et al.* (2018).

¹⁵ De acordo Cancela e Magalhães (2020), as legislativas de 2011 e 2015 fortaleceram a relação entre o rendimento e a instrução dos inquiridos relativamente à propensão dos eleitores para votarem PSD/CDS. Intensificou-se neste a sua maior ancoragem junto de um eleitorado com mais recursos perante o abandono dos eleitores com níveis de rendimentos mais baixos e com idades mais avançadas para a abstenção (Figura 11, pág. 12). Grupos tais como reformados, funcionários públicos, operariado, pequenos comerciantes, pequenos empresários pequenos gestores foram essenciais para o crescimento eleitoral do PS e dos partidos à sua esquerda e não apenas grupos jovens e feminizados, como diz Hopkin.

Em síntese, a crise financeira de 2008 foi um importante fator na mudança os padrões da política de coligações à esquerda em Portugal e ofereceu uma oportunidade de renovação e rejuvenescimento da social-democracia (Freire 2021), ainda que continuem a existir tensões na esquerda relativamente, por exemplo, à integração europeia (Lisi 2016). Também se verificou em 2015 a emergência de novos partidos que alcançaram atenção mediática, ainda que não tenham obtido representação parlamentar. Partidos como o Livre, liderado pelo antigo eurodeputado Rui Tavares, o PDR, cujo líder Marinho e Pinto é um advogado e antigo Bastonário da Ordem dos Advogados conhecido pelas suas crónicas criminais televisivas, bem como o Agir, o Juntos pelo Povo (JPP) e o Partido Unido dos Reformados e Pensionistas (PURP). Destes, o Pessoas-Animais-Natureza (PAN) foi o único a eleger um deputado, uma nova entrada no parlamento que já não se verificava desde a eleição de dois deputados do BE em 1999 (Fernandes 2016).

A eleições legislativas de 2019 foram analisadas e comparadas com o período eleitoral anterior pela ciência política. Fernandes e Magalhães (2020) argumentaram que estas tiveram essencialmente duas consequências: o retorno do PS à sua posição histórica de partido dominante – com este a absorver parte dos seus votos da anterior coligação PàF, BE, PCP e da abstenção -, bem como a entrada de três novos partidos, o Livre, a Iniciativa Liberal (IL) e o Chega. Ainda que se tenha verificado em Portugal um elevado grau de estabilidade eleitoral no período pós-resgate financeiro, existem algumas tendências que devem ser tidas em conta. Tem-se verificado desde 2002 um número crescente de partidos políticos candidatos a eleições, ainda que muitos tenham tido pouco impacto na formação de governos (Lisi *et al.* 2021: 186). Verificou-se um número recorde de 21 partidos a constarem nos boletins eleitorais com alterações relevantes no espectro da direita. Estes desenvolvimentos encontram-se em linha com aquela que é a tendência de fragmentação e polarização partidária analisada por Hopkin (2020) e traduz a reconfiguração da direita, veja-se, por exemplo, o Aliança do ex-primeiro-ministro do PSD Santana Lopes.

No que toca particularmente à representação parlamentar de dois novos partidos de direita, esta é consensualmente interpretada como o resultado do declínio eleitoral dos partidos da direita tradicional (PSD e CDS)¹⁶ que abriu caminho à solução governativa

¹⁶ Nas legislativas de 2019, ambos os partidos tiveram dos piores resultados da sua história, o PSD obteve 27,76% enquanto o CDS obteve 4,22%.

de esquerda. A ciência política tende a concordar que caso a direita tivesse continuado no poder após as eleições legislativas de 2015, partidos como a IL e o Chega teriam obtido resultados eleitorais mais fracos ou não se teriam chegado a formar (Fernandes e Magalhães 2020; Jalali *et al.* 2021; Lisi *et al.* 2019). Numa investigação inserida nos “estudos do populismo”, Silva e Salgado (2018) colocaram aliás a hipótese de que entre 2011 e 2015 não se terá verificado o crescimento eleitoral do “populismo de direita” dado que o governo PSD/CDS apresentava já algumas dessas características ao procurar justificar os cortes e privatizações na saúde através de uma lógica de ressentimento que colocava a função pública em oposição aos restantes contribuintes.

Este tipo de discurso possui semelhanças com as narrativas produzidas sobre a “geringonça”, a qual foi fortemente criticada pelos partidos de direita e pela elite jornalística, que fez um uso intensivo dos espaços editoriais para criticar a formação desse novo governo, associando-o à instabilidade económica (Barros 2019). É neste contexto que se verifica uma forte radicalização no campo das direitas que em reação a estes desenvolvimentos faz uma reciclagem dos discursos anticomunistas do período da Guerra Fria sobre o “totalitarismo” com o objetivo de fazer equivaler a “extrema-direita” e a “extrema-esquerda” nas críticas que colocam ao sistema económico internacional (Loff 2018). Como já foi discutido, este tipo de discurso faz obscurecer os momentos históricos em que a extrema-direita chegou ao poder pela mão das direitas clássicas e a porosidade das suas fronteiras ideológicas ao possuírem em comum “a herança salazarista da luta pelo Ocidente e pela civilização europeia e ocidental” (*idem*: 117). Que outros momentos históricos de convergência poderão existir nas direitas portuguesas?

1.3 A extrema-direita portuguesa: continuidade e porosidade no campo das direitas

Num ensaio publicado em 1989 sobre extrema-direita portuguesa num contexto de emergência de manifestações neofascistas, António Costa Pinto argumentou que a “ausência de uma extrema-direita populista e pequeno burguesa na cultura política portuguesa deste século [...] tornou inexistente um possível legado de tipo fascista ao regime democrático implantado em 1974” (1989: 67). Esta abordagem deriva daquela que foi a avaliação que fez da representação eleitoral desta área política, caracterizada pela

“ausência de líderes com um mínimo de impacto público, organizações partidárias extremamente débeis e fragmentadas, fuga de quadros e crise ideológica” (*idem*: 81). Entre 1979 e 1985, partidos como o Partido da Democracia Cristã (PDC) e o Movimento Independente para a Reconstrução Nacional/Partido da Direita Portuguesa (MIRN/PDP) oscilaram entre 0,3% e 1,1% dos votos e nunca obtiveram representação. Deste modo, a análise do autor encontra-se focada nas “correntes que se demarcaram do novo poder político e que estiveram na origem das formações da direita radical que se manifestaram em Portugal após a transição à democracia” (*ibidem*: 68). Em setores como a função pública, os media e as universidades privadas – a maioria criadas por professores saneados das universidades estatais –, os jovens intelectuais neofascistas do fim do Estado Novo (Marchi 2009)¹⁷ focaram-se num “processo de revisão ideológica e de corte com o simples reacionarismo antidemocrático” (*ibidem*: 80) no contexto da integração europeia.

Procurando desenvolver o estudo desta área das direitas portuguesas, Riccardo Marchi é o autor que mais atenção tem prestado a estas mobilizações, particularmente desde o período revolucionário. Aqui, abordou “os sujeitos políticos que [...] se organizaram e mobilizaram com duas prioridades: travar a avançada do PCP [...] e travar o processo de descolonização [...]” (2020a: 19). Estudando as formações partidárias que aqui surgiram e as suas mobilizações clandestinas armadas [Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP), Exército de Libertação de Portugal (ELP) e Plano Maria da Fonte], argumenta que estas direitas foram derrotadas, pois “o colapso do império como legado da transição foi assaz mais gravoso do que o alívio da derrota do comunismo” (*idem*: 340). Isto significou a marginalização destes atores e o “fracasso das tentativas de reativação na fase de normalização e institucionalização da democracia portuguesa a partir de 1976” (*ibidem*: 347). O fracasso destas tentativas será explicado por um conjunto de fatores endógenos e fatores exógenos (2017: 443-455). Nos primeiros, encontramos a relutância em assumir o legado estado-novista e a hesitação em se posicionar à direita do espectro político; a conflitualidade interpartidária desta área; a sua fraca radicação territorial, apenas contrariada pelos setores juvenis; a sua indisponibilidade para passar à organização partidária. Quanto aos fatores exógenos, encontra-se a indisponibilidade dos atores parlamentares em se envolverem oficialmente

¹⁷ Outros movimentos de extrema-direita que antecedem o Estado Novo podem ainda ser identificados no Miguelismo, no Integralismo Lusitano e no Sidonismo (Martinho 2012; Desvignes 2015; Cazetta 2015).

com as direitas extraparlamentares e absorção de militantes e eleitores pela AD, a qual ia de encontro destes pelo seu “reformismo antirrevolucionário”.

A história da extrema-direita portuguesa nas décadas posteriores tem sido analisada por dois períodos temporais distintos: as últimas duas décadas do século XX e desde esse ponto até à atualidade (Marchi 2017: 17-18). Para entender a transição entre estes períodos, Marchi opera uma distinção entre a “velha” e a “nova” extrema-direita portuguesa com uma rutura geracional na militância. O Movimento de Ação Nacional (MAN) é considerado como a ponte entre estas duas extremas-direitas. Fundado em meados da década de 80 por José Luís Paulo Henriques – antigo líder da Juventude Popular (JP) -, este encontra-se associado à emergência de grupos de skinheads que levavam a cabo ações violentas de rua, como os homicídios de José Carvalho e de Alcindo Monteiro (Almeida 2014). Por sua vez, o Partido Nacional Renovador (PNR) – construído a partir do já inativo PRD e considerado o único partido da extrema-direita ativo até ao aparecimento do Chega - será o principal herdeiro desta transição (Costa 2011; Zúquete 2007; Marchi 2013) através das suas configurações ideológicas e práticas organizacionais. Os seus primeiros anos de existência foram marcados por disputas entre estas “novas” e “velhas” gerações de ativistas, representadas por Paulo Henriques e António da Cruz Rodrigues, um histórico da direita salazarista. Estas disputas internas iniciais acabariam por afastar a ala salazarista que compunha o partido e marginalizar os conteúdos ideológicos característicos desta geração, o que se refletia no amplo uso que faziam da internet para a construção das suas estruturas e ações de propaganda.

Também o insucesso por parte do PNR em obter representação parlamentar – dado que nunca alcançou sequer 1% dos votos (Kumar 2012b: 103-9) - tem vindo a inspirar vários autores a defenderem a tese da “marginalização da extrema-direita portuguesa”. Tal é o caso de Marchi (2013), que apontava para a ausência de uma liderança carismática e uma estrutura autónoma. Este é um dos problemas que podem ser identificados relativamente às análises que têm vindo a ser produzidas relativamente à história da extrema-direita portuguesa a partir daquele que é o terceiro período identificado por Marchi. Ao focarem-se quase que exclusivamente nas suas expressões mais violentas e mediáticas das décadas de 80 e 90, muitos dos atores identificados nos períodos do fim do Estado Novo, do período revolucionário e dos primeiros anos do período democrático acabam por desaparecer destes relatos apesar da sua contínua presença e atividade no

campo das direitas. Tal é o caso de Fábio Chang de Almeida (2014) que ao abordar a extrema-direita portuguesa no período 1974-2012 acaba por se focar no grupos mais próximos dos movimentos skinheads a partir das décadas de 80 e 90. Na verdade, olhando para os mesmos fenómenos e processos é possível realizar uma interpretação diferente. Desde o 25 de abril de 1974 a extrema-direita fez-se

“representar em órgãos de imprensa de grande circulação, alcançou ascendente sobre grupos de estudos dos partidos ou próximos destes, influenciou dirigentes políticos e, ainda mais relevante, conseguiu granjear apoio para as suas posições, nomeadamente as que incidiam sobre a necessidade de revogação das medidas e leis de pendor socialista emanadas do período revolucionário” (Madeira 2019: 113).

Estas formas de organização caracterizadas por um elevado grau de porosidade funcionaram como desbloqueadoras de posições cada vez mais à direita dos partidos políticos com assento parlamentar, tal como foram cruciais para o combate aos movimentos revolucionários durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC) através de redes apoiadas clandestinamente pelos partidos de direita, pelas hierarquias da igreja e das forças armadas e pelas elites económicas, como se verifica, aliás, nos próprios relatos fornecidos por Marchi. Também nos primeiros anos do regime democrático receberam apoios provenientes de redes semelhantes até à vitória da Aliança Democrática (AD) em 1980 e a cooptação de vários dos membros vindos da extrema-direita que levou a que no PSD e CDS “os programas estejam à esquerda dos líderes, e estes à esquerda dos militantes e eleitores” (Pinto *apud* Pinto 1989: 74)¹⁸. Apesar das dificuldades na construção de um partido político autónomo em relação à direita tradicional, estes atores foram cruciais na integração dos corpos ideológicos das direitas neoliberais anglo-saxónicas e da *Nouvelle Droite* como parte do seu projeto de reorganização lenta e gradual. Existe também uma clara e intencional reprodução do ideário fascista do Estado Novo e das tradições contrarrevolucionárias mais gerais por parte destas direitas nas várias intervenções culturais e metapolíticas que foram desenvolvendo ao longo do período democrático, o que contrasta com a alegada hesitação destas direitas em se assumirem como tal (Madeira 2019: 325-326).

¹⁸ Esta é uma descrição feita originalmente por Jaime Nogueira Pinto, destacado intelectual da extrema-direita portuguesa.

Verifica-se, de facto, que muitos grupos da “nova” extrema-direita portuguesa foram criados por figuras que ao longo das últimas décadas têm vindo a circular intensivamente nos diversos campos das direitas. Nomes tais como António José de Brito, Manuel Maria Múrias, Diogo Pacheco de Amorim, Francisco Lucas Pires, José Valle de Figueiredo, Jaime Nogueira Pinto, José Miguel Júdice, Nuno Rogeiro, Rodrigo Emílio, entre outros, apresentam-se como fundamentais para entender as diversas configurações que a extrema-direita portuguesa tem vindo a assumir desde a década de 60 do século passado e especialmente para compreender as atividades contrarrevolucionárias de 1974-1976. São também centrais para a compreensão da sua evolução ao longo das seguintes décadas no que diz respeito à sua recomposição ideológica, relação com outras forças políticas e integração cultural. Veja-se como um conjunto alargado de iniciativas jornalísticas, livreiras e grupos de discussão informais centrais para emergência do campo intelectual neoliberal identificado por Ricardo Noronha (2021) constituíram um ponto de encontro entre as chamadas direitas tradicionais e a extrema-direita, como é caso do Grupo de Ofir e do *Semanário* (Madeira 2019: 447). É neste sentido que a emergência de um partido como o Chega deve ser analisada no âmbito daquele que tem sido o processo histórico de reconfiguração das direitas portuguesas.

1.4 O partido Chega: principais linhas de investigação

Como seria expectável, a emergência do Chega tem obrigado a revisitar e a rever as teses baseadas no excecionalismo e produzido um intenso debate jornalístico e académico em torno do partido. Um dos principais objetivos destas análises tem sido explicar se e como “encaixa nos conceitos que lhe são reservados por jornalistas e analistas políticos [...] e em que medida representa uma inovação na reconfiguração da direita portuguesa” (Marchi 2020b: 15). Para alcançar esse objetivo, Marchi recorreu a três tipos de fontes empíricas: a imprensa portuguesa, cobrindo especialmente o percurso do seu líder; os documentos políticos elaborados pelos fundadores até às legislativas de 2019 e entrevistas realizadas com 20 destes fundadores e um jornalista que cobriu a

campanha autárquica de Ventura em 2017. A partir destes elementos, a análise encontra-se estruturada segundo os três capítulos do livro: “O líder”, “O Partido” e as “As ideias”.

O Chega é aqui classificado como um “partido da nova direita radical populista” (*idem*: 191). Este partido será radical dado que aceita as regras do jogo democrático, não se reconhece no legado dos regimes autoritários do período entre-guerras e não pertence à linha genealógica da direita radical portuguesa. Será também populista dado que opera uma perspetiva dicotómica segundo a qual, “há 45 anos, uma elite se apoderou dos gânglios do poder político, económico, mediático e cultural, atraindo o povo português” (*ibidem*: 193). Este partido representará “algo inédito na democracia portuguesa, do ponto de vista quer da cultura política reivindicada, quer da estratégia discursiva eleita, quer da polimorfia dos quadros fundadores e da base de apoio” (*ibidem*: 191). Sem apoios e sem ligações às elites económicas, políticas e culturais do país, o Chega é André Ventura. O partido também é visto como “substancialmente integrado na mundividência portuguesa” e não uma “reprodução de modelos estrangeiros” (*ibidem*: 51). Outros autores têm vindo a reiterar esta classificação, argumentando que possui os elementos ideológicos da direita radical populista (nativismo, populismo, autoritarismo), excetuando que o inserem na sua família internacional mais alargada (Mendes 2022).

Para além do foco no processo de formação do partido e na sua matriz ideológica, o Chega tem também sido analisado e interpretado a partir dos discursos do seu líder e da sua cobertura mediática. O conteúdo e o estilo de comunicação política de André Ventura têm sido classificados como populistas e comparados com Bolsonaro, Trump (Dias 2020; Reis 2020), mas também partidos como o Vox (López-Rodríguez *et al.* 2021). Serrano argumenta que muitas características populistas se encontram aqui presentes tais como a) a tendência para reivindicar para si próprio a representação das “pessoas que trabalham” em oposição às “minorias subsídio-dependentes”; (b) a “promessa” de mudar o sistema constitucional vigente; c) a agenda securitária; d) a hostilidade aos imigrantes e aos ciganos, a marca mais visível no seu discurso político (2020: 237). A sua seleção resulta daquela que foi a cobertura mediática de acontecimentos decorridos no parlamento no fim de 2019 e início de 2020 em torno de várias afirmações “polémicas” de Ventura. Esta cobertura mediática foi bastante intensiva comparativamente com a que visou os deputados dos outros dois partidos eleitos em 2019. Ao contrário do PNR, Mendes e Dennison (2020) mostram também como o Chega evitou o estigma do extremismo

normalmente associado ao primeiro através de uma cobertura mediática mais intensa e com uma percentagem reduzida de referências negativas na imprensa. Parece existir entre Ventura e os media “uma espécie de pacto pelo engajamento em que um gera números para o outro e um reconhece no outro sua importância na atual pauta política” (Freitas 2021: 86) que resulta na hipervalorização das suas falas e opiniões tanto dentro como fora do parlamento. Outras investigações têm mostrado que estes elementos populistas e cobertura mediática se têm mantido relativamente consistentes durante a pandemia covid-19 e em contextos como as eleições presidenciais de 2021, onde tiveram uma particular intensidade (Cunha 2022; Prior 2022; Serrano 2022).

Ao procurar fazer um mapeamento histórico do populismo português desde a I República, José Pedro Zúquete mostra como o tipo de discurso utilizado pelo Chega faz parte de uma longa linhagem que tem “ao seu dispor um repositório de comportamentos, práticas e linguagens já usados noutros contextos, num passado mais ou menos distante e com diferentes graus de sucesso” (2022: 225). O autor defende, ao contrário de Riccardo Marchi, que as análises sobre o partido devem partir de uma premissa de continuidade e não de descontinuidade. Ainda assim, continuam a ser colocadas lado a lado formas distintas de populismo, ignorando os seus modos de ação e bases sociais distintas. O autor chega mesmo a afirmar que não interessa saber se a imagem de “homem do povo” é substantiva ou estratégica, apenas se “é crível para os seus seguidores e para os que o poderão seguir, e se o seu empenho em prol dessa missão é visto como genuíno de forma a ser aceitável” (*idem*: 228).

Dada esta lacuna, será também útil olhar para o perfil sociológico do eleitorado do Chega, o qual tem sido objeto de alguma atenção. Com o objetivo de analisar os resultados eleitorais do Chega nas legislativas de 2019, Madeira et al. (2021: 471) procuraram perceber numa perspetiva geográfica à escala municipal (1) a sua origem político-partidária; (2) principais características socioeconómicas e (3) eventuais semelhanças e diferenças com outros partidos do mesmo tipo. Os municípios onde o Chega obtém percentagens acima da média nacional encontram-se no interior do Alentejo, na área metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve central e ocidental, existindo fortes correlações positivas com a distribuição do voto no PCP, no PNR e da abstenção e negativas com o voto no PSD. Quanto às variáveis sociodemográficas, verifica-se a correlação mais forte com a percentagem de população que concluiu o ensino

secundário. Também existem correlações positivas com a percentagem de estrangeiros residentes e com a percentagem de população cigana, mais significativa. Quanto às variáveis económicas, existe uma correlação negativa relevante com a percentagem de população empregada no setor secundário e onde há mais indústria. Quando a análise é restringida aos 109 concelhos da metade sul do país, a correlação com o voto comunista deixa de ser importante e a correlação com a presença de população cigana passa a ser mais forte. A percentagem de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e de população desempregada ganham peso e as correlações com níveis de instrução deixam de ser significativas, surgindo correlações positivas com a percentagem de população jovem. Os autores defendem que os eleitores do Chega estão em “grupos socioeconómicos descontentes, ou ressentidos, com as dificuldades do dia-a-dia e com o sistema político-partidário” (*idem*: 493).

Numa abordagem semelhante, Alexandre Afonso analisou a distribuição geográfica dos votos em André Ventura nas presidenciais de 2021. Novamente, existe uma correlação estatística significativa entre o voto no candidato e a percentagem de beneficiários de RSI e de população cigana residente. Fatores como desemprego, níveis de rendimento ou percentagem de imigrantes residentes parecem não explicar a variação geográfica. Por outro lado, uma das grandes limitações destas análises ecológicas será a ausência de dados individuais relativamente às características destes eleitores, nomeadamente a ausência de variáveis socioprofissionais e a diversidade interna dos concelhos (Afonso 2021: 12; Madeira et al. 2021: 494). Através do recurso a inquéritos online recolhidos em 2019, Heyne e Manucci (2021) procuraram testar um conjunto de hipóteses acerca das características individuais do Chega e do Vox. Ambos serão caracterizados por homens jovens, altamente religiosos com baixos níveis de educação que no caso do Chega vivem em zonas rurais. No entanto, os autores argumentam que é impossível classificar estes eleitorados como “perdedores económicos da globalização” dado que ainda que percecionem uma deterioração económica nacional, as suas situações pessoais não são afetadas. Fatores como o nível de educação serão mais importantes, mas também aqui continuam a não ser conhecidos fatores como as ocupações profissionais.

De um modo geral, a maioria das investigações científicas que têm vindo a ser produzidas sobre o partido Chega encontram-se alicerçadas sobre aquela que é a grelha classificatória utilizada por Marchi. No entanto, se é verdade que o autor reconhece que

tentar “reconstruir uma identidade monolítica, postiça, para encaixar perfeitamente o Chega num ou noutro conceito politológico teria sido a melhor forma para desvirtuar a compreensão desta força política” (2020b: 16), continuam a persistir várias lacunas já identificadas anteriormente. É pouco explorada a relação dos principais dirigentes, quadros e militantes do partido com as direitas portuguesas. Veja-se, por exemplo, como a análise de Santos e Roque relativamente às suas posições discursivas antifeministas e anti-imigração não só deu conta das suas semelhanças com outros partidos associados à extrema-direita como o PNR, como também mostra as coincidências com os discursos dos partidos da chamada direita tradicional onde vários dos seus militantes têm vindo a partilhar os conteúdos digitais de ambos os partidos e a participar em alguns dos seus eventos (*idem*: 53)¹⁹.

Interpretado como um partido formado à volta das ambições pessoais do seu líder e do seu círculo de amigos mais restrito, o qual foi ampliado através do recrutamento nas redes sociais²⁰ como meio de contornar a ausência de recursos materiais e a estigmatização de que seria alvo na comunicação social – algo já refutado –, a descrição superficial das trajetórias sociais e políticas dos seus quadros fundadores e a ausência de questionamento dos seus pontos de vista por parte de Riccardo Marchi levantam vários problemas e incongruências. Desde logo, a presença de figuras centrais para a compreensão da formação do partido tais como Diogo Pacheco de Amorim, Jaime Nogueira Pinto, António Sousa Lara – sempre presentes nas investigações históricas de Marchi –, e de referências ideológicas tais como “a doutrina da Igreja, o pensamento de Francisco Sá Carneiro, e a leitura das obras de Jaime Nogueira Pinto, em particular o seu *O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*” (Marchi 2020b: 23) seriam suficientes para inserir o Chega na complexa sobreposição e interseção que existe entre a história das direitas com representação parlamentar e a genealogia da extrema-direita portuguesa no que toca aos seus elementos ideológicos, estratégias discursivas, composição de quadros e base de apoio, a qual o partido procura construir com diferentes setores do empresariado português e dos conservadores religiosos para a captação de um

¹⁹ Os pontos em comum seriam: a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento lecionada no ensino secundário desde 2018, a lei 38/2018 que estipula a promoção do tema da autodeterminação de género e a diretiva 7247/2019 sobre o acesso dos alunos às casas de banho (Santos e Roque 2021: 51).

²⁰ Que usa também intensivamente para difundir o seu discurso (Amaral 2020; Jaramillo 2021; Silva 2019)

eleitorado específico: “a direita clássica do mundo rural e das elites mais conservadoras; as bases populares do interior do país; os subúrbios das grandes cidades” (*idem*: 49).

Ao testar um conjunto de hipóteses para a emergência do Chega, João Carvalho (2022) aponta que esta se encontra mais relacionada com fatores de oferta partidária e não de procura. Fatores como os níveis de descontentamento político medidos por inquéritos europeus e a saliência pública do tema da imigração não fornecem poder explicativo. Os primeiros encontravam-se em tendência ascendente aquando das legislativas de 2019 após um mínimo em 2015 e a correlação do voto com a presença de imigrantes não explica a sua variação geográfica. O fator que detém mais poder explicativo será a chamada tentativa do PSD de aproximação ao “centro” no seu programa económico pós-2015. Esta tentativa de convergência terá deixado o espaço de competição interpartidária aberto para novos partidos, o que significa que o Chega não terá sido o resultado de uma escolha aleatória de eleitores “descontentes”, mas sim o resultado de um processo de reconfiguração partidária facilitado pela exposição mediática intensiva dos seus líderes. Neste sentido, a coligação “Basta” que o partido estabeleceu para as eleições europeias de 2019 com o Partido Popular Monárquico (PPM), o Portugal Pró-Vida/Cidadania e Democracia Cristã (PPV/CDC) e o Democracia21 – também esta uma cisão do PSD – terá fornecido ao partido um importante conjunto de ligações à sociedade civil que ajudaram a superar a escassez de recursos na sua fase de consolidação.

Novamente, revela-se aqui a necessidade de uma análise processual e relacional que revele as trajetórias sociais, políticas e ideológicas dos dirigentes do partido Chega e que vá além do discurso oficial do partido e do seu líder e que permita compreender mais aprofundadamente aquele que foi o processo de construção do partido. Esta abordagem permitirá entender aquelas que são as novas configurações da extrema-direita, dar desenvolvimento aos estudos relativos à história da extrema-direita portuguesa e analisar os fatores organizacionais implicados na consolidação de um novo partido político. Mais especificamente, neste contexto será possível compreender aquela que tem sido a construção por parte do Chega de um modelo “neoliberal xenófobo cultural” (*idem*: 16) e situá-la naquele que tem sido o processo de perda de hegemonia das chamadas direitas tradicionais a partir de duas dimensões fundamentais: a análise da inscrição organizacional dos membros do Chega e as suas trajetórias políticas, no sentido de avaliar o nível de porosidade entre a direita tradicional e esta nova direita radical de perfil xenófobo.

2 | Percursos da pesquisa: uma análise processual e relacional

A análise das trajetórias dos dirigentes do Chega coloca necessariamente o foco no terreno de investigação da ciência política e da sociologia dos partidos políticos. Isto significa procurar ir além das investigações que abordam a extrema-direita “à distância” e prestar atenção às dimensões de mobilização a partir das quais estes partidos constroem ideologias e recrutam membros em contextos socioeconómicos particulares (Blee 2007)²¹. Esta é uma discussão que pode também ser inserida naquele que é o debate mais abrangente sobre como explicar o processo de “circulação de ideias”. Fourcade e Khurana (2017) mostram, por exemplo, que a construção dos modos de “governança neoliberal” não é apenas o resultado de transformações ao nível dos estados e das instituições internacionais, mas é também o resultado de carreiras específicas que procuraram disseminar estas ideias a partir das condições intelectuais e sociais que o permitiram. Deste modo, será necessário encontrar na sociologia dos partidos políticos uma abordagem que centre a análise na dialética entre as chamadas condições estruturais objetivas e a interação social mais próxima da “análise de redes” (Portugal 2007).

2.1 A sociologia dos partidos políticos

A sociologia dos partidos políticos é tão antiga como a sociologia e, porventura, os próprios partidos (Mudge e Chen 2014). Autores tão distintos como Karl Marx e Max Weber concordavam que estes representavam fenómenos característicos do capitalismo industrializado orientados para o objetivo do controlo das posições e recursos no interior da forma estatal. Marx e Engels concebiam os partidos políticos como um instrumento central para a “formação do proletariado em classe” (1997), o que significa que estes identificavam os partidos com determinadas classes sociais que procuravam fazer avançar os seus interesses, desde logo das classes trabalhadoras. Já Max Weber, que considerava estes também como um fenómeno central da divisão do poder social (2013), concebia os

²¹ Esta lacuna não se aplica apenas às investigações sobre a extrema-direita, mas engloba todo o terreno de investigação sobre “política” (Auyero 2006).

partidos como não só compostos por grupos de classes, mas também por grupos de status ou de interesse. O autor focava a sua atenção sobre a atividade dos partidos nas arenas racionais-legais e o seu papel na transformação institucional das chamadas democracias liberais.

A atenção dos cientistas sociais contemporâneos tem estado focada nas funções desempenhadas pelos partidos nas democracias liberais (Scarrow 1967: 770-1). Em termos gerais, poderá afirmar-se que o nascimento e desenvolvimento dos partidos se encontra relacionado com as dinâmicas de representação política resultantes da formação dos estados modernos (Malamud 2003: 317) e o conseqüente aumento progressivo da procura de participação no processo de formação de decisões políticas por parte de classes e estratos sociais diversos (Bobbio *et al.* 1998: 899). As atividades que os partidos realizam podem ser resumidas por um fluxo bidirecional entre os conceitos de representação (da sociedade no estado) e de governo (sobre a sociedade pelo estado). De baixo para cima, as funções desempenhadas pelos partidos incluem a agregação e filtragem da procura política, a mobilização e integração social e a estruturação do voto. De cima para baixo, são desempenhadas funções como o recrutamento de elites e pessoal político e a formulação de políticas públicas (Malamud 2003: 331).

De modo a dar conta da diversidade das formas partidárias, foi desenvolvida uma abordagem tipológica que classifica os partidos segundo as suas bases sociais, as suas orientações ideológicas e a sua estrutura organizativa (*idem*: 321). As tipologias dominantes tendem a distinguir um conjunto restrito de tipos de partidos desde o século XIX: o partido de notáveis, o partido de organização de massas, o partido eleitoral de massas, também conhecido como partido catch-all (Bobbio *et al.* 1998: 899-902) e, mais tarde, o partido de cartel, classificação de Peter Mair utilizada por Hopkin na conjuntura neoliberal. No estudo da evolução das organizações partidárias, Mair e Katz (1993) procuraram argumentar que é necessário ter em conta também as três faces internas de um partido: o partido no cargo público (parlamento ou governo); o partido no terreno (membros, ativistas, etc); o executivo central do partido (liderança nacional do partido). Segundo os autores, olhar para os recursos e constrangimentos de cada face, bem como o seu grau de interdependência e sobreposição (*idem*: 601-2) permite distinguir diferentes tipos de partidos e a sua evolução ao longo do tempo de uma forma mais completa.

Estas tradições teóricas mostram que os partidos políticos devem ser entendidos a partir de uma perspectiva multidimensional que tenha em conta as posições que ocupam nos sistemas partidários. No entanto, a sociologia dos partidos sofreu a partir das décadas de 70 e 80 do século passado um declínio significativo devido a um conjunto de dúvidas epistemológicas que levaram a uma viragem analítica mais focada em fenómenos não-partidários como os movimentos sociais (Mudge e Chen 2014: 312). Estes desenvolvimentos podem ser explicados através daquela que é considerada a emergência de “partidos de cartel” e a tese do congelamento dos sistemas partidários, as quais motivaram a confirmação da famosa “lei férrea da oligarquia” de Robert Michels (2001) que defendia que qualquer partido - seja de esquerda ou de direita – é inevitavelmente tomado por uma elite restrita que bloqueia qualquer possibilidade de avanços democráticos, o que é claramente refutado pela já discutida investigação de Hopkin (2020). Para além disso, outro obstáculo para o estudo particular dos partidos de direita será a narrativa em torno destes de que os seus dirigentes se movem de “maneira totalmente desinteressada” e de que “não têm nada em comum com os habituais profissionais da política” (Fretel 2011: 334).

Mais do que procurar situar o Chega no quadro das tipologias de partidos, dos seus modelos organizacionais ou funcionais, este trabalho parte da teoria dos campos para desenvolver uma análise processual e relacional da génese, desenvolvimento e construção de um novo partido de direita em Portugal. Existem três razões pelas quais a noção de campo político se mostra útil: permite construir de maneira rigorosa a realidade social que é o jogo político, permite comparar essa realidade construída com outras realidades, bem como elimina falsos problemas e permite construir outros (Bourdieu 2011). Neste sentido, o campo político deve ser entendido como um mundo social relativamente autónomo cuja configuração depende da relação entre instituições específicas, agentes especializados e ideologias particulares ao longo do tempo e do espaço (Codato 2008). Sabe-se também que as possibilidades de acesso a este campo são muito desiguais dados os recursos que são necessários para circular neste mundo social²². A entrada no campo político implica uma acumulação prévia de um conjunto específico de capitais,

²² Precisamente aquilo que permite à ciência política falar em oferta e procura política, o facto de existirem agentes que se veem reduzidos ao estatuto de “consumidores”.

verificando-se um efeito de homologia estrutural entre a hierarquia de posições fixadas nos campos económico e cultural e as posições conquistadas no campo do poder social

“em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global de capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses [capital cultural, capital económico e capital social].” (Bourdieu 1989: 135).

Destacam-se como espécies de capital político – que deve ser visto como um capital composto (Mineiro 2019) - acumulado ao longo de posições passadas, o capital delegado, acumulado nas organizações do próprio campo político, e o capital convertido, resultado das formas de reconhecimento consagradas fora deste, como sucede, por exemplo, no caso de actores políticos que encontram a sua legitimidade e autoridade em trajectórias profissionais bem sucedidas ou em conhecimento pericial específico. Estas formas de capital foram trabalhadas e sistematizadas por Luís Filipe Miguel (2003) com vista a analisar a estruturação das carreiras políticas no Brasil, com especial atenção para a relação com os meios de comunicação de massas – uma “simbiose tensionada” - e a sua importância para a acumulação de capital político que gera atalhos no acesso ao mesmo²³.

Em Portugal, as trajetórias dos actores políticos e a sua relação com outras atividades fora do campo político encontram-se ainda por analisar sistematicamente. esta linha de investigação tem sido pouco seguida. Como acontece com a ciência política internacional, as investigações sobre as elites políticas portuguesas focam-se sobretudo em análises sociográficas quantitativas sobre o recrutamento das elites ministeriais e parlamentares (Almeida, Pinto, e Bermeo 2006) ou dos altos quadros da administração pública (Nunes 2013). Mesmo quando é tida em conta a mobilidade de carreiras políticas entre os níveis nacional, local e supranacional, a análise continua a estar restringida ao interior das máquinas partidárias (Almeida 2008). Existem, no entanto, algumas investigações dedicadas ao tema das “portas giratórias” entre poder económico e poder político que constituem exceções a essa linha de investigação. Este é, aliás, um dos temas

²³ João Mineiro (2018) faz uma discussão sobre o papel dos meios de comunicação de massas e das redes sociais no contexto do neoliberalismo na ascensão do “populismo”. Esta argumentação encontra-se em linha com a de Bourdieu (1997) sobre a perda de autonomia do campo político para o campo mediático.

centrais em torno da “vaga populista” contemporânea, que implica um discurso centrado na crítica a práticas de corrupção que envolvem políticos e empresas. Na “direita populista”, que sempre se procurou demarcar deste tipo de práticas, este é um tema que assume uma saliência particular.

Bianchi e Viana (2014) foram dos primeiros autores a desenvolver uma análise exploratória das ligações entre as empresas cotadas em bolsa no Euronext Lisbon e as figuras políticas que ocupam posições nas suas administrações e órgãos de supervisão. Os autores identificaram que 61% destas empresas (um total de 31) apresentavam ligações políticas com 51 figuras. Estas figuras apresentavam um perfil específico: todas tinham pelo menos uma licenciatura; a área de estudos dominante é Direito seguida da Economia; a grande maioria era um atual ou antigo ministro; a grande maioria pertence aos dois maiores partidos políticos portugueses, PS e PSD. Numa investigação abrangente sobre a burguesia portuguesa, Louçã *et al.* (2014), procurando expandir esta análise exploratória, elaboraram um inventário de todos os membros dos governos constitucionais até ao final de 2013 de modo a identificar as suas carreiras e registar as suas principais ligações empresariais diretas. Aqui, os autores identificaram dois processos sociais fundamentais:

“em primeiro lugar, o recrutamento dos governantes é frequentemente feito entre figuras de administradores destacados das empresas, em particular das principais empresas, e, em segundo lugar, a participação no governo é um fator relevante para a mobilidade social ascendente, alcançando os ex-governantes a lugares nas administrações em empresas e grupos económicos e, deste modo, em alguns casos, à participação nos mecanismos de poder, de enriquecimento e de acumulação que são as principais portas de assimilação pela burguesia (*idem*: 131-2).

Existem, também, outros trabalhos que procuraram sistematizar a relação entre o campo político e outros campos de poder social. Num trabalho sobre “populismo mediático” num quadro de aumento dos níveis de abstenção e redução da militância partidária, Rahul Kumar (2012a) procurou elaborar um roteiro histórico da circulação de agentes entre o campo futebolístico e o campo político após o 25 de abril de 1974, focando-se nas trajetórias políticas dos agentes que circulam entre estes dois mundos em diferentes escalas (local, regional e nacional). O autor argumenta que a hipermediatização do futebol resultante da liberalização do mercado de transmissão de jogos na década de

90 gerou transformações profundas no campo político, tornando-se o futebol num espaço privilegiado para as lutas políticas no espaço nacional. Verifica-se, nomeadamente, uma maior aposta nos partidos em candidatos oriundos desta esfera mediática e mais casos de exploração de sentimentos “anti-sistema”. Estes argumentos devem ser lidos com outra investigação que, através do recurso a dados estatísticos, mostra a presença maioritária das direitas em espaços televisivos de comentários semanal, particularmente nos canais privados (Cardoso, Couraceiro, e Martinho 2019). Outra exceção mais recente às linhas dominantes de investigação sobre elites políticas será a investigação de João Mineiro sobre como origens e pertenças de classe distintas que estruturam trajetórias biográficas particulares “potenciam ou inibem a possibilidade de acesso, adaptação e permanência às engrenagens do campo político e parlamentar” (2019: 32)²⁴. A partir dos perfis dos deputados eleitos para a AR, o autor procurou analisar a acumulação e conversão de capitais que conferem aos agentes a possibilidade e a capacidade de produzirem, construírem e manipularem um conjunto de instrumentos de produção do fenómeno político, bem como a possibilidade de permanecerem nesse contexto profundamente hierárquico e burocrático.

Procurando adaptar estas ideias à análise da génese de um novo partido político, estudar os seus dirigentes significa ter em conta os recursos sociais que controlam dentro e fora do campo político e as suas taxas de conversão ao longo do espaço e do tempo. Significa analisar como possuem formas de poder assentes em diferentes tipos de recursos - políticos, económicos, sociais (redes) e de conhecimento – e instituições (Khan 2012). Deste modo, a análise das propriedades sociais dos dirigentes deve ser situada no quadro das formas organizacionais dos partidos (Sawicki 2013). Os partidos enquanto organizações não podem ser separados do seu entorno social, dado que existe um *continuum* entre os dirigentes, os militantes, os adeptos, os simpatizantes e os eleitores numa complexa rede relacional a que se deve chamar o *milieu* partidário. É possível encontrar pelo menos 5 tipos de redes quando se estuda um partido político (*idem*: 21-3): o conjunto das relações pessoais (formais ou informais) de um dado indivíduo; uma rede de afinidades duradouras fundada sobre interesses comuns, laços de dependência ou de obrigações estabelecidas numa organização ou num dado setor da sociedade; o sistema de relações estabilizadas entre indivíduos que ocupam posições, homólogas ou não, em

²⁴ Uma versão mais detalhada desta investigação encontra-se disponível em Lopes *et al.* (2017).

setores de atividades distintas, mas implicadas em cooperar; um sistema estabilizado de interdependência entre organizações; o conjunto das relações interpessoais entre os responsáveis das diferentes componentes de uma dada organização.

Dézé e Aït-Aoudia (2011), que incluem nos seus estudos de caso partidos como a FN e o Movimento Sociale Italiano (MSI), argumentam que a sociogénese dos partidos políticos deve ser interpretada através de dois processos²⁵. Primeiro, a primogénese do partido implica a mobilização de redes pré-existentes e a definição da forma que a organização deve tomar. Neste sentido, devem ser analisados os círculos em que os futuros fundadores do partido se encontravam ativos, os processos endógenos e exógenos que levam ao processo de criação do partido e as lutas levadas a cabo com vista à definição da forma que a organização irá tomar, um processo que não pode ser de modo algum antecipado ou controlado. Isto permite não só constatar que as redes mobilizadas resultam de mobilizações anteriores e que os futuros fundadores tinham na sua posse formas específicas de capitais, como também permite desconstruir as narrativas presentes que naturalizam e legitimam este processo. Segundo, o processo de moldagem do produto partidário é algo que depende de vários fatores: as representações dominantes daquilo que um partido deve ser num dado momento e lugar; os constrangimentos legais, políticos e financeiros; as tecnologias disponíveis; as disposições e recursos dos atores. Este processo tem como objetivo a construção de uma fachada estandardizada que permite ao partido apresentar-se como um projeto legítimo, algo significativamente influenciado pelas trajetórias dos fundadores e pelas práticas características dos capitais acumulados nos seus percursos.

2.2 Objetivos, hipóteses e opções metodológicas

A partir da discussão daquilo que pode ser considerado o modelo analítico desta investigação, é possível definir aqueles que são os contornos da pesquisa empírica. O objetivo geral da mesma será ““Caracterizar a sociogénese do partido Chega a partir da descrição das trajetórias políticas e sociais dos seus dirigentes””. Como se procurou notar,

²⁵ André Costa Pina (2018) toma esta abordagem como referência para a sua investigação sobre a sociogénese do PCP.

opta-se por estudar os dirigentes do partido e não apenas o seu líder. Ainda que este seja importante para compreender a sua exposição mediática e crescimento eleitoral, olhar para outros dirigentes permitirá formar um retrato mais completo e mais complexo das suas bases sociais e dos diferentes modelos de articulação em torno do Chega segundo um conjunto diversificado de interesses materiais, reivindicações sociais e ideias políticas. Mais especificamente, procurar-se-á 1) Compreender a relação entre a extrema-direita e outros setores da direita portuguesa, identificando continuidades e rupturas nas suas configurações ideológicas e organizacionais e 2) Compreender a formação de um novo partido político na sua relação com outros campos de poder social (media, universidades, funcionalismo público, sociedade civil, etc.).

Consequentemente, é possível estabelecer como hipótese geral que “A sociogénese do partido Chega resulta da recomposição da direita partidária em Portugal e de uma renegociação das suas alianças políticas, verificando-se níveis significativos de continuidade e porosidade dentro e fora do campo político”. Mais especificamente, colocam-se as hipóteses de que 1) Os dirigentes e candidatos do Chega ocuparam posições nos partidos e organizações da direita tradicional e da extrema-direita portuguesas, 2) A entrada destes agentes no Chega encontra-se relacionada com a acumulação e conversão de capital mediático, capital delegado e capital organizacional (posições na sociedade civil e no Estado) e 3) As ideias e propostas políticas do Chega integram o mesmo projeto político neoliberal que é defendido pela chamada direita tradicional portuguesa contemporânea.

A opção metodológica desta investigação é a da prosopografia, método utilizado para a análise das “caraterísticas comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo das suas vidas” (Stone 2011: 115). Ao contrário da sociografia, que descreve as propriedades sociais de um grupo de indivíduos num determinado momento histórico, a prosopografia descreve as propriedades sociais de grupos em perspetiva diacrónica e permite estimar o grau de separação das diferentes esferas das práticas sociais, em especial do universo político em relação ao mundo social:

“Assim, a prosopografia não se resume à produção de tabelas de frequência com informações sócio-profissionais e de carreira sobre agentes políticos do passado, a partir de dados pré-construídos, mas à produção de uma base de dados que, em boa medida, reúna um conjunto de evidências fabricadas pelo pesquisador, isto é, informações que reconheçam o aspeto lacunar do perfil

produzido como estruturado socialmente. E que busque superar esse aspeto com pesquisa documental minuciosa.” (Codato e Heinz 2015: 253)

Assim, a prosopografia é um recurso para organizar a partir de dado um problema sociológico os dados biográficos de um grupo para a análise das regularidades que há entre os atributos dos seus atores conforme os contextos históricos. Como é óbvio, não traduz todos os aspetos da vida de um indivíduo, mas somente aqueles que permitem reconstruir as trajetórias profissionais e os perfis sociais do grupo estudado” (*idem*: 260-61). A prosopografia permite estabelecer o elo perdido entre a história política e a história social ao explicar as origens da ação política e o grau e natureza dos movimentos no interior de uma dada estrutura social, pois “uma compreensão de quem os atores foram levará mais longe a explicação do funcionamento da instituição a que eles pertenceram [e] revelará os verdadeiros objetivos atrás do fluxo de retórica política” (Stone 2011: 120).

Depois da seleção do grupo a ser estudado através das posições ocupadas pelos atores na organização que se pretende abordar, procura-se uma “biografia coletiva” sob a forma de fichas-padrão. Todos os indivíduos são caracterizados a partir de atributos pré-definidos e as informações obtidas são processadas para estabelecer relações significativas entre elas. A partir do modelo de ficha prosopográfica disponibilizado por Perissinotto e Codato (2015: 301-307), é possível definir os seguintes blocos de informações e as variáveis contidas em cada um: 1) perfil social (local e data de nascimento, filiação, escolaridade, instituições escolares pelas quais passou e em que data; 2) atividades profissionais (todas as ocupações que o indivíduo teve ao longo da vida, ordenadas conforme as suas datas de entrada e saída); 3) situação socioeconómica (derivada, indiretamente, das ocupações); 4) carreira política ou burocrática (todos os mandatos, funções e postos ocupados, dispostos cronologicamente conforme as suas datas de entrada e de saída e os partidos políticos correspondentes); 5) associativismo²⁶ (todas as organizações da sociedade civil a que o indivíduo pertenceu ao longo da sua vida e as posições ocupadas nas mesmas, ordenadas conforme as suas datas de entrada e de saída); 6) conexões interpessoais (patrocínios políticos, negócios em comum, laços de casamento, de parentesco ou presença nas mesmas instituições ao mesmo tempo; 7)

²⁶ Este bloco de informações não consta do modelo proposto pelos autores, tendo sido adicionado para esta investigação.

posições ideológicas (estimadas a partir do posicionamento e/ou participação nos principais eventos políticos do período estudado; da atividade jornalística ou literária).

Optou-se por estabelecer a amostra de dirigentes do Chega a serem estudados a partir dos cabeças-de-lista apresentados em cada círculo eleitoral às eleições legislativas de 2019 e de 2022. Quanto ao círculo de Lisboa, onde André Ventura foi o cabeça-de-lista em ambas as eleições, optou-se por incluir também os candidatos que ocuparam o segundo lugar em cada ano pela sua relevância. A não-inclusão das eleições autárquicas de 2021 na amostra, apesar da sua importância para implementação local do partido, bem como das eleições europeias de 2019, das eleições regionais da Madeira de 2019 e das eleições regionais do Açores de 2020, não só se justifica pela necessidade de adequar a dimensão da amostra, mas também pelo facto de permitir comparar e contrastar a construção das bases sociais do partido em dois momentos marcados por um crescimento eleitoral significativo. Não obstante, será ainda assim possível abordar os candidatos presentes em todos estes atos eleitorais dada a recorrência com que os mesmos se encontram presentes nestas diferentes listas, bem como os candidatos apresentados como independentes. No total, foram produzidas 41 fichas prosopográficas.

Por último, é possível enumerar o conjunto de fontes empíricas utilizadas na construção de cada ficha: listas eleitorais disponibilizadas online pelo MAI; artigos de imprensa e investigações jornalísticas; investigações académicas; páginas, publicações e vídeos disponíveis no Facebook; registos biográficos disponíveis no site do Parlamento; dicionários biográficos; vídeos disponíveis no Youtube; sites e publicações de organizações da sociedade civil; sites empresariais; blogues; sites de partidos políticos (alguns em forma de blogue); arquivos genealógicos; arquivos históricos; arquivos televisivos (RTP Arquivos); relatórios estatais; sites municipais e governamentais; legislação publicada no *Diário da República*; currículos; perfis de LinkedIn; sites turísticos, sites desportivos; sites musicais; petições públicas; repositórios e arquivos universitários; livros da autoria dos candidatos estudados (literários e académicos). Algumas das fontes digitais utilizadas foram recolhidas com a ferramenta Wayback Machine, a qual permite aceder a ligações digitais que já não se encontram ativas, desde que tenham sido previamente arquivadas.

3 | “A nova direita anti-sistema”?

Na sua análise das dinâmicas antissistémicas verificadas na Europa do Sul, Jonathan Hopkin classificou o acordo parlamentar das esquerdas portuguesas como uma “revolução silenciosa” (2020: 180). Ainda que a política orçamental se tenha mantido em linha com as imposições europeias, a nova correlação de forças à esquerda permitiu a reversão de algumas privatizações, de cortes nas pensões e um aumento significativo do salário mínimo, entre outras medidas como a redução do preço dos passes sociais ou ainda a distribuição gratuita de manuais escolares. Após um máximo histórico de descontentamento político durante o governo PSD/CDS, segundo diversos estudos de opinião, os eleitorados das esquerdas percecionavam estas políticas como uma mudança positiva nas suas condições de vida: reformados, funcionários públicos, operariado, pequenos comerciantes, pequenos empresários e pequenos gestores (Cancela e Magalhães 2020).

À direita, estes desenvolvimentos foram objeto de grande contestação. No debate parlamentar sobre o programa do governo PSD/CDS que foi chumbado pelas esquerdas, o vice-primeiro-ministro Paulo Portas invocou o perigo de uma alegada ameaça comunista que deixaria “à mercê das reuniões semestrais do comité central na Soeiro Pereira Gomes”²⁷, narrativa partilhada pelo primeiro-ministro Passos Coelho, que acusava frequentemente a “geringonça” de promover uma cultura de “imobilismo, demagogia, populismo e radicalismo”²⁸. Nas legislativas de 2019, ainda que o acordo parlamentar das esquerdas não tenha sido renovado²⁹, os dois líderes da direita da austeridade tinham já abandonado a liderança dos seus partidos. De um resultado eleitoral conjunto de 36,8% (1.993.921 votos) e 102 deputados em 2015, PSD e CDS obtiveram

²⁷ Esteves, Manuel. 2017. "2015: E, pasmado, o país viu nascer a geringonça". *Jornal de Negócios*. 31 de maio de 2017. <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/2015-e-pasmado-o-pais-viu-nascer-a-geringonca>.

²⁸ Lopes, Maria. 2018. "Passos contra a demagogia e populismo da 'geringonça', que quer voltar aos anos 80". *Público*. 12 de agosto de 2018. <https://www.publico.pt/2017/08/13/politica/noticia/passos-contra-a-demagogia-e-populismo-da-geringonca-que-quer-voltar-aos-anos-80-1782251>.

²⁹ Marujo, Miguel, e Susete Francisco. 2019. "PS recusa acordos para a legislatura e vai negociar orçamento a orçamento". *Diário de Notícias*. 10 de outubro de 2019. <https://www.dn.pt/poder/ps-recusa-acordos-para-a-legislatura-e-vai-negociar-orcamento-a-orcamento-11394591.html>.

31,9% e 314.443 votos a menos³⁰. Este declínio foi particularmente expressivo no CDS que elegeu apenas 5 deputados, menos 19 do que 2011 e o número mais baixo desde 1991.

Estes resultados foram acompanhados por uma fragmentação partidária das direitas. Abandonando o PSD após ter perdido as eleições diretas de 2018 contra Rui Rio, o antigo primeiro-ministro Santana Lopes viria a anunciar a formação do Aliança. Procurando dar continuidade ao combate à “extrema-esquerda”, este limitava-se a reiterar a agenda neoliberal das direitas: a “forte redução da carga fiscal” e a “reforma do sistema político”³¹. Com apenas 0,77% dos votos e sem representação parlamentar, abandonou o partido em 2021³². A fragmentação parlamentar das direitas concretizou-se através de outros dois partidos: o Chega e a IL, os quais elegeram um deputado cada com 1,29% e uma diferença de cerca de 200 votos entre si³³. Essencialmente focado num discurso neoliberal mais radicalizado – onde se destaca a proposta da taxa única de IRS a 15%³⁴, o segundo cresceu em 2022 para 4,91% (273.399) dos votos e elegeu 8 deputados³⁵.

Por outro lado, o Chega viria a receber uma atenção mediática mais intensa³⁶, tendo registado igualmente um crescimento eleitoral mais acelerado. Noticiada como a chegada da extrema-direita ao parlamento português, a sua emergência centrou-se na figura de André Ventura, o qual já vinha a ganhar notoriedade mediática como comentador desportivo e vereador do PSD (Palma *et al.* 2021) que havia “acusado a comunidade cigana de viver à custa de subsídios”³⁷. O partido defendia aliás um conjunto

³⁰ "Legislativas 2019 - Resultados Globais". Disponível em:

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/resultados-globais.html#none>.

³¹ Lopes, Diogo. 2018. "'Aliança'. O novo partido de Santana Lopes já tem nome e começa a ganhar forma". Observador. 18 de agosto de 2018. <https://observador.pt/2018/08/18/alianca-o-novo-partido-de-santana-lobes-ja-tem-nome-e-comeca-a-ganhar-forma/>.

³² DN/Lusa. 2021. "Santana Lopes deixa Aliança, partido que fundou em 2018". 25 de janeiro de 2021. <https://www.dn.pt/politica/santana-lobes-deixa-alianca-partido-que-fundou-em-2018-13272818.html>.

³³ "Legislativas 2019 - Resultados Globais". Disponível em:

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/resultados-globais.html#none>

³⁴ Agência Lusa. 2019. "Eleições Legislativas. Iniciativa Liberal defende 15% de IRS e divulga ideia junto das Finanças". Observador. 25 de setembro de 2019. <https://observador.pt/2019/09/25/eleicoes-legislativas-iniciativa-liberal-defende-15-de-irs-e-divulga-ideia-junto-das-financas/>.

³⁵ "Legislativas 2022 - Resultados Globais". Disponível em:

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/resultados-globais.html#none>

³⁶ Veja-se, por exemplo, o livro da jornalista Daniela Santiago (2021) sobre o rápido crescimento do Chega e do Vox.

³⁷ Martins, Ruben, e Sofia Correia Baptista. 2019. "Extrema-direita chega ao Parlamento. Quem é e o que defende André Ventura?" Público. 7 de outubro de 2019. <https://www.publico.pt/2019/10/07/politica/perfil/andre-ventura-eleito-chega-extrema-direita-parlamento-ele%C3%A7%C3%B5es-1889055>.

de propostas que cimentaram a sua associação à extrema-direita: eliminar o cargo de primeiro-ministro e redução do número de deputados, no quadro de um projeto de presidencialização da democracia portuguesa, ou ainda a castração química de pedófilos e a prisão perpétua, no contexto de um programa securitário alinhado com o populismo penal, encontram-se entre as mais destacadas³⁸. Em conjunto com outros temas explorados intensamente pelos media como os incêndios de Pedrógão Grande em 2017, o inquérito a Tancos³⁹, a criminalidade suburbana, entre outros, o Chega apresentou-se como o partido anti-sistema que vinha fundar a IV República. No entanto, os seus ataques à “subsidiopendência”, associando-a muitas vezes a grupos étnicos minoritários, depressa se revelaram como parte do ataque ao estado social comum às direitas portuguesas. Nas eleições dos Açores de 2020 – onde o Chega elegeu dois deputados com 5% dos votos⁴⁰ –, a IL e o Chega estabeleceram um acordo pós-eleitoral com a coligação PSD/CDS/PPM para impedir que o PS formasse governo. Este acordo tinha como objetivo, nas palavras do presidente José Manuel Bolieiro, “libertar a economia e a sociedade”⁴¹. As quatro exigências apresentadas pelo Chega foram aceites: redução de deputados; criação de um gabinete anticorrupção, redução da “subsidiopendência” e aprofundamento da autonomia da região⁴². Tratou-se de um dos mais rápidos processos de chegada da extrema-direita ao poder na Europa Ocidental desde o pós-guerra: cerca de ano e meio após a sua fundação. Veja-se, por exemplo, que o Vox – um dos partidos de extrema-direita que mais rapidamente cresceu – demorou 5 anos desde a sua fundação até estabelecer em 2018 um acordo parlamentar na Andaluzia (Ugarte 2021: 31).

³⁸ *Idem*.

³⁹ Lusa. 2019. "Balanço da legislatura: Quatro anos de 'geringonça' em 12 momentos". Sapo 24. 19 de julho de 2019. <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/balanco-da-legislatura-quatro-anos-de-geringonca-em-12-momentos>.

⁴⁰ "Resultados Eleitorais 2020 - Assembleia Legislativa Regional dos Açores". Disponível em: <http://www.resultadoseleitorais.azores.gov.pt/Resultados.aspx>.

⁴¹ Paiva, Rui Pedro. 2020. "Líder do PSD-Açores: 'É preciso libertar' a economia e a sociedade da 'dependência casuística'". Público. 23 de outubro de 2020. <https://www.publico.pt/2020/10/23/politica/noticia/lider-psdacores-epreciso-libertar-economia-sociedade-dependencia-casuistica-1936387>.

⁴² Sapage, Sónia, e Margarida Gomes. 2020. "Apoio do Chega ao governo dos Açores é para durar toda a legislatura". Público. 10 de novembro de 2020. <https://www.publico.pt/2020/11/10/politica/noticia/apoio-chega-governo-acores-durar-legislatura-1938517>.

Nas presidenciais de 2021, Ventura foi o terceiro candidato mais votado com 11,9% dos votos (496.773)⁴³. Numa campanha marcada por um dos períodos mais críticos da pandemia covid-19, a radicalização do seu discurso reforçou a associação ao imaginário do Estado Novo – onde se destaca a invocação da figura de D. Afonso Henriques junto ao castelo de Guimarães para encenar um discurso de “refundação do regime” - e às estratégias da extrema-direita internacional⁴⁴ - onde se destaca a presença de Marine Le Pen na campanha de Ventura⁴⁵. Num dos momentos mais significativos de campanha no Porto, por exemplo, Ventura insistiu que o PSD se juntasse ao Chega para um novo “25 de novembro feito agora, no século XXI”⁴⁶. Ao longo desse ano, o partido aproveitou estes resultados para reforçar a ideia de que as direitas não voltariam a formar governo sem uma plataforma de convergência⁴⁷. Nas legislativas de 2022 – onde foi o terceiro partido mais votado com 7,18% dos votos (399.510) e elegeu 12 deputados⁴⁸ -, esta exigência intensificou-se. Num cenário onde a maioria parlamentar das esquerdas parecia incerta, uma sondagem do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica (CESOP) publicada a poucos dias das eleições mostrava a possibilidade de uma maioria absoluta do PSD com a inclusão dos deputados do Chega⁴⁹. Com a maioria absoluta do PS e a queda eleitoral do BE e da CDU, o PSD continuava no mesmo impasse com o Chega e a IL a serem os únicos partidos de direita a crescer. Ainda que o PSD tenha melhorado ligeiramente a sua votação em cerca de 100 mil votos, o CDS perdeu a sua representação parlamentar com apenas 1,6% dos votos (89.113). Veja-se

⁴³ "Resultados Eleitorais Presidenciais 2021". Disponível em:

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2021/resultados/globais>.

⁴⁴ Gomes, Hélder. 2021. "Como Ventura usou o imaginário nacionalista do Estado Novo e imitou Donald Trump". Expresso. 22 de janeiro de 2021. <https://expresso.pt/presidenciais2021/2021-01-22-Como-Ventura-usou-o-imaginario-nacionalista-do-Estado-Novo-e-imitou-Donald-Trump>.

⁴⁵ DN/Lusa. 2020. "Ventura e Le Pen juntos em Lisboa no início da campanha eleitoral". Diário de Notícias. 21 de dezembro de 2020. <https://www.dn.pt/poder/ventura-e-le-pen-juntos-em-lisboa-no-inicio-da-campanha-eleitoral-13160655.html>.

⁴⁶ Lopes, Maria. 2021. "'Sou o único candidato que junta o Chega e o PSD', insistiu André Ventura". Público. 18 de janeiro de 2021. <https://www.publico.pt/2021/01/18/politica/noticia/unico-candidato-junta-chega-psd-insistiu-andre-ventura-1946909>.

⁴⁷ Lusa. 2021. "Ventura quer convergência à direita para construir 'alternativa de Governo'". TSF. 26 de julho de 2021. <https://www.tsf.pt/portugal/politica/ventura-quer-convergencia-a-direita-para-construir-alternativa-de-governo--13975830.html>.

⁴⁸ "Legislativas 2022 - Resultados Globais". Disponível em:

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/resultados-globais.html#none>

⁴⁹ Lopes, Maria. 2022. "Tudo em aberto. PS e PSD lado a lado na dianteira; IL, Chega e Bloco em terceiro". Público. 27 de janeiro de 2022. <https://www.publico.pt/2022/01/27/politica/noticia/aberto-ps-psd-lado-lado-dianteira-il-chega-bloco-terceiro-1993376>.

que, num momento simbólico, a placa do gabinete do partido foi retirada para o Chega passar a ocupar esse espaço⁵⁰.

Assim, parece ser possível confirmar, como argumenta João Carvalho (2022), que a emergência do Chega se encontra mais relacionada com o processo de reconfiguração partidária das direitas associado às transformações dos sistemas partidários nas crises do capitalismo. No entanto, as investigações académicas produzidas sobre o Chega não procuraram, em grande medida, seguir esta linha de investigação. Mesmo quando analisam o lado da oferta política, como faz Riccardo Marchi, a ideia dominante é a de que se trata de uma rutura política profunda com o campo partidário da direita tradicional, sendo o Chega descrito como “partido de um só homem”, uma figura “sem relevância ou até experiência política precedente” (Marchi 2020b: 20) cuja origem social o coloca numa direita de base popular (*idem*: 21). Uma análise prosopográfica, que vá além da figura do líder, mostra de forma clara como esta descrição toca apenas superficialmente no conjunto de redes pré-existentes mobilizadas e as formas específicas de capitais acumuladas e convertidas por este líder partidário que, em conjunto com os fatores exógenos, ajudam a explicar o rápido crescimento do Chega. Na realidade, mesmo no caso do líder, é impossível analisar a sua trajetória sem atender como a acumulação prévia e um modelo específico de conversão de capital delegado e organizacional dentro e fora do campo político permitiu, primeiro, a sua ascensão na hierarquia do PSD e depois a sua autonomização para um novo projeto político. Em concreto, André Ventura já havia ocupado, antes da fundação do Chega, um conjunto de posições relevantes no campo político e mediático e formado redes sociais relevantes no campo religioso, académico e empresarial. É precisamente este capital compósito, que combina capital delegado com capital convertido, que permite começar a compreender como o Chega se encontra alinhado em muitas dimensões fundamentais com as práticas e as ideias das direitas tradicionais portuguesas ao mesmo tempo que ajuda a compreender o rápido crescimento do partido. É também isso que pode ajudar a explicar não só a rápida chegada do Chega ao poder nos Açores, mas também um crescimento eleitoral consolidado que parece ter a sua base na captação de um conjunto de actores políticos dos partidos da direita

⁵⁰ Lusa. 2022. "Em segundos, a placa do CDS-PP saiu das paredes da Assembleia da República – que o partido abandona ao fim de 47 anos". Público. 10 de fevereiro de 2022. <https://www.publico.pt/2022/02/10/politica/noticia/segundos-placa-cdspp-saiu-paredes-assembleia-republica-partido-abandona-fim-47-anos-1995053>.

tradicional e na mobilização das redes sociais e políticas a esses associadas. Tanto a trajetória de Ventura como de muitas dos dirigentes e militantes de primeiro plano do Chega encaixam justamente num mesmo padrão.

3.1 André Ventura: “uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”⁵¹?

André Ventura (1983-) nasceu em Sintra no seio de uma família pequeno-burguesa: o seu pai foi antigo combatente do Ultramar e comerciante local e a sua mãe administrativa de várias empresas em Lisboa e depois doméstica. Aos 15 anos, aderiu ao PSD em Algueirão Mem-Martins, então dirigido por Artur Afonso - autarca de Sintra e pai de Nuno Afonso, futuro fundador do Chega⁵². Aos 17 anos, ingressou no Seminário de Nossa Senhora da Graça em Torres Vedras⁵³. É aqui que conhece a futura fundadora do Chega Fernanda Marques Lopes, militante da Juventude Social-Democrata (JSD) cujo tio era presidente da concelhia do PSD e autarca. Em 2001, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL) em Direito, passando a viver na Residência de São Nicolau cuja igreja é reconhecida pelo seu conservadorismo⁵⁴. Em 2009, viria a publicar o seu segundo romance pela Chiado Editora em homenagem ao Padre Mário Rui (Ventura 2015b: 9) – desta igreja e padre do seu casamento - intitulado *A Última Madrugada do Islão* e apresentado pelo constitucionalista Jorge Bacelar Gouveia⁵⁵.

Para além da sua militância no PSD, é a sua trajetória académica que permite a Ventura começar a contactar com as elites políticas da direita. Durante a licenciatura, criou uma tertúlia informal, segundo o *Expresso*, com o economista Jorge Castela – primeiro ideólogo do Chega - onde participaram Gonçalo Ribeiro – o mais jovem Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional (TC) - e Luís Barroso – filho do primeiro-ministro Durão Barroso e que se tornaria jurista no Banco de Portugal (BP)⁵⁶. Castela, por sua vez, esteve ligado ao Grupo de Ofir de Francisco Lucas Pires: o prefácio do

⁵¹ (Marchi 2020b: 47).

⁵² Matos, Vítor. 2021. "Entre Deus e o Diabo". Revista Expresso, 5 de março de 2021, pág. 24.

⁵³ *Idem*, pág. 29.

⁵⁴ *Ibidem*, pág. 24.

⁵⁵ *Ibidem*, pág. 30.

⁵⁶ *Ibidem*, pág. 30.

primeiro livro deste último foi, aliás, escrito por Castela (Marchi 2020b: 53). Com participação regular no *Vida Económica*, seguiu o “populismo de direita” (*idem*: 53) e foi a ele que Ventura manifestou em primeiro lugar a intenção de criar algo semelhante ao Movimento 5 Estrelas (M5S) na tomada de posse da “geringonça”. Em março de 2017, foi aliás convidado por Castela para apresentar um livro seu com Jaime Nogueira Pinto – atualmente um conselheiro não-oficial de Ventura⁵⁷. Terminada a licenciatura, Ventura constrói o seu percurso numa das principais sociedades de advogados portuguesas. Estagiou na Sociedade Uría Menéndez de Daniel Proença de Carvalho⁵⁸. Em 2008, inicia na National University of Ireland (NUI) um doutoramento em direito criminal e publica o romance *Montenegro* pela Chiado, uma história ficcional de um ciclista com sida apresentada por Maria Eugénia Saraiva - presidente da Liga Portuguesa Contra a SIDA (LPCS)⁵⁹ - cuja capa contém uma citação elogiosa de Artur Lopes, presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo (FPC) e vice-presidente do Comité Olímpico de Portugal (COP) (Ventura 2008).

O seu percurso profissional é revelador de uma certa lógica de circulação entre o campo político, jornalístico e académico (Marchi 2020b: 24-5). Foi professor auxiliar da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), onde foi colega de Jorge Bacelar Gouveia. Presidente do Instituto de Direito e Segurança (IDS), foi este que levou Ventura para o cargo de secretário da direção (2013-2018)⁶⁰. Foi professor convidado da FDUNL e da Universidade Agostinho Neto (UAN) em Angola e professor visitante do Instituto Universitário Militar (IUM). Integrou o Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (CEDIS) da FDUNL e o Centre for Criminal Justice and Human Rights (CCJHR) da Universidade de Cork. Foi também diretor-adjunto do Instituto de Direito Público (IDP) e da Revista do Direito de Língua Portuguesa – publicação dirigida por Bacelar Gouveia⁶¹. Exerceu entre 2011 e 2013 atividades na Direção de Serviços de

⁵⁷ Figueiredo, Inês André. 2022. "Chega tem planos para Jaime Nogueira Pinto, mas politólogo não está disponível e prefere manter 'independência e liberdade'". Observador. 26 de março de 2022. <https://observador.pt/2022/03/26/chega-tem-planos-para-jaime-nogueira-pinto-mas-politologo-nao-esta-disponivel-e-prefere-manter-independencia-e-liberdade/>.

⁵⁸ Sousa, Filipa. 2022. "As memórias de Proença de Carvalho de uma carreira de quase 60 anos". Eco. 7 de abril de 2022. <https://eco.sapo.pt/2022/04/07/as-memorias-de-proenca-de-carvalho-de-uma-carreira-de-quase-60-anos/>.

⁵⁹ Matos. "Entre Deus...", pág. 31.

⁶⁰ *Idem*, pág. 30.

⁶¹ Descrição do primeiro número da publicação disponível em: <https://www.quidjuris.pt/Default.aspx?Tag=BOOK&Id=616>

IRC, na Inspeção Tributária e na Direção de Finanças de Lisboa. Nestes anos, publicou livros sobre direito penal e fiscal (Ventura 2013; 2014a; 2015a).

Apesar da sua crescente aceitação junto de algumas instituições e actores ligados ao mundo jurídico e académico da direita, Ventura mantinha-se como vogal da direcção da distrital da JSD de Sintra liderada por Sérgio Azevedo. O passo decisivo na sua trajetória política surge na sequência da sua entrada no campo da comunicação social através de um conjunto de redes que já tinha construído noutros campos. Por volta de 2014-2015, abordou o vereador do PSD Luís Patrício com a proposta de escrever uma biografia de Fernando Seara⁶² – ex-presidente da Câmara de Sintra pelo PSD, professor de Direito, presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP) e talvez um dos actores que melhor converteu a notoriedade acumulada no comentário desportivo em capital político. Ainda que este projecto nunca tenha sido concretizado, Ventura foi, segundo uma reportagem do *Expresso*, apresentado a Rui Gomes da Silva⁶³ – dirigente do Benfica e ex-ministro de Santana Lopes – por uma paroquiana de Mário Rui⁶⁴. Gomes da Silva convida-o a entrar no comentário desportivo da BenficaTV, onde encontrou Pedro Guerra⁶⁵ – ex-jornalista d’*O Independente* e antigo assessor de Paulo Portas, – e Miguel Fernandes o convidou a participar no “Rua Segura” da CMTV, do qual era pivô⁶⁶. A partir daqui, começou a participar no comentário desportivo do canal, a ter uma coluna semanal no *Correio da Manhã* e foi convidado pelo diretor do *Jornal Benfica* para integrar a comissão executiva da candidatura de Luís Filipe Vieira à presidência do clube⁶⁷. Em 2016, publicou com Maya – apresentadora na CMTV – o livro *50 Razões para mudar para o Sport Lisboa e Benfica*, para o qual Gomes da Silva, Guerra e outras figuras do canal prestaram contributos (Ventura e Maya 2016: 7).

⁶² Matos. "Entre Deus...", pág. 26.

⁶³ Em setembro de 2022, foi noticiado pela imprensa que Rui Gomes da Silva e Jorge Bacelar Gouveia vão participar nas jornadas parlamentares do Chega marcadas para os dias 11 e 12 desse mês, as quais têm como objetivo preparar o processo de revisão constitucional que o partido pretende apresentar no parlamento. DN/Lusa. 2022. "Rui Gomes da Silva e Bacelar Gouveia em jornadas do Chega sobre revisão constitucional". Diário de Notícias. 1 de setembro de 2022. <https://www.dn.pt/politica/rui-gomes-da-silva-e-bacelar-gouveia-em-jornadas-do-chega-sobre-revisao-constitucional-15130984.html>.

⁶⁴ Matos. "Entre Deus...", pág. 26.

⁶⁵ Que esteve presente no IV Congresso Nacional do Chega. Malhado, Alexandre R. 2021. "Culto do chefe, mesmo de cartão". *Sábado*, 1 de dezembro de 2021, pág. 66.

⁶⁶ Matos. "Entre Deus...", pág. 26.

⁶⁷ Baguinho, Sandro. 2016. "Apoio à candidatura de Vieira em movimento". O Jogo. 19 de maio de 2016. <https://www.ojogo.pt/futebol/1a-liga/benfica/noticias/apoio-a-candidatura-de-vieira-em-movimento-5184002.html>.

Já com um estatuto relevante nos meios de comunicação, Ventura foi entrevistado em 2015 pelo *Jornal Económico*, onde foram destacadas as suas atividades como escritor, professor universitário, cronista e comentador⁶⁸. Nesse momento era já conselheiro nacional do PSD – estrutura eleita a partir dos delegados presentes ao Congresso Nacional⁶⁹ que por sua vez são eleitos por cada secção distrital⁷⁰ - e expressou a intenção de se candidatar à Câmara de Sintra – onde Fernando Seara foi presidente e onde Ventura havia iniciado a sua trajetória política. Ao invés, foi convidado pelo já referido Sérgio Azevedo – à data vice-presidente do grupo parlamentar do PSD⁷¹ - para ser candidato da coligação PSD/CDS/PPM à Câmara de Loures, pois o PSD andava à procura de candidatos com notoriedade mediática⁷². Em junho de 2017, realiza a sua primeira entrevista no âmbito da sua candidatura autárquica ao *Notícias ao Minuto*⁷³, onde defendeu a conjugação de forças entre PSD e CDS para retirar o PCP do executivo. Alinhando com a oposição de direita à “geringonça”, acusou este de criar no concelho um “ambiente tipicamente soviético”⁷⁴ e definiu a atração de empresas e o tema da criminalidade étnica como prioridades⁷⁵.

⁶⁸ Redação. 2015. "André Ventura, professor universitário: 'Serei, provavelmente, candidato a presidente da Câmara Municipal de Sintra'". *Jornal Económico*. 29 de junho de 2015. <https://jornaleconomico.pt/noticias/andre-ventura-professor-universitario-serei-provavelmente-candidato-a-presidente-da-camara-municipal-de-sintra-27701>.

⁶⁹ PSD. 2019. "Regulamento Interno do Conselho Nacional". <https://www.psd.pt/sites/default/files/2020-07/REGULAMENTO-CONSELHO-NACIONAL-v2.pdf>, pág. 1.

⁷⁰ PSD. 2020. "Regulamento Eleitoral". <https://www.psd.pt/sites/default/files/2020-10/regulamento%20eleitoral%20cn%2025%20set%202020.pdf>, pág. 5.

⁷¹ Registo biográfico parlamentar de Sérgio Azevedo disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=4095>

⁷² Matos. "Entre Deus...", pág. 24.

⁷³ A entrevista a que se faz referência em seguida é da autoria da jornalista Patrícia Carvalho, que terá sido convidada a entrevistar Ventura por uma assessora da sua candidatura autárquica (Marchi 2020b: 33). Patrícia Carvalho publicou em 2019 mais de 100 artigos sobre o Chega e Ventura, tornando-se este órgão um dos que mais noticiaram o partido. Em dezembro desse ano, iniciou funções como assessora parlamentar de Ventura. <https://www.facebook.com/ostruques/photos/ao-longo-dos-%C3%BAltimos-meses-pudemos-acompanhar-com-surpresa-o-abundante-caudal-de/1227819230748696/> Mais tarde, foi eleita vogal da Direção Nacional nos Congressos Nacionais que decorreram em maio e novembro de 2021 e foi candidata nas eleições legislativas de 2022 pelo círculo eleitoral de Setúbal em segundo lugar. "Legislativas 2022 - Candidatos". Disponível em: <https://legislativas2022.mai.gov.pt/candidatos>

⁷⁴ Carvalho, Patrícia Martins. 2017. "No dia em que a liderança do PSD prejudicar o partido, eu candidato-me". *Notícias ao Minuto*. 12 de julho de 2017. <https://www.noticiasao minuto.com/vozes-ao-minuto/829803/no-dia-em-que-a-lideranca-do-psd-prejudicar-o-partido-eu-candidato-me>.

⁷⁵ Carvalho, Patrícia Martins. 2017. "Há minorias que se acham acima da lei. Temos tido excessiva tolerância". *Notícias ao Minuto*. 12 de julho de 2017. <https://www.noticiasao minuto.com/politica/829810/ha-minorias-que-se-acham-acima-da-lei-temos-tido-excessiva-tolerancia>.

Se as redes que Ventura construiu em vários campos sociais lhe permitiram construir uma carreira ascendente no PSD que resultou numa candidatura também altamente mediatizada à Câmara de Loures, também lhe permitiram construir a sua campanha eleitoral com apoio especializado. De modo a potenciar o alcance mediático do seu discurso de estigmatização de minorias étnicas, Ventura convidou o consultor de marketing João Gomes de Almeida que conhecia, segundo o *Expresso*, através de Gonçalo Martins, dono da Chiado⁷⁶. O consultor, que se assume como monárquico, havia já realizado serviços de comunicação para o PPM e o PND. Apesar de não ter conquistado a Câmara de Loures, o sucesso da campanha de Ventura – que conferiu ao PSD o recorde de 21,6% dos votos no concelho - abriu-lhe o caminho à gestão de várias campanhas autárquicas do PSD nas periferias de Lisboa igualmente focadas no discurso “antissistema” e no anticomunismo⁷⁷. Gomes de Almeida já havia igualmente coordenado tinha a campanha de Adolfo Mesquita Nunes – ex-CDS e Secretário de Estado do Turismo no governo PSD/CDS - na Covilhã, onde obteve um resultado igualmente relevante com 15% dos votos⁷⁸. De modo a reproduzir este sucesso com Ventura, pediu ao jornalista Sebastião Bugalho – que integrou a lista do CDS em Lisboa nas legislativas de 2019 – para o entrevistar. Foi esta entrevista que gerou o polémico título “Os ciganos vivem quase exclusivamente dos subsídios do Estado”, multiplicando, com declarações polémicas, a notoriedade de Ventura ao nível nacional. Estas afirmações motivaram o CDS a abandonar a coligação. O PSD, liderado ainda por Passos Coelho, e não obstante a intensa polémica em torno da campanha de Ventura, manteve o apoio⁷⁹.

Em conjunto com o cargo de vereador, Ventura continuou a cimentar as suas relações fora do campo político com as elites das direitas. Trabalhou na sociedade de advogados dos irmãos Caiado Guerreiro e na Finparter⁸⁰, empresa sua especializada em

⁷⁶ Matos. "Entre Deus...", pág. 24.

⁷⁷ Nunes, Rita Rato. 2021. "Quem é o publicitário que passou das campanhas do Chega para as do PSD está a 'fazer tremer' na Amadora e no Seixal?" *Visão*. 10 de setembro de 2021. <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/autarquicas-2021/2021-09-10-quem-e-o-publicitario-que-passou-das-campanhas-do-chega-para-as-do-psd-e-esta-a-fazer-tremer-na-amadora-e-no-seixal/>.

⁷⁸ *Idem*.

⁷⁹ Lusa. 2017. "Passos diz que Ventura clarificou posição e salienta tradição 'não xenófoba' do PSD". *Público*. 18 de julho de 2017. <https://www.publico.pt/2017/07/18/politica/noticia/passos-diz-que-ventura-clarificou-posicao-e-salienta-tradicao-nao-xenofoba-do-psd-1779572>.

⁸⁰ Gaspar, Maria. 2020. "Chega defende regime de exclusividade de deputados mas André Ventura acumula salário de consultor privado?" *Polígrafo*. 21 de fevereiro de 2020. <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/andre-ventura-defende-regime-de-exclusividade-de-deputados-mas-acumula-salario-de-consultor-privado>.

imobiliário, planeamento fiscal e vistos gold. Com uma presença assídua na televisão no “Negócios da Semana” de José Gomes Ferreira na SIC Notícias⁸¹ para comentarem fiscalidade com posições de claro cariz neoliberal, Tiago Caiado Guerreiro participou até em jornadas parlamentares do PSD⁸². Após a saída de Passos Coelho da presidência do PSD, Ventura admitiu disputar a liderança com Rui Rio nas eleições de janeiro de 2018, mas acabaria por apoiar Santana Lopes (Marchi 2020b: 41). Em protesto contra a vitória de Rio e a sua proposta de “reconstruir o antigo bloco central” (*idem*: 41) com o PS, demitiu-se do Conselho Nacional e afastou-se de Santana Lopes por este ter integrado membros da sua candidatura na direção de Rio (*ibidem*: 41). Poucos meses mais tarde, Santana acabaria por abandonar o PSD e criar o Aliança, uma opção que Ventura inicialmente considerou “extrema” (*ibidem*: 42). De modo a tentar fazer o PSD virar à direita, optou por lançar no fim de setembro de 2018 um movimento interno para a convocação de um congresso extraordinário onde seria disputada a liderança de Rio. Para tal, era necessário recolher 2500 assinaturas dentro do partido. Ainda que, segundo declarações de Ventura à imprensa, tenham sido recolhidas mil assinaturas nas primeiras 24 horas, os principais dirigentes do PSD demarcaram-se do movimento (*ibidem*: 42-3). Isto levou a que, duas semanas mais tarde, Ventura desistisse da recolha de assinaturas. Perante este bloqueio, formaliza a sua saída e renuncia ao cargo de vereador no momento em que já estava em reuniões para a formação do Chega (*ibidem*: 43-5).

3.2 “É mais o que nos une do que nos separa”⁸³

Seis meses após as legislativas de 2022, o Chega realizou as suas primeiras jornadas parlamentares na Figueira da Foz, onde Santana Lopes havia sido eleito presidente da Câmara nas autárquicas do ano anterior como independente depois da sua saída do Aliança. Segundo a imprensa, Ventura, esperançoso de que Santana se

⁸¹ Veja-se, por exemplo, o vídeo "OE 2022: Crise política à vista | Tiago Caiado Guerreiro na SIC Notícias" disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YZ5RnvLkYG4&ab_channel=CaiadoGuerreiro

⁸² Varela, Paula. 2020. "Caiado Guerreiro. 'As touradas têm mais de dois mil anos. Não se destrói assim a cultura'". Rádio Renascença. 7 de janeiro de 2020. <https://rr.sapo.pt/noticia/politica/2020/01/07/caiado-guerreiro-as-touradas-tem-mais-de-dois-mil-anos-nao-se-destroi-assim-a-cultura/177537/>.

⁸³ InfoRuc. 2019. "LEGISLATIVAS '19 - Alvorada 3 de outubro - Comentário de João Pacheco Amorim". Mixcloud. 2019. <https://www.mixcloud.com/inforuc/alvorada-3-de-outubro-comentário-de-joão-pacheco-amorim/?play=fb.,> a partir do minuto 7:50.

aproximasse do Chega, ouviu-o na receção ao evento enquanto elogiava no seu discurso os princípios do partido e manifestava o seu acordo com este na “defesa da liberdade individual, na auto-responsabilização e na importância dos valores da segurança e ordem na sociedade”⁸⁴. Talvez existam poucos exemplos mais claros da continuidade e porosidade das direitas no contexto da sua fragmentação partidária. Note-se como alguns antigos dirigentes do Aliança foram candidatos do Chega nas legislativas de 2022. Um antigo presidente de junta de freguesia em Bragança eleito em 2013 pelo PSD⁸⁵, José Pires tinha sido mandatário pelo Aliança nas legislativas de 2019⁸⁶ após ter entrado em rutura com o PSD local⁸⁷ e renunciado ao mandato para o qual foi eleito como independente em 2017⁸⁸. Aproveitando a fragmentação partidária das direitas face a este bloqueio, transitou para o Chega, trouxe consigo o cabeça-de-lista do Aliança no distrito para se candidatar à Câmara de Bragança em 2021⁸⁹, foi eleito presidente da Distrital de Bragança e nas legislativas de 2022 foi o cabeça-de-lista do distrito⁹⁰. Nesta linha, a sede da candidatura presidencial de Ventura em Bragança foi aliás emprestada ao partido por dois amigos de Pires que defendem uma “geringonça de direita”: o empresário imobiliário Norberto Lopes Garcia e o seu filho Telmo Garcia, dono das três discotecas da cidade e vice-presidente da AND⁹¹.

⁸⁴ Lusa. 2022. "Ventura espera que o seu caminho se cruze com o de Santana Lopes no futuro". Visão. 12 de julho de 2022. <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2022-07-12-ventura-espera-que-o-seu-caminho-se-cruze-com-o-de-santana-lopes-no-futuro/>.

⁸⁵ "PSD já escolheu os candidatos a todas as Juntas de Freguesia de Bragança". 2013. Rádio Brigantia. 18 de junho de 2013. <http://www.brigantia.pt/noticia/psd-ja-escolheu-os-candidatos-todas-juntas-de-freguesia-de-braganca>.

⁸⁶ Rodrigues, António G. 2021. "Chega surpreende com José Pires na Junta e Silvestre à Câmara". Mensageiro de Bragança. 29 de julho de 2021. <https://www.mdb.pt/noticia/chega-surpreende-com-jose-pires-na-junta-e-silvestre-camara>.

⁸⁷ Rodrigues, António G. 2017. "PSD recusa apoiar José Pires nas próximas autárquicas". Mensageiro de Bragança. 6 de janeiro de 2017. <https://www.mdb.pt/index.php/noticia/psd-recusa-apoiar-jose-pires-nas-proximas-autarquicas>.

⁸⁸ Lusa. 2018. "Parte da oposição renuncia ao mandato na maior freguesia de Bragança". Diário de Notícias. 20 de dezembro de 2018. <https://www.dn.pt/lusa/parte-da-oposicao-renuncia-ao-mandato-na-maior-freguesia-de-braganca-10346302.html>.

⁸⁹ Rodrigues. "Chega surpreende com..."

⁹⁰ Pereira, António. 2021. "José Pires é o cabeça de lista pela CHEGA ao distrito de Bragança". Diário de Trás-os-Montes. 16 de dezembro de 2021. <https://www.diariodetrasmontes.com/noticia/jose-pires-e-o-cabeca-de-lista-pela-chega-ao-distrito-de-braganca>.

⁹¹ Carvalho, Miguel. 2021. "A história não contada de Ventura em Bragança e o vídeo do cigano que, afinal, não o é". Visão. 18 de janeiro de 2021. <https://visao.sapo.pt/atualidade/2021-01-18-a-historia-nao-contada-de-ventura-em-braganca-e-o-video-do-cigano-que-afinal-nao-o-e/>.

Em 2020, o *Expresso* dava conta de que estruturas do Aliança em Santarém se tinham também transferido em bloco para o Chega⁹². Antiga vereadora do PSD na Câmara do Cartaxo, Manuela Estêvão levou consigo Rui Paulo Sousa (1967) – candidato do Chega à Câmara de Castelo Branco e eleito deputado por Lisboa nas legislativas de 2022 –, antigo simpatizante do CDS que foi cabeça-de-lista do Aliança no distrito em 2019 e que se desvinculou deste desiludido com o resultado eleitoral⁹³. Rui Paulo Sousa tornou-se rapidamente vogal da Direção Nacional do Chega, presidente da Comissão de Ética, mandatário financeiro, diretor da campanha presidencial de Ventura e secretário-geral do partido⁹⁴. Foi nomeado para este cargo em substituição de outro ex-dirigente do Aliança: Tiago Sousa Dias⁹⁵. Antigo membro do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD⁹⁶, este foi candidato do Aliança pelo círculo Fora da Europa em 2019. Em mais um claro exemplo da porosidade das direitas fora do campo político, foi contratado em 2020 para assessorar a criação de um gabinete da Ordem dos Enfermeiros. A sua bastonária Ana Rita Cavaco, militante do PSD, tinha aliás comparecido na II Convenção Nacional do Chega para cumprimentar Ventura, de quem afirmou ser amiga de longa data⁹⁷.

Estas transições entre PSD-Aliança-Chega, mais do que representarem uma exceção, são apenas o ponto de partida para a sistematização e interpretação dos principais padrões das trajetórias partidárias dos candidatos do Chega, muitos deles provenientes dos partidos da direita tradicional. Seguindo o registo das posições ocupadas nos pontos de partida e pontos de chegada nas respetivas estruturas partidárias e a identificação dos mecanismos de ligação ou de passagem, estas linhas de continuidade e

⁹² Coelho, Liliana, e Vítor Matos. 2020. "Dirigentes de um Aliança em coma viram-se para o Chega". *Expresso*. 31 de maio de 2020. <https://expresso.pt/politica/2020-05-31-Dirigentes-de-um-Alianca-em-coma-vm-se-para-o-Chega>.

⁹³ Carrapatoso, Miguel Santos. 2021. "A máquina que faz mexer o Chega. Os homens e as mulheres de André Ventura". *Observador*. 20 de janeiro de 2021. <https://observador.pt/especiais/a-maquina-que-faz-mexer-o-chega-os-homens-e-as-mulheres-de-andre-ventura/>.

⁹⁴ Leal, Salomé. 2022. "Deputado do Chega acumula sete cargos, mas só consta um na sua biografia na AR? Sim, é verdade". *Polígrafo*. 19 de maio de 2022. <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/deputado-do-chega-acumula-sete-cargos-mas-so-consta-um-na-biografia-tem-de-informar-a-ar-ate-ao-fim-de-maio>.

⁹⁵ Carvalho, Miguel. 2022. "Secretário-geral do Chega demite-se: 'Não abduco da liberdade de pensar'". *Visão*. 9 de fevereiro de 2022. <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2022-02-09-secretario-geral-do-chega-demite-se-nao-abduco-da-liberdade-de-pensar/>.

⁹⁶ Povo Livre. 2005, 23 de novembro de 2005, nº 1435. https://www.psd.pt/sites/default/files/povo-livre/Povo_Livre_23_Novembro.pdf, pág. 13.

⁹⁷ "O amigo de Ana Rita Cavaco a quem a Ordem paga 72 mil euros". 2020. *Nascer do Sol*. 26 de setembro de 2020. <https://sol.sapo.pt/artigo/709924/o-amigo-de-ana-rita-cavaco-a-quem-a-ordem-paga-72-mil-euros>.

a racionalidade política que a acompanha tornam-se mais inteligíveis. Com os casos já identificados, encontraram-se, entre os principais dirigentes e cabeças-de-lista às eleições legislativas de 2019 e 2022 pelo Chega, 20 figuras com experiências partidárias anteriores em 30 posições distintas: PSD (10); CDS (7); MIRN/PDP (3); Aliança (2); PPV/CDC (2); PS (2); Movimento Federalista Português/Partido do Progresso (MFP/PP) (1); Partido Democrático Republicano (PDR) (1); PND (1); PPM (1). Como se irá verificar, a passagem para o Chega não implicou um corte ideológico – as linhas de continuidade ideológica entre os partidos demonstram-no –, mas sim uma trajetória partidária ascendente que surge da fragmentação partidária das direitas: ao verem impossibilitada a sua ascensão nas estruturas partidárias de partida, os candidatos aproveitaram o aparecimento de novos partidos para desbloquear as suas carreiras. Passaram a ocupar posições de destaque nas listas apresentadas às legislativas de 2019 e 2022 e, em casos que se sobrepõem, passaram a deputados ou assessores parlamentares, a dirigentes nacionais, a candidatos a Câmaras Municipais, a vereadores, a deputados municipais ou a presidentes de distritais. Isto significa que para analisar estas trajetórias é necessário inserir o partido na complexa sobreposição e interseção que existe entre a história das direitas com representação parlamentar e a genealogia da extrema-direita desde o fim do Estado Novo. No caso português, como foi referido no capítulo 1.3, essas linhas de continuidade fazem parte da génese da direita democrática.

Talvez a confirmação mais clara desta tese surja através da carreira política de Diogo Pacheco de Amorim (1949-) – candidato nº11 nas europeias de 2019, segundo candidato por Lisboa nas legislativas de 2019, eleito deputado na Assembleia Municipal de Cascais nas autárquicas de 2021 e eleito deputado pelo Porto nas legislativas de 2022 -, cuja trajetória se confunde “com a história da direita radical em Portugal”⁹⁸. Pacheco de Amorim depressa tomou o lugar de Castela como ideólogo do partido, foi eleito vice-presidente da Direção Nacional, substituiu Ventura no parlamento nas autárquicas de

⁹⁸ Malhado, Alexandre R. 2020. "Quem é Pacheco de Amorim, o ideólogo na sombra de Ventura?" Sábado. 23 de dezembro de 2020. <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/quem-e-pacheco-de-amorim-o-ideologo-na-sombra-de-ventura>.

2021⁹⁹ e foi proposto para a vice-presidência do parlamento em 2022¹⁰⁰. As suas atividades políticas iniciaram-se no fim da década de 60 na UC¹⁰¹, onde foi um dos “nacionalistas revolucionários” que juntamente com figuras como José Miguel Júdice se opunham à política colonial de Marcelo Caetano e às mobilizações estudantis da época. Após o 25 de abril, foi militante do MFP/PP - cujo secretário-geral era o seu tio Fernando Pacheco de Amorim -, parte das direitas que se mobilizaram em oposição ao processo revolucionário e que têm origens em “fações específicas já ativas no antigo regime” (Marchi 2020a: 28). Em 1975, exilou-se em Espanha para “fugir do comunismo”¹⁰², onde foi quadro do MDLP (*idem*: 263). Regressou a Portugal em 1976 quando teve a “certeza de que a máquina repressiva do PCP já não surtia efeito” (Marchi 2017: 34) e foi o fundador e dirigente da delegação do Porto do MIRN (*idem*: 118).

Outros dois candidatos do Chega passaram por este partido. Eleito vice-presidente na I Convenção Nacional em 2019 e candidato pelos Açores, o MIRN foi a única experiência partidária anterior que Joaquim Chilrito teve¹⁰³. João Pacheco de Amorim (1962-) – irmão de Diogo Pacheco de Amorim e candidato por Coimbra nas legislativas de 2019 – foi membro da sua secção juvenil (*ibidem*: 161). O mecanismo de recrutamento familiar é aliás central na composição das listas do Chega. Lopo Pacheco de Amorim (1983-)¹⁰⁴ - filho de Diogo Pacheco de Amorim - foi o cabeça-de-lista em Viana do Castelo. Num contacto feito pela Causa Real aos cabeças-de-lista do distrito, assumiu-se como monárquico e afirmou que iria defender um referendo nacional para a restauração da monarquia caso fosse eleito¹⁰⁵. Para além disso, o sobrinho Lopo de Santiago Pacheco de Amorim ocupou o lugar nº 35 no Porto, a sobrinha de João Pacheco de Amorim,

⁹⁹ Carvalho, Miguel. 2020. "Das bombas de 75 ao Parlamento: Quem é e como pensa Diogo Pacheco de Amorim (que poderá substituir Ventura)". *Visão*. 23 de dezembro de 2020. <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2020-12-23-das-bombas-de-75-ao-parlamento-quem-e-e-como-pensa-diogo-pacheco-de-amorim-ue-pode-vir-a-substituir-ventura/>.

¹⁰⁰ Claudino, Henrique Magalhães. 2022. "O escolhido por Ventura para a vice-presidência do Parlamento: um breve perfil que é preciso ler". *CNN Portugal*. 3 de fevereiro de 2022. <https://cnnportugal.iol.pt/pacheco-de-amorim/perfil/quem-e-o-nome-proposto-por-ventura-para-a-vice-presidencia-do-parlamento/20270228/61fc33b80cf21a10a41d4eb5>.

¹⁰¹ Malhado. "Quem é Pacheco de Amorim..."

¹⁰² Reis, Bárbara. 2022. "Diogo Pacheco de Amorim: O deputado que traz os fantasmas da ditadura". *Público*, 22 de fevereiro de 2022, pág. 5.

¹⁰³ Carvalho, Miguel. 2022. "Como Ventura 'privatizou' o Chega". *Visão*, 23 de junho de 2022, pág. 54.

¹⁰⁴ Registo biográfico de Lopo Pacheco de Amorim disponível em: <https://geneall.net/pt/nome/467460/lopo-de-gouveia-durao-pacheco-de-amorim/>

¹⁰⁵ "Candidatos respondem à Real Associação". 2019. *A Aurora do Lima* (blog). 4 de outubro de 2019. <https://www.auroradolima.com/viana-do-castelo/candidatos-respondem-a-real-associacao/>.

Matilde Diogo Sottomayor foi nº 4 em Vila Real e o irmão Francisco Pacheco de Amorim foi o 1º suplente no círculo da Europa¹⁰⁶.

Em 1978, Pacheco de Amorim foi contratado como jornalista d’*O Diabo* (*ibidem*: 44) – destacada publicação da extrema-direita do PREC. Num período onde esta começa a ser cooptada pela AD, abandona o MIRN para assessorar José Ribeiro e Castro, secretário de Estado adjunto do vice-primeiro-ministro Freitas do Amaral. Segundo este, o CDS andava à procura destes quadros e encontrou-o através do seu chefe de gabinete Luís Nazaré¹⁰⁷, que tinha também passado pelo MIRN (Marchi 2017: 414). Esta cooptação não significou o fim das suas atividades na extrema-direita. Com Nazaré, foi um dos principais responsáveis pela introdução da *Nouvelle Droite* em Portugal (Marchi 2017: 429) e fundou a *Futuro Presente*, publicação dirigida por Jaime Nogueira Pinto que contava com José Miguel Júdice e Nuno Rogeiro (*idem*: 432). Publicou também a sua tradução de um livro de Alain de Benoist prefaciada por Júdice (*ibidem*: 438) e voltou ao jornalismo n’*O Primeiro de Janeiro* – outra publicação contrarrevolucionária (Madeira 2019: 304-5).

De acordo com Bruno Madeira (*idem*), a representação da extrema-direita em órgãos de imprensa de grande circulação e a sua ascendência nos partidos da direita desde o PREC foi central na viragem à direita do sistema político português com vista à construção de uma economia de mercado. Veja-se, por exemplo, a participação de Pacheco de Amorim na Ala Nova Esperança¹⁰⁸, facção do PSD composta por actores políticos como Marcelo Rebelo de Sousa, Durão Barroso, Santana Lopes e José Miguel Júdice oposta ao governo do “Bloco Central” e que teve um papel central na eleição de Cavaco Silva como líder do PSD em 1985¹⁰⁹. Mais tarde, foi ideólogo e chefe de gabinete do grupo parlamentar do CDS de Manuel Monteiro (1995-1997)¹¹⁰. Em 2003, fundou

¹⁰⁶ Paulo, Isabel. 2021. "O ‘Familygate’ do Chega: faz o que eu digo, não o que eu fiz". Expresso. 21 de março de 2021. <https://expresso.pt/politica/2021-03-21-O-Familygate-do-Chega-faz-o-que-eu-digo-nao-o-que-eu-fiz-2a5dfba8>.

¹⁰⁷ Reis. "Diogo Pacheco de Amorim...", pág. 9.

¹⁰⁸ Lusa. 2021. "Pacheco de Amorim, ‘cabeça’ do Chega, recusa ‘peso na consciência’". Notícias ao Minuto. 20 de janeiro de 2021. <https://www.noticiasao minuto.com/politica/1670189/pacheco-de-amorim-cabeça-do-chega-recusa-peso-na-consciencia>.

¹⁰⁹ Davim, Margarida. 2015. "Santana e Marcelo: Um choque de ambições políticas que vem de longe". Nascer do Sol. 21 de janeiro de 2015. <https://sol.sapo.pt/artigo/122488/santana-e-marcelo-um-choque-de-ambicoes-politicas-que-vem-de-longe>.

¹¹⁰ Malhado. "Quem é Pacheco de Amorim..."

com Monteiro o PND – extinto em 2015¹¹¹ - e escreveu o seu programa político. Em 2019, foi aliás noticiado que o programa do Chega possuía passagens copiadas diretamente deste programa¹¹².

Já atento a Ventura pelo menos desde 2017, Pacheco de Amorim diz acreditar que este “tem o perfil certo para corporizar aquele que sempre foi o seu combate pessoal na direita portuguesa” (Marchi 2020b: 74), que afirma não se ter alterado desde o PREC¹¹³. Para o Chega, convida Salvador Posser de Andrade, que tinha militado consigo no CDS e no PND¹¹⁴ e o qual trouxe Pedro Cassiano Neves (*idem*: 74), cabeça-de-lista em Santarém nas legislativas de 2019. Eleito deputado municipal¹¹⁵ na candidatura de Santana Lopes à Câmara de Lisboa em 2009¹¹⁶ e apoiante da candidatura de Carlos Carreiras à Câmara de Cascais em 2013¹¹⁷, Posser de Andrade, proveniente de uma família latifundiária cuja propriedade foi nacionalizada no PREC¹¹⁸, é administrador da Coporgest, uma empresa especializada em imobiliário de luxo e participada pelo banco de investimento chinês Haitong¹¹⁹. José Maria Ricciardi – banqueiro e dirigente desportivo – é outro dos seus 4 administradores¹²⁰. Presidente do Banco Espírito Santo de Investimento (BESI) aquando do seu colapso, este foi vendido em 2014 ao Haitong, que manteve Ricciardi como presidente executivo até 2016¹²¹.

Tal como sucede com Posser de Andrade, é possível encontrar vários candidatos do Chega com trajetórias políticas e militância no CDS. João Pacheco de Amorim foi

¹¹¹ "Nova Democracia". Comissão Nacional de Eleições. <https://www.cne.pt/partido/nova-democracia>.

¹¹² Rainho, Pedro. 2019. "Chega! copia programa do Nova Democracia de Manuel Monteiro". *Visão*. 13 de setembro de 2019. <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2019-09-13-chega-copia-programa-do-nova-democracia-de-manuel-monteiro/>.

¹¹³ Reis. "Diogo Pacheco de Amorim...", pág. 9.

¹¹⁴ Lista de fundadores do PND disponível em:

<https://web.archive.org/web/20110701053110/http://www.pnd.pt/lista-dos-fundadores/>

¹¹⁵ Perfil de LinkedIn de Salvador Posser de Andrade disponível em:

<https://www.linkedin.com/in/salvador-possor-de-andrade-28614434/?originalSubdomain=pt>

¹¹⁶ "Salvador Posser de Andrade - Apoio Lisboa Com Sentido". 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_fphUJ1xgNw.

¹¹⁷ "Salvador Posser de Andrade apoia o Movimento Viva Cascais". 2013. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=jnrwLcH8kpw>.

¹¹⁸ Carrasco, Tiago. 2019. "Um condado em coma". Sábado, 26 de setembro de 2019.

¹¹⁹ Carvalho, Miguel. 2020. "Chega, SA: Por dentro do reino de 'Deus' Ventura". *Visão*, 21 de maio de 2020, pág. 37.

¹²⁰ Composição do quadro de administração da Coporgest disponível em:

<https://coporgest.com/en/departments/administration/>

¹²¹ "Haitong Bank confirma saída de José Maria Ricciardi". 2016. *Observador*. 9 de dezembro de 2016. <https://observador.pt/2016/12/09/jose-maria-ricciardi-pode-estar-de-saida-do-haitong-bank/>.

eleito membro do Conselho Nacional de Jurisdição do CDS em 1996 e foi coordenador da Comissão de Estudos sobre Administração Pública (2006-2007) a convite do presidente Ribeiro e Castro¹²². Carlos Magno Magalhães (1970-) – candidato por Évora nas legislativas de 2019 e candidato à Câmara de Évora - foi militante de base desde 1984¹²³. Júlio Paixão (1967-) – candidato por Portalegre em 2019 e 2022 – esteve ligado ao CDS na sua juventude e depois foi militante do PSD “em tempos de Passos Coelho”¹²⁴, a figura pela qual tem mais apreço para além de Sá Carneiro e Ventura, este último que conhecia do comentário desportivo. Filipe Melo (1981-) é outro candidato que passou pelo CDS, não sem antes ter militado na JSD e no PSD¹²⁵. Candidato à Assembleia Municipal de Braga e eleito deputado por Braga nas legislativas de 2022, filiou-se no Chega em 2020 e foi eleito presidente da Distrital de Braga. Ainda que não pertença diretamente ao CDS, veja-se também que José Dias Fernandes – candidato no círculo da Europa nas legislativas de 2022 – é um empresário que fez campanha pelo partido em 2019 dado que a sua filha Méliça da Silva foi a cabeça-de-lista no círculo da Europa¹²⁶.

Pedro Pinto (1977-) é o ex-dirigente do CDS que atingiu posições de maior destaque no Chega. Militante do CDS desde 2007, foi eleito vogal da Distrital em Portalegre em 2014¹²⁷ e 2019¹²⁸ e vogal do Conselho Nacional em 2018¹²⁹. Nas autárquicas de 2017 foi candidato a uma junta de freguesia¹³⁰ sem ser eleito e foi

¹²² CV de João Pacheco de Amorim. Disponível em:

https://www.caad.org.pt/files/documentos/curricula/CAAD-CV-Joao_Pacheco_de_Amorim.pdf

¹²³ Lusa. 2021. "Antigo militante do CDS-PP, candidato do Chega quer ser autarca". O Digital. 3 de setembro de 2021. <https://odigital.sapo.pt/autarquicas-evora-antigo-militante-do-cds-pp-candidato-do-chega-quer-ser-autarca/>.

¹²⁴ Canal Alentejo. 2022. "Entrevista: Júlio Paixão". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dsZjaxOYuV8>.

¹²⁵ Carvalho, Miguel. 2022. "Deus, Pátria e telhados de vidro?" Visão, 10 de fevereiro de 2022, pág. 46.

¹²⁶ "José Dias Fernandes é o candidato do Chega pela Europa". 2021. Radio Arc En Ciel. 11 de dezembro de 2021. <https://radio-arcenciel.com/legislativas22-jose-dias-fernandes-e-o-candidato-do-chega-pela-europa/>.

¹²⁷ Portal Alentejano. 2014. "Eleição para os novos órgãos Distritais e Concelhios do CDS/PP", 27 de novembro de 2014. <https://www.portalalentejano.com/portalegreelvas-eleicao-para-os-novos-orgaos-distritais-e-concelhios-do-cdspp/>.

¹²⁸ Portal Alentejano. 2019. "Tiago Abreu candidato a presidente da Comissão Política Distrital de Portalegre do CDS-PP", 12 de março de 2019, sec. Portalegre. <https://www.portalalentejano.com/tiago-abreu-candidato-a-presidente-da-comissao-politica-distrital-de-portalegre-do-cds-pp/>.

¹²⁹ Lusa. 2018. "Lista completa dos órgãos nacionais eleitos no 27.º Congresso do CDS". Jornal de Negócios. 11 de março de 2018. <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/lista-completa-dos-orgaos-nacionais-eleitos-no-27-congresso-do-cds->.

¹³⁰ "Pedro Pinto troca CDS pelo Chega". s.d. Rádio Portalegre. <https://www.radioportalegre.pt/index.php/real-e-politico/8-radio/11759-portalegre-legislativas-pedro-pinto-troca-cds-pelo-chega.html>.

representante do partido no “Real e Político” da Rádio Portalegre durante vários anos¹³¹. A sua rutura com o CDS encontra-se relacionada com o contexto político pós-austeridade e a fragmentação do sistema partidário, tendo-se iniciado quando o partido retirou o apoio à candidatura de Ventura¹³². Afirmo que o CDS “tem deixado cair do seu ADN os valores cristãos, da família e do meio rural”¹³³ e afirma que na democracia portuguesa só existiram dois homens que vieram para “mudar o país”: Sá Carneiro e Ventura. Na II Convenção Nacional do Chega, foi nomeado secretário-geral adjunto, nas legislativas de 2019 foi candidato por Beja, onde foi candidato à Câmara, foi eleito deputado por Faro em 2022 e foi eleito presidente da bancada parlamentar¹³⁴.

É possível verificar que esta intensa circulação de atores facilitou a viragem à direita no governo dos Açores em 2020. José Pacheco (1971-) – eleito deputado regional do Chega nos Açores com Carlos Furtado¹³⁵, candidato pela região nas legislativas de 2022 e vice-presidente do partido - foi adjunto do grupo parlamentar do CDS-Açores em 2004 e próximo de Paulo Gusmão. Este último, que se autodefine como um “monárquico de nascença”¹³⁶, foi deputado regional e vice-presidente do CDS-Açores até ter entrado em conflito com a direção regional, em parte motivado pela sua proximidade aos militantes do CDS que concorreram pelo PND em 2005, cuja lista era encabeçada pelo seu cunhado Edgardo Madeira¹³⁷. Em 2016, viria a ser candidato independente pelo

¹³¹ “Pedro Pinto troca...”

¹³² Lusa. 2021. "Candidato do Chega Pedro Pinto com 'faena' "extremamente difícil". O Digital. 8 de setembro de 2021. <https://odigital.sapo.pt/autarquicas-beja-candidato-do-chega-pedro-pinto-com-faena-extremamente-dificil/>.

¹³³ Pereira, Filipa Matias, e Leonardo Ralha. 2022. "Luís Montenegro já percebeu que não haverá governo de direita sem o Chega". Novo Semanário, 16 de junho de 2022, pág. 8.

¹³⁴ Jornal de Notícias. 2022. "Pedro Pinto eleito por unanimidade líder do grupo parlamentar do Chega", 2 de julho de 2022. <https://www.jn.pt/nacional/pedro-pinto-eleito-por-unanimidade-lider-do-grupo-parlamentar-do-chega-14910866.html>.

¹³⁵ Em julho de 2021, Furtado desfilou-se do Chega após um conflito com Pacheco sobre o aumento de beneficiários de RSI na região e passou independente contra a vontade do Chega. Lusa. 2021. "Chega vai propor expulsão de ex-líder dos Açores e suspende-o por 90 dias". Correio da Manhã. 16 de julho de 2021. <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/chega-vai-propor-expulsao-de-ex-lider-dos-acores-e-suspende-o-por-90-dias>.

¹³⁶ Lusa. 2016. "PPM candidata ex-deputado do CDS por São Miguel". Notícias ao Minuto. 20 de junho de 2016. <https://www.noticiasao minuto.com/politica/608517/eleicoesacores-ppm-candidata-ex-deputado-do-cds-por-sao-miguel>.

¹³⁷ Bastos, Inês David. 2005. "Líder parlamentar do CDS nos Açores abandona partido". Diário de Notícias. 26 de janeiro de 2005. <https://www.dn.pt/arquivo/2005/lider-parlamentar-do-cds-nos-acores-abandona-partido-607250.html>.

PPM¹³⁸. Entre 2017 e 2019, Pacheco – um designer gráfico e gestor de conteúdos digitais¹³⁹ - foi membro da Assembleia de Freguesia de Ribeira Chã e deputado municipal independente em Lagoa na lista de Furtado pelo PSD. Segundo a *Sábado*, Pacheco foi convidado a transitar para o Chega por Pacheco de Amorim, pois ambos tinham ligações próximas a Gusmão¹⁴⁰. Por sua vez, Pacheco recorreu às redes políticas que já tinha construído no PSD para trazer Furtado para o Chega, que à data se encontrava no seu segundo mandato como vereador do PSD em Lagoa¹⁴¹.

Outros partidos de direita envolvidos neste processo de reconfiguração partidária foram o PPM, o PPV/CDC e o PDR. Bruno Nunes (1976-) – candidato à Câmara de Loures e eleito deputado por Setúbal nas legislativas de 2022 – tinha integrado as listas do PPM às europeias de 2014 em sétimo lugar¹⁴² e em 2017 foi um dos sete deputados eleitos na Assembleia Municipal de Loures na coligação liderada por Ventura. Ainda que não tenha integrado a coligação Basta, Marchi identificou-o como uma “ponte entre André Ventura e o partido monárquico” (2020b: 77). Na sua candidatura autárquica pelo Chega, Nunes reivindicou até o “legado” de Ventura em Loures e afirmou que não “morre de amores” por “este sistema que tem 47 anos e sempre os mesmos intervenientes”¹⁴³. Em Ventura, viu “o líder que a direita não tinha desde a AD” e afirmou que a sua passagem era “natural”¹⁴⁴. Numa reportagem da *Sábado* sobre o PPM, é dado conta de que 20% dos seus dirigentes tinham abandonado o partido – vários dos quais transitaram para o Chega¹⁴⁵. Nas legislativas de 2022, o PPM passou de 8431 votos para 260¹⁴⁶. Com um longo historial de coligações à direita desde a AD, tem atualmente “um peso

¹³⁸ Lusa. 2016. "Líder nacional do PPM convicto na reeleição do seu deputado". Notícias ao Minuto. 10 de outubro de 2016. <https://www.noticiasao minuto.com/politica/667471/lider-nacional-do-ppm-convicto-na-reeleicao-do-seu-deputado>.

¹³⁹ Pereira, Davide. 2021. "José Pacheco, o homem forte do partido chega nos Açores". Portal iG. 22 de novembro de 2021. <https://ultimosegundo.ig.com.br/colunas/davide-pereira/2021-11-22/jose-pacheco-o-homem-forte-do-partido-chega-nos-aco.html>.

¹⁴⁰ Malhado, Alexandre R. 2020. "Chegou e levou dois à direita". *Sábado*, 29 de outubro de 2020, pág. 50.

¹⁴¹ *Idem*, pág. 51.

¹⁴² "Europeias 2014 - Candidatos". Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/europeias2014/candidatos.html>.

¹⁴³ Carvalho, Miguel. 2021. "Efeito Chega: Abalo ou comichão?" *Visão*, 16 de setembro de 2021, pág. 67.

¹⁴⁴ "Bruno Nunes - Candidato do CHEGA". 2021. Notícias de Loures. 2 de maio de 2021. <https://www.noticias-de-loures.pt/entrevistas/bruno-nunes-candidato-do-chega=2046>.

¹⁴⁵ Espada, Maria Henrique. 2022. "Partido em processo de decomposição". *Sábado*, 21 de abril de 2022, pág. 47.

¹⁴⁶ "Legislativas 2022 - Resultados Globais". Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/resultados-globais.html#none>

institucional muito acima do seu escalão”¹⁴⁷: integra a coligação nos Açores e a coligação Novos Tempos que elegeu Carlos Moedas na Câmara de Lisboa.

O PPV/CDC integrou também a coligação Basta a partir do interesse partilhado com o Chega e o PPM de ser inserido numa aliança mais ampla de direita para poder eleger deputados (Marchi 2020b: 75-80). Este foi um movimento que nasceu em reação à aprovação do aborto em 2007 e que se transformou em partido em 2009¹⁴⁸. Foi em 2016 que Manuel Matias (1968-) - candidato do Chega em Braga nas legislativas de 2019, à Câmara de Almada e assessor parlamentar - foi eleito líder do PPV/CDC¹⁴⁹, tendo sido anteriormente candidato independente nas europeias de 2014¹⁵⁰. Matias foi condecorado em 2015 pelo então Presidente da República Aníbal Cavaco Silva com o título de comendador da Ordem de Mérito na qualidade de dirigente de várias cooperativas de solidariedade social numa cerimónia destinada a condecorar várias personalidades e instituições cujo trabalho “tem sido fundamental para a coesão social”¹⁵¹. Organizou aliás dois livros que contam com as colaborações de figuras que se destacaram na área da violência doméstica e da proteção de crianças (Matias e Paulino 2013, 2014).

A coligação Basta acabou por não eleger nenhum deputado. É então nas legislativas de 2019 que “cinco dezenas de candidatos do PPV passam a integrar as listas autónomas do Chega” (Marchi 2020b: 93). Uma posição de destaque é a de João Pacheco de Amorim, que numa entrevista à Rádio Universidade de Coimbra (RUC) classificou esta integração como uma “coligação simplificada” assente na ideia de que “é mais o que nos une do que nos separa”¹⁵². Na II Convenção Nacional em 2020, o PPV/CDC fundiu-se com o Chega¹⁵³. Foi aqui que Rita Matias – filha de Manuel Matias - foi eleita vogal

¹⁴⁷ Espada. "Partido em processo...", pág. 49.

¹⁴⁸ "História da Génese do PPV/CDC". 2019. Cidadania e Democracia Cristã (blog). 6 de fevereiro de 2019. <http://portugalprovida.blogspot.com/2019/02/historia-da-genese-do-ppvcdc-o-ppv.html>.

¹⁴⁹ "Cidadania e Democracia Cristã tem novo Responsável-Geral". 2015. Cidadania e Democracia Cristã (blog). 2 de novembro de 2015. <http://portugalprovida.blogspot.com/2015/11/tania-avillez-0-0-2015-11-02t143500z.html>.

¹⁵⁰ "Europeias 2014 - Candidatos". Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/europeias2014/candidatos.html>

¹⁵¹ "Cavaco vai condecorar personalidades e instituições que trabalham para a coesão social". 2015. Diário de Notícias. 29 de abril de 2015. <https://www.dn.pt/politica/cavaco-vai-condecorar-personalidades-e-instituicoes-que-trabalham-para-a-coesao-social-4537812.html>.

¹⁵² InfoRuc. "LEGISLATIVAS '19...".

¹⁵³ Rodrigues, Sofia. 2020. "Partido Pró-Vida vai fundir-se com o Chega em Setembro". Público. 26 de agosto de 2020. <https://www.publico.pt/2020/08/26/politica/noticia/partido-provida-vai-fundirse-chega-setembro-1929348>.

da Direção Nacional, gestora da seção juvenil¹⁵⁴ e depois eleita deputada em 2022. Com uma passagem curta pelo CDS, frequenta o Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa (UNL)¹⁵⁵ e é gestora financeira de projetos científicos na FCSH¹⁵⁶. O irmão José Maria Matias – estudante do mesmo curso e cronista do *Sol* - foi o quinto candidato à Câmara de Lisboa e o tio Paulo Matias quarto candidato na freguesia de Benfica nas autárquicas de 2021¹⁵⁷. Em 2022, Manuel Matias voltou a ser nomeado assessor do Chega¹⁵⁸, mas demitiu-se após acusações de nepotismo¹⁵⁹. Na realidade, continua no cargo pois passou a ser o partido a pagar o seu salário e não a AR¹⁶⁰.

Manuel Matias foi também o primeiro presidente da assembleia-geral da Associação Família Conservadora (AFC)¹⁶¹, criada no início de 2020 com a finalidade de combater a “ideologia de género”. Aqui, encontram-se outras figuras do Chega como, por exemplo, Ruben Milhão – candidato nº 3 do Chega em Braga em 2019 e pastor da Igreja Missionária Evangélica de Braga¹⁶² - na vice-presidência da assembleia e Maria Helena Costa - escritora e cronista do *Observador*¹⁶³ que integra o gabinete de estudos do Chega e que já participava com Matias em sessões do PNR e do CDS¹⁶⁴ - na presidência da direção. Um dos participantes do primeiro encontro da AFC é Artur Mesquita

¹⁵⁴ Pereira, Diogo Teixeira. 2021. "Juventude do Chega. Não se vacinaram, sentem-se perseguidos e pedem cuidado com os refugiados". *Observador*. 5 de setembro de 2021. <https://observador.pt/especiais/juventude-do-chega-nao-se-vacinaram-sentem-se-perseguidos-e-pedem-cuidado-com-os-refugiados/>.

¹⁵⁵ Carvalho, Miguel. 2021. "Ventura, o guardador de rebanhos". *Visão*, 3 de junho de 2021, pág. 45.

¹⁵⁶ Davim, Margarida. 2021. "As mulheres que mandam no Chega". *Sábado*, 24 de junho de 2021, pág. 58.

¹⁵⁷ Figueiredo, Inês André. 2021. "Acusações de nepotismo voltam a agitar o Chega". *Observador*. 5 de agosto de 2021. <https://observador.pt/2021/08/05/acusacoes-de-nepotismo-voltam-a-agitar-o-chega/>.

¹⁵⁸ Assembleia da República. 2022. "Despacho (extrato) n.º 4489/2022". *Diário da República*. 19 de abril de 2022. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho-extrato/4489-2022-182213300>.

¹⁵⁹ Figueiredo, Inês André. 2022. "Manuel Matias, assessor do Chega, demite-se por ser pai da deputada Rita Matias". *Observador*. 29 de abril de 2022. <https://observador.pt/2022/04/29/manuel-matias-assessor-do-chega-demite-se-por-ser-pai-da-deputada-rita-matias/>.

¹⁶⁰ Malhado, Alexandre R. 2022. "Chega investe em milhões da lotaria eleitoral". *Sábado*, 30 de junho de 2022, pág. 12.

¹⁶¹ Lista dos órgãos sociais da AFC disponível em:

<https://web.archive.org/web/20200525182943/https://familiaconservadora.pt/orgaos-sociais/>

¹⁶² Carvalho, Miguel. 2020. "O estado oculto do Chega". *Visão*, 10 de dezembro de 2020, pág. 47.

¹⁶³ Artigos de Maria Helena Costa no *Observador* disponíveis em:

<https://observador.pt/opiniao/autor/mhtafcmaria/>

¹⁶⁴ "Famílias da Branca debatem Ideologia de Género." 2019. *TerraNova*. 2 de maio de 2019. <https://www.terranova.pt/noticia/sociedade/familias-da-branca-debatem-ideologia-de-genero>.

Guimarães¹⁶⁵, um empresário agrícola, delegado da APFN¹⁶⁶, supranumerário da Opus Dei¹⁶⁷¹⁶⁸ e militante do Chega conhecido pela polémica em torno da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento por ter proibido os seus filhos de frequentarem estas aulas e ter instaurado um processo contra o Ministério da Educação¹⁶⁹, onde o seu advogado é João Pacheco de Amorim¹⁷⁰. Veja-se, por exemplo, o manifesto em defesa da família Mesquita Guimarães que foi assinado em agosto de 2020 por figuras das elites políticas das direitas como Cavaco Silva, Passos Coelho, Adriano Moreira, José Ribeiro e Castro, José Miguel Júdice, Manuela Ferreira Leite, David Justino e ainda a presidente da APFN Ana Cid Gonçalves¹⁷¹. Diogo Pacheco de Amorim pertence, aliás, ao movimento Comunhão e Libertação¹⁷², uma organização católica ultraconservadora italiana que tem vindo a exercer pressão política com agendas neoliberais junto da direita tradicional e da extrema-direita (Giorgi e Polizzi 2012).

Ainda que não tenha integrado a coligação Basta, o PDR é outro pequeno partido importante para compreender a constituição da trajetória política do Chega. Tratado como um caso de populismo mediático pelo investigador José Pedro Zúquete (2022: 196-202), este foi fundado em 2015 pelo ex-bastonário da Ordem dos Advogados Marinho e Pinto que tinha acumulado notoriedade pública não apenas através daquele cargo, mas também um enorme capital mediático em crónicas criminais televisivas na TVI. Eleito deputado europeu pelo Movimento Partido da Terra (MPT) em 2014 – que fez anteriormente parte das listas do PSD de Santana Lopes – a incapacidade de eleger deputados pelo PDR motivaram-no a abandonar o partido em 2020 e este alterou o seu nome para Alternativa

¹⁶⁵ Programação do encontro disponível em: <https://familiaconservadora.pt/wp-content/uploads/2021/04/Programa-Encontro-AFC-2021.pdf>

¹⁶⁶ Marques. "A polémica à volta...".

¹⁶⁷ "Aulas de Cidadania: SIC ouviu pais que proibiram dois filhos de frequentarem disciplina". 2022. SIC Notícias. 21 de julho de 2022. <https://sicnoticias.pt/pais/2022-07-21-Aulas-de-Cidadania-SIC-ouviu-pais-que-proibiram-dois-filhos-de-frequentarem-disciplina-81b1ef2a>.

¹⁶⁸ Pedro Frazão é outra figura do Chega que é supranumerário da Opus Dei e que passou pela APFN .

¹⁶⁹ Marques, Nelson. 2020. "A polémica à volta da Cidadania e Desenvolvimento". Expresso. 5 de setembro de 2020. <https://expresso.pt/sociedade/2020-09-05-A-polemica-a-volta-da-Cidadania-e-Desenvolvimento>.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ Borges, Liliana. 2020. "'Proselitismo' e 'Inquisição'. Direita, bispos e um socialista contra aulas de Cidadania". Público. 1 de setembro de 2020. <https://www.publico.pt/2020/09/01/politica/noticia/proselitismo-inquisicao-direita-bispos-socialista-aulas-cidadania-1930005>.

¹⁷² Carvalho. "O estado oculto...", pág. 47.

Democrática Nacional (ADN)¹⁷³, ficando associado a posições negacionistas na pandemia covid-19. Jorge Jesus (1974-) – candidato do Chega em Faro nas legislativas de 2019 – foi “Coordenador do PDR Algarve”¹⁷⁴ e apresentador de um programa do partido de marcado carácter anticomunista pós-“geringonça”. Na II Convenção Nacional do Chega, apresentou aliás uma moção onde defendeu a “ilegalização de todos os partidos de inspiração marxista”¹⁷⁵. Segundo a *Visão*, Jesus acabaria, no entanto, por abandonar o Chega em conflito com Ventura e Arlindo Fernandes – dirigente do Chega em Faro e antigo deputado do CDS na AD¹⁷⁶. Nas legislativas de 2022, Jesus voltou ao ADN ao ser o seu cabeça-de-lista por Faro¹⁷⁷.

Estes acontecimentos em torno da reconfiguração das direitas traduzem-se no perfil de candidatos que o Chega pretende recrutar. No início de 2021, Nuno Afonso – vice-presidente, candidato por Setúbal nas legislativas de 2019 e chefe do gabinete parlamentar¹⁷⁸ – descreveu ao *Público* como coordenador autárquico nacional as características fundamentais dos candidatos que pretendia recrutar para as autárquicas: vereadores, presidentes ou outros autarcas do PSD e do CDS; figuras locais com experiência e, note-se, sem cadastro criminal¹⁷⁹. O seu pai Artur Afonso – que cumpriu serviço militar na Guiné-Bissau – foi vice-presidente da junta de freguesia de Algueirão Mem-Martins pelo (1985-1989), onde fundou um jornal – do qual Nuno Afonso chegou a ser diretor¹⁸⁰ - e um clube desportivo. Nuno Afonso, por sua vez, foi coordenador de

¹⁷³ Bentes, Patrícia. 2021. "PDR muda de nome para ADN porque quer ser 'mais apelativo'". Novo Semanário. 25 de junho de 2021. <https://onovo.pt/politica/pdr-muda-de-nome-para-adn-porque-quer-ser-mais-apelativo-FF403557>.

¹⁷⁴ PDR ONLINE TV. 2017. "Apresentação do Programa: Politicamente Correto". <https://www.youtube.com/watch?v=fUpdLGeRy20>.

¹⁷⁵ Intervenção disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=2wgpyhqGXZs&ab_channel=CHEGATV, a partir do minuto 46:50.

¹⁷⁶ Carvalho "O estado oculto...", pág. 50.

¹⁷⁷ Redação. 2022. "Legislativas: Jorge de Jesus encabeça lista do ADN pelo Algarve". diariOnline Região Sul. 5 de janeiro de 2022. <https://regiao-sul.pt/2022/01/05/politica/legislativas-jorge-de-jesus-encabeça-lista-do-adn-pelo-algarve/565009>.

¹⁷⁸ Viria a ser afastado progressivamente do executivo central do partido, participando recentemente num evento da IL. Pereira, Filipa Matias. 2022. "Nuno Afonso participa em tertúlia dos liberais e irrita Ventura". Novo Semanário, 15 de julho de 2022, pág. 16.

¹⁷⁹ Lopes, Maria. 2021. "Sem expectativa de ganhar câmaras, objectivo do Chega é dobrar o PSD em acordos pós-eleições". Público. 12 de fevereiro de 2021. <https://www.publico.pt/2021/02/16/politica/noticia/expectativa-ganhar-camaras-objectivo-chega-dobrar-psd-acordos-poseleicoes-1950828>.

¹⁸⁰ Nota biográfica de Nuno Afonso disponível em: <https://cm-sintra.pt/institucional/camara-municipal/executivo-camarario>

gabinetes de arquitetura¹⁸¹ e em 2019 encerrou uma sociedade unipessoal dedicada a arquitetura e arrendamento imobiliário¹⁸² para chefiar o gabinete de Ventura. No Manual Autárquico que Nuno Afonso elaborou para o Chega, as propostas aproximavam-se também das restantes direitas em muitas dimensões, nomeadamente no combate à corrupção, atração de investimento privado, videovigilância urbana, abolição do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), fiscalização da habitação social¹⁸³. Eleito vereador em Sintra foi até aprovada por PSD e CDS uma proposta sua de uma celebração do 25 de novembro, que segundo uma leitura convencional à direita, terá colocado fim a uma estratégia do “PCP e da extrema-esquerda” de instaurar um regime autoritário¹⁸⁴.

Ex-autarcas do PSD são, de facto, uma parte relevante dos candidatos do Chega. Luís Paulo Fernandes (1977-) – candidato por Leiria nas legislativas de 2019, onde foi candidato à Câmara – tinha sido eleito deputado na Assembleia Municipal de Pedrógão Grande como independente nas listas do PSD em 2013 e 2017, interrompendo o mandato para ser candidato pelo Chega¹⁸⁵ e presidente da Distrital de Leiria¹⁸⁶. João Tilly (1960-) – candidato por Viseu em 2019 e 2022 e eleito deputado na Assembleia de Seia – foi fundador da Juventude Socialista (JS) do concelho¹⁸⁷ e eleito deputado na Assembleia Municipal pelo PSD em 2005¹⁸⁸. Em 2006, apresentou uma candidatura à sua Comissão Política que não chegou a concretizar-se¹⁸⁹ e o PSD acabaria por lhe retirar a confiança

¹⁸¹ *Idem*.

¹⁸² Carvalho. "Chega, SA...", pág. 31.

¹⁸³ Chega. 2021. "Manual Autárquico: Eleições Autárquicas 2021". https://partidochega.pt/wp-content/uploads/2021/05/AUTARQUICAS2021_CHEGA.pdf, págs. 5-7.

¹⁸⁴ Ralha, Leonardo. 2021. "Câmara de Sintra aprova proposta do Chega para a celebração do 25 de Novembro". *Jornal Económico*. 9 de novembro de 2021. <https://jornaleconomico.pt/noticias/camara-de-sintra-aprova-proposta-do-chega-para-a-celebracao-do-25-de-novembro-806541>.

¹⁸⁵ Lusa. 2019. "Ex-autarca do PSD de Pedrógão Grande vai ser cabeça de lista do Chega". Sábado. 20 de agosto de 2019. <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/ex-autarca-do-psd-de-pedrogao-grande-vai-ser-cabeca-de-lista-do-chega>.

¹⁸⁶ Redação. 2020. "Chega Leiria: Presidente Luís Fernandes aposta em lista com ‘fraca experiência política mas com diversidade’". *Notícias de Leiria*. 11 de dezembro de 2020. <https://noticiasdeleiria.pt/chega-leiria-presidente-luis-fernandes-aposta-em-lista-com-fraca-experiencia-politica-mas-com-diversidade/>.

¹⁸⁷ Veja-se o vídeo publicado por João Tilly no seu canal de Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=QxHfnY80PbU&ab_channel=Jo%C3%A3oTilly

¹⁸⁸ "Nuno Almeida: PSD de SEIA EM GRANDE". 2005. 16 de agosto de 2005. <http://nunoseia.blogspot.com/2005/08/psd-de-seia-em-grande.html>.

¹⁸⁹ "Novo Presidente do PSD promete plano estratégico para 10 anos". 2007. PSD-Seia (blog). 21 de setembro de 2007. <http://psdseia.blogspot.com/2007/09/novo-presidente-do-psd-promete-plano.html>.

política¹⁹⁰. No Chega, Tilly tornou-se presidente da Distrital de Viseu e conselheiro nacional nº1¹⁹¹.

O Chega não tem atraído apenas autarcas do PSD. Manuela Tender (1971-) – candidata do Chega por Vila Real nas legislativas de 2022 – foi eleita deputada na Assembleia Municipal de Chaves pelo PSD em 2009 e 2013¹⁹² e nas legislativas de 2011 e 2015 foi a terceira deputada eleita pelo PSD em Vila Real na lista encabeçada por Passos Coelho. Em 2017, foi eleita vereadora na Câmara de Chaves¹⁹³. Em abril de 2019, pediu a demissão do cargo de secretária do grupo parlamentar do PSD após ter sido a única deputada da direita a ter votado favoravelmente a restauração da Casa do Douro como associação de direito público¹⁹⁴. Poucos meses depois, foi noticiado que não iria integrar as listas do PSD¹⁹⁵ e desfilou-se do partido. A sua autonomização em direção ao Chega parece ter sido facilitada pela sua pertença a um conjunto de associações locais e regionais que serão exploradas mais adiante. Segundo uma fonte da direção do Chega ao *Observador*, o partido desistiu do candidato que tinha anunciado inicialmente e trocou-o por Tender, justificando que esta seria uma escolha “melhor” por ser uma ex-PSD¹⁹⁶. Por sua vez, esta afirmou numa entrevista que a candidatura partiu de uma “iniciativa de cariz popular” em que cidadãos do distrito – os quais não foi possível identificar - apresentaram o seu nome a Ventura. Após o convite, afirma não ter encontrado no programa do Chega nada que ferisse a sua “sensibilidade humanista”, mas sim “um modelo de sociedade que

¹⁹⁰ "Falta de confiança política". 2009. PSD-Seia (blog). 30 de janeiro de 2009.

<http://psdseia.blogspot.com/2009/01/falta-de-confianca-politica.html>.

¹⁹¹ Composição do Conselho Nacional do Chega disponível em: <https://partidochega.pt/orgaos-nacionais/>

¹⁹² Registo parlamentar de interesses de Manuel Tender. Disponível em:

https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/XIIL_RegInteresses.aspx?BID=4365&leg=XIII

¹⁹³ Registo biográfico parlamentar de Manuela Tender. Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=4365>

¹⁹⁴ "Manuela Tender pede demissão de secretária da direção do Grupo Parlamentar do PSD". 2019. Universidade FM. 12 de abril de 2019. <https://www.universidade.fm/manuela-tender-pede-demissao-de-secretaria-da-direcao-do-grupo-parlamentar-do-psd/>.

¹⁹⁵ "Deputada do PSD Manuela Tender lamenta que Distrital Vila Real não tenha valorizado o seu trabalho". 2019. Universidade FM. 2 de agosto de 2019. <https://www.universidade.fm/deputada-do-psd-manuela-tender-lamenta-que-distrital-vila-real-nao-tenha-valorizado-o-seu-trabalho/>.

¹⁹⁶ Figueiredo, Inês André. 2021. "Mudança na escolha de André Ventura: ex-deputada do PSD é cabeça de lista por Vila Real". *Observador*. 12 de dezembro de 2021. <https://observador.pt/2021/12/13/mudanca-na-escolha-de-andre-ventura-ex-deputada-do-psd-e-cabeca-de-lista-por-vila-real/>.

vai recuperar a nossa matriz identitária”¹⁹⁷. Em mais um exemplo da continuidade das direitas, este foi o tipo de linguagem que utilizou para criticar os populismos quando estava no PSD, acusando-os de ir contra “a nossa matriz civilizacional”¹⁹⁸.

Em conclusão, este capítulo demonstrou como a sociogénese do Chega faz parte do processo de reconfiguração das direitas portuguesas no contexto das transformações dos sistemas partidários resultantes das crises do capitalismo. Longe de ser uma “nova direita anti-sistema”, o partido representa uma reação à viragem à esquerda do sistema político português em 2015 que pode ser interpretado no quadro de um duplo-movimento polanyiano, uma resposta política específica a um quadro intensivo de austeridade implementado pelo governo da direita na sequência da crise financeira de 2008 com vista à proteção social. Seguindo a descrição que Hopkin faz da direita “anti-sistema” (2020: 61-7), o Chega centra o seu diagnóstico deste quadro de crise, ao contrário da esquerda que olha para as elites económicas e para o sistema financeiro, na corrupção do sistema político e no “despesismo” do estado. Em linha com as restantes direitas portuguesas, o Chega encontra-se alinhado no combate ao legado revolucionário de 1974 e, em particular, na oposição às tentativas de reconstrução do estado social observadas pós-2015 promovida pelas direitas.

O mapeamento deste processo de reconfiguração partidária partiu de uma análise prosopográfica da trajetória do líder e das trajetórias partidárias dos seus principais dirigentes e candidatos. Ao confirmar a hipótese que ocuparam posições nos partidos da direita tradicional e da extrema-direita, esta análise revelou que existe um elevado grau de continuidade e porosidade no campo das direitas e, em particular, que o recrutamento do pessoal político do Chega se fez essencialmente a partir das redes construídas neste campo desde o fim do Estado Novo e junto de militantes e dirigentes partidários das direitas. Estas redes desempenharam, aliás, um papel central nas mobilizações contrarrevolucionárias das direitas e na viragem à direita do sistema político português nas décadas seguintes. Para além disso, a transição destes atores políticos para o Chega traduz uma certa integração interpartidária das várias direitas numa lógica de trajetórias

¹⁹⁷ Richard, Cláudia. 2022. "Manuela Tender: 'o Chega é um partido que faz falta no espectro partidário português'". Notícias de Vila Real. 19 de janeiro de 2022. <https://noticiasdevilareal.com/manuela-tender-o-chega-e-um-partido-que-faz-falta-no-espectro-partidario-portugues/>.

¹⁹⁸ PCM 2019. "S01 E03 - Manuela Tender". <https://www.youtube.com/watch?v=VdW4aoEhQxw..>, a partir do minuto 9:10.

políticas ascendentes. Num quadro de fragmentação partidária e polarização política, estes atores aproveitaram o aparecimento de novos partidos de modo a desbloquear as suas carreiras políticas. Em seguida, iremos aprofundar esta análise a partir das redes familiares, das trajetórias académicas e das inserções profissionais destes dirigentes e candidatos.

4 | “Deus, Pátria, Família e Trabalho”

Na sequência das eleições presidenciais de 2021, André Ventura – que foi o terceiro candidato mais votado com 11,9% dos votos (496.773) - demitiu-se da liderança do Chega por não ter sido concretizada uma das suas promessas: ficar à frente da eurodeputada Ana Gomes, a qual acusava frequentemente de ser a “candidata cigana”¹⁹⁹ e de representar a “esquerda mais medíocre e mais colada àqueles que têm destruído Portugal”²⁰⁰. Rapidamente reeleito presidente do Chega nas eleições diretas de março de 2021 com 97,3% dos votos²⁰¹, foi realizada a III Convenção Nacional do partido onde Ventura apresentou a moção estratégica intitulada “Governar Portugal” que estabelecia que o partido não iria abdicar de obter participação ministerial num futuro governo liderado pelo PSD, pois o Chega tinha como objetivo tornar-se “indispensável à formação e viabilização de qualquer Governo”²⁰² já nas legislativas de 2022.

Ao deslocar a atenção do discurso oficial do líder para os bastidores desta convenção, estes são igualmente reveladores das continuidades entre o Chega e as restantes direitas portuguesas. Na reportagem que produziu sobre o evento, o jornalista Miguel Carvalho entrevistou Pedro Arroja, que foi convidado por Diogo Pacheco de Amorim – cuja família afirmou conhecer de longa data – para redigir o programa económico do Chega²⁰³ e viria a ser o mandatário nacional do partido nas legislativas de 2022. Se é verdade que em dezembro de 2019, após ter sido acusado na imprensa de ter um programa anti-estado social, o Chega afirmou que iria preparar uma inversão

¹⁹⁹ Lusa. 2020. “‘Ana Gomes é a candidata cigana’, diz André Ventura”. Diário de Notícias. 8 de agosto de 2020. <https://www.dn.pt/poder/ana-gomes-e-a-candidata-cigana-diz-andre-ventura-12701244.html>.

²⁰⁰ Martins, Ruben. 2021. “André Ventura anuncia demissão. Ficou atrás de Ana Gomes”. Público. 24 de janeiro de 2021. <https://www.publico.pt/2021/01/24/politica/noticia/ventura-demitese-ficou-atras-ana-gomes-1947601>.

²⁰¹ Lopes, Maria. 2021. “Ventura, reeleito presidente do Chega com 97,3% dos votos, faz ‘último alerta ao PSD’”. Público. 6 de março de 2021. <https://www.publico.pt/2021/03/06/politica/noticia/ventura-reeleito-presidente-chega-973-votos-faz-ultimo-alerta-psd-1953370>.

²⁰² Lopes, Maria. 2021. “Ventura quer preparar o Chega para cenários extremos: 15% nas legislativas e clandestinidade”. Público. 29 de maio de 2021. <https://www.publico.pt/2021/05/29/politica/noticia/ventura-quer-preparar-chega-cenarios-extremos-15-legislativas-clandestinidade-1964574>.

²⁰³ Carvalho. “Ventura, o guardador...”, pág. 44.

programática²⁰⁴, as afirmações de Arroja sobre o novo programa mostravam que o partido continuava com uma linha política semelhante:

“O programa dá primazia à sociedade civil, à livre iniciativa, à economia de mercado e defende impostos baixos. Onde os arranjos espontâneos das famílias ou das empresas resolverem problemas, o Estado não será chamado. É uma conceção de Estado flexível, oposta ao social. Um exemplo: no ranking das escolas publicado, as primeiras 40 são privadas e, dentro delas, as católicas. Não admira: os padres e as freiras ensinam pessoas há milénios. As famílias não precisam de escolas públicas, sabem muito bem fazer escolhas. Mas a ideia central do programa é a da autorresponsabilidade, por oposição ao princípio da autovitimização, defendido pelos socialistas”²⁰⁵.

Nascido em 1954, Arroja é um economista que lecionou principalmente em instituições de ensino privadas e que criou uma sociedade de gestão de ativos na década de 80²⁰⁶. A sua notoriedade deve-se mais à sua intervenção em jornais e programas de televisão ao longo das últimas décadas, onde chamou “esganiçadas” às deputadas do BE no contexto do chumbo do programa do governo PSD/CDS que deu lugar à “geringonça”²⁰⁷. Um defensor assumido da Monarquia Absoluta, Arroja classifica Salazar como o melhor estadista de Portugal, defende que os regimes autoritários são os modelos mais adequados para a prosperidade económica e acusa igualmente a democracia de ter destruído a “autoridade natural” dos professores²⁰⁸. Defende também a privatização da maioria dos setores do Estado, como os tribunais, os ministérios e os rios²⁰⁹. Num claro exemplo das ligações próximas entre as várias forças partidárias das direitas, Arroja publica as suas ideias no blogue *Portugal Contemporâneo*²¹⁰, onde escrevem também Carlos Guimarães Pinto – fundador e deputado da IL – e Ricardo Arroja – filho de Pedro Arroja e cabeça-de-lista da IL às europeias de 2019.

²⁰⁴ Cândia, Fernanda, e João Pedro Henriques. 2019. "Chega prepara 'inversão' do seu programa anti-Estado Social". Diário de Notícias. 5 de dezembro de 2019. <https://www.dn.pt/poder/chega-prepara-inversao-do-seu-programa-anti-estado-social-11586784.html>.

²⁰⁵ Carvalho. "Ventura, o guardador...", pág. 44.

²⁰⁶ Madeira, João. 2015. "Pedro Arroja. O economista que acredita em Deus porque a mãe não sabia fazer pénis". Jornal i. 9 de dezembro de 2015. https://ionline.sapo.pt/artigo/490085/pedro-arroja-o-economista-que-acredita-em-deus-porque-a-mae-nao-sabia-fazer-penis?seccao=Portugal_i.

²⁰⁷ *Idem*.

²⁰⁸ Carvalho, Miguel. 2015. "Pedro Arroja, o ultraliberal “esganiçado”". Visão. 12 de novembro de 2015. <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2015-11-13-pedro-arroja-o-ultraliberal-esganicado/>.

²⁰⁹ *Idem*.

²¹⁰ Blogue *Portugal Contemporâneo* disponível em: <https://portugalcontemporaneo.blogspot.com/?m=1>

No capítulo anterior, a análise da sociogénese do Chega manteve-se focada na circulação dos seus principais dirigentes e candidatos nos partidos políticos da direita no quadro de um processo de fragmentação partidária e polarização política. Aqui, irão ser analisados alguns fatores que têm vindo a ser tratados de forma pouco sistematizada. Tomando como hipótese de trabalho que a entrada destes agentes políticos no Chega se encontra relacionada com a acumulação de várias formas de capital político convertido e capital mediático, mas também capital delegado e capital organizacional na sociedade civil e no Estado, esta análise irá mostrar como essas ligações moldam a construção do seu programa ideológico, definem as continuidades entre as várias direitas e ajudam a compreender o rápido crescimento eleitoral do Chega. É necessário observar como as redes familiares, as trajetórias académicas e as inserções profissionais contribuem para dar corpo a um novo partido de direita. A integração nestas redes materializa também modelos específicos de articulação com diferentes organizações da sociedade civil. Ao servirem como pontos privilegiados de reprodução ideológica e organização de modelos de ação política, iremos encontrar um conjunto de narrativas pessoais e familiares centradas numa visão que encara a transição democrática como um processo de perda de poder e autoridade. Iremos também verificar que estas narrativas ressurgiram com particular intensidade no contexto da oposição de direita à “geringonça”.

Estas narrativas revelam, por outro lado, o perfil social dos dirigentes e candidatos do Chega, bem como a sua penetração em diferentes setores da sociedade civil e do Estado. Longe de representar exclusivamente uma “direita popular”, as redes familiares em que estas figuras estão inseridas integram as tradições contrarrevolucionárias que remontam pelo menos até à I República. Ao terem participado ativamente na construção do Estado Novo e terem integrado as suas elites políticas a partir de um conjunto de campos de poder social – onde se destaca o campo académico, o campo mediático e o campo militar -, estas famílias encontram-se em oposição ao processo revolucionário e à descolonização que lhe seguiu. Representando aquela que é a reprodução ideológica e organizacional da extrema-direita portuguesa no período democrático, muitos dos agentes do Chega encontram-se, por um lado, ligados a setores centrais da atividade estatal e, por outro, à gestão e administração de alguns dos setores mais dinâmicos da economia portuguesa e nos quais assenta o seu modelo de especialização e inserção internacional ao longo das últimas décadas – o imobiliário e o turismo, por exemplo.

4.1 A *longue durée*: “derrotar a esquerda totalitária e impor a direita no País”²¹¹

Tomado como eixo central da análise das trajetórias partidárias, Diogo Pacheco de Amorim mostrou-se essencial para compreender a complexa sobreposição e interseção que existe entre a história das direitas com representação parlamentar e a genealogia da extrema-direita portuguesa desde o Estado Novo. Por outro lado, vimos como a sua circulação junto das elites políticas das direitas ao longo dos anos facilitou o recrutamento de um determinado conjunto de dirigentes oriundos da chamada direita tradicional centrais para a estruturação do Chega. Em particular, a inclusão de vários dos seus familiares nas listas do partido nas legislativas de 2019 representou um mecanismo de recrutamento também ele importante para a consolidação da estrutura organizacional do Chega. Pacheco de Amorim encontra-se, porém, longe de ser um caso isolado. Verifica-se no partido um elevado grau de reprodução intergeracional que ajuda a compreender as continuidades e as ligações entre as várias formações das direitas portuguesas e a ampliação das redes de influência política do partido para além do campo político.

A trajetória da família de Pacheco de Amorim, lida numa perspetiva de longa duração, permite compreender as transformações ideológicas e organizacionais da extrema-direita portuguesa ao longo do século XX. Esta análise torna-se ainda mais relevante tendo em conta que Pacheco de Amorim afirma ser atualmente um “caldeirão de influências políticas”²¹² da sua família, “uma antiga e poderosa família beirã, especialmente influente durante a Segunda República [Estado Novo], com o avô Diogo Pacheco de Amorim à cabeça”²¹³. Com uma destacada carreira de professor catedrático na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra (FCTUC) e autor de várias obras²¹⁴, este último (1888-1976) circulou desde cedo nos meios políticos, religiosos, jornalísticos e militares que serviram de base para o Estado Novo (Rosas e Brito 1996: 44). Fez “parte do círculo íntimo de amigos de Salazar e de Manuel

²¹¹ Nunes, Rita Rato, e Miguel Carvalho. 2022. "Direita hardcore e liberais sub-30". *Visão*, 3 de fevereiro de 2022, pág. 40.

²¹² Malhado, Alexandre R. “Pacheco de Amorim, o ‘velho amigo e admirador’ de Salazar”. *Sábado*, 18 de Novembro de 2020, pág. 46.

²¹³ *Idem*, pág. 44.

²¹⁴ UC. "Amorim. Diogo Pacheco de (1888-1976)". História da Ciência na UC. https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/AMORIM_Diogopachecode.

Cerejeira”²¹⁵ na UC e foi fundador, presidente e autor do programa do Centro Católico Português (CCP) (*idem*: 44). Um cronista que “zurzia violentamente as instituições da 1ª República e a maçonaria” (Barreto e Mónica 1999: 94; Cruz e Pinto 2014: 171), justificava a repressão do Estado Novo como “um mal necessário ao comunismo crescente”²¹⁶. Após ser integrado na União Nacional (UN) a convite de Salazar, foi deputado em várias legislaturas²¹⁷ e depois exerceu cargos em empresas e ministérios industriais e agrícolas (Barreto e Mónica 1999: 94).

José Pacheco de Amorim (1918-2013) e Fernando Pacheco de Amorim (1920-1999) são dois tios do fundador e ideólogo do Chega, cujas trajetórias revelam uma vez mais os percursos históricos das direitas portuguesas e o elevado grau de continuidade e porosidade entre os seus diversos sectores. O primeiro foi um dos primeiros cultores da teoria das redes e dos grafos em Portugal (Carvalho 1991). Filiado na Causa Monárquica (Barreto e Mónica 1999: 94), foi um dos principais financiadores do neofascismo português (Marchi 2010b: 44), onde se destaca a revista *Política* (1964-1974) de Jaime Nogueira Pinto publicada por Francisco Lucas Pires (Marchi 2017: 296) – ministro da AD e presidente do CDS (1983-1985). Em 1974, foi um dos fundadores do Movimento Popular Português (MPP) (Marchi 2020a: 74) – onde se destaca Nuno Abecassis, presidente da Câmara de Lisboa (1979-1989) e secretário de Estado do CDS -, que recebeu donativos do Banco Espírito Santo (BES) e cujo manifesto foi reproduzido no *Expresso* por Marcelo Rebelo de Sousa (*idem*: 81). Foi um dos catedráticos da FCTUC saneados depois do 25 de Abril²¹⁸ e foi fundador e presidente do Instituto Politécnico de Tomar (IPT) (1982-2005)²¹⁹. Fernando Pacheco de Amorim é outro professor da UC²²⁰ que foi o “ponta-de-lança da batalha integracionista” (Marchi 2010a: 526). Após o 25 de abril, foi fundador e secretário-geral do MFP/PP e foi dirigente do MDLP (Marchi 2020a). Após o período revolucionário, foi dirigente do PDC (Marchi 2017: 293) e em 1980 foi candidato da coligação PDC-FN que obteve 0,4% dos votos (*idem*: 385).

²¹⁵ Malhado, “Pacheco de Amorim...”, pág. 44.

²¹⁶ *Idem*, pág. 45.

²¹⁷ *Ibidem*, pág. 45.

²¹⁸ Registo dos professores da FCTUC saneados disponível em:

https://www.amigoscoimbra70.pt/download/Documentos%20de%201974%20p%C3%B3s%2025%20Abril/1974_12_13_D_Acta_Plen%C3%A1rio_13DEZ.pdf

²¹⁹ Breve história do IPT disponível em: <http://portal2.ipt.pt/pt/ipt/historia/>

²²⁰ Registo biográfico de Fernando Pacheco de Amorim disponível em: <http://pagfam.geneall.net/1035/pessoas.php?id=1013529>

Esta descrição é um ponto de partida para a análise prosopográfica das redes familiares dos candidatos do Chega e a sua respetiva densidade organizacional. Ainda que nem sempre seja possível averiguar como se processam estes mecanismos de transmissão e influência, é precisamente a análise longitudinal da configuração e do conteúdo destas redes que permite continuar a sistematizar a circulação destes atores das direitas em vários campos de poder social que desempenha um papel de reprodução ideológica e estruturação das suas trajetórias académicas e inserções profissionais. Vimos como a trajetória política de Diogo Pacheco de Amorim, ao se encontrar intimamente ligada à viragem à direita do sistema político português com vista à construção de uma economia de mercado, faz parte de uma linhagem familiar que integrava as elites políticas do Estado Novo e que se mobilizou em oposição ao processo revolucionário. Recordando que Pacheco de Amorim afirmou que o seu combate nas direitas portuguesas não se alterou desde o PREC, a sua inserção profissional ao longo do período democrático encontra-se também associada às transformações económicas preconizadas pelas direitas.

Para além dos cargos políticos e jornalísticos já analisados, outra atividade que o ocupou durante largos anos foi a da intermediação imobiliária. Entre 1984 e 1989, o mesmo recorda que foi “tomar conta de umas coisas da família e reorientar as coisas em Trás-os-Montes”²²¹. Neste período, foi gestor de ativos²²², fazendo propostas e vendendo terrenos, nas suas palavras, “de uma certa dimensão”²²³. Entre 1989 e 2002, foi membro da administração da sociedade gestora, professor e diretor pedagógico da Escola Superior de Atividades Imobiliárias (ESAI) – detida pela Sociedade de Promoção do Ensino Superior Imobiliário (SPESI) -, lecionando as cadeiras de Mediação Imobiliária e Introdução à Economia do Imobiliário²²⁴. Desde 2002 que é consultor independente de imobiliário e partir da crise financeira de 2008 afirma: “comecei a interessar-me por outras coisas e comecei a comprar arte no eBay, sobretudo pintura francesa, e a vendê-la. E também a escrever e a pensar”²²⁵. O seu filho Lopo Pacheco de Amorim encontra-se também integrado no setor imobiliário. Foi gestor de rendimentos no Bairro Alto Hotel (2008-2012) e no Vidago Palace Hotel (2012-2013), gestor de comércio digital na Leitão

²²¹ Reis. "Diogo Pacheco de Amorim...", pág. 9.

²²² Registo da experiência profissional de Pacheco de Amorim disponível em: <https://www.linkedin.com/in/diogopachecodeamorim/details/experience/>

²²³ Reis. "Diogo Pacheco de Amorim...", pág. 9.

²²⁴ *Idem*, pág. 9.

²²⁵ *Ibidem*, pág. 9.

& Irmão Joalheiros (2013-2022) e integra a Direção Técnica da Pares By Construmed desde 2020²²⁶, dedicada à “administração e rentabilização de imóveis”²²⁷.

João Pacheco de Amorim – antigo militante do MIRN/PDP, do CDS e do PPV/CDC – é outra figura que evidencia o elevado grau de reprodução intergeracional no perfil de militância política desta família e a sua penetração em vários campos de poder social. Em 1986, licenciou-se em Direito pela Universidade Livre, onde foi assistente-estagiário²²⁸. A primeira universidade privada a ser criada em Portugal em 1977, esta representou “uma das iniciativas mais marcantes das direitas do antigo regime”, surgindo “da confluência entre o empreendedorismo do grupo Vector e o desejo de resgate dos académicos saneados com o 25 de abril” (Marchi 2017: 426). O Centro de Estudos Sociais Vector (CESV)²²⁹ foi um grupo criado em 1970 por António da Cruz Rodrigues e orientado “essencialmente para o combate ao comunismo e ao progressismo católico” (Almeida 2014: 176). Após o 25 de abril, reuniu vários académicos saneados com o objetivo de apresentar “uma alternativa educacional para o ensino público, que considerava contaminado pela ideologia marxista” (*idem*: 177). Após o seu encerramento em 1987, Rodrigues e outras figuras criaram o Núcleo de Estudos de Oliveira Salazar (NEOS) em 1989 e o primeiro criou a Aliança Nacional (AN) em 1995, partido que esteve na origem do PNR. Integrando um leque alargado de instituições de ensino superior nacionais e internacionais, João Pacheco de Amorim destaca-se como sócio fundador da Pacheco de Amorim, Miranda Blom & Associados, sociedade fundada em 2008 que tem mais de uma centena de contratos celebrados com organizações estatais, autarquias e empresas públicas e privadas²³⁰. É ainda membro, por exemplo, da Comissão de Revisão do Código das Expropriações instituída em 2012 no governo PSD/CDS.

De um modo geral, verifica-se que os principais dirigentes e candidatos do Chega não são apenas de atores com experiência no campo político, mas ocupam um conjunto de posições importantes numa miríade de organizações, algumas destas com ligações ao

²²⁶ Perfil de LinkedIn de Lopo Pacheco de Amorim disponível em: <https://www.linkedin.com/in/lopo-pacheco-de-amorim-00049010/?originalSubdomain=pt>

²²⁷ Breve descrição da atividade da atividade da Pares By Construmed disponível em: <http://construmed.net/quemsomos/>

²²⁸ CV de João Pacheco de Amorim. Disponível em: https://www.caad.org.pt/files/documentos/curricula/CAAD-CV-Joao_Pacheco_de_Amorim.pdf

²²⁹ Jaime Nogueira Pinto e Júdice participaram no VII Congresso do Vector em 1980 (Marchi 2017: 424).

²³⁰ Registo público de contratos da Pacheco de Amorim, Miranda Blom & Associados disponível em: <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/pesquisa/?type=contratos&adjudicatariaid=11012>

regime do Estado Novo. O mesmo se verifica com muitos outros dirigentes e candidatos eleitorais do Chega. Veja-se, por exemplo, o caso de Filipe Melo - antigo militante do PSD e do CDS -, que trabalhou numa sociedade unipessoal dedicada a mediação imobiliária e gestão de créditos²³¹. Antigo funcionário do BES (2003-2016)²³², é ao seu tio-avô que deve influência para conseguir este emprego. Este é o cónego Melo²³³, destacada figura da extrema-direita armada do PREC (Marchi 2020a: 295). Atualmente, considera “relevante saber o contributo que o meu tio-avô deu para derrotar a esquerda totalitária e impor a direita no País”²³⁴. A sua mãe – mediadora de seguros -, possui aliás simpatias por Salazar, de quem publica fotos nas redes sociais ao lado do inspetor da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) Rosa Casaco²³⁵.

Pedro Cassiano Neves é uma figura associada, por sua vez, aos meios monárquicos, à semelhança da família Pacheco de Amorim, próxima do duque de Bragança²³⁶. Em setembro de 2020, Ventura teve aliás uma reunião com este onde lhe solicitou, segundo o *Expresso*, contactos para a promoção internacional do Chega, sobretudo junto de Bolsonaro²³⁷. Cassiano Neves é membro da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna²³⁸ e foi membro do Conselho Monárquico da Causa Real (2012-2014)²³⁹, onde é possível encontrar figuras das direitas como António Lobo Xavier e Telmo Correia²⁴⁰. A sua família encontrava-se, aliás, já associada ao meios monárquicos no Estado Novo. O seu avô José Cassiano Neves (1907-1990) integra a descendência da nobreza portuguesa²⁴¹. Integrou também a Comissão de Honra da recandidatura de Bruno Carvalho à presidência do Sporting em 2017 ao lado de figuras como José Maria Ricciardi

²³¹ Registo da sociedade unipessoal disponível em: <https://www.rigorbiz.pt/antonio-filipe-dias-melo-peixoto-unipessoal-lda>

²³² Perfil de LinkedIn de Filipe Melo disponível em: <https://www.linkedin.com/in/filipe-melo-150b2158/>

²³³ Carvalho. "Deus, Pátria...", pág. 45.

²³⁴ Nunes e Carvalho. 2022. "Direita hardcore e...", pág. 40.

²³⁵ Carvalho. "Deus, Pátria...", págs. 45-6.

²³⁶ Carvalho. "O estado oculto...", pág. 46.

²³⁷ *Idem*, pág. 46.

²³⁸ Administração da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna disponível em: <https://fronteira-alorna.pt/en/board-of-trustees>

²³⁹ Composição dos órgãos sociais da Causa Real (2012-2014) disponível em: <http://www.realporto.pt/quem-somos/orgaos-sociais-da-causa-real-2012-2014>

²⁴⁰ Composição dos órgãos sociais da Causa Real disponível em: <https://www.causareal.pt/index.php/orgaos-sociais>

²⁴¹ Registo biográfico de José Cassiano Neves disponível em: <https://geneall.net/pt/nome/23731/jose-cassiano-neves/>

e José Sousa Cintra²⁴². Jorge Valsassina Galveias²⁴³ – eleito deputado por Aveiro nas legislativas de 2022, onde afirmou que pretende “beneficiar o povo português que há 47 anos está preso pelo socialismo”²⁴⁴ – também integra uma certa tradição contrarrevolucionária. É filho do fundador da Telecine-Moro Jorge Galveias Rodrigues, que se destacou no Estado Novo como realizador de filmes publicitários (Estrela 2005: 57). As empresas deste em Angola e Moçambique foram ocupados no PREC e exilou-se no Brasil, onde fundou a Telecine-Penta²⁴⁵. Num claro exemplo de reprodução intergeracional, Jorge Valsassina Galveias é um antigo aluno do Colégio Manuel Bernardes e do Colégio Valsassina – dois colégios privados católicos fundados no início do Estado Novo – que se formou em Marketing e Publicidade na Pontifícia Universidade Católica (PUC) aquando do exílio do seu pai. Foi também CEO da Telecine-Moro (1979-1998)²⁴⁶ e mais tarde sócio-gerente da Lisbon Holidays - dedicada ao aluguer de apartamentos de luxo para turistas²⁴⁷.

4.2 “Tu vais ser a cara da luta. Da nossa luta, porque eles nos querem deitar abaixo”²⁴⁸

Até ao momento, foram mapeadas as ligações dos dirigentes e candidatos do Chega que traduzem aquela que é a reprodução ideológica da extrema-direita portuguesa em tradições que nalguns casos remontam até à I República. Ao ocuparem também

²⁴² "Bruno de Carvalho agradece a Ricciardi e anuncia mais apoiantes". 2017. O Jogo. 10 de janeiro de 2017. <https://www.ojogo.pt/futebol/1a-liga/sporting/noticias/bruno-de-carvalho-agradece-ricciardi-e-anuncia-mais-apoiantes-5598096.html>.

²⁴³ Jorge Valsassina Galveias tornou-se presidente da Mesa da Convenção Nacional no IV Congresso Nacional do Chega em 2021 na sequência das ações do então presidente Luís Filipe Graça que levaram o TC a classificar os estatutos do partido como ilegais e obrigaram à convocação de um novo congresso. <https://www.publico.pt/2021/09/07/politica/noticia/alteracoes-estatutos-chega-ultimo-congresso-sao-ilegais-mp-1976640>. Ex-dirigente do PNR e do Nova Ordem Social (NOS), também este último se encontra associado ao setor imobiliário: é sócio de Maria dos Santos (candidata nº 39 do Chega em Lisboa nas legislativas de 2019) na mediadora Elegantalfabeto e foi angariador imobiliário do setor premium em Cascais até 2019. Carvalho. "Chega, SA...", pág. 37.

²⁴⁴ CHEGA TV. 2022. “Conheça o Deputado Jorge Galveias”. <https://www.youtube.com/watch?v=gvUHoGDyHro>.

²⁴⁵ "Breve Biografia de Jorge Galveias Rodrigues". 2010. 9 de setembro de 2010. <http://publicidade-galveias-rodrigues.blogspot.com/2010/09/breve-biografia-de-jorge-galveias.html>.

²⁴⁶ Perfil de LinkedIn de Jorge Valsassina Galveias disponível em: <https://www.linkedin.com/in/jorge-valsassina-galveias-bb4013132/>

²⁴⁷ *Idem*.

²⁴⁸ (Ernano e Ramos 2015: 135)

posições num conjunto de setores centrais da atividade estatal como a alta administração pública e o ensino e ocuparem posições associadas à gestão e administração do campo empresarial, estas redes permitem igualmente clarificar aquela que é a construção do programa ideológico do Chega, centrado no neoliberalismo, no conservadorismo católico, na ideologia colonial e no anticomunismo. Por outro lado, estas redes ajudam também a explicar os apoios que o partido tem vindo a recolher junto das elites empresariais nacionais desde a sua fundação. Estas figuras integram um mesmo padrão: fazem parte das tradições contrarrevolucionárias até aqui identificadas e ocupam posições relevantes em setores associados à neoliberalização da economia portuguesa. Com uma longa história de apoio aos partidos da chamada direita tradicional, passaram a financiar o Chega por, segundo um destes financiadores, PSD e CDS serem incapazes de “fazerem oposição eficaz e imporem-se como alternativa política”²⁴⁹ no contexto da “geringonça”.

Já identificadas como duas figuras com uma circulação de décadas juntos das elites das direitas no campo político e no campo empresarial, Diogo Pacheco de Amorim e Salvador Posser de Andrade são o principal ponto de ligação do Chega a estas elites. Numa reportagem da *Visão* sobre estes apoios, Posser de Andrade afirmou “ter recorrido a laços privilegiados na área empresarial”²⁵⁰ aquando da fundação do partido, organizando almoços e jantares. Jaime Nogueira Pinto, segundo o próprio, foi convidado para um destes jantares pelo seu “amigo e correligionário de longa data” Posser de Andrade apesar de, na realidade, já conhecer Ventura pelo menos desde 2017. Também este afirma ter organizado “um jantar para amigos que não o conheciam e tinham curiosidade”²⁵¹. A sede provisória do Chega resulta destes contactos: Eduardo Amaral Neto – dono de uma sociedade de investimentos imobiliários e descendente de um antigo deputado do Estado Novo - cedeu a sua casa em Alcântara²⁵². Uma das figuras mais ativas na “promoção do líder do Chega e a fazer pontes para ele junto de diversos setores”²⁵³ é o advogado Francisco da Cruz Martins, também apresentado por Posser de Andrade²⁵⁴. Administrador de duas sociedades imobiliárias pertencentes à Breteuil Strategies – um

²⁴⁹ Carvalho, Miguel. 2020. "Chega: As mãos que embalam Ventura". *Visão*, 23 de julho de 2020, pág. 41

²⁵⁰ *Idem*, pág. 42.

²⁵¹ *Ibidem*, pág. 42.

²⁵² *Ibidem*, pág. 42-3.

²⁵³ *Ibidem*, pág. 41.

²⁵⁴ *Ibidem*, pág. 41.

dos mais importantes paraísos fiscais europeus -, Cruz Martins é ex-sócio da Legalworks de Rui Gomes da Silva²⁵⁵ – que abriu o acesso de Ventura ao campo mediático.

A partir de reportagens jornalísticas produzidas sobre alguns dos eventos de angariação de fundos do Chega, o jornalista Miguel Carvalho caracterizou o perfil destes financiadores:

“Baronessas, condes, advogados, personalidades da alta finança, gestores de fundos imobiliários, empresários de sucesso nos setores agroflorestal, de armamento e transportes, membros de movimentos ultracatólicos, salazaristas convictos e descendentes da Alemanha nazi [...]”²⁵⁶.

Esta descrição foi feita a partir da reportagem que produziu sobre um evento de angariação de fundos que o partido realizou em fevereiro de 2020 e que terá atraído cerca de 100 pessoas, muitas das quais foram desafiadas por Jorge Abreu, fundador da sociedade de advocacia Abreu & Marques, da qual são também financiadores do Chega a sócia Teresa Ribeiro - ex-mandatária da iniciativa de referendo sobre a eutanásia - e o jurista Luís Cabral Moncada, que ajudou o partido a redigir o programa para a Justiça e cujo avô foi um antigo vice-reitor da UC e conhecido simpatizante da Alemanha nazi²⁵⁷. Outro evento relevante é o almoço realizado em junho de 2020 na Quinta do Barruncho, propriedade de João Maria Bravo: antigo apoiante do CDS de Paulo Portas e dono do grupo Sodarca – que lidera o fornecimento de armas e equipamento militar ao Estado e está ligado ao setor da caça, do turismo de luxo e do combate a incêndios através da Helibravo²⁵⁸. O passado da sua família conta, aliás, “uma história ligada à Escravatura, ao Colonialismo, à ditadura do Estado Novo e à Guerra Colonial”²⁵⁹. Afirma que Portugal se “afunda desde 1974” e que pretende utilizar os seus contactos empresariais, policiais e militares para que Ventura - que “pretende pôr o País na ordem” - possa “ganhar as eleições e chegar a primeiro-ministro”²⁶⁰.

²⁵⁵ *Ibidem*, pág. 41.

²⁵⁶ Carvalho, Miguel. 2021. "Financiamento: Contas e casos à moda do Chega". *Visão*, 21 de outubro de 2021, pág. 42.

²⁵⁷ *Idem*, págs. 41-4.

²⁵⁸ Carvalho. "Chega: As mãos que...", pág. 38.

²⁵⁹ Varela, Pedro. 2021. "O império de João Maria Bravo: da Escravatura à Guerra Colonial, das armas ao Chega". *Setenta e Quatro*. 26 de julho de 2021. <https://setentaequatro.pt/ensaio/o-imperio-de-joao-maria-bravo-da-escravatura-guerra-colonial-das-armas-ao-chega>.

²⁶⁰ Carvalho. "Chega: As mãos que...", págs. 38-9.

Na III Convenção Nacional do Chega em maio de 2021, Diogo Pacheco de Amorim convidou para a Comissão Política Nacional do partido, composto por “membros de prestígio da sociedade civil”²⁶¹, figuras que já tinham estado presentes nos eventos referidos e outras como Orlando Monteiro da Silva [ex-bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários (OMV)], Pedro José de Melo [presidente da adegas Monte da Ravasqueira], Paulo Freitas Lopes (vice-presidente do International Club of Portugal (ICPT), para cujos eventos Ventura foi convidado em 2019²⁶² e 2022²⁶³], António Coimbra (ex-CEO da Vodafone em Portugal e Espanha, onde se mantém como presidente não-executivo), entre outros²⁶⁴. Outro financiador associado a Pacheco de Amorim e um dos mais escrutinados pela imprensa é César do Paço, dono da multinacional Summit Nutritional²⁶⁵. Foi nomeado cônsul honorário em 2014 pelo então secretário de Estados das Comunidades José Cesário²⁶⁶. Apoiou o Movimento Zero e o Blue Lives Matter e financiou ainda o CDS, tendo a sua esposa integrado as listas do partido para as legislativas de 2019 pelo círculo Fora da Europa²⁶⁷. Nos primórdios do seu consulado, o seu braço-direito era Maria João Ávila - ex-deputada do PSD –, que foi substituída por José Lourenço, coordenador do CDS no Brasil que viria a ser presidente da distrital do Chega no Porto até 2021²⁶⁸. Foi este que proporcionou a ponte entre César do Paço e o CDS, com o deputado Duarte Pacheco e a ex-ministra Teresa Morais – ambos do PSD – e ainda organizou encontros com o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa²⁶⁹. Lourenço foi também o diretor-executivo da Fundação DePaço, cujo conselho consultivo era composto por Nuno Melo (CDS), José Cesário (PSD), Carlos Gonçalves (PSD) e Diogo Pacheco de Amorim²⁷⁰.

²⁶¹ Chega. 2021. "Estatutos Partido Chega". <https://partidochega.pt/index.php/estatutos/>.

²⁶² "International Club of Portugal". 2019. Frontline. 17 de dezembro de 2019. <https://www.revistafontline.com/news/international-club-of-protugal/>.

²⁶³ Cruz, Luís. 2022. "André Ventura no International Club of Portugal". Bom Dia. 21 de fevereiro de 2022. <https://bomdia.eu/andre-ventura-no-international-club-of-portugal/>.

²⁶⁴ Carvalho. "Ventura, o guardador...", pág. 41.

²⁶⁵ Carvalho. "Chega, SA...", pág. 39.

²⁶⁶ Malhado, Alexandre R. 2021. "O polémico financiador do Chega". Sábado, 28 de janeiro de 2021, pág. 46.

²⁶⁷ *Idem*, págs. 44-5.

²⁶⁸ Carrapatoso, Miguel Santos. 2021. "Líder do Chega/Porto e um dos generais de Ventura demite-se". Observador. 27 de janeiro de 2021. <https://observador.pt/2021/01/27/lider-do-chega-porto-e-um-dos-generais-de-ventura-demite-se/>.

²⁶⁹ Malhado. "O polémico financiador...", pág. 46.

²⁷⁰ Carvalho. "Chega: As mãos que...", pág. 45.

Em julho de 2021, uma outra reportagem de Miguel Carvalho mostrava as ligações do Chega com os meios de comunicação nacionais através da relação indireta entre Nuno Afonso e Marco Galinha - fundador e presidente do Grupo Bel e presidente do Conselho de Administração da Global Media (GM)²⁷¹. Junto de fontes internas da GM, Carvalho averiguou que Galinha reclamava há vários meses por “mais espaço editorial e noticioso para as propostas e protagonistas do Chega”²⁷², particularmente Nuno Afonso. Galinha nunca confirma se conhece Afonso pessoalmente ou se lhe foi referenciado, mas o seu irmão José Belo Galinha confirma ser próximo deste. Este é militante nº 38 do Chega, diretor-geral de uma multinacional norte-americana de produtos industriais e administrador da Futurete, empresa de máquinas e moinhos de café do Grupo Bel. Em setembro de 2019, chegou até a substituir o irmão na mesa de honra do almoço-debate com Ventura no ICPT, do qual o Grupo Bel é “gold sponsor”²⁷³.

Os apoios que o Chega recolhe junto das elites empresariais nacionais são um bom ponto de partida para a análise prosopográfica das diferentes formas de inscrição social em torno do recrutamento dos seus principais dirigentes e candidatos e que representam os campos de intervenção privilegiados do Chega que dialogam mais diretamente com a sua agenda política: empresários urbanos e do mundo rural, professores, forças de segurança e função pública. Quanto aos primeiros, vejam-se, por exemplo, figuras importantes do Chega aquando da sua fundação como Bruno Nunes – figura central da coligação Basta -, proprietário de sociedades de retalho e de marketing²⁷⁴, Júlio Paixão – antigo militante do CDS e do PSD –, gestor e consultor em várias empresas do setor imobiliário, automóvel e turístico²⁷⁵ e ainda, nas legislativas de 2022, Manuel Moreira – cabeça-de-lista do Chega por Viana do Castelo -, gerente de uma firma de reparação

²⁷¹ Carvalho, Miguel. 2021. "A outra face do 'tubarão' Galinha". Visão, 15 de julho de 2021.

²⁷² *Idem*, pág. 47.

²⁷³ Carvalho. "A outra face...", pág. 48.

²⁷⁴ Registo parlamentar de interesses de Bruno Nunes disponível em: https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/RegInteresses_v5.aspx?BID=7338&leg=XV

²⁷⁵ Canal Alentejo. 2022. "Entrevista: Júlio Paixão". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dsZjaxOYuV8>.

automóvel²⁷⁶, sócio-gerente de uma empresa informática local²⁷⁷ e proprietário de uma loja de material eletrónico²⁷⁸.

Por diversas razões, os campos de intervenção privilegiados do Chega tiveram uma ampla repercussão mediática nos últimos anos. É o caso, por exemplo, das discussões sobre a crise do mundo rural que tem vindo a ser associada nos meios mediáticos a um conjunto de ameaças de natureza demográfica, económica e cultural ao longo das últimas décadas (Peixoto 2004: 5). Vários atores do Chega ocuparam posições em setores do mundo rural que têm vindo a ser associados a este processo de decadência: a agropecuária, a tauromaquia e o mundo das feiras dos mercados rurais. Num contexto de debates sobre as alterações climáticas e os incêndios rurais, sobre a escassez de recursos naturais, sobre a dificuldade de recrutamento de mão-de-obra e ainda sobre as práticas culturais associadas a este mundo, estes são setores cuja inserção no mercado internacional e sobrevivência económica se encontram numa posição fragilizada, dependendo para tal de salários estruturalmente baixos. Veja-se o caso dos trabalhadores imigrantes nas estufas da agricultura intensiva do litoral alentejano. Em 2021, as condições precárias de vida e a exploração laboral a que estes trabalhadores estavam sujeitos foram alvo de uma grande atenção mediática devido a um surto de covid-19 que surgiu entre estes na freguesia de Odemira²⁷⁹. Em resposta a esta situação, o governo do PS requisitou o Zmar – um empreendimento turístico – de modo a alojar temporariamente os trabalhadores imigrantes, o que foi alvo de grande contestação, por exemplo, pelo bastonário da Ordem dos Advogados²⁸⁰. Enquanto a esquerda focava as suas reações a estes acontecimentos nas condições de vida dos trabalhadores, o Chega limitou-se a criticar a requisição do Zmar como uma situação “inconcebível” que faz lembrar “os tempos do PREC”²⁸¹. Como

²⁷⁶ Diário da República. 2000. “Auto-Beleza - Reparação Automóvel, Lda”. <https://files.dre.pt/gratuitos/3s/2000/01/2000d006s000.pdf>, pág. 553.

²⁷⁷ Registo da empresa disponível em: <https://officeportugal.com/empresa-mqm-sistemas-informaticos-em-viana-do-castelo-529>

²⁷⁸ Registo da loja disponível em:

http://www3.dsi.uminho.pt/ebeira/setembro_05/pdfs%20e%20outros/atlas/all_fichas.pdf

²⁷⁹ Gomes, João Francisco. 2021. “Um problema de imigração antigo e uma requisição polémica. Seis respostas sobre o que se passa em Odemira”. Observador. 2 de maio de 2021. <https://observador.pt/explicadores/um-problema-de-imigracao-antigo-e-uma-requisicao-polemica-seis-respostas-sobre-o-que-se-passa-em-odemira/>.

²⁸⁰ DN/Lusa. 2021. “Requisição de casas privadas do Zmar viola a Constituição”. Diário de Notícias. 3 de maio de 2021. <https://www.dn.pt/sociedade/requisicao-de-casas-privadas-do-zmar-violou-a-constituicao-13679632.html>.

²⁸¹ Gomes. “Um problema de imigração...”.

iremos ver, este tipo de declarações refletem-se na agenda neoliberal que o partido defende para o mundo rural.

Recentemente, foram realizadas várias manifestações junto ao parlamento por grupos associados à agropecuária e à tauromaquia – às quais o Chega se procurou associar²⁸² - contra as “políticas proibicionistas” do governo do PS e do PAN²⁸³. A agenda ambientalista do PAN – cuja entrada no parlamento se encontra também associada ao processo de fragmentação partidária e polarização política – ajuda a explicar a radicalização das direitas e do Chega em torno deste tema²⁸⁴. Veja-se, por exemplo, a proposta que Pedro Pinto apresentou no parlamento para a descida do IVA das atividades tauromáquicas para 6% numa sessão em que trocou acusações com o PAN²⁸⁵, que tem vindo a exercer pressão política “sobre o espetáculo no sentido de restringir a sua prática, divulgação e organização” (Haro 2020: 191). A trajetória de Pinto sempre se encontrou aliás associada a este setor com uma intervenção relevante nos media. Iniciou-se como jornalista no *Farpas* – um jornal tauromáquico –, do qual foi diretor-adjunto. O seu fundador é Miguel Alvarenga²⁸⁶, o qual já se tinha iniciado no semanário *A Rua* e depois transitou para *O Diabo* (Madeira 2019: 124, 319). Pinto trabalhou em rádios locais, participou no magazine tauromáquico da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) *Faenas*,

²⁸² Lusa. 2019. "Partido Chega associa-se a concentração pelo mundo rural". Notícias ao Minuto. 19 de novembro de 2019. <https://www.noticiasao minuto.com/politica/1361298/partido-chega-associa-se-a-concentracao-pelo-mundo-rural>.

²⁸³ Lusa. 2021. "'O PAN é um dos nossos alvos': mundo rural promete falar a 'uma só voz a partir de agora'". Expresso. 5 de janeiro de 2021. <https://expresso.pt/politica/2021-06-05-O-PAN-e-um-dos-nossos-alvos-mundo-rural-promete-falar-a-uma-so-voz-a-partir-de-agora-ef391f03>.

²⁸⁴ Durante a campanha eleitoral para as legislativas de 2022, a Confederação de Agricultores de Portugal (CAP) chegou mesmo a apelar que o eleitorado rejeitasse votar em quaisquer partidos que admitissem coligar-se com PAN. Lusa. 2022. "Agricultores contra voto 'em partidos disponíveis a coligar-se com o PAN'". Diário de Notícias. 17 de janeiro de 2022. <https://www.dn.pt/politica/agricultores-contra-voto-em-partidos-disponiveis-a-coligar-se-com-o-pan-14500698.html>. Veja-se que, no início de 2019, o secretário-geral da CAP Luís Mira tinha aliás participado no primeiro congresso do Aliança de Santana Lopes. No discurso que realizou no evento, chegou mesmo a afirmar que esperava que o partido viesse a fazer a “diferença” no mundo rural em prol da sua defesa. Lusa. 2019. "Aliança/Congresso: CAP espera que partido faça "a diferença" no mundo rural". 9 de fevereiro de 2019. <https://www.dn.pt/lusa/aliancacongresso-cap-espera-que-partido-faca-a-diferenca-no-mundo-rural-10559873.html>.

²⁸⁵ Lusa. 2022. "Tauromaquia e 'hipocrisia'. Novo episódio de tensão entre Chega e PAN no Parlamento". TSF. 26 de maio de 2022. <https://www.tsf.pt/portugal/politica/tauromaquia-e-acusacao-de-hipocrisia-de-chega-ao-pan-gera-tensao-no-hemiciclo-14890074.html>.

²⁸⁶ "Jornal 'Farpas' nasceu há 23 anos". 2019. Farpas Blogue (blog). 28 de novembro de 2019. <https://farpasblogue.blogspot.com/2019/11/jornal-farpas-nasceu-ha-23-anos.html>.

teve uma página dedicada à tauromaquia no *Diário do Alentejo*²⁸⁷ e foi ainda forçado no Grupo Amadores de Cascais²⁸⁸. Fundou também a revista tauromáquica *Ruedo Ibérico* (2005-2011)²⁸⁹ e é promotor de espetáculos tauromáquicos em nome próprio²⁹⁰. As suas candidaturas pelo Chega foram promovidas no *Farpas Blogue*. Nas legislativas de 2019, foi destacado dentre outros candidatos das direitas associados à tauromaquia²⁹¹ e nas autárquicas de 2021 é destacado ao lado de outros candidatos do Chega: Luís Lupi, candidato à Câmara de Portalegre, antigo cavaleiro tauromáquico e médico veterinário; João Augusto Roma, candidato em Monforte, novilheiro e ganadeiro; entre outros²⁹². Já deputado na AR, Pedro Pinto voltou a ser destacado como a única voz defensora da tauromaquia no parlamento²⁹³.

Outro dos principais dirigentes do Chega que intervém em publicações do mundo rural é Pedro Frazão (1975-) - eleito vereador na Câmara de Santarém e eleito deputado por Santarém em 2022. Fundador de uma empresa de serviços médico-veterinários²⁹⁴, trabalhou nas áreas da Sanidade e Epidemiologia Animal da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV), da qual saiu para se dedicar ao ensino no Colégio Planalto (Frazão 2008: i) – uma escola de rapazes dirigida pela Opus Dei. Segundo o próprio, aproximou-se do Chega após as legislativas de 2019, quando começou a enviar propostas legislativas sobre o setor agropecuário para o gabinete parlamentar do

²⁸⁷ Lusa. 2021. "Candidato do Chega Pedro Pinto com 'faena' 'extremamente difícil'". O Digital. 8 de setembro de 2021. <https://odigital.sapo.pt/autarquicas-beja-candidato-do-chega-pedro-pinto-com-faena-extremamente-dificil/>.

²⁸⁸ Fragoso, Luís Gamito. 2009. "Entrevista a Pedro Pinto após o sucesso da Edição Extra do Ruedo Ibérico". Tauródromo. 9 de junho de 2009. <https://www.taurodromo.com/noticia/2009-junho/943-entrevista-a-pedro-pinto-apos-o-sucesso-da-edicao-extra-do-ruedo-iberico>.

²⁸⁹ "'Ruedo Ibérico' nueva revista taurina para Portugal y España". 2005. Mundo Toro (blog). 11 de maio de 2005. <https://www.mundotoro.com/noticia/ruedo-iberico-nueva-revista-taurina-para-portugal-y-espana/1194056>.

²⁹⁰ Dados estatísticos recolhidos pela Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC) sobre tauromaquia entre 2006 e 2021 disponíveis em: <https://www.igac.gov.pt/estatisticas-parcelares>

²⁹¹ "Domingo: votem em quem defende a Tauromaquia!" 2019. Farpas Blogue (blog). 3 de outubro de 2019. <https://farpasblogue.blogspot.com/2019/10/domingo-votem-em-quem-defende.html>.

²⁹² "Pedro Pinto candidato do Chega à Câmara de Beja". 2021. Farpas Blogue (blog). 1 de julho de 2021. <https://farpasblogue.blogspot.com/2021/07/pedro-pinto-candidato-do-chega-camara.html>.

²⁹³ "Pedro Pinto: uma voz defensora da Tauromaquia em São Bento". 2022. Farpas Blogue (blog). 2 de fevereiro de 2022. <https://farpasblogue.blogspot.com/2022/02/pedro-pinto-uma-voz-defensora-da.html>.

²⁹⁴ Nota biográfica de Pedro Frazão disponível em: https://www.cm-santarem.pt/?option=com_k2&view=item&layout=item&id=4865&Itemid=302

partido²⁹⁵ e o passou a assessorar informalmente²⁹⁶. Na II Convenção Nacional em 2020, foi eleito vogal da Direção Nacional e apresentou uma moção sobre o “abandono do meio rural”²⁹⁷. A sua proposta para este problema passa por: facilitar a gestão burocrática das “exigências contabilísticas” na venda de produtos agrícolas; simplificação fiscal “extrema”, eliminando o IRC para agricultores e pescadores; liberalização contratual laboral “à semana sem encargos para os desempregados” e para “aquelas pessoas que recebem o RSI e que podem trabalhar”. Estas propostas vão ao encontro das linhas programáticas fundamentais do Chega: desregulação do mercado de trabalho, contração do estado social e redução de impostos sobre empresas.

De acordo com o desejo do Chega de recrutar a “direita clássica do mundo rural e das elites conservadoras” (Marchi 2020b: 49), os empresários agrícolas constituem, de facto, uma parte importante dos dirigentes e candidatos do partido. Rui Paulo Sousa – que passou pela Aliança - fundou em 2015 uma empresa dedicada à exportação de espargos - a Villabosque²⁹⁸. Miguel Tristão Teixeira (1959-) – candidato às regionais e legislativas na Madeira em 2019 – é um empresário internacional do ramo da floricultura²⁹⁹ que passou pela Mocidade Portuguesa (MP) e se voluntariou no exército “para ir defender as províncias ultramarinas”³⁰⁰. O seu pai – presidente da Câmara de Machico no Estado Novo (1970-1974) – é aliás o fundador da Associação de Agricultores da Madeira (AAM)³⁰¹. Edalberto Figueiredo (1975-) – eleito deputado numa assembleia de freguesia em Évora, onde foi cabeça-de-lista em 2022 – é engenheiro de recursos hídricos³⁰² e Ana

²⁹⁵ Capelo e Espada. "Quem é Pedro Frazão...".

²⁹⁶ Malhado, Alexandre R. 2020. "Dina: A história da mulher que vive na sombra de Ventura..." Sábado, 24 de setembro de 2020, pág. 44.

²⁹⁷ Intervenção disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=2wgyphqGXZs&ab_channel=CHEGATV, é a primeira intervenção realizada no vídeo.

²⁹⁸ Freire, Emília. 2017. "Espargos verdes com grande potencial de crescimento". Vida Rural. 24 de julho de 2017. <https://www.vidarural.pt/sem-categoria/espargos-verdes-com-grande-potencial-de-crescimento/>.

²⁹⁹ Silva, Emanuel. 2019. "Descendente de Tristão Vaz Teixeira é o rosto do 'Basta' na Madeira". Funchal Notícias. 12 de maio de 2019. <https://funchalnoticias.net/2019/05/13/descendente-de-tristao-vaz-teixeira-e-o-rost-do-basta-na-madeira/>.

³⁰⁰ CHEGA TV. 2019. "Excelente entrevista do nosso candidato à presidência do Governo Regional da Madeira na RTP". <https://www.youtube.com/watch?v=ExKH2dWdXDO..> A partir do minuto 4:30.

³⁰¹ Nota biográfica de Manuel Rufino Teixeira disponível em:

<https://www.arquipelagos.pt/imagem/205370/>

³⁰² Perfil de LinkedIn de Edalberto Figueiredo disponível em: <https://www.linkedin.com/in/edalberto-figueiredo-a85691b9/?originalSubdomain=pt>

Moisão (1984-) – eleita vereadora na Câmara de Serpa³⁰³ e candidata por Beja às legislativas de 2022 – é relações públicas numa adegas local. Afirmar que vive “num sítio em que a força política que domina há 47 anos é o Partido Comunista”³⁰⁴ e que são as políticas de esquerda são a causa do abandono populacional de Serpa. Tendo sido eleita vereadora na Câmara de Serpa nas autárquicas de 2021, tornou-se representante desta no Conselho Geral da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa³⁰⁵. Numa entrevista realizado no âmbito das legislativas de 2022, mostrou-se alinhada com a oposição de direita à “geringonça” ao defender também a redução de impostos sobre empresas e acusar PAN e PS de terem uma agenda de “destruição do mundo rural”:

“esta solução de governação dos partidos de esquerda não serviu para o país, por um lado, temos os partidos da extrema esquerda a exigir constantemente um estado omnipresente e controlador da sociedade e das suas liberdades individuais de escolha, que mais não tem que afogado o país em impostos, afastando e falindo as empresas e os investidores que são o motor económico do País. Por outro lado, temos o extremismo do Partido PAN, que tem ganhado terreno graças ao PS na sua agenda de destruição do mundo Rural, dos seus costumes e das suas tradições, tomando medidas absurdas que contribuem para o abandono do interior, condenando atividades turísticas e económicas que são o sustento de muitas famílias.”³⁰⁶

Outros empresários do Chega associados aos meios rurais são Luís Paulo Fernandes - proprietário de uma empresa de carrosséis – e João Dias Ribeiro - eleito deputado na Assembleia Municipal de Castelo Branco e candidato nesse distrito nas legislativas de 2022 –, proprietário de uma empresa de transportes, a RJBN Transportes SA³⁰⁷. O primeiro foi um dos subscritores de uma petição que exigiu o apuramento de alegadas fraudes na sequência dos incêndios de 2017 em Pedrógão Grande – que afetaram

³⁰³ Composição do atual executivo da Câmara de Serpa disponível em: <https://www.cm-serpa.pt/pt/menu/575/composicao.aspx>

³⁰⁴ Tavares, Isabel. 2021. "Ana Cristina Moisão: 'Não faz sentido tomar decisões sobre a vida das pessoas e deixá-las fora do debate'". Sapo 24. 21 de setembro de 2021. <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/ana-cristina-moisao-nao-faz-sentido-tomar-decisoes-sobre-a-vida-das-pessoas-e-deixa-las-fora-do-debate>.

³⁰⁵ Composição do órgão em: http://www.epdrs.pt/site/sites/default/files/docs/composicao_cg.pdf

³⁰⁶ Freitas, Ana E. de. 2022. "Legislativas 2022: 'o único voto na verdadeira mudança' é 'no Chega'". Rádio Voz da Planície. 21 de janeiro de 2022. <https://www.vozdaplanicie.pt/index.php/noticias/legislativas-2022-o-unico-voto-na-verdadeira-mudanca-e-no-chega>.

³⁰⁷ Registo profissional de João Dias Ribeiro disponível em: https://www.facebook.com/joaoneto1987/about_work_and_education

20 empresas de diversões³⁰⁸ - e admitiu até retirar a sua empresa do concelho se o caso não fosse apurado³⁰⁹. Fernandes encontra-se também associado aos protestos destes empresários. Entre 2008 e 2020, foi presidente da Associação Portuguesa de Empresas de Diversão (APED), da qual se desligou em 2020 para fundar e presidir a APIC. Num currículo que enviou à Agência Lusa para a promoção da sua campanha autárquica pelo Chega, declarou que é “candidato a recorde do ‘Guinness’ do homem que mais manifestações promoveu no mundo pela sustentabilidade e certificação de um setor cultural económico”³¹⁰. Destacam-se, por exemplo, os protestos realizados em 2012 e 2013 junto do Ministério das Finanças devido à subida do IVA pago pelo setor de 6% para 23%³¹¹. Os protestos continuaram após a tomada de posse da “geringonça”. Em 2016, destaca-se um protesto de três dias onde os empresários do setor exigiam a aplicação de uma resolução de 2013 que “recomenda ao Governo o estudo e a tomada de medidas específicas de apoio à sustentabilidade e valorização da atividade das empresas itinerantes de diversão”³¹². Em 2020 e 2021, Fernandes aparece já como presidente da APIC nos protestos do setor em frente à sede da Direção-Geral de Saúde (DGS) e junto ao Ministério da Economia contra as medidas de contenção aplicadas durante a pandemia covid-19³¹³. Se existe um conjunto de atores políticos do Chega que representam os grandes interesses agrários, também se encontram no Chega representantes de setores particularmente afetados pela pandemia, como é o caso dos pequenos empresários da venda ambulante. É esta articulação entre grandes interesses e pequenos e médios empresários que ajuda a compreender a configuração do Chega.

³⁰⁸ Jordão, Isabel, e Mário Freire. 2017. "Falta plano para salvar carrosséis de Pedrógão Grande". Correio da Manhã. 18 de julho de 2017. <https://www.cmjornal.pt/exclusivos/detalhe/falta-plano-para-salvar-carrosséis-de-pedrogao-grande>.

³⁰⁹ Figueiredo, Inês André. 2021. "Chega escolhe Luís Paulo Fernandes, ex-autarca de Pedrógão Grande, para candidatura à câmara de Leiria". Observador. 29 de março de 2021. <https://observador.pt/2021/03/29/chega-escolhe-luis-paulo-fernandes-ex-autarca-de-pegrogao-grande-para-candidatura-a-camara-de-leiria/>.

³¹⁰ Redação. 2021. "Chega: Empresário Luís Paulo Fernandes ambiciona chegar à Câmara". Notícias de Leiria. 10 de junho de 2021. <https://noticiasdeleiria.pt/chega-empresario-luis-paulo-fernandes-ambiciona-chegar-a-camara/>

³¹¹ "Diversão quer IVA a 6%". 2012. Correio da Manhã. 28 de novembro de 2012. <https://www.cmjornal.pt/economia/detalhe/diversao-quer-iva-a-6>.

³¹² Agência Lusa. 2016. "Empresários de diversão manifestam-se em Lisboa pela sustentabilidade da atividade". Observador. 8 de novembro de 2016. <https://observador.pt/2016/11/08/empresarios-de-diversao-manifestam-se-em-lisboa-pela-sustentabilidade-da-atividade/>.

³¹³ Genésio, Francisca. 2020. "Luz verde para feirantes com baile de Emanuel". Correio da Manhã. 17 de junho de 2020. <https://www.cmjornal.pt/cultura/detalhe/luz-verde-para-feirantes-com-baile-de-emanuel>.

Outro dos grupos profissionais junto dos quais o Chega procurou construir as suas bases de apoio são os professores. A figura do partido que mais ativamente procurou consolidar esta ligação é Gabriel Mithá Ribeiro (1965-) – candidato à Câmara de Alcochete e eleito deputado por Leiria em 2022. Professor do ensino secundário e, mais tarde, investigador do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (IEP-UPC), filiou-se no PSD em 2005 por “achar que era necessária uma reforma profunda”³¹⁴ no ensino. Numa entrevista ao *Notícias Viriato* – associado à extrema-direita – no final de 2019, defendeu uma aproximação do PSD com o Chega e afirmou que é um militante sem papel nos órgãos³¹⁵. Na realidade, é uma figura pública próxima, ainda que num plano secundário, das elites políticas da direita. Das reuniões sobre educação no PSD, manteve contacto com Pedro Duarte³¹⁶, secretário de Estado da Juventude de Santana Lopes e diretor da campanha presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa. Para além disso, Mithá Ribeiro é uma figura com intervenção nos media e em associações sindicais de professores (Ribeiro 2008: 560). Pela Gradiva, publicou o seu segundo livro *A Pedagogia da Avestruz: Testemunho de um Professor* (Ribeiro 2004), editora que afirma tê-lo colocado em contacto com Nuno Crato – ministro da Educação no governo PSD/CDS. Em 2007, publicou *A lógica dos burros: o lado negro das políticas educativas* (Ribeiro 2007), prefaciado por Rebelo de Sousa, para quem o livro “representa como que um fim de ciclo e um início de nova era” (*idem*: 11). Em 2012, foi publicado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) um ensaio seu intitulado *O ensino da História* (Ribeiro 2012), apresentado pelo historiador Rui Ramos³¹⁷, que o convidou a ser cronista regular do *Observador*³¹⁸.

Em 2019, publicou *Um século de escombros: Pensar o futuro com os valores morais da Direita*, apresentado por Maria Luís Albuquerque – ministra de Estado e das Finanças no governo PSD/CDS – num evento que contou com a presença de Passos Coelho³¹⁹. Servindo como um aprimorar da sua produção académica e literária (Ribeiro

³¹⁴ Malhado. 2021. “Já li...”, pág. 47.

³¹⁵ Notícias Viriato. 2019. “ENTREVISTA GABRIEL MITHÁ - Ter Hoje Coragem de se Afirmar de ‘Direita’ é uma Questão de Decência”. https://www.youtube.com/watch?v=0dN4CCs_7MM., a partir do minuto 48:35.

³¹⁶ Malhado. “Já li...”, pág. 47.

³¹⁷ Anúncio do lançamento do livro disponível em: <https://educar.files.wordpress.com/2012/11/gabriel.jpg>

³¹⁸ Malhado. “Já li...”, pág. 48.

³¹⁹ “Lançamento de ‘Um Século de Escombros’”. 2019. O cão que fuma (blog). 9 de novembro de 2019. <https://www.caoquefuma.com/2019/11/livros-leituras-lancamento-de-um-seculo.html>.

2000; 2008; 2013; 2015), este livro – dedicado a várias figuras da extrema-direita internacional - centra-se na “psicopandemia de esquerda [...] equiparável aos efeitos devastadores do século da peste negra” (2019: 15) e que deriva dos ideais da Revolução Soviética de 1917. Para si, o “marxismo cultural” traduz-se na imigração ilegal, numa carga fiscal agravada, na degradação do ensino e na demonização da “matriz judaico-cristã” (*ibidem*: 56). Todas as direitas portuguesas encontram-se aliás alinhadas em apontar esta alegada insistência em “culpar a Europa Rica do Norte pelas suas irresponsabilidades e infantilidades governativas e cívicas persistentes desde os anos setenta do século XX, a década do auge da influência soviética no mundo” (*ibidem*: 156).

Numa entrevista à *Sábado*, Mithá Ribeiro relata que foi contactado pelo Chega após ter escrito um artigo sobre Ventura no *Observador* em maio de 2020. Diogo Pacheco de Amorim pretendia convidá-lo para dirigir o gabinete de estudos. Após ter participado na manifestação “Portugal não é racista” com Ventura³²⁰, filiou-se no Chega a 6 de setembro, segundo o próprio em homenagem ao segundo aniversário do esfaqueamento de Bolsonaro³²¹. Tornou-se rapidamente vice-presidente e foi o responsável pela consolidação das ideias do Chega³²². Veja-se, por exemplo, o seu documento *Como ter sucesso nas eleições autárquicas – Sete Princípios* que indica aos candidatos do Chega que se aproximem de grupos socioprofissionais como professores, comunidades religiosas cristãs, pequeno comércio e empresas, pensionistas, bombeiros, polícias, profissionais do setor agrícola, da Saúde e da Justiça e taxistas/camionistas. Para além disso, o documento indicava que cada candidatura se devia associar a temas como “o racismo, subsidi dependência, criminalidade, imigração ilegal, corrupção, má-governança, parasitismo social, minorias, dívidas das autarquias/Estado, entre outros”.

Foi Mithá Ribeiro quem detalhou no programa do Chega a ideia do “reforço da dignidade e autoridade de educadores e professores”³²³. Esta ideia deve ser interpretada num contexto onde, por um lado, os professores foram um dos grupos mais afetados pelo

³²⁰ Ribeiro, Gabriel Mithá. 2020. "Desci à Liberdade com André Ventura". *Observador*. 29 de junho de 2020. <https://observador.pt/opiniao/desci-a-liberdade-com-andre-ventura/>.

³²¹ Malhado. "Já li...", pág. 48.

³²² Lopes, Maria. 2021. "Pátria ou nação: a dúvida que atrapalha o programa do Chega". *Público*. 28 de maio de 2021. <https://www.publico.pt/2021/05/28/politica/noticia/patria-nacao-duvida-atrapalha-programa-chega-1964386>.

³²³ Chega. 2021. "Programa Político 2021". https://partidochega.pt/index.php/programa_politico/, ponto número 45.

programa de austeridade com cortes de salários e congelamento de carreiras (Carissimi 2019: 24) e, por outro, as escolas têm vindo a ser mediatizadas como um clima de “indisciplina crescente”³²⁴. Nos seus livros, Mithá Ribeiro já vinha, aliás, a defender a ideia do combate à “indisciplina” e ao “facilitismo” nas escolas. Afirmava, por exemplo, que o “socialismo científico” tinha produzido uma “escola histórica” que tem como preocupação “umas abstratas questões sociais através do incentivo ao multiculturalismo da escola inclusiva e de uma pedagogia centrada num abstrato e sacrossanto aluno (Ribeiro 2007: 33-4). À semelhança de Mithá Ribeiro, os dirigentes e candidatos do Chega que são professores passaram também pelo PSD e alguns destacam-se igualmente pela sua intervenção nos media. Encontramos, por exemplo, a antiga autarca e deputada do PSD Manuela Tender que é uma professora do ensino secundário associada a várias organizacionais regionais de Vila Real³²⁵. Outros antigos autarcas do PSD são José Pires - professor do ensino secundário³²⁶ e formador do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)³²⁷ que é membro suplente da Direção Distrital de Bragança do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN)³²⁸ - e João Tilly, outro professor que se destacou em 2006 num debate do Prós e Contras onde lhe foi dada a palavra e acusou diretamente a Ministra da Educação de ser a responsável pelo insucesso dos alunos e do país em geral³²⁹. Num relatório internacional, foi também destacado como a figura mais influente da extrema-direita portuguesa nas redes sociais³³⁰. Antes de ser professor, foi também gerente de discotecas e empresas de telecomunicações locais³³¹.

³²⁴ "Indisciplina cresce nas salas de aula". 2014. Correio da Manhã. 4 de abril de 2014. <https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/indisciplina-cresce-nas-salas-de-aula>.

³²⁵ Registo biográfico parlamentar de Manuela Tender disponível em:

<https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=4365>

³²⁶ Ministério da Educação. 2001. "Despacho n.º 9014/2001 (2.ª série)". Diário da República. 3 de dezembro de 2001. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/9014-2001-2486513>.

³²⁷ Lista de pessoal contratado em regime de prestação de serviços pelo IEFP disponível em:

https://www.iefp.pt/documents/10181/215222/2_sem_2011.pdf/d5bef9e6-bd50-43d3-82af-2ac9706ce9f9

³²⁸ Lista candidata aos órgãos do SPZN disponível em:

<https://www.yumpu.com/pt/document/read/36478112/lista-candidata-sindicato-dos-professores-da-zona-norte>

³²⁹ "O Estado da Educação – Parte II". 2006. RTP Arquivos. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-estado-da-educacao-parte-ii/>, a partir do minuto 23.

³³⁰ "State of hate: Far Right Extremism in Europe". 2021. HOPE not hate Charitable Trust. <https://hopenothate.org.uk/wp-content/uploads/2021/02/ESOH-report-2020-12-v21Oct.pdf>, pág. 104.

³³¹ Perfil de LinkedIn de João Tilly disponível em: <https://www.linkedin.com/in/jo%C3%A3o-tilly-ba1b426b/>

Gabriel Mithá Ribeiro é também umas figuras do Chega que procurou mais ativamente construir uma narrativa negativa sobre o processo de descolonização. Natural de Moçambique, a sua família veio para Portugal por terem começado “a sentir que a independência veio degradar o que havíamos conquistado”³³² e passou por um processo de mobilidade social descendente que foi revertido pela sua entrada como professor no ensino secundário e, mais tarde, como investigador do IEP-UPC³³³. Deste processo, que descreve como “uma transição de ditaduras autoritárias para ditaduras de pendor totalitário”³³⁴, terá ficado com memórias negativas da “revolução socialista” de Machel e dos campos de reeducação. Filiou-se no PSD em 2005 por “achar que era necessária uma reforma profunda”³³⁵ no ensino.

Professor que militou no PDR, a família de Jorge Jesus encontra-se também associada à experiência colonial dado que faz parte da quinta geração africana dos 222 colonos madeirenses que fundaram a cidade de Sá da Bandeira em 1884³³⁶. Ao longo dos anos, exerceu vários cargos como professor, incluindo o de delegado sindical (Jesus 2007). Acumulou também um conjunto de capitais mediáticos e organizacionais em diversos setores. Em 2001, fundou o Fórum Angolano para o Conhecimento Competitivo, Inovação e Desenvolvimento (FACIDE), do qual foi vice-presidente. Autor de blogues, livros e uma figura pública com intervenção nos media, Jesus tem utilizado estes espaços para divulgar as mensagens políticas que difundia no PDR e no Chega. Publicou um romance inspirado na experiência colonial da sua família (Kalukembe 2009), apresentado

³³² Malhado, Alexandre R. 2021. "Já li "olha mais um monhé" na caixa de comentários dos meus artigos". Sábado, 25 de março de 2021, pág. 44.

³³³ Outro candidato do Chega que passou por um processo de mobilidade social descendente é Luís Martelo (1990-) – candidato no círculo da Europa em 2019 cuja família também regressou de Angola aquando da guerra civil. Com formação no Conservatório de Música de Coimbra, entrou para a Banda Sinfónica do Exército e para a Banda Militar de Évora. Em 2011, saiu do exército e acabou a dormir na rua durante cerca de três anos. Em 2014, emigrou para Inglaterra, onde em determinada altura conseguiu um lugar numa orquestra de Bristol. Desde então, é um artista independente e professor de música que recebeu vários prémios internacionais e que fundou a Associação Portuguesa de Trompetistas (APT) em 2020. Lopes, Mónica. 2021. "Por muito que tudo corra bem, nunca és 100% feliz num país que não é o teu". Bairrada Informação. 16 de fevereiro de 2021. <https://www.bairradainformacao.pt/2021/02/16/por-muito-que-tudo-corra-bem-nunca-es-100-feliz-num-pais-que-nao-e-o-teu/>. <https://www.facebook.com/Apt.portugal/>

³³⁴ Rainho, Vítor, e Joana Mourão Carvalho. 2022. "Vivemos numa ditadura mental de esquerda". Nascido do Sol, 14 de abril de 2022, pág. 15.

³³⁵ Malhado, Alexandre R. 2021. "Já li...", pág. 47.

³³⁶ Garrancho, José. 2017. "Os políticos de hoje são os aristocratas de ontem". Barlavento. 10 de dezembro de 2017. <https://barlavento.sapo.pt/mais/talento/os-politicos-de-hoje-sao-os-aristocratas-de-ontem>.

pela Associação Nacional de Angolanos (ANANG), e em 2011 publicou o ensaio *Angola e o Mundo na Era do Pós-Petróleo* (Kalukembe 2011: 9) que foi apresentado, por exemplo, pelo Cônsul Geral de Angola em Faro e pelo Conselheiro da Embaixada de Angola. Desde 2011, exerce a atividade de consultor financeiro na OurInvest e é fundador da KUMBU (Kalukembe 2011), dedica ao comércio a retalho de ourivesaria e joalheria. Em 2016, foi coordenador de um guia turístico da Embaixada de Angola.

A experiência colonial³³⁷ é, de facto, uma das questões a partir das quais o Chega procura construir as suas bases de apoio, como já acontece com a extrema-direita portuguesa desde o processo de descolonização. Veja-se que, em campanha para as legislativas de 2022, Ventura realizou eventos direcionados a antigos combatentes da Guerra Colonial³³⁸. Num contexto de intensificação dos debates sobre os legados coloniais associado às manifestações antirracistas que em 2020 envolveram o derrube de estátuas escravagistas em vários países³³⁹, Ventura acusou a esquerda de ter “vergonha da nossa história” ao pedir “que indemnizemos as antigas províncias ou que tenhamos de devolver a arte e cultura” enquanto existem “mais de 300 combatentes a viver em situação de sem-abrigo em Portugal”³⁴⁰. No início de 2020, Ventura já tinha aliás protagonizado uma polémica que foi amplamente mediatizada no âmbito da proposta que a deputada Joacine Katar Moreira do Livre – outro partido associado ao processo de fragmentação partidária e polarização política – tinha apresentado no parlamento para que o património das ex-colónias presente em território português fosse restituído aos países de origem. Em resposta, Ventura sugeriu que fosse a deputada a ser devolvida³⁴¹.

³³⁷ O antigo militante do CDS e oficial de justiça Carlos Magno Magalhães, que fez serviço militar e é um dos sócios-fundadores da Associação de Desportos de Combate de Évora, é outra figura do Chega cuja família se encontra associada a esta experiência.. Lusa. Veigas, Ana. 2021. "Entrevista com o candidato do CHEGA, Carlos Magno Magalhães (c/som)". Diário Campanário. 11 de agosto de 2021. <https://www.radiocampanario.com/ultimas/entrevistas/autarquicas-2021-evora-entrevista-com-o-candidato-do-chega-carlos-magno-magalhaes-c-som>, a partir do minuto 33:50.

³³⁸ Castro, Adriana. 2022. "Ventura quer pensão mínima de 200 euros para ex-combatentes". Jornal de Notícias. 23 de janeiro de 2022. <https://www.jn.pt/nacional/ventura-quer-pensao-minima-de-200-euros-para-ex-combatentes-14519266.html>.

³³⁹ Reuters, e P3. 2020. "Black Lives Matter: um Verão de luta pela justiça racial na América". Público. 11 de dezembro de 2020. <https://www.publico.pt/2020/12/11/p3/noticia/black-lives-matter-verao-luta-justica-racial-america-1942535>.

³⁴⁰ Castro. "Ventura quer pensão mínima..."

³⁴¹ Rico, Carolina. 2020. "'Atacou a história de Portugal.' Ventura mantém o que disse sobre Joacine". TSF. janeiro de 2020. <https://www.tsf.pt/portugal/politica/atacou-a-historia-de-portugal-andre-ventura-nao-retira-o-que-disse-sobre-joacine-11762058.html>.

De maneira semelhante com os professores, o Chega procurou construir as suas bases de apoio junto das forças de segurança com propostas que visam “conter os custos da sua operacionalidade, reforçar a dignidade pessoal, familiar e profissional no exercício da missão e promover uma cultura cívica do respeito pela instituição e seus agentes”³⁴². Estas devem ser interpretadas num contexto internacional onde tem vindo a ser reportada a infiltração da extrema-direita nos meios policiais e militares³⁴³ e onde se verificou uma onda recente de manifestações antirracistas em protesto contra atos de violência policial iniciada nos EUA³⁴⁴. Ao nível nacional, as forças de segurança tiveram, em 2018 e 2019, “uma ampla cobertura mediática em Portugal sendo associada a atos de violência e racismo, à denúncia de más condições de trabalho, e ainda ao surgimento do Movimento Zero” (Rego *et al.* 2021: 111), um movimento inorgânico das forças de segurança que nasceu na periferia de Lisboa em maio de 2019 na sequência da condenação de oito agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) por sequestro e agressões a seis jovens da Cova da Moura³⁴⁵.

Após as legislativas de 2019, um dos acontecimentos mais mediáticos para o Chega foi a participação de Ventura na manifestação das forças de segurança em frente à Assembleia da República (AR) organizada pela Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) e pela Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR). Aqui, a presença do Movimento Zero foi dominante e, segundo o *Diário de Notícias*, “ficou clara a cumplicidade e a proximidade” entre este e o Chega³⁴⁶. Ventura foi o único político discursar no evento a pedido do movimento³⁴⁷, apesar de a organização ter apelado

³⁴² Chega. 2021. "Programa Político 2021". https://partidochega.pt/index.php/programa_politico/, ponto número 56.

³⁴³ Schuetze, Christopher F. 2022. "Germany Identifies Far-Right Extremists Working in Security Services". *The New York Times*, 13 de maio de 2022. <https://www.nytimes.com/2022/05/13/world/europe/germany-right-extremists-security-services.html>.

³⁴⁴ Reuters e P3. "Black Lives Matter..."

³⁴⁵ Santos, João Amaral. 2021. "Zero Tolerância". *Visão*, 7 de outubro de 2021, pág. 49.

³⁴⁶ Marcelino, Valentina. 2019. "Como o Movimento Zero capturou o protesto dos sindicatos de polícias". *Diário de Notícias*. 22 de novembro de 2019. <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/22-nov-2019/como-o-movimento-zero-capturou-o-protesto-dos-sindicatos-de-policias-11540373.html>.

³⁴⁷ No dia anterior, Ventura já tinha feito uma intervenção na AR em que mostrou fotocópias de faturas que polícias lhe enviaram para provar que o primeiro-ministro António Costa tinha mentido acerca da compra de equipamentos tais como algemas, coletes de proteção e gás pimenta por parte dos agentes. Lopes, Maria. 2019. "André Ventura trouxe facturas dos polícias para chamar mentiroso a Costa – e ninguém o questionou". *Público*. 20 de novembro de 2019. <https://www.publico.pt/2019/11/20/politica/noticia/ventura-trouxe-facturas-policias-chamar-mentiroso-costa-ninguem-questionou-1894522>.

previamente a que os partidos restringissem o seu apoio ao parlamento. Quando questionados pelo *Diário de Notícias*, os presidentes das associações não se mostraram, no entanto, contra a presença do movimento. O presidente da APG/GNR chegou mesmo a afirmar: "Há muitos que são nossos associados. Partilham as mesmas preocupações e reivindicações"³⁴⁸.

É possível encontrar um conjunto de dirigentes e candidatos do Chega associados, de facto, ao sindicalismo das forças de segurança e ao Movimento Zero desde a fundação do partido. Técnico superior da PSP, um dos organizadores da coligação Basta e um dos primeiros vice-presidentes do Chega³⁴⁹, José Dias é presidente do Sindicato do Pessoal Técnico da PSP (SPT/PSP)³⁵⁰ desde 2012 e um promotor do movimento³⁵¹. Na lista da coligação Basta constaram aliás outros dois sindicalistas da PSP: Pedro Magrinho na quinta posição - presidente da FENPOL - e Ernesto Peixoto Rodrigues na décima posição - presidente do SUP, ao qual pertencem os polícias da esquadra de Alfragide³⁵². O sucessor deste no sindicato foi Luís Pedroso, presidente da mesa distrital do Chega em Santarém³⁵³. José Marques (1975-) – candidato na Guarda nas eleições de 2019 e 2022 e candidato à Câmara de Seia -, que obteve uma Pós-Graduação em Segurança pela

³⁴⁸ Marcelino. "Como o Movimento Zero..."

³⁴⁹ Foi afastado da vice-presidência no III Congresso Nacional em conflito com André Ventura. Carvalho. "Ventura, o guardador...", pág. 41.

³⁵⁰ Outra figura do Chega que lidera também um sindicato é o atual presidente do Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) – eleito após o anterior se ter demitido por vários pilotos do sindicato não se reverem no processo de reestruturação da TAP que implica o corte de salários e de postos de trabalho -, um autarca do Chega que foi eleito membro de uma assembleia de freguesia em Cascais nas autárquicas de 2021. Villalobos, Luís. 2021. "Candidato próximo do Chega vai liderar sindicato dos pilotos". Público. 26 de novembro de 2021. <https://www.publico.pt/2021/11/26/economia/noticia/candidato-proximo-chega-vai-liderar-sindicato-pilotos-1986530>. Não só esta reestruturação tem sido alvo de grande contestação política à direita - onde sempre se defendeu a privatização da TAP -, como também os vários sindicatos do setor da aviação têm vindo a mobilizar-se em protesto contra os cortes de salários e despedimentos. Lusa. 2021. "Chega defende 'limite aos gastos' na TAP para que companhia não seja 'sorvedouro de dinheiros públicos'". Expresso. 21 de dezembro de 2021. <https://expresso.pt/politica/2021-12-21-Chega-defende-limite-aos-gastos-na-TAP-para-que-companhia-nao-seja-sorvedouro-de-dinheiros-publicos-166a3388>.

Lusa, e Público. 2022. "Trabalhadores da TAP protestam, Governo pede 'responsabilidade'". Público. 16 de agosto de 2022. <https://www.publico.pt/2022/08/16/economia/noticia/trabalhadores-tap-protestam-governo-pede-responsabilidade-2017314>.

³⁵¹ Carvalho. "Ventura, o guardador...", pág. 41.

³⁵² Henriques, Joana Gorjão. 2019. "Constitucional não se opôs a sindicalistas da PSP na lista de André Ventura". Público. 17 de abril de 2019. <https://www.publico.pt/2019/04/17/sociedade/noticia/constitucional-aprova-lista-andre-ventura-dois-sindicalistas-1869631>.

³⁵³ Carvalho. "O estado oculto...", pág. 46.

Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)³⁵⁴, onde Ventura foi seu professor, foi segurança de bares e discotecas³⁵⁵ e depois foi Primeiro Sargento dos Comandos³⁵⁶. Abandonou a carreira militar para se dedicar à segurança privada como diretor e gestor numa “conhecida empresa”³⁵⁷.

Hugo Ernano (1979-) – candidato no Porto em 2019 e eleito deputado na Assembleia Municipal de Odivelas – destaca-se aqui como um militar da Guarda Nacional Republicana (GNR) condenado pelo homicídio de uma criança cigana durante uma perseguição policial³⁵⁸. Aos 17 anos, ingressou no exército e desejava ir para os Rangers, pois era por lá que o seu pai tinha passado “antes de servir na guerra do Ultramar” (Ernano e Ramos 2015: 164). Após o serviço obrigatório, foi segurança num centro comercial e tornou-se agente da GNR. Condenado em 2013 a nove anos de prisão efetiva e a pagar uma indemnização de 80 mil euros aos pais da criança (Ernano e Ramos 2015: 118-9), começou logo a surgir uma onda de solidariedade a favor de Ernano. Nuno Miguel Guedes - dirigente da APG/GNR - teve a ideia de construir uma plataforma que pudesse ajudar a angariar o montante necessário para suportar as despesas com o processo (*idem*: 131-132). Foi então criada a página “Vamos apoiar Hugo Ernano”³⁵⁹. Neste período, foram realizadas várias campanhas de angariação de fundos – principalmente organizadas pelas associações sindicais e por grupos desportivos associados às forças de segurança – e Ernano marcou inúmeras presenças em crónicas criminais e telejornais da SIC, da TVI e da CMTV, que cobriu o caso com particular intensidade. Esta forte cobertura mediática terá feito Ernano perceber que se “tinha transformado numa espécie de rosto das forças de segurança” (*ibidem*: 157).

³⁵⁴ "ENTREVISTA com José Marques, cabeça de lista do CHEGA pelo Distrito da Guarda". 2022. Letras do Alva. 12 de janeiro de 2022. <https://letras-do-alva.webnode.pt/l/entrevista-com-jose-marques-cabeca-de-lista-do-chega-pelo-distrito-da-guarda/>.

³⁵⁵ João Tilly. 2021. “José Marques - apresentação do candidato à CM Seia pelo CHEGA!” <https://www.youtube.com/watch?v=HulbtERAqow>.

³⁵⁶ Letras do Alva 2021. “Veja ou reveja aqui a entrevista a JOSÉ MARQUES candidato do CHEGA”. https://www.youtube.com/watch?v=_xm7Pcxb0SQ.

³⁵⁷ "ENTREVISTA com José Marques, cabeça de lista do CHEGA pelo Distrito da Guarda". 2022. Letras do Alva. 12 de janeiro de 2022. <https://letras-do-alva.webnode.pt/l/entrevista-com-jose-marques-cabeca-de-lista-do-chega-pelo-distrito-da-guarda/>.

³⁵⁸ Godinho, Hugo. 2019. "GNR Hugo Ernano cabeça de lista do Chega no Porto". Diário de Notícias. 30 de julho de 2019. <https://www.dn.pt/poder/eleicoes-ventura-cabeca-de-lista-do-chega-em-lisboa-e-gnr-hugo-ernano-no-porto-11061432.html>.

³⁵⁹ Página disponível em:

https://www.facebook.com/vamosapoiarhugoernano/about_profile_transparency

Para potenciar esta campanha de solidariedade, Ernano publicou o livro intitulado *Bala perdida: O relato na primeira pessoa de uma perseguição fatal* (*ibidem*: 184) com a jornalista Rosa Ramos. Este é prefaciado por Rui Pereira – comentador de criminalidade na CMTV e antigo Ministro da Administração Interna nos governos de Sócrates -, que aí defendeu que “este desfecho processual contraria as nossas intuições éticas e põe em causa a relação de confiança entre o poder judicial e a polícia” (*ibidem*: 10-1). Em abril de 2015, Hugo Ernano marcou aliás presença no programa “Rua Segura” da CMTV³⁶⁰, à data composto por Miguel Fernandes e Ventura³⁶¹. Destaca-se também a presença no programa “Queridas Manhãs” da SIC³⁶² – que contou com as intervenções de Hernâni Carvalho, destacado comentador de criminalidade³⁶³.

Em 2016, a CMTV noticiou que um grupo de 6 mil pessoas intitulado “Voar pelo Hugo” tinha juntado os 55 mil euros necessários para o pagamento da indemnização³⁶⁴. A revista *Nova Gente* revelou num artigo que cerca de 2500 pessoas que integraram o grupo pertenciam “a uma das maiores empresas de aviação portuguesa”³⁶⁵. Por esta altura, Ernano começa também a associar-se às manifestações das polícias. Em 2017, participou no programa “Linha Aberta” da SIC apresentado por Hernâni Carvalho onde oferece a este uma t-shirt em representação das forças de segurança³⁶⁶ que estiveram presentes numa manifestação realizada no mesmo mês onde participaram cerca de 10 mil agentes das forças e serviços de segurança que tinha como principal exigência o descongelamento da progressão nas carreiras e dos índices remuneratórios³⁶⁷. Aquando da sua campanha para as legislativas de 2019 pelo Chega – onde revelou que a sua aproximação ao partido

³⁶⁰ Gravação disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=755407577912682>

³⁶¹ A gravação acima referenciada termina antes da intervenção de Ventura, não sendo assim possível conferir o conteúdo da mesma.

³⁶² Gravação disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=761641393955967>

³⁶³ Ventura afirmou numa entrevista que gostaria de o ter como candidato autárquico. Malhado, Alexandre R. 2021. "A noite dos 496.651 votos e o dia seguinte". Sábado, 28 de janeiro de 2021, pág. 41.

³⁶⁴ Gravação da peça noticiosa disponível em:

<https://www.facebook.com/watch/?v=1094127197374050>

³⁶⁵ "Quem pagou os mais de 50 mil euros de indemnização?" 2016. *Nova Gente*. 25 de novembro de 2016. <https://www.novagente.pt/hugo-ernano-o-militar-condenado-por-ter-morto-crianca-com-bala-perdida-quem-pagou-os-mais-de-50-mil>.

³⁶⁶ Gravação disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1444614828991950>, a partir do minuto 22:50.

³⁶⁷ DN/Lusa. 2017. "Forte aparato policial em resposta a protesto das forças de segurança". Diário de Notícias. 12 de outubro de 2017. <https://www.dn.pt/sociedade/forte-aparato-policial-montado-junto-a-ministerios-em-protesto-de-forcas-de-seguranca-8838893.html>.

tinha sido efetuada através do seu advogado, um amigo de Ventura³⁶⁸ -, Ernano participou num programa matinal da SIC onde se assumiu como representante do Movimento Zero:

“Derivado à limitação dos agentes da autoridade hoje em dia, eu quero-lhe dar aqui uma pulseira que me mandaram dar-lhe que é do Movimento Zero. Nós agentes da autoridade estamos a lutar pelos nossos direitos, pela nossa valorização, das pessoas todas que estão aqui e por todo o país, que por favor reconheçam e deem-nos dignidade, que é o que a gente quer hoje em dia e um agente da autoridade precisa de apoio.”³⁶⁹

É revelante referir que os panfletos da campanha eleitoral de Ernano continham cinco propostas, todas dirigidas às forças de segurança³⁷⁰: implementação de subsídio de desgaste rápido nas profissões de primeira necessidade; introdução da pena de prisão perpétua; gestão de bens e valores que revertam para o estado em processos crime por representantes das corporações policiais para financiar os agentes lesados no ativo; extinção da figura de “excesso de legítima defesa”; obrigatoriedade de penas de prisão efetiva crimes de violação. Veja-se como o descongelamento da progressão nas carreiras e dos índices remuneratórios, uma das exigências das manifestações das forças de segurança, não constam deste programa. Em linha com o programa neoliberal e securitário que o Chega apresentou às legislativas de 2019³⁷¹, as reivindicações de Ernano reduzem-se à contenção dos custos da operacionalidade das polícias e à restauração da sua “autoridade”.

Em síntese, observa-se entre os cabeças-de-lista do Chega às capitais de distrito nas eleições legislativas de 2019 e 2022 um claro investimento num conjunto de sectores de actividade e grupos socioprofissionais que articulam as principais preocupações do partido, quer no plano ideológico (os temas da autoridade e da tradição) e no plano económico (com o foco no setor empresarial e no mundo rural). Ambos os planos surgem corporizados num conjunto de trajetórias de atores, muitos deles com grande experiência

³⁶⁸ Matos, Lurdes de. 2019. "Para que o mal subsista, basta o bem não fazer nada". *Nova Gente*, 19 de setembro de 2019, pág. 78.

³⁶⁹ Gravação disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=fqGh1VPLOBg&ab_channel=MovimentoZero

³⁷⁰ Documento disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2421072898012800&set=pb.100064521222444.-2207520000..>

³⁷¹ Chega. 2019. Programa Político 2019.

[https://web.archive.org/web/20191206222109/https://partidochega.pt/programa-politico-2019/.](https://web.archive.org/web/20191206222109/https://partidochega.pt/programa-politico-2019/)

política, que fazem a ligação entre o partido e a sociedade civil. No programa ideológico do Chega, os interesses dos grandes interesses económicos, do mundo rural, dos professores e das forças policiais – que assumem destaque no programa do Chega – articulam-se sob uma agenda política neoliberal que coloca a corrupção do sistema político e do estado como a principal causa para o quadro contemporâneo de crises económicas e reivindica uma restauração da sua autoridade. Isto representa, aliás, aquilo que o sociólogo Michael Mann identificou como um eleitorado clássico do fascismo do período entre-guerras, também este um período de crise económica: o estatismo nacionalista (2012: 56-7). Segundo o autor, o princípio de unidade deste eleitorado era precisamente a sua integração no coração da nação ou do estado.

Os quadros intermédios da administração pública e privada, que integram também este eleitorado, representam outro dos grupos que o Chega tem procurado recrutar. Como iremos verificar, também estes se encontram alinhados com a sua agenda política e, derivado da sua atividade profissional, assumem o combate à corrupção como uma das suas principais prioridades políticas. Num caso excecional de um candidato oriundo da esquerda, Paulo Ralha (1970-) – candidato do Chega por Coimbra em 2022 – iniciou a sua carreira política em 2001 como deputado municipal do PS em Barcelos³⁷², do qual foi expulso por, segundo o próprio, ter sido mandatário de uma lista de independentes a uma freguesia³⁷³. Depois, integrou as listas do BE em Braga como independente em 2011 e apoiou a candidatura presidencial de Marisa Matias em 2016³⁷⁴. Sucintamente, Ralha é um quadro da função pública com intervenção nos media, nos sindicatos e uma diversidade de partidos e a sua relação com a esquerda era menos profunda do que a imprensa procurou dar a entender em 2022. Eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) em 2011, foi aqui que em 2013 se tornou amigo de Ventura, o qual deu formação fiscal ao sindicato em 2018³⁷⁵. Apesar das intervenções em congressos da CGTP em 2013, reingressou no PS a convite do secretário-geral António

³⁷² O nome de Paulo Ralha consta numa ata da Assembleia Municipal de Barcelos realizada em 2004.

Documento disponível em: [http://www2.cm-](http://www2.cm-barcelos.pt/boletimmunicipal/52a8c9a1dd0c892581c0c4ff07118991/getContent.html)

[barcelos.pt/boletimmunicipal/52a8c9a1dd0c892581c0c4ff07118991/getContent.html](http://www2.cm-barcelos.pt/boletimmunicipal/52a8c9a1dd0c892581c0c4ff07118991/getContent.html)

³⁷³ Pinto, Sónia Peres. 2022. "Paulo Ralha. 'Estamos a lutar para que o partido tenha uma votação histórica'". *Jornal i*. 25 de janeiro de 2022. https://ionline.sapo.pt/artigo/760287/paulo-ralha-estamos-a-lutar-para-que-o-partido-tenha-uma-votacao-historica?seccao=Portugal_i.

³⁷⁴ Carvalho, Miguel. 2022. "Paulo Ralha, de crítico da extrema-direita a assessor do Chega". *Visão*. 18 de fevereiro de 2022. <https://visao.sapo.pt/actualidade/2022-02-18-paulo-ralha-de-critico-da-extrema-direita-a-assessor-do-chega/>.

³⁷⁵ *Idem*.

José Seguro³⁷⁶ e foi nomeado para uma comissão por uma vereadora do PSD na Câmara de Barcelos³⁷⁷. Também publicou artigos de opinião no *Público*, onde defendeu uma “harmonização fiscal”³⁷⁸ centralizada pela UE para eliminar obstáculos à atividade económica transfronteiriça e combater a evasão fiscal.

Em 2019, Ralha desfilou-se do PS aquando da saída da presidência do STI. No Chega, apontou duas razões pelas quais se afastou da esquerda³⁷⁹. Afirmou que o PS alimenta a corrupção e que a taxação de riqueza defendida pelo BE deveria ser trocada pela atração de investimento privado³⁸⁰ que já vinha a defender pelo menos desde o artigo no *Público*. Numa trajetória semelhante à de Ventura, solicitou uma licença à Autoridade Tributária (AT) para entrar como comissionista na Linkglobal – especializada na atração de investimento internacional – através do seu dono Reinaldo Teixeira, maçom assumido e amigo de Tiago Caiado Guerreiro, para quem transfere negócios com vistos gold³⁸¹. Segundo a *Visão*, foi através deste que Ralha entrou na maçonaria em 2017³⁸². Não tendo sido eleito deputado, foi nomeado assessor do Chega nas áreas de Economia e Finanças³⁸³. À semelhança de Ralha, João Silva (1965) – candidato no círculo Fora da Europa nas legislativas de 2022 – é um funcionário da AT em licença de longa duração que foi nomeado para o gabinete do Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento em 1993³⁸⁴ e 1994³⁸⁵ no segundo governo de Cavaco Silva. Em campanha pelo Chega, onde defendeu também a atração de investimento privado através dos vistos gold, sublinhou a oposição à “geringonça” comum às direitas

³⁷⁶ Pinto, Sónia Peres. 2022. "Paulo Ralha. 'Estamos a lutar para que o partido tenha uma votação histórica'". *Jornal i*. 25 de janeiro de 2022. https://ionline.sapo.pt/artigo/760287/paulo-ralha-estamos-a-lutar-para-que-o-partido-tenha-uma-votacao-historica?seccao=Portugal_i.

³⁷⁷ Despacho de nomeação disponível em: <http://www2.cm-barcelos.pt/boletimmunicipal/f72be5dd-37e0-43ac-af08-8a2f58bf536c/getFile.pdf>

³⁷⁸ Ralha, Paulo. 2014. "A harmonização fiscal e o futuro da UE". *Público*. 10 de setembro de 2014. <https://www.publico.pt/2014/09/10/economia/opiniao/a-harmonizacao-fiscal-e-o-futuro-da-ue-1669114>.

³⁷⁹ "Paulo Ralha: 'O Bloco de Esquerda enganou-me'". RUC. 8 de janeiro de 2022. <https://www.ruc.pt/noticia/2022/01/08/paulo-ralha-o-bloco-de-esquerda-enganou-me> e "CHEGA 'pode ser lobista para aproximar Universidade de Coimbra e empresas' (com vídeo)". 2022. *Notícias de Coimbra*. 17 de janeiro de 2022. <https://www.noticiasdecoimbra.pt/chega-pode-ser-lobista-para-aproximar-universidade-de-coimbra-e-empresas-com-video/>, a partir do minuto 21:30.

³⁸⁰ Pinto. "Paulo Ralha. 'Estamos a...'"

³⁸¹ Carvalho. "Paulo Ralha, de crítico..."

³⁸² Santos, João Amaral. 2022. "Infiltração populista agita maçonaria". *Visão*, 12 de maio de 2022, pág. 44.

³⁸³ Carvalho. "Paulo Ralha, de crítico..."

³⁸⁴ *Diário da República*. 1993. Despacho 22/93-XII. II Série, nº 170, pág. 7778.

³⁸⁵ *Diário da República*. 1994. Despacho 4/93-XII. II Série, nº 3, pág. 89.

portuguesas, afirmando que “Portugal não pode permanecer subjugado a um regime de esquerda que é necessariamente de matriz ditatorial e que tanto mal tem infligido ao povo português, fruto de uma política social e economicamente errada que não pode persistir”³⁸⁶.

Na administração privada, o Chega recrutou também alguns quadros intermédios igualmente alinhados com esta lógica política. No setor bancário, encontramos Rui Afonso (1979-)³⁸⁷ – eleito deputado na Assembleia Municipal do Porto, presidente da distrital e eleito deputado em 2022 –, funcionário do Banco BIC³⁸⁸, e Paulo Silva – candidato ao círculo Fora da Europa nas legislativas de 2019 –, bancário no BES (1988-1991) e no BANIF (1991-2015), para além de ser consultor imobiliário e prestar serviços de consultadoria no setor financeiro³⁸⁹. Ainda encontramos, também, Karina Marques – candidata por Aveiro nas legislativas de 2019 e presidente da distrital até 2020³⁹⁰ que é formadora de consultadoria empresarial e foi diretora de recursos humanos em várias empresas³⁹¹ - e Joaquim Chilrito, que trabalha na Volkswagen Autoeuropa desde 1993 como gestor de equipas e formador³⁹². Veja-se, por exemplo, que num debate do *Observador* para as legislativas de 2022, Rui Afonso focou as suas intervenções em “construir uma economia de mercado a sério” assente “numa verdadeira reforma fiscal e numa verdadeira reforma do estado”³⁹³.

Em conclusão, este capítulo aprofundou o mapeamento das continuidades entre o Chega e as restantes direitas portuguesas ao deslocar o foco da análise da circulação no campo político para outros campos de poder social. Ao verificar-se que a entrada destes agentes políticos no Chega se encontra relacionada com a acumulação de várias formas

³⁸⁶ “O meu objetivo é único: devolver a dignidade aos portugueses e a Portugal”. 2022. Agência Incomparáveis. 22 de janeiro de 2022. <http://agenciaincomparaveis.com/o-meu-objetivo-e-unico-devolver-a-dignidade-aos-portugueses-e-a-portugal/>.

³⁸⁷ Registo biográfico parlamentar de Rui Afonso disponível em:

<https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=7344>

³⁸⁸ Reis, Bárbara. 2022. “Quem são os 11 novos deputados do Chega”. Público. 1 de fevereiro de 2022. <https://www.publico.pt/2022/02/01/politica/noticia/sao-11-novos-deputados-chega-1993801>.

³⁸⁹ Perfil de LinkedIn de Paulo Silva disponível em:

<https://www.linkedin.com/in/patsilva65/details/experience/>

³⁹⁰ Almeida, Júlio. 2020. ““Chega” elegeu distrital de Aveiro”. Notícias de Aveiro. 18 de fevereiro de 2020. <https://www.noticiasdeaveiro.pt/chega-elegeu-distrital-de-aveiro/>.

³⁹¹ Perfil de LinkedIn de Karina Marques disponível em: <https://www.linkedin.com/in/karinamarqueshr/>

³⁹² Perfil de LinkedIn de Joaquim Chilrito disponível em: <https://www.linkedin.com/in/joaquim-chilrito-42b925a4/>

³⁹³ Observador. 2022. “Da TAP às coligações pós-eleitorais. O debate com os cabeças de lista do Porto”. <https://www.youtube.com/watch?v=WyFqBtAfAzc.,> a partir da hora 1:40.00.

de capital político convertido e capital mediático, mas também capital delegado e capital organizacional na sociedade civil e no Estado, é possível refutar a tese de que o partido representa uma “direita popular” que “não reivindica a herança política nem do regime autoritário deposto em 1974, nem dos opositores de direita da transição democrática” (Marchi 2020b: 195). Verifica-se não apenas uma certa reprodução intergeracional das tradições contrarrevolucionárias que remontam pelo menos até à I República, mas também uma significativa penetração organizacional na sociedade civil e no estado num conjunto de grupos que representam os alvos eleitorais prioritários do Chega: empresários urbanos e do mundo rural, professores, forças de segurança e administração pública e privada. Os casos analisados – onde se incluem 39 dirigentes e candidatos do Chega do total de 41 figuras que compõem a amostra definida para esta investigação - partilham o neoliberalismo, conservadorismo católico, a ideologia colonial e o anticomunismo que são centrais no programa ideológico do Chega e que se articulam com os interesses destes grupos. Isto reflete-se, aliás, nos ministérios que o Chega afirma querer assumir num futuro governo de direita: Justiça, Administração Interna, Segurança Social e Agricultura³⁹⁴. Estes interesses estruturam-se em torno, por exemplo, do confronto das necessidades de alguns setores da economia agrícola com as agendas ambientalistas e a cultura urbana, da construção ideológica do medo e da insegurança e do combate à corrupção do sistema político. Isto permite ao Chega dialogar com as ansiedades de amplos sectores da população, especialmente quando apoiado por uma agenda noticiosa que exprime concordância com essa visão do mundo. Esta visão – que foi reproduzida com particular intensidade no contexto da oposição de direita à “gerigonça” - constitui um apelo significativo às classes médias em estagnação económica e profissional. Em linha com a análise do sociólogo C. Wright Mills sobre as classes médias americanas, os grandes interesses económicos exploram estes ressentimentos contra o sistema político e contra a esquerda de modo a fazerem avançar as suas agendas de desregulação económica (Mills 1957: 82). Esta batalha comum às restantes direitas portuguesas – como foi evidenciado pelas atividades dos principais financiadores do Chega – assenta, assim, numa agenda política neoliberal e autoritária.

³⁹⁴ "Ventura quer 4 ministérios num Governo de direita: Justiça, Administração Interna, Segurança Social e Agricultura". 2020. Jornal Expresso. 8 de dezembro de 2020. <https://expresso.pt/politica/2020-12-08-Ventura-quer-4-ministerios-num-Governo-de-direita-Justica-Administracao-Interna-Seguranca-Social-e-Agricultura>.

5 | “Contra os socialismos”

Numa entrevista realizada pelo *Diário de Notícias* a propósito da publicação da sua investigação sobre o Chega, Riccardo Marchi afirmou que Ventura pretendia construir “a grande casa das direitas, incluindo tudo, o CDS, o PSD e atraindo o antigo eleitorado da esquerda socialista e até comunista, que já não está interessado na dicotomia direita/esquerda, está interessado em determinados temas”³⁹⁵. Para o autor, isto reflete-se no ideário populista que afirma encontrar-se presente nos quadros e na base do partido: a separação entre “o Portugal de cima – seja ele de esquerda, do centro ou da direita – próximo das alavancas do poder – e o Portugal de baixo, totalmente excluído do sistema ou mantido nas suas margens” (Marchi 2020b: 194). Segundo esta lógica, o Chega é um partido balizado “pelo liberalismo económico e pelo conservadorismo nos valores” (*idem*: 139), mas “interessado menos na codificação de uma doutrina e mais nas formas eficazes de interpretação dos anseios das direitas populares” (*ibidem*: 135-6).

Estes argumentos vão de encontro ao discurso de Ventura. Em campanha para as presidenciais de 2021, por exemplo, este reivindicou o recrutamento de um “exército popular português” que “vai aumentando dia após dia, engrossando, de comunistas a católicos, de todas as raças, etnias e religiões, que vão aumentando esta enorme massa de gente que quer mudar Portugal”³⁹⁶. De certa forma procurando desvalorizar o acordo parlamentar com o Chega nos Açores, também Rui Rio – à data presidente do PSD – afirmou numa entrevista à TVI que este é uma “federação de descontentes”³⁹⁷ que vai buscar votos à direita, mas também ao BE e ao PCP. Quando foram conhecidos os resultados eleitorais das presidenciais de 2021, Rio dedicou a maior parte do seu discurso a afirmar que o “mais marcante” foi ver no Alentejo “um candidato da extrema-direita

³⁹⁵ Marcelino, Valentina. 2020. “O Chega é um partido com rosto mas sem coluna vertebral”. *Diário de Notícias*. 25 de junho de 2020. <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/25-jun-2020/a-campanha-presidencial-e-uma-janela-de-oportunidade-unica-a-medida-do-estilo-de-andre-ventura-12348874.html>.

³⁹⁶ Lusa. 2021. “Presidenciais: Ventura tenta recrutar ‘exército popular’ em comício ‘drive-in’”. *O Jornal Económico*. 19 de janeiro de 2021. <https://jornaleconomico.pt/noticias/presidenciais-ventura-tenta-recrutar-exercito-popular-em-comicio-drive-in-689639>.

³⁹⁷ Nunes, Flávio. 2020. “Chega é uma federação de descontentes. Não é bem um partido”, diz Rui Rio”. *Eco*. 18 de novembro de 2020. <https://eco.sapo.pt/2020/11/18/chega-e-uma-federacao-de-descontentes-nao-e-bem-um-partido-diz-rui-rio/>.

passar o Partido Comunista onde o PS tem muita dificuldade e onde o PSD não tem conseguido passar”³⁹⁸.

Ao longo desta investigação, não é possível corroborar estas ideias em momento algum. A análise prosopográfica das trajetórias sociais e políticas dos principais dirigentes e candidatos do Chega indica que o partido representa grupos associados aos grandes interesses económicos e ao empresariado rural e agrícola, por exemplo, para além dos eleitorados tradicionais das direitas autoritárias, aqueles que Michael Mann classificou como estatistas-nacionalistas. Ou seja, aqueles que se encontram fora das principais linhas de clivagem entre capital e trabalho e se identificam com e representam a autoridade do estado. Longe de ser um partido excluído do “sistema” ou mantido nas suas margens, representa a complexa sobreposição e interseção que existe entre a história das direitas com representação parlamentar e a genealogia da extrema-direita portuguesa em vários campos de poder social num quadro de fragmentação partidária e polarização política. O Chega encontra-se assim alinhado no combate ao legado revolucionário de 1974 e, em particular, na oposição às tentativas de reconstrução do estado social observadas pós-2015 promovida pelas direitas portuguesas. Este elevado grau de continuidade e porosidade ajuda a explicar aquela que é a construção programática do partido: a agenda neoliberal comum a todas as direitas portuguesas contemporâneas e as narrativas conservadoras sobre a perda da “autoridade natural”.

Neste capítulo, pretende-se finalizar o mapeamento das continuidades entre o Chega e as restantes direitas portuguesas a partir de uma análise comparativa dos seus documentos programáticos, os quais cobrem “os temas e os pontos de vista prezados pelos partidos políticos, representando, globalmente, as posições e perspetivas da organização” (Belchior 2008:133). Tendo em conta a forte circulação dos dirigentes e candidatos do Chega em campos sociais onde as várias direitas se interseitam e sobrepõem, é expectável que se continue a verificar a ausência de um corte ideológico significativo nas ideias e propostas veiculadas nestes documentos. Primeiro, irá ser feita uma apresentação geral dos documentos programáticos do PSD e CDS a partir da bibliografia científica dedica à sua análise e, em segundo, estes serão comparados com alguns dos principais documentos

³⁹⁸ Correia, João Diogo. 2021. "Rui Rio viu a esquerda 'esmagada', uma 'vitória fortíssima do centro' e um Ventura a fazer o que nem o PSD tinha feito". Expresso. 24 de janeiro de 2021. <https://expresso.pt/presidenciais2021/2021-01-24-Rui-Rio-viu-a-esquerda-esmagada-uma-vitoria-fortissima-do-centro-e-um-Ventura-a-fazer-o-que-nem-o-PSD-tinha-feito>.

do Chega: o *Programa Político 2019*³⁹⁹, o *Programa Político 2021*⁴⁰⁰, o *Programa Eleitoral Legislativas 2022*⁴⁰¹ e o *100 Medidas de Governo*⁴⁰².

Ao invés de fazer uma descrição exaustiva destes documentos, procurar-se-á focar a análise num conjunto de temas centrais no quadro de fragmentação partidária e polarização política associado às dinâmicas e crises do neoliberalismo: fiscalidade, segurança social, trabalho, saúde, ensino, habitação e criminalidade. Tendo em conta que estes foram alguns dos temas mais discutidos nos debates eleitorais das legislativas de 2019 e 2022 em Portugal, esta elevada saliência encontra-se estreitamente associada, como já foi discutido, à viragem à esquerda do sistema político português em 2015 que surgiu como uma resposta política específica a um quadro intensivo de austeridade implementado pelo governo da direita na sequência da crise financeira de 2008. Tendo isto em conta, a caracterização sociológica de neoliberalismo proposta por Lóic Wacquant é útil para a interpretação das continuidades ideológicas entre o Chega e as restantes direitas portuguesas. Segundo o autor, o neoliberalismo pode ser definido como um projeto político transnacional assente em quatro lógicas institucionais: desregulação económica; devolução, retração e recomposição do estado social; um aparato penal expansivo, intrusivo e proativo; o tropo cultural da responsabilidade individual (2010: 213). Em linha com a discussão feita no capítulo 1.1 sobre as proximidades ideológicas entre neoliberalismo e fascismo, esta conceptualização mostra-nos que as políticas securitárias normalmente associadas à extrema-direita não são um desvio em relação ao neoliberalismo, mas sim uma parte constitutiva deste projeto político que visa disciplinar e controlar os grupos sociais mais afetados pela insegurança social associada às transformações económicas que preconiza.

Estas transformações económicas não podem, também, deixarem de ser contextualizadas em relação à trajetória da economia portuguesa associada aos processos de integração europeia e financeirização iniciados na década de 80 do século passado

³⁹⁹ Chega. 2019. Programa Político 2019.

<https://web.archive.org/web/20191206222109/https://partidochega.pt/programa-politico-2019/>.

⁴⁰⁰ Chega. 2021. "Programa Político 2021". https://partidochega.pt/index.php/programa_politico/.

⁴⁰¹ Chega. 2021. Programa Eleitoral Legislativas 2022. <https://partidochega.pt/programa-eleitoral-legislativas-2022/>.

⁴⁰² Chega. 2022. 100 Medidas de Governo.

https://web.archive.org/web/20220124183024/https://partidochega.pt/wp-content/uploads/2022/01/100-medidas.CHEGA_.pdf.

(Reis *et al.* 2014). No conjunto das economias periféricas e semiperiféricas, a financeirização da economia portuguesa que mostrou uma particular intensidade no quadro de austeridade aplicado na sequência da crise financeira de 2008 é também sobredeterminada externamente pelas instituições e política económica da integração europeia (*idem*: 24). Como se irá verificar ao longo deste capítulo, um dos principais traços em comum partilhados pelas direitas portuguesas – incluindo o Chega – a este respeito é o tipo de diagnóstico que apresentam para este quadro de crise. Este consiste numa narrativa que, segundo José Reis, João Rodrigues, Ana Santos, e Nuno Teles, já tinha sido mobilizada para a legitimação do programa de austeridade,

“obscurecendo o papel das regras e das instituições europeias, ou seja, o papel das principais causas dos reais problemas nacionais, de resto em grande medida partilhados com outros países europeus que também ocupam uma posição semiperiférica no sistema mundial e periférica no quadro da UE” (*ibidem*: 22).

Mais concretamente, a retração do estado social foi suportada por um argumentário que

“ênfatiza critérios de eficiência económica e eficácia da despesa social; privilegia a visão assistencialista e emergencialista da ação social em detrimento de uma abordagem pelos direitos e sustentada em medidas preventivas, hiperboliza o combate à fraude em determinadas prestações sociais, ao ponto de se questionar a sobrevivência do próprio sistema de proteção social” (Hespanha *et al.* 2014: 193).

Neste sentido, as ideias e propostas políticas do Chega representam mais uma radicalização em torno de temas contínuos à direita do que propriamente uma inovação ou um corte ideológico.

5.1 “Lei e ordem, produtividade, ortodoxia económica e livre empresa”⁴⁰³

Na sua análise da evolução das ideologias políticas do PSD e do CDS entre 1974 e 2012 a partir dos seus documentos programáticos, a politóloga Ana Rita Ferreira conclui que, atualmente, “ambos perfilham um certo tipo de liberalismo, sobretudo económico, e

⁴⁰³ (Guedes 2012: 115)

um certo tipo de conservadorismo, sobretudo social” (2016: 127). Ainda que, nesta análise, a primeira tendência se destaque mais no PSD e a segunda no CDS, a autora frisa que, “nos dias de hoje, é de facto muito mais o que une os dois partidos do que aquilo que os separa” (*idem*: 127). Contudo, afirma também que este é um posicionamento político situado mais à direita do que no momento da sua génese, em 1974.

Neste período, afirma que se encontram referências claras nos documentos programáticos do PSD aos principais valores e políticas da social-democracia. O partido afastava-se da “visão liberal da vida económica, que advogaria um Estado pouco interventivo e com funções reduzidas nesta área” e assumia “antes a necessidade de construir um Estado mais intervencionista economicamente” (*ibidem*: 94). Seria apenas nos manifestos eleitorais de 1979 e 1980 que se começariam a encontrar referências à “necessidade de reprivatizar alguns setores da atividade económica” e à “importância das associações religiosas e privadas nas funções de ensino e de apoio social” (*ibidem*: 99-100). É igualmente detetada no CDS uma tendência para se apresentar como “partido do centro, que não se confundia com a direita autoritária do Estado Novo” (*ibidem*: 102), apesar de reivindicar também a “defesa da ordem pública” e a “liberdade do ensino particular e religioso”. Para além disso, o partido criticava nos seus documentos programáticos os “excessos” da revolução como a política de nacionalizações, a reforma agrária, o “aumento dos impostos indiretos” e os saneamentos políticos.

Em linha com o que foi discutido ao longo desta investigação, esta análise restringida à produção ideológica formal tende a obscurecer aquela que é a complexa sobreposição e interseção que existe entre a história das direitas com representação parlamentar e a geneologia da extrema-direita desde o fim do Estado Novo. Para além de não ser tida em conta a articulação das direitas nas mobilizações contrarrevolucionárias do PREC, é ignorada aquela que foi a emergência de um campo intelectual neoliberal que desempenhou um papel central na radicalização das direitas portuguesas para a superação do legado revolucionário e a construção de um regime baseado em financeirização, desindustrialização, desregulação e integração europeia. Deste modo, verifica-se um desfasamento entre as ideias formalmente expressas por PSD e CDS e a sua concretização. Como vimos, a representação da extrema-direita em órgãos de imprensa de grande circulação e a sua ascendência nos partidos da direita desde o PREC foi central

na viragem à direita do sistema político português com vista à construção de uma economia de mercado.

A análise comparativa onde o sociólogo Nuno Guedes procurou sistematizar as principais diferenças programáticas entre PS e PSD a partir dos programas eleitorais publicados entre 1991 e 2009 mostra que os temas a que o PSD dá mais destaque integram a conceção neoliberal atrás descrita: “lei e ordem, produtividade, ortodoxia económica e livre empresa” (2012: 115). É relevante referir que esta conceção manteve essencialmente o mesmo conteúdo independentemente da mudança nas lideranças de ambos PSD e CDS ao longo dos anos. Veja-se, por exemplo, a ideia expressa nestes documentos de que o objetivo do PSD é dar “primazia à conceção personalista face ao coletivismo na organização do Estado e sociedade”. Isto significa que o Estado deve ser supletivo e subsidiário, ou seja, “prestador de serviços apenas naquilo que os cidadãos por si só não conseguem assegurar” (*idem*: 108-9). Atribui assim uma importância significativa à “família tradicional” e “outras formas naturais de solidariedade como as instituições particulares de solidariedade social” (*ibidem*: 109) e contesta a “multidão de pessoas permanentemente assistidas ou dependentes do apoio do Estado” (*ibidem*: 110). Especialmente no contexto da crise financeira de 2008 e do programa de austeridade aplicado pelo governo PSD/CDS, estas ideias têm como objetivo “retomar o crescimento e a convergência com a UE” (*ibidem*: 112) para o pagamento do “défice das contas públicas e o endividamento externo” (*ibidem*: 113) causados pela “excessiva regulamentação de mercado e de produtos” (*ibidem*: 112-3). Estas são, aliás, ideias centrais nos documentos programáticos da coligação PSD/CDS que concorreu às eleições europeias de 2014 (Fernandes e Santana-Pereira 2014).

É possível verificar que as propostas políticas do CDS, apesar de Ana Rita Ferreira nunca desenvolver os seus argumentos nesse sentido, integram o mesmo projeto neoliberal, principalmente marcado pela retração e reconfiguração do estado social. Em 1985, por exemplo, o partido propunha um “Programa de Desestatização, Privatização e Rentabilização de todo o Setor Público produtivo” (Ferreira 2016. 110). Vejam-se, também, as propostas de liberalização da prestação dos serviços sociais do Estado, que o partido defende que devem passar sobretudo pelas “Misericórdias e IPSS” (*ibidem*: 121). É introduzida a “possibilidade de [...] seguros privados de proteção social e de diminuir, assim, as contribuições obrigatórias para o sistema público de segurança social” (*ibidem*

:112). É introduzida também, neste âmbito, a ideia do “cheque-ensino” e do “cheque-saúde” de modo a transferir o financiamento direto aos estabelecimentos escolares para as famílias e estabelecer seguros obrigatórios de saúde contratados com entidades públicas e privadas e cujo custo será subvencionado pelo Estado apenas para os “estratos sociais mais desfavorecidos” (*ibidem*: 111).

Neste sentido, PSD e CDS convergem na “introdução de um sistema de capitalização [...] de esquemas de seguros sociais e o ‘plafonamento’ das contribuições para a segurança social pública” (*ibidem*: 118). No fim da década de 90, ambos os partidos adotavam já o discurso sobre a “subsidiodependência” relativamente ao RSI [à data intitulado Rendimento Mínimo Garantido (RMG)], que o PSD afirmava privilegiar “aqueles que pura e simplesmente não querem trabalhar” (*ibidem*: 119). Neste sentido, defendem que o trabalho em Instituições Particular de Solidariedade Social (IPSS) ou instituições públicas seria uma “condição para [os beneficiários] continuarem a receber esta prestação” (*ibidem*: 121). Para além disso, o CDS assume como causas a oposição à discriminação do aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, bem como a indemnização dos “espoliados do antigo Ultramar” (*ibidem*: 125).

Sobretudo a partir da década de 90, com as lideranças de Manuel Monteiro e de Paulo Portas, o CDS começa a apostar mais na “linguagem justicialista” e “anti-crime” ao afirmar que “Portugal vive um clima de insegurança coletiva” (*ibidem*: 117), associando-o sobretudo a políticas públicas “inefcazes” do PS relativas às forças de segurança e a “bairros problemáticos”. Num “quadro de crescente abandono da ênfase em causalidades estruturais para a violência, a criminalidade e a insegurança, como a pobreza e desigualdade, [...] decorrente da rápida expansão do ideário neoliberal” (Góes 2010: 21-22), PSD e CDS convergiram rapidamente, segundo a análise de Eda Góes sobre como o tema da insegurança urbana é tratado nos programas eleitorais dos partidos portugueses, em “propostas de caráter eminentemente repressivo, nas quais o sujeito central são sempre as instituições de controlo social” (*idem*: 10).

5.2 “Anseios das direitas populares”?⁴⁰⁴

Em agosto de 2022, o Chega anunciou que irá apresentar em outubro uma federação sindical por si criada intitulada “Solidariedade”. Inspirada no sindicato homónimo do Vox em Espanha, esta pretende ser “uma plataforma de agregação de vários setores profissionais, desde professores a profissionais de saúde”⁴⁰⁵, com especial ênfase nas forças de segurança de modo a “repescar o movimento ZERO, institucionalizando-o como sindicato propriamente dito”⁴⁰⁶. Num contexto onde se espera um aumento de mobilizações de rua em contestação à maioria absoluta do PS e à degradação das condições de vida, o Chega, segundo o que uma fonte do partido relatou à imprensa, “quer garantir que não volta a acontecer o que aconteceu em 2011 e 2015, em que a contestação fica entregue à esquerda”⁴⁰⁷. Como se irá aqui verificar, o projeto ideológico por detrás desta estratégia política não se diferencia substancialmente das ideias e propostas políticas veiculadas nos documentos programáticos das chamadas direitas tradicionais portuguesas, assentes em lógicas de privatização, desregulação e liberação económica. Tendo em conta a forte circulação dos dirigentes e candidatos do Chega em campos sociais onde as várias direitas se interseam e sobrepõem, esta ausência de um corte ideológico verifica-se igualmente nos principais documentos programáticos deste partido. Num quadro de fragmentação partidária e polarização política, como já foi discutido, o Chega encontra-se alinhado no combate ao legado revolucionário de 1974 e, em particular, na oposição às tentativas de reconstrução do estado social observadas pós-2015 promovida pelas direitas portuguesas.

Logo no *Programa Político 2019*, que começa com uma longa citação de um artigo de opinião publicado no *Observador* em defesa do liberalismo, o Chega assume aquelas que são as suas principais referências intelectuais: Adam Smith; Montesquieu; John Locke; Edmund Burke; Roger Scruton; Ludwig von Mises; Friedrich von Hayek⁴⁰⁸.

⁴⁰⁴ (Marchi 2020b: 136)

⁴⁰⁵ Pires, José Miguel. 2022. "Sindicatos. Chega vai apresentar nova federação sindical". Nascido do Sol. 16 de agosto de 2022. <https://sol.sapo.pt/artigo/778766/sindicatos-chega-vai-apresentar-nova-federacao-sindical>.

⁴⁰⁶ *Idem*.

⁴⁰⁷ *Ibidem*.

⁴⁰⁸ Chega. 2019. Programa Político 2019.

<https://web.archive.org/web/20191206222109/https://partidochega.pt/programa-politico-2019/>.

A presença destas referências centrais para o neoliberalismo contemporâneo contrastam, logo à partida, com a afirmação expressa neste documento de que o Chega pretende “fugir ao património comum das bases políticas dos partidos que atualmente integram o sistema”⁴⁰⁹. Como foi discutido no capítulo 3.2, este documento contém passagens diretamente copiadas do programa do PND. O autor de ambos é Diogo Pacheco de Amorim, um dos dirigentes do Chega que mais claramente ilustra a complexa sobreposição e interseção que existe entre a história das direitas com representação parlamentar e a genealogia da extrema-direita desde o fim do Estado Novo.

Isto reflete-se nas passagens do programa do partido dedicadas ao estado social, as quais se diferenciam muito pouco das ideias veiculadas por PSD e CDS nos seus documentos programáticos. Nesta área, o Chega defende que não cabe ao estado a produção ou distribuição de bens e serviços, classificando até a sua função redistributiva como ilegítima:

“O princípio universal haverá de ser o do utilizador-pagador, ou seja, quem usufrui de bens ou serviços, qualquer que seja o seu produtor ou prestador, terá de os pagar, salvaguardando, mais uma vez se sublinha, os casos de absoluta, óbvia, e provada incapacidade para uma normal subsistência. Apenas a prossecução rigorosa deste princípio permitirá um emagrecimento rápido do Estado nas suas funções complementares e, logo, uma baixa substancial, sustentada e criativa da carga fiscal. O princípio do utilizar-pagador reúne, em si, duas notórias vantagens: eficiência económica e equidade social.”⁴¹⁰

Assim, a ideia aqui expressa é a de que o estado social deve ser ao invés um estado arbitral cujo orçamento geral se deve focar prioritariamente nas áreas da justiça, segurança, defesa e política externa e deve intervir na área social apenas em casos onde os mercados não se mostram interessados em exercer atividade económica. Este é exatamente o papel supletivo e/ou subsidiário defendido por PSD e CDS. Para além disso, o Chega defende que o estado deve ser alvo de uma auditoria de gestão a cargo de uma empresa especializada de forma a que se possa obter um plano para um “emagrecimento drástico do Estado”⁴¹¹ que passa, por exemplo, pela privatização de todas as empresas de transporte sob tutela da Administração Central e Local e pelo fim da garantia do emprego

⁴⁰⁹ *Idem.*

⁴¹⁰ *Ibidem.*

⁴¹¹ *Ibidem.*

para a vida na função pública. Este “emagrecimento” passa também, na área da fiscalidade, pela redução das taxas de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) e de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as taxas mais baixas em vigor na Europa – de modo a atrair investimento estrangeiro - e uma taxa única de IRS que deve começar em 15% e que deve ser reduzida progressivamente até alcançar os 10%. Para além disso, o Chega defende também a abolição do IMI e do Imposto Municipal sobre Veículos (IMV) e defende também a isenção de tributação sobre heranças e doações. Veja-se, por exemplo, que a grande maioria destas propostas são igualmente defendidas pela IL – que também integra o processo de reconfiguração das direitas portuguesas -, que propõe “um choque fiscal, um choque desburocrático e o emagrecimento do Estado”⁴¹².

Na área da educação, o Chega defende, no *Programa Político 2019*, a extinção do Ministério da Educação e a passagem das instalações escolares detidas do estado para a tutela da Direção-Geral do Património de modo a proceder à sua privatização. Aqui, defende também a proposta de um cheque-ensino a ser utilizado em estabelecimentos públicos e privados que poderá ser utilizado pelas famílias em estabelecimentos públicos ou privados. Particularmente no ensino superior, onde o partido intenciona também introduzir este cheque, é defendida a privatização das instituições universitárias e politécnicas e a definição de propinas a serem pagas pelos estudantes segundo as “necessidades do mercado”. Por exemplo, um curso como engenharia civil tenderia para custo zero enquanto um curso de sociologia tenderia para o seu custo real. Na área da saúde, é proposta igualmente a introdução do cheque-saúde e a privatização dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) de modo a desenvolver a chamada “escolha livre” do utente entre o serviço público, privado e social. Note-se, também, a proposta de aumento do horário semanal dos profissionais de saúde das 35 para as 40 horas semanais e a do fim de comparticipação estatal para medicamentos genéricos, que para o partido “oneram desnecessariamente as contas públicas”⁴¹³.

⁴¹² Varzim, Tiago. 2022. "Da flat tax ao choque desburocrático e o emagrecimento do Estado. Eis o programa económico da Iniciativa Liberal". Eco. 21 de janeiro de 2022. <https://eco.sapo.pt/2022/01/21/da-flat-tax-ao-choque-desburocratico-e-o-emagrecimento-do-estado-eis-o-programa-economico-da-iniciativa-liberal/>.

⁴¹³ Chega. 2019. Programa Político 2019. <https://web.archive.org/web/20191206222109/https://partidochega.pt/programa-politico-2019/>.

Na habitação, o Chega defende a revogação da Lei de Bases da Habitação, pois considera que esta legislação “superprotecionista” no mercado de arrendamento degrada a “autonomia contratual” dos proprietários, não devendo ser considerado o direito à habitação permanente em casas arrendadas. No trabalho, defende que o estado não deve ter a preocupação de criar empregos, mas apenas implementar as condições necessárias para que estes sejam criados. Aqui, é possível destacar propostas como a flexibilização da legislação laboral, dos salários e a equiparação dos trabalhadores do setor público ao setor privado. Defende também o “fim dos vários privilégios dos sindicatos e nomeadamente o de poderem requisitar filiados ao seu trabalho profissional”⁴¹⁴.

No *Programa Político 2021* e no *Programa Eleitoral Legislativas 2022* – este último assume como lema “Deus, Pátria, Família e Trabalho” -, o Chega continua com a mesma linha neoliberal com diferenças pouco significativas. É relevante recordar, como foi discutido no capítulo 4, que ambos estes documentos foram redigidos por Pedro Arroja – que se dedicou à parte económica – e Gabriel Mithá Ribeiro – que se dedicou sobretudo à matriz identitária do partido e aos seus alvos eleitorais prioritários. No primeiro documento, por exemplo, o Chega “rejeita a distopia instigada pelo primado da vitimização sedimentado pela revolução comunista iniciada na Rússia, em 1917”⁴¹⁵ em oposição à defesa que faz do “primado moral da autorresponsabilidade”⁴¹⁶. Tal como as restantes direitas portuguesas, o Chega associa-se ao tropo cultural da responsabilidade individual caraterístico do neoliberalismo, com a diferença de que apresenta estas ideias de modo mais explicitamente anticomunista do que PSD e CDS. Neste sentido, atribui uma centralidade particular à “família tradicional” em oposição ao intervencionismo económico do estado ao propor a criação do Ministério da Família.

Neste documento, é também dedicada uma atenção particular a alguns dos alvos eleitorais prioritários do Chega numa lógica de reivindicação da sua “autoridade natural”, como é o caso dos professores. Aqui, o Chega propõe um modelo de ensino que inclui, por exemplo,

“a redução drástica da burocracia no trabalho [...], a uniformização da atual anarquia no sistema de classificação dos resultados escolares, a defesa

⁴¹⁴ *Idem*.

⁴¹⁵ Chega. 2021. "Programa Político 2021". https://partidochega.pt/index.php/programa_politico/, pág. 4.

⁴¹⁶ *Idem*, pág. 3.

intransigente dos exames nacionais, a simplificação de programas e currículos escolares visando a anulação da carga ideológica [...]”⁴¹⁷.

Como acontece com as forças de segurança, as propostas dedicadas a este grupo limitam-se à restauração da sua “autoridade natural”, sem qualquer referência aos cortes salariais e congelamentos de carreiras aplicados durante o governo PSD/CDS que aplicou o programa de austeridade.

No *Programa Eleitoral Legislativas 2022*, o Chega reforça a ideia do combate aos “socialismos” que em Portugal, desde 1974, alega serem a fonte da “corrupção, parasitismo social, subsidiopendência, dívida pública e empobrecimento”⁴¹⁸. Aqui, o partido converge com as restantes direitas ao assumir o pagamento da dívida pública portuguesa e a prioridade do equilíbrio orçamental como os seus objetivos económicos principais. A mesma convergência verifica-se nas áreas do ensino e da saúde, onde passa a usar os termos “sistema nacional de ensino” e “sistema nacional de saúde”. Deixando de propor explicitamente uma privatização total da saúde e do ensino como no programa de 2019, passa a defender um sistema misto semelhante ao da Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE) com a utilização de cheques-ensino e cheques-saúde, medida comum a todas as direitas. Na segurança social, ainda que o partido tenha vindo a insistir numa pensão mínima equiparada ao valor do salário mínimo nacional e rejeitado quaisquer cortes nas mesmas, defende também que o sistema contributivo, para ser sustentável, deve assentar sobretudo na capitalização e administração individual das poupanças⁴¹⁹. Neste sentido, o partido encoraja a poupança pessoal, planos de poupança-reforma, caixas de pensões e associações de assistência mútua, algo comum a todas as direitas portuguesas.

Estas propostas encontram-se igualmente presentes no *100 Medidas de Governo*, que deve ser lido em conjunto com o programa apresentado às legislativas de 2022. Aqui, destacam-se também outras propostas comuns às direitas portuguesas. Na área da segurança social, o Chega defende, por exemplo, a obrigatoriedade de trabalho

⁴¹⁷ *Ibidem*, págs. 11-12.

⁴¹⁸ Chega. 2021. Programa Eleitoral Legislativas 2022. <https://partidochega.pt/programa-eleitoral-legislativas-2022/>, pág. 1, secção II.

⁴¹⁹ *Idem*, pág. 5, secção IX.

comunitário para os beneficiários de RSI e de subsídio de desemprego⁴²⁰. No tema daquilo que qualifica de mundo rural, um dos alvos eleitorais prioritários do Chega, o partido defende, para além da valorização da tauromaquia, a “criação de uma Força de Guardas Florestais para salvaguardar as nossas florestas e agilizar todas as ações de combate a incêndios”⁴²¹. Em conjunto com as propostas direcionadas às forças de segurança e que foram referidas no capítulo 4.2, estas centram-se também na reivindicação da “autoridade” destes grupos profissionais e na expansão do estado penal - sem qualquer referência a reivindicações salariais ou progressão de carreiras -, onde o Chega afirma orientar a sua ação

“pela garantia permanente da ordem, segurança, e tranquilidade públicas; proteção de pessoas e bens; prevenção e repressão da criminalidade, de comportamentos antissociais, incivildades, desordem e delinquência tendo em conta que o sentimento social de insegurança é equiparável à ameaça do próprio crime”⁴²².

Em conclusão, este capítulo finalizou o mapeamento das continuidades entre o Chega e as restantes direitas portuguesas a partir de uma análise comparativa das ideias e propostas políticas veiculadas nos seus documentos programáticos. Tendo em conta a forte circulação dos dirigentes e candidatos do Chega em campos sociais onde as várias direitas se interseam e sobrepõem, continua a verificar-se um elevado grau de continuidade entre este e as direitas portuguesas no que toca à sua produção ideológica. Em áreas como fiscalidade, segurança social, trabalho, saúde, ensino, habitação e criminalidade, os documentos programáticos do Chega integram o mesmo projeto político neoliberal assente em desregulação económica, na retração do estado social, na expansão do aparato penal e no tropo cultural da responsabilidade individual. Mais especificamente, esta continuidade exprime-se num conjunto de temas-chave à direita: a crença na superioridade do mercado, o princípio do utilizador-pagador, o combate aos apoios sociais e a redução da fiscalidade. A principal diferença diz respeito à radicalidade com que este projeto político é apresentado em relação a propostas específicas, como é o

⁴²⁰ Chega. 2022. 100 Medidas de Governo.

https://web.archive.org/web/20220124183024/https://partidochega.pt/wp-content/uploads/2022/01/100-medidas.CHEGA_.pdf, págs. 22-3, pontos 63 e 70.

⁴²¹ *Idem*, pág 30, ponto 84.

⁴²² Chega. 2021. Programa Eleitoral Legislativas 2022. <https://partidochega.pt/programa-eleitoral-legislativas-2022/>, pág. 4, secção IX.

caso da taxa plana de IRS, a qual nunca tinha sido apresentada por PSD e CDS, mas que é defendida pela IL, outro partido que integra o processo de reconfiguração das direitas portuguesas. Num quadro de fragmentação partidária e polarização política associado às dinâmicas e crises do neoliberalismo, o Chega encontra-se, assim, alinhado no combate ao legado revolucionário de 1974 e, em particular, na oposição às tentativas de reconstrução do estado social observadas pós-2015 promovida pelas direitas portuguesas.

Conclusão

Ao longo desta investigação, procurou-se contribuir para os debates sobre o fenómeno global do crescimento da extrema-direita contemporânea a partir daquela que pode ser considerada a sua iteração portuguesa: o partido Chega, que registou um dos mais rápidos processos de consolidação organizacional e crescimento eleitoral da extrema-direita desde o pós-guerra. Ao descolar o foco da análise das características idiossincráticas e populistas em torno das figuras que protagonizam esta família política, foi possível testar um conjunto mais alargado de argumentos teóricos e comparativos ao inserir este fenómeno naquele que é o processo de radicalização e reconfiguração das direitas associado às transformações dos sistemas partidários nas crises do capitalismo contemporâneo. Isto permitiu, igualmente, questionar os principais conceitos e debates que têm vindo a ser mobilizados para classificar a extrema-direita contemporânea. Nomeadamente, esta investigação argumenta que o valor heurístico do fascismo histórico não deve ser secundarizado nestas análises e questiona também alguns dos principais sistemas classificatórios que foram produzidos para caracterizar a extrema-direita contemporânea: por exemplo, a distinção entre direita radical e extrema-direita, a distinção entre uma “nova” e “velha” extrema-direita, bem como a aplicabilidade do conceito de populismo e da categoria “anti-sistema” a esta família política.

Tendo isto em conta, o que aqui se propôs foi uma análise processual e relacional para responder à questão sobre quais os mecanismos ideológicos e organizacionais que permitem explicar a rápida consolidação organizacional e o rápido crescimento eleitoral da extrema-direita contemporânea. Esta resposta partiu da teoria dos campos, utilizada enquanto instrumento heurístico para orientar as operações metodológicas que organizaram esta investigação, para caracterizar a sociogénese do Chega através da análise prosopográfica das trajetórias dos seus principais dirigentes e candidatos. Navegando em simultâneo nos campos da sociologia, da ciência política e da historiografia, foi assim possível dialogar criticamente com os principais debates sobre a extrema-direita contemporânea e refutar as teses que têm procurado classificar e explicar a emergência do Chega. Nomeadamente, a ideia de que este partido representa uma “nova direita anti-sistema” e um “partido da nova direita radical populista”, “algo inédito na democracia

portuguesa, do ponto de vista quer da cultura política reivindicada, quer da estratégia discursiva eleita, quer da polimorfia dos quadros fundadores e da base de apoio” (Marchi 2020b: 191). Sem apoios e sem ligações às elites económicas, políticas e culturais do país, o Chega seria, então, um “partido de um só homem” e não uma “reprodução de modelos estrangeiros” (*idem*: 51).

Pelo contrário, esta investigação argumenta que o partido Chega resulta da recomposição da direita partidária em Portugal e de uma renegociação das suas alianças políticas, verificando-se significativos níveis de continuidade e porosidade à direita dentro e fora do campo político. Verificou-se que 1) os dirigentes e candidatos do Chega ocuparam posições nos partidos e organizações da direita tradicional e da extrema-direita portuguesas, 2) a entrada agentes no Chega encontra-se relacionada com a acumulação e conversão de capital mediático, capital delegado e capital organizacional (posições na sociedade civil e no Estado) e 3) as ideias e propostas políticas do Chega integram o mesmo projeto político neoliberal que é defendido pela chamada direita tradicional portuguesa. Ao contrário das abordagens sobre o fenómeno populista que concebem esquerda e direita como parte da mesma ameaça antielitista e antipluralista aos sistemas democráticos, vimos – voltando a remeter para as ideias de Karl Polanyi (2012: 300) – que os fins institucionais do Chega, bem como o apoio que obtém de determinadas forças sociais e os métodos que utiliza integram uma longa tradição de amplos sectores das direitas que se encontram em oposição à esquerda.

Mais concretamente, esta investigação revelou o elevado grau de continuidade e porosidade no campo das direitas e, em particular, que o recrutamento do pessoal político do Chega se fez essencialmente a partir das redes construídas neste campo desde o fim do Estado Novo e junto das elites políticas das direitas. Estas redes desempenharam, aliás, um papel central nas mobilizações contrarrevolucionárias das direitas e na viragem à direita do sistema político português nas décadas seguintes. Num quadro de fragmentação partidária e polarização política, estes atores aproveitaram o aparecimento de novos partidos de modo a desbloquearem as suas carreiras políticas. Fora do campo político, verifica-se também uma certa reprodução intergeracional das tradições contrarrevolucionárias que remontam pelo menos até à I República e uma significativa penetração organizacional na sociedade civil e no estado num conjunto de grupos que representam os alvos eleitorais prioritários do Chega: empresários urbanos e do mundo

rural, professores, forças de segurança e administração pública e privada. Todos estes casos partilham o neoliberalismo, o conservadorismo católico, a ideologia colonial e o anticomunismo que são centrais no programa ideológico do Chega e que se articulam com os grandes interesses económicos que financiam o partido. Isto reflete-se, como foi referido no fim do capítulo 4.2, nas pastas ministeriais exigidas pelo Chega num eventual governo de direita com o PSD para a prossecução dos seus fins institucionais, sobretudo ligadas às funções económicas e repressivas do estado: Justiça, Administração Interna, Segurança Social e Agricultura.

Longe de ser uma “nova direita anti-sistema”, o Chega representa, então, uma reação à viragem à esquerda do sistema político português em 2015 que pode ser interpretado no quadro de um duplo-movimento polanyiano, uma resposta política específica a um quadro intensivo de austeridade implementado pelo governo da direita na sequência da crise financeira de 2008 com vista à proteção social. Isto reflete-se no tipo de diagnóstico que o Chega apresenta para este quadro de crise, centrado na corrupção do sistema político e no “despesismo” do estado”, ao contrário da esquerda que olha para as elites económicas e para o sistema financeiro. Este diagnóstico integra, aliás, o projeto político neoliberal que é comum às restantes direitas portuguesas, o qual não faz qualquer referência ao papel da economia política da integração europeia na trajetória da economia portuguesa. Em áreas como fiscalidade, segurança social, trabalho, saúde, ensino, habitação e criminalidade, os documentos programáticos do Chega, como os de partidos como o PSD e o CDS, integram o mesmo projeto político assentando na desregulação económica, na retração do estado social, na expansão do aparato penal e no tropo cultural da responsabilidade individual. A principal diferença diz respeito à radicalidade com que o projeto político do Chega é apresentado em relação a propostas específicas, como é o caso da taxa plana de IRS, a qual nunca tinha sido apresentada por PSD e CDS, mas que é defendida pela IL, outro partido que integra o processo de reconfiguração das direitas portuguesas. Num quadro de fragmentação partidária e polarização política associado às dinâmicas e crises do neoliberalismo, o Chega encontra-se, assim, alinhado no combate ao legado revolucionário de 1974 e, em particular, na oposição às tentativas de reconstrução do estado social observadas pós-2015 promovida pelas direitas portuguesas.

Em suma, defende-se que esta investigação permitiu avançar a tarefa delineada por Peter Evans de clarificar o complexo mosaico reacionário do século XXI (2020a:

582). Na análise que desenvolveu em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Karl Marx afirmou que nas “lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses, deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade” (Marx 2011: 60-1). Isto significa que qualquer projeto político que procure combater o fenómeno global do crescimento da extrema-direita não pode deixar de tomar como central o que está aqui em jogo: o movimento pendular entre o liberalismo económico e a proteção social.

Referências bibliográficas

- Adorno, Theodor W. 2020. *Aspetos do novo radicalismo de direita*. Edições 70.
- Afonso, Alexandre. 2021. "Correlates of Aggregate Support for the Radical Right in Portugal". OSF Preprints. <https://doi.org/10.31219/osf.io/u9zjf>.
- Almeida, Fábio Chang de. 2014. "A direita radical no Portugal democrático: os rumos após a revolução dos cravos (1974-2012)". Tese de doutoramento, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Almeida, Maria Antónia Pires de Almeida. 2008. "Party Politics in Portugal: Municipalities and Central Government". *European Societies* 10 (3): 357–78.
- Almeida, Pedro Tavares de, António Costa Pinto, e Nancy Bermeo, eds. 2006. *Quem governa a Europa do Sul? O recrutamento ministerial, 1850-2000*. 1a. edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Amaral, André Coelho dos Santos. 2020. "A influência das redes sociais na comunicação política dos partidos de direita radical: o caso do Chega". Dissertação de Mestrado, Lisboa: ISCTE.
- Auyero, Javier. 2006. "Introductory Note to Politics under the Microscope: Special Issue on Political Ethnography I". *Qualitative Sociology* 29 (3): 257–59.
- Barreto, António, e Maria Filomena Mónica, eds. 1999. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VII. Livraria Figueirinhas.
- Barros, Susana. 2019. "Quando um Governo de Esquerda assusta os media - A formação da “geringonça” nos jornais". *Observatorio* 13 (1).
- Belchior, Ana Maria. 2008. "Democracia nos partidos políticos portugueses: Uma análise do eleitorado, dos programas e dos estatutos dos partidos". *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 58: 131–54.
- Berezin, Mabel. 2019. "Fascism and Populism: Are They Useful Categories for Comparative Sociological Analysis?" *Annual Review of Sociology* 45 (1): 345–61.

- Betz, Hans-Georg. 1994. *Radical Right-Wing Populism in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan UK.
- Bianchi, Maria Teresa, e Rui Couto Viana. 2014. "Political Connections: Evidence from Listed Companies in Portugal". *International Journal of Economics and Accounting* 5 (1).
- Blee, Kathleen M. 2007. "Ethnographies of the Far Right". *Journal of Contemporary Ethnography* 36 (2): 119–28.
- Block, Fred. 2008. "Polanyi's Double Movement and the Reconstruction of Critical Theory". *Interventions économiques*, n. 38: 1–17.
- Bobbio, Norberto, Nicola Matteucci, e Gianfranco Pasquino. 1998. "Partidos políticos". Em *Dicionário de Política*, 11ª edição, I:898–905. Universidade de Brasília.
- Bourdieu, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Traduzido por Fernando Tomaz. *Memória e Sociedade*. Lisboa: Difel.
- . 1997. *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- . 2011. "O campo político". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5 (1999): 193–216.
- Brubaker, Rogers. 2017. "Why Populism?" *Theory and Society* 46 (5): 357–85.
- Caeiro, Mariana David Ferreira. 2019. "Média e populismo: Em busca das raízes da excepcionalidade do caso português". *Dissertação de Mestrado*, Lisboa: ISCTE-IUL.
- Cancela, João, e Pedro C. Magalhães. 2020. "As Bases Sociais dos Partidos Portugueses". *IPRI-NOVA*. <https://doi.org/10.23906/wp60/2020>.
- Canovan, Margaret. 1981. *Populism*. 1st edition. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- . 1999. "Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy". *Political Studies* 47 (1): 2–16.
- Cardina, Miguel. 2020. "O passado colonial: do trajeto histórico às configurações da memória". Em *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império*, 1ª edição, 357–411. Lisboa: Tinta-da-China.

- Cardoso, Gustavo, Paula Couraceiro, e Ana Pinto Martinho. 2019. "A esquerda no parlamento e a direita na televisão?" *European Journalism Observatory*. 8 de junho de 2019. <https://pt.ejo.ch/top-stories/a-esquerda-no-parlamento-e-a-direita-na-televisao>.
- Carissimi, Aline. 2019. "Carreira e organização sindical dos professores de educação básica no Brasil e em Portugal". *Revista Chão da Escola*, n. 16: 16–25.
- Carvalho, Francisco José Craveiro de, ed. 1991. *Estudos de topologia e geometria em homenagem ao Professor Doutor José Bayolo Pacheco de Amorim*. Coimbra: Departamento de Matemática, Faculdade de Ciências e Tecnologias.
- Carvalho, João. 2022. "Understanding the Emergence of Extreme Right Parties in Portugal in the Late 2010s". *Parliamentary Affairs*, fevereiro.
- Carvalho, Miguel. 2017. *Quando Portugal Ardeu: Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Cazetta, Felipe Azevedo. 2015. "Integralismo Lusitano e Nacional Sindicalismo: movimentos de extrema-direita em contato com ditaduras em Portugal (1913-1932)". *Cadernos de História* 16 (24): 30–50.
- Codato, Adriano Nervo. 2008. "Parâmetros para uma análise empírica da relação entre idéias, elites e instituições". *Política & Sociedade*, n. 12: 23–48.
- Codato, Adriano Nervo, e Flavio Heinz. 2015. "A prosopografia explicada para cientistas políticos". Em *Como estudar elites*, editado por Renato M. Perissinotto e Adriano Nervo Codato, 249–75. *Série Pesquisa*, n. 290. Curitiba, Paraná, Brasil: Editora UFPR.
- Costa, Catarina A. 2007. "O CDS-PP no contexto da Nova Direita Europeia: uma nova via para o poder". *Dissertação de Mestrado*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa: Departamento de História.
- Costa, José Mourão da. 2011. "O Partido Nacional Renovador: a nova extrema-direita na democracia portuguesa". *Análise Social* XLVI (201): 765–87.
- Cruz, Manuel Braga da, e António Costa Pinto, eds. 2014. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República.

- Cunha, Isabel Ferin. 2022. "Presidenciais portuguesas de 2021 e o populismo". *Media & Jornalismo* 22 (40): 179–97.
- Cunha, Paulo. 2014. "O novo cinema português: Políticas públicas e modos de produção (1949-1980)". Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.
- Davidson, Neil, e Richard Saull. 2017. "Neoliberalism and the Far-Right: A Contradictory Embrace". *Critical Sociology* 43 (4–5): 707–24.
- De Giorgi, Elisabetta, e José Santana-Pereira. 2016. "The 2015 Portuguese Legislative Election: Widening the Coalitional Space and Bringing the Extreme Left In". *South European Society and Politics* 21 (4): 451–68.
- Desvignes, Ana Isabel Sardinha. 2015. "Extremismos de direita em Portugal (1914-1974): movimentos doutrinários, influências e equívocos". *Impulso* 25 (64): 133–47.
- Dézé, Alexandre, e Myriam Aït-Aoudia. 2011. "The genesis of political parties: An analysis of the Front National, the Movimento Sociale Italiano and the Islamic Salvation Front". *Revue française de science politique* 61 (4): 631–57.
- Dias, Adamir, e Manuela Tender, eds. 2005. *Dicionário de Transmontanismos. Chaves: Associação Rotary Club de Chaves.*
- Dias, João Ferreira. 2020. "O Messias já chegou, e livrará “as pessoas de bem” dos corruptos: messianismo político e legitimação popular, os casos de Bolsonaro e André Ventura". *Polis*, n. 2.
- Dörre, Klaus. 2019. "“Take Back Control!”: Marx, Polanyi and Right-Wing Populist Revolt". *Österreichische Zeitschrift Für Soziologie* 44 (2): 225–43.
- Eatwell, Roger, e Matthew Goodwin. 2019. *Populismo: A revolta contra a democracia liberal.* Desassossego.
- Eiró-Gomes, Mafalda, e Ana Raposo. 2021. "Family Resemblances: Remnants of Populism in Portuguese 2017 Regional Elections". *American Behavioral Scientist*, 1–10.
- Engels, Friedrich. 2011. "Prefácio à 3ª edição [de 1885]". Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, por Karl Marx, 21–22. Coleção Marx-Engels. São Paulo: Boitempo.
- Eribon, Didier. 2019. *Retorno a Reims.* Lisboa: Dom Quixote.

- Ernano, Hugo, e Rosa Ramos. 2015. *Bala perdida: o relato na primeira pessoa de uma perseguição fatal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Estanque, Elísio, José Soeiro, e Hermes Augusto Costa. 2013. "The new cycle of global protest and the portuguese case". *Journal of Social Science Education* 12 (1): 31–40.
- Estrela, Rui. 2005. *A publicidade no Estado Novo (1960-1973)*. Vol. II. *Simplemente Comunicando*.
- Evans, Peter. 2020a. "Introduction: The rise of twenty-first century exclusionary regimes". *International Sociology* 35 (6): 581–89.
- . 2020b. "Polanyi Meets Bolsonaro: Reactionary Politics and the Double Movement in Twenty-First-Century Brazil". *International Sociology* 35 (6): 674–90.
- Fernandes, Jorge M. 2016. "The Seeds for Party System Change? The 2015 Portuguese General Election". *West European Politics* 39 (4): 890–900.
- Fernandes, Jorge M., e Pedro C. Magalhães. 2020. "The 2019 Portuguese General Elections". *West European Politics* 43 (4): 1038–50.
- Fernandes, Jorge M., Pedro C. Magalhães, e José Santana-Pereira. 2018. "Portugal's Leftist Government: From Sick Man to Poster Boy?" *South European Society and Politics* 23 (4): 503–24.
- Fernandes, Jorge M., e José Santana-Pereira. 2014. "Os programas eleitorais das europeias de 2014: Uma análise preliminar das principais dimensões de competição". *Relações Internacionais*, n. 41: 81–95.
- Ferreira, Ana Rita. 2016. "A evolução das ideologias políticas do PSD e do CDSPP: uma análise dos documentos programáticos (1974-2012)". Em *As direitas na democracia portuguesa: Origens, percursos, mudanças e novos desafios*, editado por Riccardo Marchi. Texto Editores.
- Ferreira, António Casimiro. 2019. *Sociologia das constituições: desafio crítico ao constitucionalismo de exceção*. Porto: VidaEconómica.
- Finchelstein, Federico. 2019. *Do Fascismo ao Populismo na História*. Edições 70.
- Forti, Steven. 2021. *Extrema derecha 2.0: Que es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI.

- Fourcade, Marion, e Rakesh Khurana. 2017. "The Social Trajectory of a Finance Professor and the Common Sense of Capital". *History of Political Economy* 49 (2): 347–81.
- Fraser, Nancy. 2017a. "Progressive neoliberalism versus reactionary populism: a Hobson's choice". Em *The Great Regression*, editado por Heinrich Geiselberger. Polity.
- . 2017b. "Why Two Karls are Better than One: Integrating Polanyi and Marx in a Critical Theory of the Current Crisis". Working Paper der DFG-Kollegforscher_innengruppe Postwachstumsgesellschaften, n. 1.
- Freire, André. 2021. "Left-Wing Governmental Alliance in Portugal, 2015-2019: A Way of Renewing and Rejuvenating Social Democracy?" *Brazilian Political Science Review* 15 (2): e0004.
- Freitas, Luiz. 2021. "(Novos) atores no Parlamento: a representação de Ventura, Katar Moreira e Cotrim de Figueiredo na produção informativa". Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- Fretel, Julien. 2011. "Qual sociologia para o estudo dos partidos políticos conservadores?" *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5: 321–49.
- Fukuyama, Francis. 1989. "The end of history?" *The National Interest*, n. 16: 3–18.
- García, Belén Fernández, e Susana Salgado. 2020. "Populism by the People: An Analysis of Online Comments in Portugal and Spain". Em *International Conference on Social Media and Society*, 210–19. Toronto, Canada: ACM.
- Giorgi, Alberta, e Emanuele Polizzi. 2012. "Um movimento católico na política: O caso do Comunhão e Libertação". Traduzido por Teresa Tavares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 97: 41–60.
- Góes, Eda. 2010. "Os partidos políticos e a insegurança urbana em Portugal". *Oficina do CES*, n. 337. <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/337.pdf>.
- Guedes, Nuno. 2012. "Convergência ideológica? Uma análise comparada dos programas eleitorais do PS e do PSD (1991-2009)". *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 68: 103–25.
- Haro, Fernando Ampudia. 2020. *O processo civilizacional da tourada: Guerreiros, cortesãos, profissionais... e bárbaros?* Imprensa de História Contemporânea.

Hespanha, Pedro, Sílvia Ferreira, e Vanda Pacheco. 2014. "O estado social, crise e reformas". Em *A economia política do retrocesso: Crise, causas e objetivos*, editado por José Reis, 189–281. Coimbra: Almedina.

Heyne, Lea, e Luca Manucci. 2021. "A New Iberian Exceptionalism? Comparing the Populist Radical Right Electorate in Portugal and Spain". *Political Research Exchange* 3 (1): 1–27.

Hillje, Johannes. 2018. "Return to the politically abandoned: Conversations in right-wing populist strongholds in Germany and France". Das Progressive Zentrum. <https://www.progressives-zentrum.org/return-to-the-politically-abandoned/>.

Hirschman, Albert O. 1991. *The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy*. Cambridge: Belknap Press.

Honório, Cecília. 2018. "Populismo: esquerda, direita e demoliberalismo". Em *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*, editado por Cecília Honório, 1a. edição, 17–41. Lisboa: Tinta-da-China.

Hopkin, Jonathan. 2020. *Anti-system politics: the crisis of market liberalism in rich democracies*. New York: Oxford University Press.

Ionescu, Ghița, e Ernest Gellner, eds. 1970. *Populism: Its Meanings and National Characteristics*. London: Weidenfeld & Nicolson.

Jalali, Carlos. 2007. *Partidos e democracia em Portugal: 1974-2005: da revolução ao bipartidarismo*. 1. ed. Lisboa: Instituto Ciências Sociais.

Jaramillo, Daniel García. 2021. "Constructing the “good Portuguese” and their Enemy-Others: The Discourse of the Far-Right Chega Party on Social Media". Dissertação de Mestrado, Lisboa: ISCTE-IUL.

Jesus, Jorge Manuel Rodrigues de. 2007. *Educação: pilar da soberania, caminho do desenvolvimento em Angola*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

Judis, John B. 2017. *A explosão do populismo: Como a Grande Recessão transformou a política nos Estados Unidos e na Europa*. Lisboa: Editorial Presença.

Kalukembe, Jorge Rodrigues de. 2009. *Chicoronho*. Gráfica de Coimbra.

- . 2011. *Angola e o Mundo na Era do Pós-Petróleo*. Gráfica de Coimbra.
- Khan, Shamus Rahman. 2012. "The Sociology of Elites". *Annual Review of Sociology* 38 (1): 361–77.
- Kriesi, Hanspeter. 2014. "The Populist Challenge". *West European Politics* 37 (2): 361–78.
- Kumar, Rahul. 2012a. "Futebol e política no Portugal democrático: A lógica da conversão de capitais". Em *Futebol português: política, género e movimento*, editado por Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos, 83–111. Porto: Afrontamento.
- . 2012b. "“Portugal aos portugueses”: a extrema-direita depois do 25 de Abril". Em *Imigração e Racismo em Portugal*, editado por Bruno Peixe e Nuno Dias, 91–113. Lisboa: Edições 70.
- Laclau, Ernesto. 2005. *On populist reason*. Verso.
- Léonard, Yves. 2020. "Autoritarisme ou fascisme? Une historikerstreit portugaise sur la nature du salazarisme". *Storia e politica: rivista quadrimestrale* XII (2): 207–23.
- Lim, Sang Hun. 2021. "Look up Rather than down: Karl Polanyi’s Fascism and Radical Right-Wing ‘Populism’". *Current Sociology*, 1–19.
- Lisi, Marco. 2016. "U-Turn: The Portuguese Radical Left from Marginality to Government Support". *South European Society and Politics* 21 (4): 541–60.
- Lisi, Marco, e Enrico Borghetto. 2018. "Populism, Blame Shifting and the Crisis: Discourse Strategies in Portuguese Political Parties". *South European Society and Politics* 23 (4): 405–27.
- Lisi, Marco, Iván Llamazares, e Myrto Tsakatika. 2019. "Economic Crisis and the Variety of Populist Response: Evidence from Greece, Portugal and Spain". *West European Politics* 42 (6): 1284–1309.
- Lisi, Marco, Edalina Rodrigues Sanches, e Jayane dos Santos Maia. 2021. "Party System Renewal or Business as Usual? Continuity and Change in Post-Bailout Portugal". *South European Society and Politics*, 1–25.

Loff, Manuel. 2021. "Não são mesmo (neo)fascistas? O lugar da extrema-direita no assalto à democracia". Em *Novas e velhas extremas-direitas: como explicar os fenómenos Chega, Vox, Frente Nacional, Liga, Trump ou Bolsonaro, entre outros?*, editado por Cecília Honório e João Mineiro, 49–71. Lisboa: Parsifal.

Loff, Manuel, Tiago Alexandre Vieira, e Filipe Guerra. 2021. O "novo normal": securitização, precariedade e (des)integração europeia em tempos de pandemia. Página a Página.

Lopes, Daniel Seabra, Catarina Frois, João Mineiro, Raquel Carvalheira, Ricardo Gomes Moreira, e Sofia Bento. 2017. *O estado por dentro*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

López-Rodríguez, Alfonso A., Álvaro González-Gómez, e Serafín González-Quinzán. 2021. "Populismo punitivo y extrema derecha en el espacio ibérico". *Universitas*, n. 35 (agosto): 103–26.

Louçã, Francisco. 2018. "A maldição populista na bola de cristal do século XXI". Em *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*, editado por Cecília Honório, 1a. edição, 203–33. Lisboa: Tinta-da-China.

Louçã, Francisco, João Teixeira Lopes, e Jorge Costa. 2014. "Até ao infinito e mais além: a política na senda dos negócios". Em *Os Burgueses: Quem são, como vivem, como mandam*, 131–97. Bertrand Editora.

Löwy, Michael. 2019. "A extrema-direita: um fenómeno global". Em *Combates contra a extrema-direita: Homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato*, editado por Andrea Peniche, Cecília Honório, Francisco Louçã, Fernando Rosas, José Falcão, e Luís Leiria, 23–29. Edições Combate.

Madeira, Bruno. 2019. "'Homens entre ruínas'? Ideias, narrativas, mundividências e representações das direitas radicais portuguesas (1974-1985)". Tese de doutoramento, FLUP.

Madeira, Paulo Miguel Fernandes, Katielle Susane do Nascimento Silva, e Jorge Silva Macaísta Malheiros. 2021. "A geografia da direita nacionalista em Portugal: contornos de um processo emergente". *Cadernos Metrópole* 23 (51): 469–98.

- Mair, Peter, e Richard S. Katz. 1993. "The evolution of party organizations in Europe: The three faces of party organization". *The American Review of Politics* 14: 593–617.
- Malamud, Andrés. 2003. "Los partidos políticos". Em *Introducción a la Ciencia Política*, editado por Julio Pinto, 317–44. Buenos Aires: Eudeba.
- Mann, Michael. 2012. *Fascistas*. Edições 70.
- Marchi, Riccardo. 2009. *Folhas ultras: as ideias da direita radical portuguesa (1939-1950)*. 1. ed. Coleção Breve. História. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2010a. "A oposição de direita à política ultramarina de Marcello Caetano". *Lusíada História*, n. 7: 519–42.
- . 2010b. *Império, nação, revolução: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. 2ª edição. Cacem: Editora Texto.
- . 2012. "A extrema-direita portuguesa na "Rua": da transição à democracia (1976-1980)". *Locus: revista de história* 18 (1): 167–86.
- . 2013. "The extreme right in the 21st-century Portugal: the Partido Nacional Renovador". Em *Right-wing extremism in Europe: country analyses, counter-strategies and labor-market oriented exit strategies*, editado por R. Melzer e S. Serafin, 133–55. Berlin: Friedrich Ebert Foundation.
- . 2017. *A direita nunca existiu: as direitas extraparlamentares na institucionalização da democracia portuguesa (1976-1980)*. 1ª edição. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2020a. *À direita da revolução: resistência e contrarrevolução no PREC (1974-1975)*. Carnaxide: Objectiva.
- . 2020b. *A nova direita anti-sistema: o caso do Chega*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Marchi, Riccardo, André Paris, e Filipa Raimundo. 2019. *Breve História do CDS-Partido Popular*. Representar os Portugueses 4. 100Folhas.
- Martinho, Francisco Carlos Palomanes. 2012. "A extrema-direita portuguesa, em dois momentos". *Studia Historica* 30: 95–114.

- Marx, Karl. 2011. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo.
- Marx, Karl, e Friedrich Engels. 1997. Manifesto do Partido Comunista. 2ª edição. Lisboa: Avante!
- Matias, Manuel, e Mauro Paulino. 2013. O inimigo em casa: dar voz aos silêncios da violência doméstica. Carcavelos: Prime Books.
- . 2014. A Criança no Processo de Adoção. Prime Books.
- Mendes, Mariana S. 2022. "“Enough” of What? An Analysis of Chega’s Populist Radical Right Agenda". *South European Society and Politics*, março, 1–25.
- Mendes, Mariana S., e James Dennison. 2020. "Explaining the Emergence of the Radical Right in Spain and Portugal: Salience, Stigma and Supply". *West European Politics*, 1–24.
- Michels, Roberto. 2001. Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna: investigação sobre as tendências oligárquicas na vida dos agrupamentos políticos. Traduzido por José M. Justo. 1ª edição. Lisboa: Antígona.
- Micocci, Andrea, e Flavia Di Mario. 2018. The fascist nature of neoliberalism. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Miguel, Luís Filipe. 2003. "Capital político e carreira eleitoral: Algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro". *Revista de Sociologia e Política*, n. 20: 115–34.
- Mills, C. Wright. 1957. Las clases medias en Norteamérica (White-collar). Madrid: Aguilar.
- Mineiro, João. 2019. "Classes sociais, trajetórias de vida e lugares de poder: Uma abordagem etnográfica da representação política". *Sociologia On Line*, n. 20: 11–35.
- Mouffe, Chantal. 2019. Por um populismo de esquerda. Gradiva.
- Mouzelis, Nicos. 1985. "On the Concept of Populism: Populist and Clientelist Modes of Incorporation in Semiperipheral Polities". *Politics & Society* 14 (3): 329–48.
- Mudde, Cas. 2020. O Regresso da Ultradireita: Da Direita Radical à Direita Extremista. Traduzido por Marian Toldy e Teresa Toldy. Lisboa: Editorial Presença.

- Mudde, Cas, e Cristóbal Rovira Kaltwasser. 2017. *Populismo: uma brevíssima introdução*. Gradiva.
- Mudge, Stephanie L., e Anthony S. Chen. 2014. "Political Parties and the Sociological Imagination: Past, Present, and Future Directions". *Annual Review of Sociology* 40 (1): 305–30.
- Müller, Jan-Werner. 2017. *O Que é o Populismo?* Texto Editores.
- Neves, Pedro Mascarenhas Cassiano. 2014. *Casas e palácios de Lisboa: pedras d'armas*. Lisboa: Scribe.
- Noronha, Ricardo. 2022. "The Portuguese Road to Neoliberalism (1976–1989)". *Contemporary European History* 31 (1): 113–28.
- Norris, Pippa, e Ronald Inglehart. 2019. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge University Press.
- Nunes, Filipe Abreu. 2013. "O Recrutamento das Elites Administrativas no Portugal Contemporâneo". *Ler História*, n. 64 (junho): 137–62.
- Orenstein, Mitchel A., e Bojan Bugarič. 2020. "Work, Family, Fatherland: The Political Economy of Populism in Central and Eastern Europe". *Journal of European Public Policy*.
- Palma, Nuno, Paula Couraceiro, Inês Narciso, José Moreno, e Gustavo Cardoso. 2021. "André Ventura: a criação da celebridade mediática". *MediaLab ISCTE (blog)*. 28 de janeiro de 2021. <https://medialab.iscte-iul.pt/andre-ventura-a-criacao-da-celebridade-mediatica/>.
- Paxton, Robert O. 2004. *The Anatomy of Fascism*. New York, NY: Vintage Books.
- Peixoto, Paulo. 2004. "O desaparecimento do mundo rural". Em *A questão social no novo milénio*. Coimbra.
- Pereira, Virgílio Borges. 2021. "O voto na Frente Nacional francesa e a sua inscrição social: algumas ilações decorrentes da sua mais recente sociologia". Em *Novas e velhas extremas-direitas: como explicar os fenómenos Chega, Vox, Frente Nacional, Liga, Trump ou Bolsonaro, entre outros?*, editado por Cecília Honório e João Mineiro, 89–100. Lisboa: Parsifal.

- Perissinotto, Renato M., e Adriano Nervo Codato, eds. 2015. Como estudar elites. Pesquisa 290. Brasil: Editora UFPR.
- Pina, André Costa. 2018. "A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português". Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Pinto, António Costa. 1989. "A direita radical em Portugal, uma introdução". Sep. Risco, n. 12: 67–85.
- . 1994. Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945. Histórias de Portugal 6. Lisboa: Editorial Estampa.
- Polanyi, Karl. 2012. A Grande Transformação: As origens políticas e económicas do nosso tempo. Edições 70.
- Portugal, Sílvia. 2007. "Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica". Oficina do CES, n. 271.
- Prior, Hélder. 2022. "Populismo de Direita radical em Portugal: enquadramentos informativos nas Eleições Presidenciais de 2021". Media & Jornalismo 22 (40): 161–77.
- Raimundo, Filipa. 2015. "A Justiça de Transição e a Memória do Autoritarismo em Portugal". Revista Contemporânea 1 (7).
- Rego, Raquel, Cristina Nunes, e Tatiana Pita. 2021. "Sindicatos da Polícia: contributo para um novo sistema de aferição da representatividade". Análise Social, n. 238: 110–39.
- Reis, Joana. 2019. Breve História do Partido Comunista Português. Representar os Portugueses 3. 100Folhas.
- Reis, José Pedro. 2020. "André Ventura – por Portugal pelos portugueses". Revista Movimentação 7 (13).
- Reis, José, João Rodrigues, Ana Santos, e Nuno Teles. 2014. "Compreender a crise: a economia portuguesa num quadro europeu desfavorável". Em A economia política do retrocesso: Crise, causas e objetivos, editado por José Reis, 21–85. Coimbra: Almedina.
- Renton, Dave. 2019. The New Authoritarians: Convergence on the Right. London: Pluto Press.

Rezola, Maria Inácia. 2019. "Punir ou perdoar? A difícil gestão do passado ditatorial no Portugal democrático – O caso dos saneamentos". *Estudos Ibero-Americanos* 45 (3): 24–38.

Ribeiro, Gabriel Mithá. 2000. *As representações sociais dos moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política*. 1ª edição. Instituto da Cooperação Portuguesa.

———. 2004. *A Pedagogia da Avestruz: Testemunho de um Professor*. Gradiva.

———. 2007. *A lógica dos burros: o lado negro das políticas educativas*. Portugal: Publicações Europa-América.

———. 2008. "O pensamento social sobre o político em Moçambique. Estudo de caso da cidade de Tete". Tese de doutoramento, ISCTE.

———. 2012. *O ensino da história*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

———. 2013. *O colonialismo nunca existiu! Colonização, racismo e violência: Manual de interpretação*. 1a. edição. Trajectos 93. Lisboa: Gradiva.

———. 2015. *Estrada de Beirute: uma saga familiar moçambicana*. Lisboa: Ideia-Fixa.

———. 2018. *Novo Manual de Investigação: Do rigor à originalidade, como fazer uma tese no século XXI*. Lisboa: Contraponto.

———. 2019. *Um século de escombros: pensar o futuro com os valores morais da direita*. Alfragide: Oficina do Livro.

Robin, Corey. 2013. *The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Oxford University Press.

Rodrigues, João. 2018. "Na sombra de 1989: economia política internacional depois do fim da história". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. Número especial: 189–216.

Rodrik, Dani. 2021. "Why Does Globalization Fuel Populism? Economics, Culture, and the Rise of Right-Wing Populism". *Annual Review of Economics* 13 (1): annurev-economics-070220-032416.

Rosas, Fernando. 2018. "Fascismo e populismo: Elementos para uma revisitação histórica". Em *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*, editado por Cecília Honório, 1a. edição, 43–66. Lisboa: Tinta-da-China.

———. 2020. "Os Quatro Regimes". Em *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império*, 1ª edição, 17–115. Lisboa: Tinta-da-China.

Rosas, Fernando, e J. M. Brandão de Brito. 1996. *Dicionário de história do Estado Novo*. Vol. I. Círculo de Leitores.

Salgado, Sara, Alexandra Guedes Pinto, e Isabel Margarida Duarte. 2019. "Estratégias discursivas do discurso político populista em Portugal: Estado Novo e movimentos nacionalistas atuais". Em *Linguagens de poder*, editado por Maria Aldina Marques e Sérgio Guimarães de Sousa, 1a. edição, 37–55. Húmus.

Salgado, Susana, Óscar G. Luengo, Stylianos Papathanassopoulos, Jane Suiter, e Agnieszka Stępińska. 2021. "Crisis and Populism: A Comparative Study of Populist and Non-Populist Candidates and Rhetoric in the News Media Coverage of Election Campaigns". *European Politics and Society*, 1–16.

Salgado, Susana, e José Pedro Zúquete. 2017. "Portugal: Discreet Populisms Amid Unfavorable Contexts and Stigmatization". Em *Populist Political Communication In Europe*, editado por Toril Aalberg, Frank Esser, Carsten Reinmann, Jesper Stromback, e Claes De Vreese, 235–48. New York, NY: Routledge.

Santana-Pereira, José, e João Cancela. 2021. "Demand without Supply? Populist Attitudes and Voting Behaviour in Post-Bailout Portugal". *South European Society and Politics*, 1–24.

Santiago, Daniela. 2021. *A tempestade perfeita: como a extrema-direita regressou à Península Ibérica*. 1ª edição. Alfragide: Oficina do Livro.

Santos, Boaventura de Sousa. 1992. "O estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português". *Oficina do CES*, n. 32.

———. 1998. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. 3ª edição. Edições Afrontamento.

———. 2012. *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.

- Santos, Rita, e Sílvia Roque. 2021. "The populist far-right and the intersection of antiimmigration and antifeminist agendas: the Portuguese case". *DiGeSt - Journal of Diversity and Gender Studies* 8 (1): 41–58.
- Saull, Richard, Alexander Anievas, Neil Davidson, e Adam Fabry, eds. 2015. *The Longue Durée of the Far-Right: An International Historical Sociology*. Routledge.
- Sawicki, Frederic. 2013. "Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias". Em *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*, editado por André Marenco, 11–29. Editora da UFRGS.
- Scarrow, Howard A. 1967. "The function of political parties: A critique of the literature and the approach". *The Journal of Politics* 29 (4): 770–90.
- Serrano, Estrela. 2020. "Populismo em Portugal: o factor media". *Media & Jornalismo* 20 (37): 221–39.
- . 2022. "A pandemia Covid-19 enfraqueceu o populismo? O caso do partido populista português". *Media & Jornalismo* 22 (40): 57–77.
- Silva, Duarte Domingues Pereira da. 2019. "O populismo e as redes sociais: o caso André Ventura e a utilização do Facebook nas eleições europeias de 2019". Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa.
- Silva, Elsa Costa e, e Mariana Lameiras. 2019. *Breve História do Bloco de Esquerda. Representar os Portugueses 5*. 100Folhas.
- Silva, Filipe Carreira da, e Susana Salgado. 2018. "Why no populism in Portugal?" Em *Changing societies: legacies and challenges. Citizenship in crisis*, editado por Marina Costa Lobo, Filipe Carreira da Silva, e José Pedro Zúquete, 249–68. *Imprensa de Ciências Sociais*.
- Silva, Rodrigo Quintas da. 2018. "A Portuguese Exception to Right-Wing Populism". *Palgrave Communications* 4 (1): 1–5.
- Silva, Tiago, e Patrícia Silva. 2019. *Breve História do Partido Social Democrata. Representar os Portugueses 1*. 100Folhas.

- Silveira, Pedro, Susana Rogeiro Nina, e Luís Humberto Teixeiras. 2019. Breve História do Partido Ecologista "Os Verdes" e do Pessoas-Animais-Natureza. Representar os Portugueses 6. 100Folhas.
- Skocpol, Theda, e Vanessa Williamson. 2016. The Tea Party and the remaking of Republican conservatism. New York: Oxford University Press.
- Stone, Lawrence. 2011. "Prosopografia". Revista de Sociologia e Política 19 (39): 115–37.
- Streeck, Wolfgang. 2013. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. Actual Editora.
- Taggart, Paul A. 2000. Populism. Concepts in the social sciences. Buckingham [England]; Philadelphia: Open University Press.
- Traverso, Enzo. 2019. The New Faces of Fascism: Populism and the Far Right. London; Brooklyn, NY: Verso.
- Tsoukala, Anastassia. 2021. "Ou ausência de liberdade ou morte? Uma genealogia do discurso "liberdade ou sobrevivência"". SOCIOLOGIA ON LINE, n. 26: 97–109.
- Tuğal, Cihan. 2021. "Populism Studies: The Case for Theoretical and Comparative Reconstruction". Annual Review of Sociology 47 (1).
- Ugarte, Beatriz Acha. 2021. Analizar el auge de la ultraderecha: surgimiento, ideología y ascenso de los nuevos partidos de ultraderecha. Barcelona: Gedisa.
- Veiga, Francisco, Steven Forti, Carlos González-Villa, Alfredo Sasso, Ramón Moles, e Jelena Prokopljevic. 2019. Patriotas indignados: sobre la nueva ultraderecha en la posguerra fría: neofascismo, posfascismo y nazbols. Madrid: Alianza Editorial.
- Ventura, André. 2008. Montenegro. 1ª edição. Lisboa: Chiado Editora.
- . 2009. A Última Madrugada do Islão. 1º edição. Chiado Books.
- . 2013. Lições de direito penal. 1a. edição. Coleção Compendium. Lisboa: Chiado Editora.
- . 2014a. A nova administração pública: Princípios fundamentais e normas reguladoras. Lisboa: Quid Juris.

———. 2014b. Lições de direito fiscal. 1a. edição. Compendium. Lisboa: Chiado.

———. 2015. A Nova Justiça Internacional. Chiado Books.

———. 2019. É Tempo de Dizer Chega. Chiado Books.

Wacquant, Loïc. 2010. "Crafting the Neoliberal State: Workfare, Prisonfare, and Social Insecurity". *Sociological Forum* 25 (2): 197–220.

Weber, Max. 2013. "Classes, status e partidos". Em *Teorias Sociológicas: Os fundadores e os clássicos*, editado por Manuel Braga da Cruz, 7ª edição, I:737–52. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Žižek, Slavoj. 2010. "Porque é que todos gostamos tanto de odiar Haider". Em *A política dos muitos: Povo, classes e multidão*, editado por José Neves e Bruno Peixe Dias, 329–39. Lisboa: Tinta-da-China.

Zúquete, José Pedro. 2007. "Portugal: A new look at the extreme right". *Representation* 43 (3): 179–98.

———. 2022. *Populismo : Lá fora e cá dentro*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Fontes impressas

Diário da República

Nascer do Sol

Nova Gente

Novo Semanário

Público

Revista Expresso

Sábado

Vida Mundial

Visão

Anexos

Nesta secção, são incluídas algumas das fichas prosopográficas que serviram de base para esta investigação de modo a exemplificar o processo de recolha e sistematização das fontes empíricas que foi delineado no capítulo 2.2. Não são incluídas todas as fichas prosopográficas que foram produzidas dado que isso mais do que duplicaria o número de páginas desta dissertação. Por outro lado, existe um conjunto de dados empíricos que foram recolhidos, mas que não chegaram a ser utilizados. Por esta razão, opta-se também por não tornar esses dados públicos, dado que poderão vir a ser utilizados em investigações futuras.

Anexo 1

José Pacheco (1971-)

José Eduardo da Cunha Pacheco foi o cabeça-de-lista do partido Chega no círculo eleitoral dos Açores nas eleições legislativas de 2022, tendo o partido obtido o terceiro lugar com 4986 votos (5,93%) sem eleger nenhum deputado⁴²³. Nas eleições regionais dos Açores que decorreram em 2020, José Pacheco já tinha sido eleito deputado para a Assembleia Legislativa Regional através do círculo de Compensação em conjunto com Carlos Furtado, o qual foi eleito por São Miguel. Nestas eleições, o Chega obteve o quarto lugar com 5260 votos (5,06%)⁴²⁴.

Nascido a 4 de fevereiro de 1971, José Pacheco é casado, possui o 12º ano de escolaridade e é designer gráfico⁴²⁵. Segundo o próprio, é natural de Ponta Delgada e é “oriundo de uma família humilde em que o pai era caminhoneiro e a mãe doméstica”⁴²⁶.

⁴²³ "Legislativas 2022 - Resultados Globais". Disponível em:

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/resultados-globais.html#none>

⁴²⁴ "Resultados Eleitorais 2020 - Assembleia Legislativa Regional dos Açores". Disponível em:

<http://www.resultadoseleitorais.azores.gov.pt/Resultados.aspx>.

⁴²⁵ Registo biográfico parlamentar de José Pacheco disponível em:

http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_transpa_dep_bio/1237

⁴²⁶ Pereira. 2021. "José Pacheco, o homem...".

Em 2004, mudou-se para a freguesia de Ribeira Chã, onde constituiu família e exerce a sua profissão. Um homem religioso assumido, José Pacheco começou por liderar um grupo católico de jovens aos 16 anos, frequentando mais tarde formação bíblica e integrando outros grupos católicos. Nas suas palavras, este percurso “me fez aprender muitos sobre mim e sobre os outros, a solidificar valores fundamentais que hoje são orientadores na minha vida pessoa, mas também nesta nova missão de vida política”⁴²⁷. Enquanto jovem, fez também teatro e escreveu algumas peças no âmbito do grupo de jovens a que pertencia. Refere que o gosto pela escrita já vem de muito nova, numa altura em que devorava todo o tipo de literatura.

Exerce há mais de 25 anos a atividade de designer gráfico e gestor de conteúdos digitais. Já foi formador profissional de artes gráficas e novas tecnologias, tendo sido também diretor gráfico de duas editoras durante vários anos. Para além disso, colaborou também com outras editoras na área editorial e comunicacional, chegando até a passar pelo jornalismo. Mais recentemente, manteve no mundo digital algumas publicações, sendo as mais importantes a Azores Today, um portal informativo e jornalístico sobre os Açores, e o Portal Auto Açores, uma ferramenta digital de promoção de empresas do setor automóvel e similares. Em 2013, fundou em Ribeira Chã um grupo musical intitulado Grupo Acústico Filhos da Terra, o qual integra jovens da freguesia, sendo o seu guitarrista e vocalista⁴²⁸.

Em 2004, José Pacheco foi adjunto do grupo parlamentar do CDS-Açores, sendo próximo do antigo vice-presidente regional Paulo Gusmão. Entre 2017 e 2019, foi membro da Assembleia de Freguesia de Ribeira Chã e deputado municipal em Lagoa eleito como independente pelas listas do PSD lideradas por Carlos Furtado nas eleições autárquicas de 2017. Segundo uma reportagem da revista *Sábado*, José Pacheco foi convidado a transitar para o Chega por Diogo Pacheco de Amorim. Nas palavras deste, “Precisávamos de um bom homem e ele foi-me recomendado. Tínhamos o Paulo Gusmão em comum e até já éramos amigos de Facebook”⁴²⁹. Foi então num jantar em que Diogo Pacheco de Amorim apresentou José Pacheco a André Ventura que o segundo trouxe também o seu amigo Carlos Furtado, à data vereador do PSD. Tendo sido duas vezes

⁴²⁷ *Idem*.

⁴²⁸ Malhado. 2020. "Chegou e levou...".

⁴²⁹ *Idem*, pág. 50.

vereador pelo PSD em Lagoa, este “deixou para trás anos a desempenhar cargos dirigentes no PSD Açores para presidir ao Chega na região autónoma”⁴³⁰. Como explicou José Pacheco, “Combinámos ser os dois a construir o partido aqui nos Açores, com ele [Carlos Furtado] à frente”, no entanto uma fonte do Chega apontou Pacheco como “a figura mais importante ao nível regional, o ideólogo do Chega-Açores e o operacional”⁴³¹. Para além da sua trajetória política, onde foi também membro da Assembleia de Freguesia de Rosário antes de ser vereador, Carlos Furtado tem um percurso de vida ligada à área empresarial no ramo do comércio e imobiliário, desenvolvendo as atividades de sócio-gerente da sua empresa, bem como de técnico projetista e consultor imobiliário. Integrou os órgãos sociais do Núcleo de Empresários da Lagoa desde a sua fundação⁴³².

Para além da já referida eleição de dois deputados do Chega nas eleições açorianas de 2020, um dos acontecimentos mais importantes que decorreram na sequência destas foi a perda de maioria absoluta que o PS detinha já desde o ano 2000. De um total de 57 deputados, o PS apenas conseguiu eleger 25 (perdendo cinco) enquanto o PSD ganhou dois deputados ficando com 21. Por sua vez o CDS manteve o seu terceiro lugar com 3 deputados (menos um) e o Chega alcançou o quarto lugar com dois deputados. O BE ficou-se pelos dois deputados e a IL conseguiu eleger um pelo círculo de compensação. O PAN elegeu um deputado pela primeira vez, o PPM manteve o seu deputado e a CDU ficou fora a Assembleia Legislativa, tendo perdido a sua representação⁴³³. Isto significou que o PSD poderia formar governo caso tivesse o apoio de toda a direita junta, o que acabou por acontecer. No caso do Chega, o partido apresentou quatro exigências de modo a aceitar a apoiar um governo PSD:

“Redução do número de deputados regionais; criar um gabinete regional de luta contra a corrupção; reduzir a elevadíssima subsidi dependência na região; e promover o aprofundamento da autonomia política no quadro do Estado Político-administrativo dos Açores e da Constituição da República”⁴³⁴.

⁴³⁰ *Idem*, pág. 51.

⁴³¹ *Ibidem*, pág. 51.

⁴³² "Carlos Augusto Furtado é o cabeça de lista do CHEGA por São Miguel". 2020. Correio dos Açores. 11 de setembro de 2020. <https://correiodosacores.pt/NewsDetail/ArtMID/383/ArticleID/24254/Carlos-Augusto-Furtado-233-o-cabe231a-de-lista-do-CHEGA-por-S227o-Miguel>.

⁴³³ Lusa, e Público. 2020. "Eleições nos Açores: Chega elege dois deputados". Público. 25 de outubro de 2020. <https://www.publico.pt/2020/10/25/politica/noticia/chega-elege-deputado-circulo-sao-miguel-1936698>.

⁴³⁴ Sapage e Gomes. 2020. "Apoio do Chega...".

Todas estas exigências foram aceites pelo PSD e o mesmo formou o governo liderado por José Manuel Bolieiro. Durante várias semanas, este acordo foi discutido nos editoriais dos principais jornais nacionais e nos principais programas de comentário político televisivo, sendo frequentemente comparado com o apoio que em Espanha o Vox concedeu ao Partido Popular (PP) na região de Andaluzia.

Ainda no mês de novembro, José Pacheco viria a ser colocada na lista para a Direção Nacional do Chega no âmbito do congresso nacional que o partido realizou nesse mês, sendo colocado no cargo de vice-presidente. André Ventura justificou esta promoção com o facto de Pacheco ter um “papel importantíssimo” no partido e por ser o “rosto institucional” do partido nos Açores⁴³⁵. No mês seguinte, José Pacheco seria anunciado como cabeça-de-lista nos Açores para as eleições legislativas de 2022⁴³⁶.

Em abril de 2022, José Pacheco foi eleito líder da estrutura regional do Chega nos Açores e no mesmo mês afirmou que pretende reprovar o próximo Orçamento da região, o qual irá ser discutido no final do ano. Como justificação, José Pacheco apontou o Chega “continua sem ter eco das propostas” apresentadas para viabilizar o Orçamento Regional de 2022, como as viaturas para a corporação de bombeiros e os incentivos à natalidade, estando também por fazer a remodelação no executivo liderado por José Manuel Bolieiro. Para além disso, José Pacheco mostrou-se também crítico do processo das Agendas Mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e afirmou que o desempenho do secretário das Finanças Bastos e Silva “tem-se mostrado prejudicial para os açorianos e até para o próprio Governo, deixando um rasto de ineficácia, opacidade e, até mesmo, de falta de competência”⁴³⁷. No fim de abril, o cargo de Secretário Regional das Finanças passaria a ser ocupado por Duarte Freitas, o qual assegurou a José Pacheco numa reunião a pedido deste que “transparência, verdade e rigor são palavras-chave que deseja cumprir no desempenho das novas funções governativas e no relacionamento com todos os

⁴³⁵ Lopes, Maria. 2021. "Açoriano José Pacheco 'promovido' para a direcção de André Ventura". Público. 28 de novembro de 2021. <https://www.publico.pt/2021/11/28/politica/noticia/acoriano-jose-pacheco-promovido-direccao-andre-ventura-1986700>.

⁴³⁶ Agência Lusa. 2021. "Chega anuncia José Pacheco como cabeça de lista no círculo dos Açores". Observador. 21 de dezembro de 2021. <https://observador.pt/2021/12/21/chega-anuncia-jose-pacheco-como-cabeca-de-lista-no-circulo-dos-acoeres/>.

⁴³⁷ Lusa. 2022. "Chega/Açores diz que apoio ao Governo Regional 'acabou'". Expresso. 6 de abril de 2022. <https://expresso.pt/politica/2022-04-06-Chega-Acores-diz-que-apoio-ao-Governo-Regional-acabou-d7dc1e8a>.

parceiros”⁴³⁸, algo considerado positivo por Pacheco. Por sua vez, André Ventura acabaria por dar “carta branca” a Pacheco para decidir se viabiliza ou não o próximo orçamento⁴³⁹

Ainda em abril, José Pacheco apresentou no III Congresso Regional do Chega Açores uma Moção de Estratégia Global onde lamentava que o Estado pague a quem “não trabalha” porque “não querem”, defendeu o “conceito tradicional de família” e apelou a “voltar a colocar os símbolos religiosos nas escolas e locais públicos”⁴⁴⁰. Nesta apresentação, proferiu afirmações tais como:

“Não posso tolerar que destruam a minha história para que construam uma história alternativa. Não posso tirar os símbolos religiosos de todo o lado. E a maioria que acredita? Quem os respeita? Ninguém. Merecemos respeito. Não nos tirem o que temos. Por que nos retiraram os crucifixos? Só porque não acreditam? Eu não retiro a liberdade a ninguém”⁴⁴¹;

“Andamos a pagar para não fazerem nada. Estou-me marimbando que me chamem de xenófobo, de fascista, de racista. Não me incomodo: estou preocupado pelo futuro do meu filho porque este Estado está a pagar para não se produzir”⁴⁴²;

“[...] impedir que as escolas se transformem em espaços de aculturação ideológica de esquerda, com especial preocupação da difusão da ideologia do género a crianças”⁴⁴³;

“[...] um combate, sem tréguas, aos seus inimigos que encontram guarida em muitos partidos da extrema-esquerda que pretendem fazer um revisionismo histórico da cultura e das tradições, embarcando em demagogias baratas e perigosas a pretexto de um estado laico”⁴⁴⁴;

Para além disso, José Pacheco defendeu que as escolas onde os alunos obtêm resultados abaixo da média do concelho sejam objetivo de inquérito anual a fim de serem apuradas

⁴³⁸ Lusa. 2022. "Chega/Açores elogia 'primeiro passo' do Governo Regional mas quer 'atos' para retomar apoio". Visão. 29 de abril de 2022. <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2022-04-29-chega-aco-res-elogia-primeiro-passo-do-governo-regional-mas-quer-atos-para-retomar-apoio/>.

⁴³⁹ Lusa. 2022. "Chega-Açores defende regresso de símbolos religiosos a locais públicos e escolas". Público. 30 de abril de 2022. <https://www.publico.pt/2022/04/30/politica/noticia/chegaaco-res-defende-regresso-simbolos-religiosos-locais-publicos-escolas-2004427>.

⁴⁴⁰ *Idem*.

⁴⁴¹ *Ibidem*.

⁴⁴² *Ibidem*.

⁴⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

as causas subjacentes a esses maus resultados. Defendeu a atribuição de majorações ao abono de família nos casos em que os filhos tenham sucesso escolar, o apoio à aquisição e manutenção da habitação para jovens, a fixação das famílias em ilhas com perdas crónicas de população, o turismo cultural e religioso, a fusão da Secretaria do Ambiente com a da Agricultura, o fim dos programas ocupacionais, entre outras propostas.

Anexo 2

Pedro Cassiano Neves (1965-)

Pedro Tiago Guimarães Mascarenhas Cassiano Neves foi o cabeça-de-lista do partido Chega no círculo eleitoral de Santarém nas eleições legislativas de 2019, tendo o partido obtido o sétimo lugar com 4210 votos (2,03%)⁴⁴⁵. Nas eleições autárquicas de 2021, Pedro Cassiano Neves foi também candidato nº2 à Câmara Municipal de Lisboa⁴⁴⁶.

Nascido em Lisboa a 3 de março de 1965⁴⁴⁷, Pedro Cassiano Neves é filho de Fernando Mascarenhas Cassiano Neves – médico psiquiatra, crítico de arte e “homem de letras”⁴⁴⁸ - e Maria da Graça Fernandes Costa Guimarães⁴⁴⁹. Segundo a nota biográfica que se encontra disponível num livro do qual é autor intitulado *Casas e Palácios de Lisboa: Pedras D’Armas*, Pedro Cassiano Neves (2014) é licenciado em Direito com pós-graduação em História de Arte, tendo-se vindo a dedicar ao estudo de matérias

⁴⁴⁵ "Legislativas 2019 - Resultados Globais". Disponível em:

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/resultados-globais.html#none>.

⁴⁴⁶ Agência Lusa. 2021. "Chega arrancou campanha à Câmara de Lisboa em Campolide: ‘Ao contrário daquilo que se diz, o Chega é bem-vindo’, diz Nuno Graciano". Observador. 14 de setembro de 2021. <https://observador.pt/2021/09/14/chega-arrancou-campanha-a-camara-de-lisboa-em-campolide-ao-contrario-daquilo-que-se-diz-o-chega-e-bem-vindo-diz-nuno-graciano/>.

⁴⁴⁷ Registo biográfico de Pedro Cassiano Neves disponível em:

<https://geneall.net/pt/nome/527876/pedro-tiago-guimaraes-mascarenhas-cassiano-neves/>

⁴⁴⁸ Registo biográfico de Fernando Mascarenhas Cassiano Neves disponível em:

<https://geneall.net/pt/nome/526789/fernando-mascarenhas-cassiano-neves/>

⁴⁴⁹ Já o seu avô José Cassiano Neves (1907-1990) tem obras publicadas tais como *Jardins e Palácios dos Marqueses de Fronteira* (1940), *O conde de Ficalho* (1945), *S. Francisco Xavier e o embaixador D. Pedro de Mascarenhas* (1952), *Temas de história: a epopeia portuguesa no Oriente* (1957), *Damas portuguesas nas Cortes de Castela e de Sabóia no século XVI: duas irmãs, D. Leonor e D. Beatriz Mascarenhas* (1959), *A expansão ultramarina e o reino de Preste João* (1959), *O primeiro monumento da restauração* (1988), entre outras. Em 2015, a sua primeira obra foi reeditada a partir de uma iniciativa de Fernando Mascarenhas – atual Marquês de Fronteira e Alorna.

relacionadas com esta área do conhecimento. Colaborador em diversos jornais e revistas de assuntos destas temáticas, muito particularmente da cidade de Lisboa, é membro dos órgãos colegiais da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, onde desempenha a função de Conservador do Património Móvel - um mandato de 10 anos iniciado em dezembro de 2017⁴⁵⁰. A Fundação das Casas de Fronteira e Alorna é uma instituição privada de interesse público sem fins lucrativos fundada por Dom Fernando Mascarenhas – descende de três casas da nobreza (Fronteira, Alorna e Távora) - em 1987 e que tem como objetivo a manutenção e exposição desse património.

Para além disso, Pedro Cassiano Neves é também secretário do Conselho Fiscal da Associação Cultural Condessa de Cuba, uma associação que se pauta por uma atividade de caráter caritativo, social, formativo e cultura com vista à evangelização e “promoção da doutrina segundo o magistério perene da Igreja Católica”⁴⁵¹. Entre 2012 e 2014, Pedro Cassiano Neves foi também membro do Conselho Monárquico da Causa Real, uma associação que tem por missão a defesa da restauração monárquica em Portugal e que reconhece que os direitos dinásticos da coroa portuguesa pertencem a D. Duarte, Duque de Bragança. É possível encontrar nos órgãos sociais desta organização outras figuras destacadas das direitas portuguesas tais como António Lobo Xavier⁴⁵².

Em março e julho de 2017, Pedro Cassiano Neves publicou dois artigos de opinião no jornal *Público*⁴⁵³. Nestes artigos, Pedro Cassiano Neves é identificado como membro do Fórum Cidadania LX, o qual tem a seguinte descrição no seu blogue:

“Um blogue do Movimento Fórum Cidadania Lisboa, que se destina a aplaudir, apupar, acusar, propor e dissertar sobre tudo quanto se passe de bom e de mau na nossa capital, tendo como única preocupação uma Lisboa pelos lisboetas e para os lisboetas. Prometemos não gastar um cêntimo do erário público em campanhas, nem dizer mal por dizer. Lisboa tem mais uma voz. Junte-se a nós!”⁴⁵⁴

⁴⁵⁰ Administração da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna disponível em: <https://fronteira-alorna.pt/en/board-of-trustees>

⁴⁵¹ Descrição da missão da Associação Cultural Condessa de Cuba disponível em: <https://condessadecuba.pt/associacao-cultural/>

⁴⁵² Composição dos órgãos sociais da Causa Real (2012-2014) disponível em: <http://www.realporto.pt/quem-somos/orgaos-sociais-da-causa-real-2012-2014>

⁴⁵³ Disponíveis em: <https://www.publico.pt/autor/pedro-mascarenhas-cassiano-neves>

⁴⁵⁴ Blogue disponível em: <http://cidadaniafx.blogspot.com/>

Este fórum dedica-se essencialmente a realizar intervenções, petições e outro tipo de atividades relacionadas com a manutenção e preservação do património urbanístico da cidade de Lisboa.

Em 2017, é possível encontrar um artigo do jornal desportivo *O Jogo* em que Pedro Cassiano Neves é mencionado como um dos ex-dirigentes do Sporting CP que integram a Comissão de Honra da recandidatura de Bruno de Carvalho à presidência do clube⁴⁵⁵.

Segundo Riccardo Marchi, a entrada de Pedro Cassiano Neves no Chega deu-se através de um convite realizado por Salvador Posser de Andrade, o qual por sua vez foi convidado por Diogo Pacheco de Amorim (2020b: 74). Na I Convenção Nacional do partido que decorreu em junho de 2020, Pedro Cassiano Neves seria então nomeado como porta-voz do setor da cultura (*idem*: 89). No âmbito das eleições autárquicas de 2021, Pedro Cassiano Neves participou num debate organizado pela Real Associação de Lisboa intitulado “A gentrificação e a sustentabilidade das cidades antigas”, o qual contou com a presença do Duque de Bragança e dos candidatos da CDU, IL e da coligação Novos Tempos⁴⁵⁶.

Anexo 3

Ana Moisão (1984-)

Ana Cristina Véstia Moisão foi a cabeça-de-lista do partido Chega ao círculo eleitoral de Beja nas eleições legislativas de 2022, tendo o partido obtido o quarto lugar com 6932 votos (10,27%), sem eleger nenhum deputado⁴⁵⁷. Nas eleições autárquicas de 2021, Ana Moisão tinha também já sido candidata à Câmara Municipal de Serpa no

⁴⁵⁵ "Bruno de Carvalho agradece a Ricciardi e anuncia mais apoiantes". 2017. *O Jogo*. 10 de janeiro de 2017. <https://www.ojogo.pt/futebol/1a-liga/sporting/noticias/bruno-de-carvalho-agradece-ricciardi-e-anuncia-mais-apoiantes-5598096.html>.

⁴⁵⁶ Gravação do debate disponível em:

<https://www.facebook.com/RealAssociacaoLisboa/videos/201806901880442/>

⁴⁵⁷ "Legislativas 2022 - Resultados Globais". Disponível em:

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/resultados-globais.html#none>

mesmo distrito, tendo a mesma sido eleita vereadora com 1063 votos (14,97%)⁴⁵⁸ sem pelouros⁴⁵⁹. Como representante da Câmara Municipal de Serpa, faz ainda parte do Conselho Geral da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, órgão constituído por outros 10 elementos⁴⁶⁰.

Nascida em 1984, Ana Moisão é natural de Pias – freguesia do concelho de Serpa – e é licenciada em Geografia e Planeamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa. Numa entrevista concedida pela mesma ao *Sapo24* no âmbito das eleições autárquicas de 2021, a mesma afirma que nasceu, foi criada e vive “num sítio em que a força política que domina há 47 anos é o Partido Comunista”⁴⁶¹, tal como afirma também que “99%” das pessoas da sua família são apoiantes do PCP. Neste sentido, relata na entrevista que vem de famílias historicamente comunistas, tendo o seu avô participado no movimento da Reforma Agrária em Pias e tendo a sua avó sido muito ativa nas manifestações do pós-25 de abril. Os seus pais, por sua vez, são trabalhadores agrícolas. Em seguida, afirma:

“[...] costumo dizer que cresci com a fotografia da Catarina Eufémia na casa da minha avó, e ela sempre a falar na senhora, a mencionar a senhora. Mas depois, cá está, isto é que é interessante e faz parte da evolução de cada um. Hoje, temos muita informação disponível, antigamente não. Temos todo este mundo global que nos permite ter contacto com tudo, ver um pouco mais, saber um pouco mais. E eu... Se olhamos para um território como o concelho de Serpa - e isto é transversal a todo o Alentejo - vemos o abandono e dizemos: ‘Poças, vocês estão cá há 47 anos’. Em termos populacionais é uma catástrofe, temos tido uma perda muito grande de habitantes, sobretudo jovens. Há responsáveis. Ou seja, alguma coisa não funcionou. Quem é que cá está? São políticas de esquerda e alguém fez alguma coisa de errado. É preciso assumir as responsabilidades.”⁴⁶²

Ana Moisão afirma ter sido também apoiante do PCP – nunca tendo sido filiada do mesmo ou de qualquer outro partido -, tendo ajudado algumas pessoas que localmente estiveram e ainda estão ligadas a projetos políticos do partido, pois afirma acreditar nas pessoas e que as mesmas têm sempre “bons projetos”. No entanto, quando em 2009 partiu

⁴⁵⁸ "Autárquicas 2021 - Resultados". Disponível em:

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2021/resultados/territorio-nacional>.

⁴⁵⁹ Composição do atual executivo da Câmara de Serpa disponível em: <https://www.cm-serpa.pt/pt/menu/575/composicao.aspx>

⁴⁶⁰ Composição do órgão em: http://www.epdrs.pt/site/sites/default/files/docs/composicao_cg.pdf

⁴⁶¹ Tavares. "Ana Cristina Moisão...".

⁴⁶² *Idem*.

para a Suíça terá começado a adquirir outra “sensibilidade para a nossa situação em Portugal”, passando a sua orientação política a colocar-se mais à direita por perceber que “não fazia sentido ser contra o capitalismo e a iniciativa privada nos tempos atuais”. Esteve no país durante sete anos, primeiro a trabalhar na cozinha de um restaurante, porque “mal sabia falar francês”, e mais tarde numa empresa de gestão financeira. Derivado desta experiência, Ana Moisão afirma que existem vários exemplos encontrados na Suíça que poderiam ser aplicados em Portugal tais como os incentivos à iniciativa privada, especialmente ao nível local, o desenvolvimento do associativismo – dado que a Associação de Agricultores de Serpa se encontra fechada – e realização de referendos de modo a desenvolver a participação cívica da população.

Foi no seu regresso a Serpa – onde trabalha atualmente como relações públicas numa adega local - que Ana Moisão começou a tomar atenção nos discursos de André Ventura quando este estava na Câmara de Loures em representação do PSD, tomando especial atenção no seu “sentido patriótico” e na “defesa de quem trabalha”. Foi na primeira iniciativa da campanha presidencial de André Ventura que foi realizada em Serpa a 10 de janeiro de 2021 e que contou com uma manifestação por parte da comunidade cigana do concelho a quem Ventura gritou “Vão trabalhar”, bem como foi colocada a figura de um esqueleto no palco onde André Ventura discursava como forma de protesto à presença do mesmo⁴⁶³, que Ana Moisão contactou com algumas pessoas da Distrital de Beja do Chega⁴⁶⁴, referindo que compareceu para “esclarecer dúvidas”. Ana Moisão refere que foi a única pessoa de Pias a lá estar, algo que interpreta por alegadas represálias que a Câmara Municipal exerce sobre a população do concelho, maior parte da qual que, segundo a mesma, é empregada pela autarquia.

Em resultado deste contacto, Ana Moisão foi convidada para integrar o cargo de vice-presidente da Distrital de Beja, dado que estava a ser formada uma nova lista devido à saída de Pedro Pinto para o cargo de secretário-geral do partido. Na distrital, a mesma ficou com a função de ajudar a desenvolver o projeto autárquico para o distrito de Beja, ficando responsável especificamente pela organização da lista para a Câmara Municipal de Serpa e das listas para as juntas de freguesia, tendo acabado a própria por ser a

⁴⁶³ Cruz, Hermana. 2021. "O esqueleto no palco e os manifestantes que André Ventura mandou 'trabalhar'". *Jornal de Notícias*. 10 de janeiro de 2021. <https://www.jn.pt/nacional/o-esqueleto-no-palco-e-os-manifestantes-que-andre-ventura-mandou-trabalhar-13215221.html>.

⁴⁶⁴ Tavares. "Ana Cristina Moisão...".

candidata à Câmara por sugestão de outros militantes da distrital, apesar de inicialmente essa não ser a sua intenção. Atualmente, segundo o site do partido, Ana Moisão é presidente da Distrital de Beja⁴⁶⁵.

Como prioridades políticas de ambas as suas candidaturas à Câmara Municipal de Serpa e à AR pelo círculo eleitoral de Beja nas legislativas de 2022⁴⁶⁶, Ana Moisão destacou o investimento nas comunicações rodoviárias e ferroviárias⁴⁶⁷, a criação de parcerias públicas e privadas na área da saúde, focando-se na fixação de profissionais, a atração de empresas privadas de modo a criar emprego, a revisão do modelo de educação, que considera assaltado “com políticas fundamentalistas progressistas que imprimem uma doutrina aos alunos”, o fim do “modelo da habitação social” que considera não funcionar, a abolição do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), uma maior fiscalização do RSI e ainda os apoios à agricultura. Numa entrevista de campanha às legislativas de 2022, Ana Moisão afirmava:

“esta solução de governação dos partidos de esquerda não serviu para o país, por um lado, temos os partidos da extrema esquerda a exigir constantemente um estado omnipresente e controlador da sociedade e das suas liberdades individuais de escolha, que mais não tem que afogado o país em impostos, afastando e falindo as empresas e os investidores que são o motor económico do País. Por outro lado, temos o extremismo do Partido PAN, que tem ganhado terreno graças ao PS na sua agenda de destruição do mundo Rural, dos seus costumes e das suas tradições, tomando medidas absurdas que contribuem para o abandono do interior, condenando atividades turísticas e económicas que são o sustento de muitas famílias.”⁴⁶⁸

⁴⁶⁵ Composição da Distrital de Beja do Chega disponível em: <https://partidochega.pt/orgaos-distritais/distrital-de-beja/>

⁴⁶⁶ Redação. 2022. "Legislativas 2022: Ana Moisão destaca as prioridades do programa do CHEGA". A Planície. 4 de janeiro de 2022. <http://www.planicie.pt/2022/01/04/legislativas-2022-ana-moisao-destaca-as-prioridades-do-programa-do-chega/>.

⁴⁶⁷ Destacando, por exemplo, a reativação do ramal da Moura, o qual Ana Moisão considera essencial para o transporte de pessoas e mercadorias, algo que segundo a mesma seria bastante positivo para o mundo empresarial. Redação. 2022. "Legislativas 2022: Reativação do Ramal de Moura é ‘uma prioridade’ - CHEGA". A Planície. 24 de janeiro de 2022. <http://www.planicie.pt/2022/01/24/legislativas-2022-reactivacao-do-ramal-de-moura-e-uma-prioridade-chega/>.

⁴⁶⁸ Freitas, Ana E. de. 2022. "Legislativas 2022: ‘o único voto na verdadeira mudança’ é ‘no Chega’". Rádio Voz da Planície. 21 de janeiro de 2022. <https://www.vozdaplanicie.pt/index.php/noticias/legislativas-2022-o-unico-voto-na-verdadeira-mudanca-e-no-chega>.